

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

PARA ALÉM DE UMA RACIONALIDADE (NEO)LIBERAL:  
Microempreendedorismo Individual e Plataformas Digitais de Trabalho

Autor: Raphael Santos Lapa

Brasília, 2024

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

PARA ALÉM DE UMA RACIONALIDADE (NEO)LIBERAL:  
Microempreendedorismo Individual e Plataformas Digitais de Trabalho

Autor: Raphael Santos Lapa

Tese apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília/UnB como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor.

Brasília, Novembro de 2024

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**TESE DE DOUTORADO**

PARA ALÉM DE UMA RACIONALIDADE (NEO)LIBERAL:  
Microempreendedorismo Individual e Plataformas Digitais de Trabalho

Autor: Raphael Santos Lapa

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Colturato Festi (UnB)

Co-orientador: Prof. Dr. João Paulo de Areosa (CICS.NOVA)

Banca:

Prof. Dr. Ricardo Colturato Festi (UnB) – Presidente

Prof. Dr. Jacob Carlos Lima (UFSCar) – Membro Externo

Prof. Dr. Flávio Ribeiro de Lima (UniCamp) – Membro Externo

Prof. Dr. Sadi dal Rosso (UnB) – Membro Interno

Prof. Dr. Jorg Nowak (UnB) – Membro Suplente

## AGRADECIMENTOS

Viver é etc. como disse Guimarães Rosa. Sustentar-se na existência é possível somente a partir das demais pessoas e relações. Essa pesquisa foi construída a partir desse mundaréu de histórias em fricção.

Direciono meu primeiro agradecimento à Suzana, minha companheira que não somente me escolhe diariamente, mas que é expressão de parceria solidária e contínua. À minha mãe pela coragem ao longo de sua vida, que se externa também na concretude dessa pesquisa. A toda a família da minha esposa que ao longo dos anos também se tornou a minha.

Meu agradecimento ao orientador prof. Ricardo Festi, pela confiança e disposição ao longo desses anos. Suas contribuições intelectuais e durante as reuniões do grupo de pesquisa ou em conversas individuais, foram de grande relevância para o desenvolvimento dessa pesquisa.

De igual maneira, agradeço ao co-orientador, prof. João Areosa, que solícitamente aceitou o convite para co-orientação e de forma diligente encaminhou diversas sugestões enriquecedoras, ao tempo em que prontamente me recebeu em Portugal. Nesse sentido, o agradecimento se estende aos professores António Moniz e Nuno Boavida que também me receberam em Portugal no período de doutorado sanduíche.

Agradeço também à CAPES, por intermédio do Programa PRINT – Programa Institucional de Internacionalização que fomentou os cinco meses em que estive em Portugal a desenvolver investigações acadêmicas correlatas a este trabalho.

Ao Grupo de Pesquisa Trabalho e Teoria Social – GPTTS (UnB) que é uma das arenas de debate mais rica e proveitosa que já tive a oportunidade de participar. Todas as pesquisas e discussões desenvolvidas pelo grupo tiveram um forte impacto nas discussões que aqui foram desenvolvidas.

Ao Cícero Muniz Brito, pesquisador do GPTTS, pelas inúmeras contribuições, colaborações e discussões e que compartilhou generosamente a execução dos grupos focais com os MEIs. Às pesquisadoras do grupo: Letícia Fragoso e Brenna Vilanova que participaram ativamente das dinâmicas dos grupos focais.

Ao João Pedro Inácio Peleja, pesquisador do GPTTS, pela contribuição em diversas discussões especialmente sobre os aspectos metodológicos e pesquisas qualitativas e que também compartilhou outros momentos de pesquisa conjunta.

Cumprimento também o Programa de Pós-Graduação em Sociologia, nas pessoas da Gabriella Carlos e Patrícia Rodrigues pela contribuição prestada ao longo desse período.

Agradeço por fim, e com especial apreço, a todas e todos entrevistados e participantes dessa pesquisa que se dispuseram a dedicar um espaço de seus tempos e suspender temporariamente seus afazeres. Espero que esse trabalho possa contribuir de alguma forma para o entendimento do nosso derredor abarrotado de fenômenos sociais complexos.

## RESUMO

Dadas as condições objetivamente precárias em que determinados conjuntos de trabalhadores estão inseridos, como o espírito do nosso tempo mobiliza conceitos, afetos e valores de modo a justificar um estado de coisas ordenado? É com essa indagação no horizonte que essa pesquisa se desenvolve. Dadas as reestruturações produtivas desde a década de 1970 e as fronteiras mais recentes de novas formas de trabalho, foram abordados dois grupos de trabalhadores: os microempreendedores individuais e os motoristas de aplicativo. Para o objetivo da análise, foram revisitados os conceitos de liberdade positiva e negativa desde o liberalismo clássico, ou seja, como o estar livre se traduz nessa dupla condição do trabalhador que pretende alçar a autonomia de fazer o que quer, ao tempo em que entende sua condição material a partir de uma relação de causa-efeito advinda da contínua interferência de atores externos. Além disso, avançou-se para compreender que as novas roupagens do liberalismo clássico se traduzem especialmente em uma deslegitimação dos espaços públicos de disputa, ou seja, no sentimento de desconfiança de qualquer institucionalidade ou agrupamento coletivo. É sob esse palco que o neoliberalismo se desenvolve enquanto elemento de justificação, ou seja, desde uma movimentação de aspectos individuais como autonomia e responsabilidade até a desconfiança dos aspectos coletivos de disputa. Observar duas categorias aparentemente distantes permitiu concluir o quanto que os elementos de justificação se ancoram profundamente nessa dupla dimensão de liberdade. Ou seja, os fenômenos de empreendedorismo individual assim como o de plataformização digital do trabalho, além de seus elementos mais evidentes de contato, carregam uma coesa forma de legitimar a situação de um trabalhador em situação de precariedade pela via da transformação de determinados valores em valores do bem comum. De tal forma, os diversos instrumentos de legitimação e justificativa que perpassam os discursos de liberdade, responsabilidade e justiça se condensam em valorações morais que são elevados ao status de valores que devem ser almejados por todos.

**Palavras-Chave:** Plataformas Digitais de Trabalho. Plataformização. Neoliberalismo. Microempreendedorismo Individual. MEI.

## ABSTRACT

Given the objectively precarious conditions in which certain groups of workers are inserted, how does the spirit of our time mobilize concepts, feelings, and values in order to justify an orderly state of affairs? With this question in horizon this research is developed. Given the productive restructuring since the 1970s and the most recent frontiers of new forms of work, two groups of workers were approached: individual microentrepreneurs and app drivers. For the purpose of the analysis, the concepts of positive and negative freedom from classical liberalism were revisited, that is, how being free translates into this dual condition of the worker who intends to achieve the autonomy to do what he wants, while understanding his material condition based on a cause-effect relationship arising from the continuous interference of external actors. In addition, progress was made to understand that the new guises of classical liberalism translate especially into a delegitimization of public spaces of dispute, that is, into the feeling of distrust of any institutionality or collective grouping. It is on this stage that neoliberalism develops as an element of justification, that is, from a movement of individual aspects such as autonomy and responsibility to the distrust of collective aspects of dispute. Observing two apparently distant categories allowed us to conclude how deeply the elements of justification are anchored in this double dimension of freedom. In other words, the phenomena of individual entrepreneurship as well as the digital platformization of work, in addition to their most evident elements of contact, carry a cohesive way of legitimizing the situation of a worker in a precarious situation by transforming certain values into values of the common good. In this way, the various instruments of legitimization and justification that permeate the discourses of freedom, responsibility and justice condense into moral valuations that are elevated to the status of values that should be sought by all.

**Keywords:** Digital Labor Platforms. Platformization. Neoliberalism. Individual Microentrepreneurship. MEI.

## RÉSUMÉ

Compte tenu des conditions objectivement précaires dans lesquelles sont insérés certains groupes de travailleurs, comment l'esprit de notre époque mobilise-t-il les concepts, les affections et les valeurs pour justifier un état de choses ordonné ? C'est avec cette question à l'horizon que se développe cette recherche. Compte tenu de la restructuration productive depuis les années 1970 et des frontières les plus récentes des nouvelles formes de travail, deux groupes de travailleurs ont été abordés : les microentrepreneurs individuels et les conducteurs d'applications. Pour les besoins de l'analyse, les concepts de liberté positive et négative depuis le libéralisme classique ont été revisités, c'est-à-dire comment être libre se traduit par cette double condition du travailleur qui entend atteindre l'autonomie de faire ce qu'il veut, en même temps car il comprend sa condition matérielle basée sur une relation de cause à effet résultant de l'interférence continue d'acteurs externes. En outre, des progrès ont été réalisés pour comprendre que les nouvelles apparences du libéralisme classique se traduisent notamment par une délégitimation des espaces publics de contestation, c'est-à-dire par un sentiment de méfiance à l'égard de toute institution ou groupement collectif. C'est à ce stade que le néolibéralisme se développe comme élément de justification, c'est-à-dire depuis un mouvement d'aspects individuels tels que l'autonomie et la responsabilité vers une méfiance à l'égard des aspects collectifs des conflits. L'observation de deux catégories apparemment éloignées permet de conclure à quel point les éléments de justification sont profondément ancrés dans cette double dimension de la liberté. En d'autres termes, les phénomènes de l'entrepreneuriat individuel ainsi que la plateforme numérique du travail, en plus de leurs éléments de contact plus évidents, portent une manière cohérente de légitimer la situation d'un travailleur en situation de précarité à travers la transformation de certaines valeurs. en valeurs de bien commun. De cette manière, les différents instruments de légitimation et de justification qui imprègnent les discours de liberté, de responsabilité et de justice sont condensés en évaluations morales élevées au rang de valeurs qui doivent être recherchées par tous.

**Mots-clés:** Plateformes de travail numériques. Platformisation. Néolibéralisme. Microentrepreneuriat individuel. MEI.

## Sumário

Introdução .....	14
1 Para além de uma racionalidade (neo)liberal .....	31
1.1 O Projeto de Vida Privada - O Liberalismo .....	35
1.2 Cidadão Máximo, Estado Mínimo – Neoliberalismos .....	47
1.3 Além de uma racionalidade .....	60
1.4 Ética, agência e pré-reflexividade .....	70
1.5 Uma abordagem processual .....	81
1.6 Legitimação ou Justificação? .....	93
2 Novas Fronteiras do Trabalho .....	100
2.1 A precariedade no contexto brasileiro .....	100
2.2 O empreendedorismo individual .....	118
2.2.1 Notas Metodológicas e Resultados Preliminares .....	120
2.2.2 Transitoriedade .....	134
2.2.3 Liberdade e Responsabilidade .....	137
2.2.4 Individualismo (ou Cooperação) e Motivação .....	150
2.2.5 Senso de Justiça .....	157
2.3 A plataformização digital do trabalho .....	166
2.3.1 Notas Metodológicas e Resultados Preliminares .....	173
2.3.2 A dimensão do controle ou sobre algoritmização .....	182
2.3.3 Autônomo ou Empreendedor? .....	187
2.3.4 Responsabilidade e Culpa .....	195
2.3.5 A desconfiança .....	199
3 Conclusão – Os valores do “bem comum” .....	208
Apêndice .....	216
Anexos .....	235
Referências Bibliográficas .....	241

## **Lista de Siglas**

AFP - Administradoras de Fondo de Pensiones

BSJO - Basic Social Justice Orientation Scale

CGSN - Comitê Gestor do Simples Nacional

CNAE - Código Nacional de Atividade Econômica

CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

EST - Escala de Satisfação no Trabalho

EST-TI - Escala de Satisfação no Trabalho – Trabalhadores Informais

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FMI - Fundo Monetário Internacional

GDP - Gross Domestic Product

GEM - Global Entrepreneurship Monitor

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEDF - Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal

MEI - Microempreendedor Individual

OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

RA - Região Administrativa

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SIDRA/IBGE - Sistema IGBE de Recuperação Automática

STF - Supremo Tribunal Federal

WVS - World Values Survey

## Lista de Figuras

Figura 1 – Tipologia de Plataformas de Trabalho .....	168
Figura 2 – Recenseamento de 1872 – População considerada em relação às profissões.235	
Figura 3 – Recenseamento de 1940 – Tabela (recortada) referente à atividade principal.235	
Figura 4 – Estratos Sociais – Brasil – 1970.....	236
Figura 5 – Estrutura Social Brasileira – 1950/70 .....	236
Figura 6 – Distribuição das pessoas ocupadas na semana de referência, por condição de trabalho por meio de plataforma digital de serviço no trabalho principal (%)......	239
Figura 7 – Distribuição das pessoas ocupadas na semana de referência que trabalhavam por meio de plataformas de serviços, por tipo de dependência em relação à plataforma e existência de dependência, segundo o tipo de plataforma de serviço utilizada no trabalho .....	239
Figura 8 – Distribuição das pessoas ocupadas na semana de referência que trabalhavam por meio de plataformas de serviços, por tipo de influência na determinação da jornada de trabalho e existência de influência, segundo o tipo de plataforma de serviço utilizada240	

## Lista de Gráficos e Mapa

Gráfico 1 - GDP growth (annual %)	57
Gráfico 2 – Percentual dos empregos formais e das ocupações informais – 1996 a 2009	112
Gráfico 3 – Resultado – Escala Likert para quatro itens – Bloco 1	132
Gráfico 4 – Resultado – Escala Likert para quatro itens – Bloco 2 – “O quão importante é cada um desses aspectos na sua vida?”	133
Gráfico 5 – Escala de Concordância – Por Faixa Etária	138
Gráfico 6 – Desagregação por faixa etária	149
Gráfico 7 – Desagregação por faixa etária	149
Gráfico 8 – Desagregação por Faixa Etária	156
Gráfico 9 – Questão desagregada por RA/Renda	161
Gráfico 10 - Renda Mensal Habitual por Categoria	181
Gráfico 11 - Jornada Semanal Habitual por Categoria	181
Gráfico 12 – Bloco 1 – Questionário MEIs por Gênero	216
Gráfico 13 – Bloco 1 – Questionário MEIs por Raça	217
Gráfico 14 – Bloco 1 – Questionário MEIs por Idade	218
Gráfico 15 – Bloco 1 – Questionário MEIs por Grupo de RA	219
Gráfico 16 – Bloco 2 por Gênero	220
Gráfico 17 – Bloco 2 por Raça	221
Gráfico 18 – Bloco 2 por Idade	222
Gráfico 19 – Bloco 2 por RA	223
Gráfico 20 – ESS – Rodada 9	238
Mapa 1 - Proporção de MEIs por População Ocupada	121

## Lista de Tabelas

Tabela 1 – Grupos de Renda - Distrito Federal – Fonte: IPEDF.....	123
Tabela 2 – MEIs – Grupos Focais .....	124
Tabela 3 – Distribuição de disparos de whatsapp para meis por ano .....	125
Tabela 4 – Escala de Valoração Moral para Microempreendedores Individuais .....	131
Tabela 5 – Resultado – “O que você mais valoriza no seu trabalho como empreendedor? Foi solicitado que colocassem em ordem de importância .....	134
Tabela 6 – World Values Survey – Rodada 7 (2017-2022) .....	147
Tabela 7 – WVS – Rodada 7 .....	148
Tabela 8 – Quadro Resumo - Informações Sociodemográficas dos Entrevistados - Motoristas .....	176
Tabela 9 – Migração de Atividades Profissionais - Motoristas.....	188
Tabela 10 – Classificação de Valorização no Trabalho como MEI – Por Gênero .....	224
Tabela 11 – Classificação de Valorização no Trabalho como MEI – Por Grupo de RA225	
Tabela 12 – Roteiro Grupos Focais .....	226
Tabela 13 – Tabela de Análise de Especificidades – Iramuteq – Frequência de Incidência de Palavras por Gênero (Formas Comuns) – 20 primeiros registros em ordem decrescente para gênero Feminino .....	226
Tabela 14 – Tabela de Análise de Especificidades – Iramuteq – Frequência de Incidência de Palavras por Gênero (Formas Comuns) – 20 primeiros registros em ordem decrescente para gênero Masculino.....	227
Tabela 15 – Tabela de Análise de Especificidades – Iramuteq – Frequência de Incidência de Palavras por Grupo de Renda (Formas) – 20 primeiros registros em ordem decrescente .....	228
Tabela 16 – Roteiro – Entrevista Semi-Estruturada - Motoristas por Aplicativo .....	229
Tabela 17 - Síntese das Discussões dos Grupos Focais.....	234
Tabela 18 - WVS – Rodadas – Pergunta E040.....	237

## Introdução<sup>1</sup>

Essa pesquisa surge de uma inquietação sobre a formação dos processos de justificação e legitimação que ocorrem em contextos de precariedade laboral. Dadas as condições objetivamente insuficientes em que determinados conjuntos de trabalhadores estão inseridos, como o *espírito* do nosso tempo mobiliza conceitos, afetos e valores de modo a justificar um estado de coisas ordenado? É possível a preservação de um determinado domínio de pensamento econômico ou social para além das categorias de violência, supremacia e hegemonia?

Pretende-se, como propósito geral, desenvolver a hipótese de que o domínio fundante da resolução de contradições ou ambivalências aparentes tem sua força em uma hierarquia de valores fundados na moralidade. A discussão que se cristaliza em algum conceito ou os elementos que constituem uma determinada coesão e que compõem o espírito de uma sociedade assumem um juízo de valor associado e consolidado em um sistema de hierarquias no âmbito da moral<sup>2</sup>.

Conceitos como liberdade, responsabilidade, motivação e justiça, ou ainda os afetos como esperança, medo, culpa e desconfiança, são valorados (no sentido de escolhidos em preterimento a outros) a partir de um juízo moral. A hierarquia em que esses valores são colocados representa a sua maior solidez na ordenação social.

Inicialmente parte-se da premissa de que o indivíduo incorpora múltiplas contradições por ser partícipe de uma profusão de campos e complexidades sociais. Trata-se de entender que o indivíduo que está “*mergulhado numa pluralidade de mundos sociais está sujeito a princípios de socialização heterogêneos e, às vezes, contraditórios que incorpora.*” (LAHIRE, 2002, p. 31). Sem perder de vista, entretanto o aspecto da materialidade, o que significa indicar que “*O primeiro ato histórico desses indivíduos, por meio do qual eles se distinguem dos animais, não é o fato de eles pensarem, mas de começarem a produzir seus meios de existência.*” (MARX; ENGELS, 1998, p. 108). Esse ser com uma existência vinculada à produção de sua própria condição depara-se, em suas múltiplas relações, com conflitos e desacordos sistematicamente.

---

<sup>1</sup> Essa pesquisa contou com fomento da CAPES (88887.717370/2022-00), por intermédio do Programa PRINT – Programa Institucional de Internacionalização, via bolsa de doutorado sanduíche concedida no primeiro semestre de 2023 para pesquisas em Portugal.

<sup>2</sup> Pode-se supor que o “espírito” de um determinado tempo também abranja o próprio sistema de hierarquias no campo da moralidade. Não há problema em ampliar a noção de espírito nesse sentido. Entretanto, marca-se a dimensão moral para que não se perca de vista a sua centralidade.

Dado o cenário, deve-se questionar como é possível a resolução dos conflitos ou a “ordem”? Para Boltanski e Thévenot (2014) a “humanidade ordenada” é justificada a partir de uma *fórmula de investimento* em que os estados conflituosos são vistos como etapas a serem superadas. A fórmula de investimento vincula-se a uma espécie de pedágio subordinado a valores do bem comum. Assim, é o caso de entender que um trabalhador em situação precária compreende que para alcançar uma condição mais digna (ou a próxima “etapa”) deve “pagar o pedágio” por intermédio de valores como mérito, esforço, persistência e autorresponsabilidade, valores comuns e universais à sociedade. Os valores do bem comum estão no mais alto patamar de uma escala moral o que significa colocá-los no máximo grau de desejabilidade<sup>3</sup>. Conhecê-los não significa, entretanto, examiná-los de forma profunda, como em um exame de construção epistemológica pois os conflitos são resolvidos de maneira pré-reflexiva (Bourdieu) ou desde uma redução da complexidade do mundo social (Luhmann). Indicar um “para além” da racionalidade significa apontar as contradições não unicamente a partir de elementos epistêmicos, ou seja, da busca por uma crença verdadeira e justificada, mas sim da incorporação dos afetos e moralidades e de como todos esses elementos se combinam em um estado pré-reflexivo<sup>4</sup>.

Por que abordar a questão a partir do trabalho? Refletir essa categoria é ponderar sobre as circunstâncias que afetam o indivíduo em sua condição existencial mais concreta. Ainda que à constituição do humano possa se atribuir distintas pluralidades e diversos campos de ação, o estar no mundo impõe-se, pois “*o trabalho é o que determina a cadeia*

---

<sup>3</sup> Substituir os desejos pessoais pelos interesses de uma organização é como Dejours se aproxima da questão da alienação no sentido psiquiátrico: “*Alienação no sentido psiquiátrico também, de substituição da vontade própria do Sujeito pela do Objeto. Nesse caso, trata-se de uma alienação, que passa pelas ideologias defensivas, de modo que o trabalhador acaba por confundir com seus desejos próprios a injunção organizacional que substituiu seu livre arbítrio. Vencido pela vontade contida na organização do trabalho, ele acaba por usar todos os seus esforços para tolerar esse enxerto contra sua natureza, ao invés de fazer triunfar sua própria vontade.*” (1992, p. 137). Totalizar os valores de bem comum é também passar por uma construção de desejos.

<sup>4</sup> É sob esse aspecto que se terá como análise subjacente as distintas formulações da noção de dominação. Em Weber, por exemplo, dentre as diferentes formas dessa categoria, destacam-se a dominação em virtude de interesses e outra em virtude da autoridade, pela burocracia ou pela tradição (2004, cap. IX). A questão da legitimação das formas de dominação, entretanto, amplia-se ao se pensar, a partir de uma dominação cultural, como A. Gramsci sustenta a partir da noção de uma hegemonia cultural; não se trata mais de uma dominação exclusivamente burocrática, mas antes, vista a partir de uma utilização da intelectualidade com vistas à manutenção de legitimidade no âmbito de imposição de comportamento no campo da luta de classes. No pensamento ocidental antigo, a legitimação de dominação pode ser encontrada em Platão ao defender a maior legitimidade da aristocracia em oposição à tirania; esse pensamento encontra eco na defesa de um grupo esclarecido frente à tirania nos escritos de La Boétie sobre a servidão voluntária. Sendo assim, Marilena Chauí pensará essa dimensão por uma espécie de movimento de enfeitamento no qual não basta a obediência, mas também a devoção: “*Feitiço e símbolo, o Um é a realização fantástica da unidade de uma sociedade dividida que dissimula sua divisão e que oculta a cisão da vontade no título que nomeia o poderio invisível de ninguém e que cada um julga fazer seu. A esse poderio todos oferecem mais que obediência, porque o fazem objeto de devoção.*” (CHAUÍ, 2013, p. Cap. 2).

*causal das determinações do ser*” (INFRANCA, 2014). A materialidade se impõe de maneira que o modelo que determina a distribuição das condições de existência é inescapável e transversal a toda forma de existência e significação. De tal modo, atribui-se uma centralidade ao trabalho enquanto condição humana (Lukács), material (Marx) e também enquanto categoria de estudo do tecido social.

Essa é uma defesa primária de um materialismo (ainda que enquanto realização de um ideal), localizado historicamente, sem pretensões universalistas ou fatalistas. O espírito que permeia esse momento histórico caracterizado de forma geral como neoliberalismo<sup>5</sup>, apresenta um sistema de valores no qual a responsabilidade individual frente à realidade social toma grande relevância. Em especial nas relações do mundo do trabalho, é perceptível uma intensa responsabilização que resulta em auto culpabilização acerca das condições em que o trabalhador se encontra. Como destaca José Castiano:

O sujeito coage-se a si mesmo, por formas que, se ele quer lutar pela sua liberdade, tem que vencer as coações e coerções internas; tem que se vencer a si mesmo. Trata-se aqui, portanto, de uma fase da história em que o maior "inimigo" da liberdade, as coações, são intrínsecas ao próprio sujeito (...). Vou trocar isso em palavras mais explícitas, talvez: o sujeito no neoliberalismo, tem a liberdade de poder fazer, sentir e pensar, tem a liberdade do ter. Mas esse mesmo "poder fazer", aparentemente livre, resulta numa coação interna em cada sujeito (do "empreendedorismo", por exemplo) (CASTIANO, 2018, p. 151–152)

Se o liberalismo clássico surge como uma defesa da liberdade frente às externalidades de um Estado absolutista, o novo espírito amplia essas ameaças à liberdade a partir do próprio sujeito. É inescapável, de tal maneira, uma disposição ética capaz de naturalizar as condições de trabalho, sejam quais forem. Retira-se da disputa os aspectos de justiça ao tempo em que trata todas as possíveis formas de relação, sejam opressivas ou desvantajosas, como inescapáveis, inclusive e primariamente sob o aspecto moral. Mobiliza-se uma constante resignação frente à realidade.

Essa naturalização, entretanto, não somente encerra os questionamentos das condições sociais, mas também tenta justificá-los. Opera-se um fatalismo das relações, uma espécie de secularização da teleologia divina. O ultraliberalismo<sup>6</sup>, como uma

---

<sup>5</sup> A polissemia que o termo adquiriu pode levar a caminhos diversos, conforme será tratado na seção 1.2. Para esse momento destaco a afirmação de Verônica Gago “*A crise do neoliberalismo não é a crise do livre mercado, mas uma crise da legitimidade dessas políticas*” (GAGO, 2018, p. 227). Sendo assim, pensa-se esse fenômeno de maneira plural em sua execução o que demanda também distintas formas de legitimação.

<sup>6</sup> Ainda que o termo ultraliberalismo possa soar panfletário, é importante destacar que sua utilização resulta da argumentação de Tzvetan Todorov acerca da ampliação paradoxal do conceito de liberdade: “*mas o*

necessidade de defesa moral do modelo econômico em questão, atua nos moldes de uma religião, em seu sentido mais dogmático. Como destaca W. Benjamim:

O capitalismo deve ser visto como uma religião, isto é, o capitalismo está essencialmente a serviço da resolução das mesmas preocupações, aflições e inquietações a que outrora as assim chamadas religiões quiserem oferecer resposta. (2013, p. 21)

Com as devidas ressalvas, ao se estender o classificador religioso a um sistema econômico quer-se dizer que estamos tratando de determinadas categorias que tem relação com uma espécie de racionalização ética da vida. Como resume Weber:

Os afortunados raramente se contentam com o fato de serem afortunados. Além disso, necessitam saber que têm o direito à sua boa sorte. Desejam ser convencidos de que a “merecem” e, acima de tudo, que a merecem em comparação com outros. Desejam acreditar que os menos afortunados também estão recebendo o que merecem. A boa fortuna deseja, assim, “legitimar-se”. (WEBER, 1982, p. 314)

A lógica econômica, portanto, mantém uma linha de raciocínio contínua de cooperação, ao tempo em que individualiza e responsabiliza o sujeito de maneira extremada. É uma das formas de contradição do modelo econômico neoliberal. Exige-se, como em um culto, a prática comunal de colaboração por intermédio da atividade laboral, mas a “salvação”, ou a melhoria das condições do labor depende exclusivamente da agência do indivíduo ou de seu particular sacrifício.

### *Campos de investigação*

A investigação será realizada em um contexto no qual há um crescente aumento do setor de serviços, subcontratações, empregos parciais, temporários e a distância; a acentuação do fenômeno de precarização que ficou conhecido como *uberização*, precariado (STANDING, 2013); outras diversas formas de fragmentação e complexificação do trabalho em termos transnacionais (ANTUNES; ALVES, 2004); e, em especial, a partir do novo momento informacional que permite uma plataforma digital do trabalho na formação de um possível cibertariado (HUWS, 2017) ou de uma classe de

---

*ultraliberalismo coloca a soberania das forças econômicas, incorporada na vontade dos indivíduos, acima da soberania política, qualquer que seja a sua natureza. Ao fazê-lo, viola – paradoxalmente – o princípio básico do pensamento liberal, que é a limitação de um poder por outro.” (TODOROV, 2014a, p. 93)*  
(tradução nossa)

infoproletários (ANTUNES; BRAGA, 2009). Todas essas transformações parecem ir em um caminho no qual a defesa moral de seus modelos<sup>7</sup> é necessária e inclusa no próprio modelo de exploração.

Serão abordadas duas categorias de trabalhadores sob modelos de trabalho distintos, mas que trazem diversos elementos comuns vinculados a uma determinada ideologia de incentivo ao empreendedorismo, mérito e ao *self-made man*: motoristas de passageiros por aplicativo e microempreendedores individuais.

O primeiro será focado em trabalhadores que se encontram sob o regime de mediação estabelecido por plataformas digitais. Em especial indivíduos que trabalham com o serviço de transporte por aplicativo no Distrito Federal. Com o cenário pandêmico de Covid-19 e suas consequências a partir de 2020, essa categoria de trabalhadores ficou não somente em evidência por sua atividade, mas também se tornou opção frente ao crescente desemprego e a ausência de uma rede de seguridade social inclusiva.

O uso intensivo de aplicativos é um fenômeno que encontra grande recepção no cenário brasileiro. De forma geral verifica-se que, em março de 2021, o Brasil apresentava cerca de 32,4 milhões de pessoas que utilizam algum tipo de aplicativo para o trabalho, além disso “*Dos 32,4 milhões de brasileiros que têm renda via aplicativos, 16% deles afirmaram que essa tem sido a única fonte de renda e outros 15% disseram que os aplicativos respondem por metade dos ganhos*”. (ESTADÃO, 2021)

O número de trabalhadores por aplicativo para entrega de alimentos e serviços de transporte, por exemplo, representava, em novembro de 2020, cerca de 2 milhões de trabalhadores, sendo cerca de 700 mil na primeira categoria e 1,3 milhão na segunda (LAPA, 2021). Além disso, os trabalhadores começam a aparecer como estatisticamente significantes nas pesquisas somente a partir de 2016, sendo que “*Em 2019.IV, o resultado era 400% superior ao observado em 2016.I – ao final de 2020, esse patamar estava 750% e seguiu crescendo em 2021.*” (GÓES; FIRMINO; MARTINS, 2021, p. 10).

Observa-se, assim, que trata-se de fenômeno muito recente e com uma explosão quantitativa de trabalhadores vinculados a trabalhos temporários, com longos períodos de trabalho e baixas remunerações, além de uma determinada marcação de gênero, em sua maioria masculino, e de raça com percentuais de 60% de negros (MANZANO; KREIN, 2020) (LAPA, 2021) (ACCARINI, 2020).

---

<sup>7</sup> Pode-se citar o estabelecimento de justificativas a partir, por exemplo, de uma economia do compartilhamento, no qual o mote inicial era “o que é meu é seu” e se transformou em “o que é seu é meu” (SLEE, 2015, cap. 9)

Em vista disso, as justificativas para condições de vínculo precário encontram guarita em ideologias de empreendedorismo e mérito advindos da possibilidade de um determinado gerenciamento do próprio indivíduo frente a sua disponibilidade de tempo de trabalho. A disputa pelo discurso da autonomia e da libertação da subordinação por intermédio do slogan “seja seu próprio chefe” faz-se presente de maneira contínua. No contexto brasileiro, a categoria “conta própria” frente à contraposição de um patrão já encontra lastro histórico nos estudos da década de 1950 acerca de trabalhos operários migrantes, conforme relata Juarez Rubens Brandão Lopes:

Todos, entretanto, sem exceção, revelam a atração que sobre eles exerce o trabalho “por conta própria”.

(...)

A liberdade de quem negocia ou se estabelece “por sua conta” é o tema dominante. Um operário do interior de São Paulo salienta que quem trabalha por conta própria “não depende de horário, não depende de chefe”. Outro, cearense, de Jucás, afirma que a razão de “estar enfrentando as horas (de trabalho) de noite” é para poder entrar no comércio; e assevera: “Homem que pica cartão não tem futuro; pessoa que trabalha por conta própria é que pode melhorar”. (BRANDÃO LOPES, 2008, p. 38–39)

No caso em questão, todavia, o desejo dominante pela independência parece não encontrar espaço dentro de uma estrutura industrial. No trabalho por plataformas digitais, por sua vez, o chefe de si ou o trabalhador-empresa mostra-se como o indivíduo com capacidade de autogoverno de acordo com seus desejos e necessidades (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 327) ao tempo em que levanta-se a crítica de que, em verdade, trata-se de um gerenciamento de “estratégias pessoais de sobrevivência” (ABILIO, 2019). A essa noção atribui-se uma ênfase à noção de que parte do gerenciamento do trabalho encontra-se terceirizado ao próprio trabalhador, um autogerenciamento subordinado.

Essas perspectivas permitem-nos avançar em reflexões acerca da categoria de gerenciamento, da mobilização do desejo histórico de uma independência frente ao patrão, das consequências de algoritmos opacos no gerenciamento de contratos de trabalho invisíveis, das relações de assalariamento e também da própria construção de uma subjetividade vinculada à atividade. São os subtemas que guiarão a ponderação sobre essa categoria de trabalhadores.

A situação nacional na classificação do trabalho informal<sup>8</sup> coloca essa categoria heterogênea como uma parte relevante da força de trabalho disponível no país. Da população ocupada, observando-se exclusivamente os trabalhadores sem carteira assinada temos: 28% em 1981, 38% em 1990 (ULYSSEA, 2005), 18,8% em 1999, 17,1% em 2009 (DIEESE, 2012) e 19,3% em 2022<sup>9</sup>.

É nesse sentido que se vislumbra a análise acerca de uma resposta de uma política pública frente à informalidade. Trata-se da implementação da publicação da Lei Complementar nº 128/2008 (2008), que alterou o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei nº123/2006), criando a figura do “Microempreendedor Individual”. Esse marco normativo permite que profissionais de áreas heterogêneas<sup>10</sup> se convertam em pequenos empreendedores; tendo como objetivo a inclusão de trabalhadores por conta própria, autônomos e outros que atuam na informalidade. Neste escopo, o MEI serviria a um duplo propósito: de um lado, estimular o desenvolvimento de novas empresas e, do outro, apoiar a transição da informalidade para a formalidade (CAMPANHA et al., 2017).

Se por um lado o objetivo da política pública tinha como intenção a incorporação dos trabalhadores em uma rede de seguridade social, percebe-se que há uma tendência de precarização de certas profissões na transferência da responsabilidade do empregador ao profissional, conforme ressalva João Maria de Oliveira: “*existem indícios de que a política de microempreendedores individuais está sendo utilizada de forma desvirtuada, como processo de terceirização ou de substituição do emprego pela prestação de serviços*” (2013, p. 43).

Exposta a situação material volta-se o olhar para as justificativas apresentadas frente a uma expansão dos processos de terceirização, especialmente na propaganda do indivíduo-empresa, que não se submete a horários e tampouco a um patrão. Ocorre, assim,

---

<sup>8</sup> Ainda que a crítica quanto ao trabalho precário possa ser estabelecida a partir do contexto brasileiro no qual há um determinado marco legal que faz uma limitação entre trabalho formal e informal, é importante ressaltar que a categoria trabalho informal é muito abrangente e agrega uma heterogeneidade de categorias díspares. Nesse sentido, ver “*Do catador ao doutor: um retrato da informalidade do trabalhador por conta própria no Brasil*” (SANTIAGO; NOGALES VASCONCELOS, 2017)

<sup>9</sup> As formas de avaliação do que vem a ser mercado informal pode considerar trabalhadores sem carteira assinada assim como agregar a categoria “conta-própria”. Para a estatística aqui apresentada foram considerados somente aqueles “sem carteira assinada”. É importante ressaltar que as estatísticas não são necessariamente comparativas considerando as distintas formas de abordagem entre a Pesquisa Mensal de Emprego, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio; será discutida a nebulosidade da questão estatística como parte de uma crítica às respostas aos problemas da informalidade.

<sup>10</sup> Desde 2018 as atividades permitidas a essa categoria contemplam 470 profissões, conforme Anexo XI da Resolução CGSN Nº 140, de 2018. (Arts. 100, Inciso I e 101, § 1º, Inciso I, § 2º) disponível em: [http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Arquivos/manual/Anexo\\_XI.pdf](http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Arquivos/manual/Anexo_XI.pdf)

um processo de terceirização no qual os vínculos de subordinação permanecem a partir de uma certa idealização da categoria empreendedorismo.

Sendo assim, a segunda categoria de trabalhadores que será tratada como campo de observação são os microempreendedores individuais – MEIs localizados também no Distrito Federal. Em análise preliminar, observando-se uma razão proporcional entre população economicamente ativa e MEIs, o DF ocupa a 5ª posição a nível nacional, tendo em números absolutos cerca de 215 mil trabalhadores com cadastro ativo na Receita Federal.

### *Trabalho, Liberdade e Afetos*

Isto posto, voltemos o olhar à materialidade manifesta a partir da categoria trabalho. Sobre esse aspecto é necessário trazer as definições de Lukács, para o qual “... a essência do trabalho humano consiste no fato de que, em primeiro lugar, ele nasce em meio à luta pela existência e, em segundo lugar, todos os seus estágios são produto de sua autoatividade.” (LUKÁCS, 2013, p. 34). Sartre, por exemplo, ao citar a existência ao qual Lukács faz referência desenvolve:

Um homem trabalha para conseguir instrumentos que lhe permitam apaziguar a fome e reproduz sua existência sob uma forma qualquer que depende do desenvolvimento econômico (...) Logo, a primeira ligação que Marx destaca com esses três termos é uma ligação com o ser de fora, isto é, uma ligação que chamamos de transcendência. Essas três características produzem, pois, uma espécie de “explosão de si mesmo para...”, ao mesmo tempo que um retorno para si, uma retomada para si. (SARTRE, 2015, p. 20).

A centralidade da categoria trabalho é esmiuçada em Lukács, a partir de uma exploração da recepção da teleologia hegeliana em Marx. É o “pôr-se”, de maneira causalmente intencional no mundo que insere o trabalho como transformação do ser individual em ser social. Como traz Antonino Infranca: “O escopo estabelecido para o trabalho representa, para Marx, assim como para Lukács, o momento em que o ideal se torna um elemento fundamental da realidade sócio-material, na medida em que determina a cadeia causal das determinações do ser.” (INFRANCA, 2014, p. 39)

Nesse sentido, à categoria trabalho atribui-se uma predominância desde sua expressão como mediação primária com vistas à manutenção da condição humana a partir de “condições objetivas de sua reprodução produtiva sob circunstâncias que mudam

*inevitável e progressivamente...*” (MÉSZAROS, 2011, p. 133–134) ao tempo em que sob o sistema de um período específico da história tem-se o surgimento de mediações de segunda ordem que acabaram por “*introduzir elementos fetichizadores e alienantes de controle social metabólico*” (ANTUNES, 2009, p. 22). Se antes uma relação mediada por um conjunto de necessidades para satisfação da existência, em um segundo momento uma subordinação “justificada” a um modelo de acumulação específico. De tal maneira, é de se esperar que não somente as relações materiais fiquem subordinadas, mas também as demais dimensões, incluindo o controle de determinado conjunto de valores.

A partir desse ponto, pretende-se discorrer sobre a ainda influente dupla dimensão da liberdade – advindas do liberalismo clássico – que figura recorrentemente nos discursos do trabalhador precarizado. A primeira dimensão enfatiza a situação do indivíduo com o discurso de trabalho duro e persistência individual, ou seja, o trabalhador constitui-se e deve sempre almejar uma autonomia para realizar o seu projeto de vida pessoal. Discursos como “*ser o próprio patrão para se realizar o que se deseja*” traduzem esse tipo de liberdade. Mark Fischer, a partir da leitura de David Smail, conceitua esse ideário como voluntarismo mágico, ou seja, “*a crença de que está dentro do poder de cada indivíduo se tornar o que quer que seja – é a ideologia dominante e a religião não oficial da sociedade capitalista contemporânea, empurrada goela abaixo tanto pelos “experts” da TV e gurus de negócios quanto pelos políticos.*” (FISCHER, 2022).

A segunda dimensão, por sua vez, é entendida como a liberdade que deve ser garantida pela ausência de impedimentos externos à realização do projeto pessoal. É essa dimensão de liberdade que será apropriada pela nova roupagem do liberalismo. A aversão aos elementos de um governo absolutista será transferida para a repulsa aos espaços institucionalizados de deliberação ou debate público. Em outras palavras: o desejo<sup>11</sup> de uma liberdade que se manifesta como ausência de impedimentos para realização do projeto de vida pessoal se transforma na mobilização de culpa e responsabilização aos espaços públicos de disputa. Elevado o desejo último de uma liberdade como autonomia, a liberdade material deve ser atendida como uma ausência completa de restrições. A responsabilidade e culpa surgirão também a partir dessas duas dimensões, uma auto

---

<sup>11</sup> Mesmo no âmbito do consumo é de se refletir se há criação de desejo em um sujeito visto enquanto elemento passivo frente a, por exemplo, uma propaganda. Dado o fenômeno de dataficação cada vez mais personalizado, há uma percepção inicial de que o consumo não é visto mais exclusivamente pela criação do desejo de massas, mas sim pelo seu direcionamento; uma movimentação de desejo personalizado. Jacob Ward, por exemplo, tem defendido que há um crescente fenômeno de terceirização das nossas escolhas à inteligência artificial: “*Fazemos escolhas que alimentam os dados desses sistemas, os dados são examinados, os dados moldam as nossas escolhas, as nossas escolhas alimentam mais dados.*” (WARD, 2022, cap. 163) (tradução nossa).

culpabilização pelo fracasso na realização de uma liberdade como autonomia e a culpabilização de agentes externos pelo fracasso causado por uma restrição da liberdade por agentes externos.

Ao voltarmos o olhar à questão “*como ocorre a construção de valores morais (e a ordem) em um contexto de trabalho?*” é imperioso questionar: estamos falando da construção de valores a partir de qual encontro? Entre o trabalhador e o empregador? Uma classe social e um sindicato patronal? Entre o ser humano e a transformação da natureza que o rodeia? De qual encontro ou de qual relação entre Eu-Outro estamos falando?

Para esse propósito a argumentação recupera o que se chama de sociologia relacional a partir de uma discussão reacendida por Bruno Latour e fundada em Gabriel Tarde. Isso significa trazer uma abordagem processual, no qual o fenômeno social não deve ser analisado somente por seres fixos por determinações ontológicas fechadas, mas sim da emergência do processo e da relação. Pode-se dizer que a análise social é mais relevante à medida que concentra seus esforços na busca por processos subsumidos aos fenômenos contextuais. Nesse sentido, a dicotomia micro/macro não se torna mais relevante, pois a perspectiva é a da relação e não a da substância<sup>12</sup>.

De tal maneira, é importante situar o argumento de que a agência se oculta, mas não deixa de existir. Assim, o trabalho mediado por elementos não humanos ainda é a representação de um “administrador” que busca a eficiência máxima. Entretanto, a novidade que se percebe é a de que o caminho da totalidade da algoritmização é também o de um gerenciamento sobre escolhas e, além disso, sobre a memória e história. O que, em um cenário mais geral, transforma o fenômeno de dataficação<sup>13</sup> em um elemento de “rede” poderoso e que não pode ser analisado exclusivamente pela via da substancialidade, mas em termos de suas relações entre os diversos participantes do fenômeno.

O elemento subsequente de nossa análise teórica ocorre no que diz respeito à movimentação de afetos<sup>14</sup>. Afeto será conceito utilizado a partir da definição dada por

---

<sup>12</sup> Acompanha-se aqui a definição de Spinoza para o qual substância pode ser definida como “aquilo que existe em si mesmo e que por si mesmo é concebido, isto é, aquilo cujo conceito não exige o conceito de outra coisa do qual deva ser formado.” (SPINOZA, 2009 Parte I - Def. 1.3)

<sup>13</sup> Dataficação enquanto fenômeno de captura de dados rastreáveis com vistas à financeirização, mas também entendido de forma mais ampla como um “*processo de tradução da vida em dados digitais rastreáveis, quantificáveis, analisáveis, performativos*” que “*possibilita a conversão de toda e qualquer ação em dados digitais rastreáveis, produzindo diagnósticos e inferências nos mais diversos domínios.*” (LEMOS, 2021, p. 194). Além disso, como defende Sadowski, dados são o componente central da política econômica do século XXI (SADOWSKI, 2019)

<sup>14</sup> É importante delinear que nesta pesquisa intenta-se tratar de volições primariamente e não de sentimentos stricto sensu. Os sentimentos serão tratados, primariamente, como elementos presentes à volição e em caráter não individual. São, assim, auxiliares na compreensão da construção das vontades, como, por exemplo, já se

Baruch Spinoza para o qual consiste nas “*afecções do corpo, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada, e, ao mesmo tempo, as ideias dessas afecções (...) por afeto compreendo, então, uma ação; em caso contrário uma paixão*” (SPINOZA, 2009 Parte III - Def. 1.3). Não basta "estar triste" para que isso seja um afeto. O afeto tristeza é algo que te movimenta a partir do "estar triste". Isso dentre muitos outros afetos, como a alegria, o medo, esperança, desespero etc. Toda a expressão fora do âmbito da racionalidade estrita, a partir do momento que te chama à ação é afeto, o que o diferencia de pretensos sinônimos como sentimento e emoção<sup>15</sup>. Portanto, é necessário refletir por uma racionalidade que abranja uma movimentação de afetos. As contradições não podem ser tratadas e analisadas exclusivamente a partir de aspectos racionais.

Isto posto, o questionamento subsequente, que vincula essa composição teórica à pesquisa de campo, desenvolve-se no sentido de visualizar como (ou se) ocorre um processo de ressignificação e justificação dentro de determinados modelos de relação laboral como o empreendedorismo e a plataformização digital. Os conflitos que mantêm a exploração<sup>16</sup> encontram justificativas a partir da movimentação de conceitos, que são moralmente hierarquizados como superiores, tais como as noções de mérito, empreendedorismo, liberdade econômica e responsabilidade individual?

O que se percebe é que o trabalho de valoração moral fará com que o trabalhador compreenda a injustiça na precarização do trabalho ao mesmo tempo em que considerará essa injustiça como uma etapa inescapável para a própria melhoria de vida. Melhoria que

---

apresenta no debate acerca das emoções na sociologia entre a abordagem biossocial e construcionista. (ROSA, 2009).

<sup>15</sup> As emoções também podem ser analisadas a partir da inclusão dos sentimentos na própria oferta da força de trabalho. É exigido, por exemplo, que o sentimento (ou uma certa disponibilidade afetiva) esteja alinhado com a proposta da empresa, assim como com o atendimento ao cliente. Nesse sentido, Hochschild (2012) cita o trabalho das aeromoças, para o qual há exigência de uma oferta de mão de obra emocional. Ou seja, o trabalhador passa a ser parte do produto que está sendo oferecido, não somente nas dimensões mais visíveis, mas também na oferta de uma afetividade ou sentimentalidade.

<sup>16</sup> É importante destacar que ao assumir o termo exploração faço uma marcação específica a partir da expropriação de mais-valor como desenvolvido de forma clássica no modelo marxiano. É possível outro caminho como, por exemplo, a partir do debate desenvolvido por John E. Roemer, que rejeita a teoria valor-trabalho, e para o qual a exploração muda da produção para a distribuição de propriedades. Conforme destaca Fabien Tarrit: “*Para Roemer, o conceito de exploração é um modo particular de análise das desigualdades; é uma relação causal entre as rendas dos agentes econômicos. Ele permite analisar o processo de opressão econômica, não constituindo a apropriação do excedente uma implicação central.*” (TARRIT, 2016, p. 18). Ou nas palavras do autor: “*Marxistas têm frequentemente enfatizado a coerção do trabalhador pelo capitalista na questão da produção, tal como ocorre no locus da expropriação da mais-valia. De acordo com a definição das relações de propriedade, o locus central da coerção não está na questão da produção, mas na manutenção das relações de propriedade.*” (ROEMER, 1982, p. 311) (tradução nossa). Essa discussão não será tratada na presente pesquisa, assumindo-se a posição clássica aliado ao entendimento de que, a centralidade do conceito exploração que termina por carregar ao seu lado uma consequente necessidade de justificativa moral.

deverá vir a partir desse mesmo sistema que lhe causa aflição. Ou seja, as consequências são ruins, mas as causas que a justificam são boas. Perceba que há uma inversão na relação causal; a materialidade primária já está na consequência. A esperança é a consequência ideal, ainda irrealizada, que justificará as causas de exploração. A esperança é um desses afetos em sentido estrito; o porvir ainda não realizado, mas sempre à vista, que estimula o indivíduo à ação.

Em um contexto no qual a categoria “sofrimento” assume uma certa centralidade, o modelo gerencial é também responsável por fazer constantes ressignificações de felicidade e moralidade. Cite-se por exemplo o gerenciamento de uma camada de jovens trabalhadores nos quais há uma disponibilidade anterior à entrada no mercado para uma ideologia e racionalidade específica. Conforme nos traz Danielle Linhart nos cenários de empresas de tecnologia:

O excesso de trabalho e o estresse que uma tal vida profissional causa é, Marc Perrenoud nos diz, considerado como parte de um apostolado glorioso, e estes os jovens não reclamam, pelo contrário, procuram. Eles veem a empresa de serviços de TI para a qual trabalham como o trampolim para completar uma autoimagem articulada em torno do sucesso. Eles vivem rápido, procuram desafios.<sup>17</sup> (LINHART, 2015, p. 174–175) (tradução nossa)

Em um primeiro momento, espera-se que o frenesi, os desejos de sucesso e os desafios estejam vinculados a um tipo de trabalho com perfil jovem e de maior qualificação. Entretanto, percebe-se que esse tipo de ideologia também alcança trabalhos mais precarizados, tendo em vista que trabalhos de “bico”/temporários<sup>18</sup> foram apropriados em uma relação de maior liberdade, como momentos de grande intensidade para o alcance de uma melhor colocação em momento futuro, por intermédio de novos processos de gerenciamento. No caso do trabalho por plataformas digitais, por exemplo, de motoristas por aplicativo, tem-se que:

... a liberdade do motorista tem de ser agressivamente, se bem que subtilmente, gerida. Uma das principais formas que estas empresas têm

---

<sup>17</sup> No original: “*L’excès de travail et le stress qu’occasionne une telle vie professionnelle est, nous dit Marc Perrenoud, considéré comme participant d’un glorieux apostolat, et ces jeunes ne s’en plaignent pas, au contraire, ils les recherchent même. Ils voient la SSII pour laquelle ils travaillent comme le tremplin pour parachever une image de soi articulée autour de la réussite. Ils vivent en accéléré, recherchent les défis.*”

<sup>18</sup> A despeito de o termo *gig economy* estar em maior evidência e ser utilizado com maior frequência, entende-se que o conceito já existente em nossa língua permite um melhor entendimento de que o trabalho temporário, sem recorrência e de maior precariedade é uma constante no histórico nacional e pode ser verificada nas estatísticas de subutilização, subdivido em trabalhadores em busca de emprego e desalentados.

procurado fazer isso é através do uso da gamificação. (...) Os jogos proporcionam uma experiência instantânea e visceral de sucesso e recompensa, e são cada vez mais utilizados no local de trabalho para promover o envolvimento emocional com o processo de trabalho, para aumentar o investimento psicológico dos trabalhadores na conclusão de tarefas que de outra forma não seriam inspiradoras, e para influenciar, ou “cutucar”, o comportamento dos trabalhadores. (MASON, 2019)

Se por um lado o incentivo à individualização e à competição são a ordem do dia como consequência de uma continuidade extremada que desemboca em um pós-taylorismo, por outro exige-se um compromisso e cooperação com o modelo econômico vigente. Nesse sentido, percebe-se que há uma presença cada vez mais contundente de atos aparentemente opostos no pragmatismo do trabalho cotidiano, no qual as ações e vontades devem estar vinculadas a uma constante de cooperação e comprometimento, conforme desta Eva Illouz:

“(...) a esfera econômica, longe de ser desprovida de sentimentos, tem sido, ao contrário, saturada de afeto, um tipo de afeto comprometido com o imperativo da cooperação e com uma modalidade de resolução de conflitos baseada no ‘reconhecimento’ bem como comandada por eles (ILLOUZ, 2011, p. 37)

Assim, utilizar-se da promessa futura advinda de um mérito – ou seja, de um critério aparentemente objetivo de justiça e igualdade -, em confronto com a realidade material posiciona, incontornavelmente, elementos contrapostos. Se há culpa e coerção deve haver também uma manutenção da esperança pelo êxtase e felicidade (SAFATLE, 2015, p. 20).

Ademais, a questão da individualidade deve ser vista com bastante ressalva dado que um primeiro olhar situa o indivíduo do nosso tempo como um ser aparentemente despolitizado e atomizado, que tem a responsabilidade levada ao extremo da individualidade. Entretanto, ao mesmo tempo e de maneira paradoxal, esse mesmo indivíduo encontra uma necessidade premente de pertencer. Zaoual apresenta o conceito de *homo situs*, como resposta ao ser cada vez mais uniformizado que a globalização através de um viés econômico tentou criar (ZAOUAL, 2010, p. 14). Como lança luz Jane Simoni:

O *homo situs*, conceito-chave na trajetória do pensamento de Zaoual, é central na argumentação e caracterização das dinâmicas locais e enraizadas e integra a sua teoria dos sítios simbólicos de pertencimento. Essa teoria postula que o ser humano necessita um sítio, pois neste espaço ele se ancora e se realiza. É uma entidade imaterial composta pelo espaço cognitivo de pertencimento, que estabiliza o caos social a que o ser

humano se sujeita. De acordo com a teoria, são três as caixas de elementos contidas no sítio: a caixa preta, simbólica e, em geral, pouco visível nas práticas locais, que contém os mitos fundadores, valores, crenças, revoluções, sentimentos, sofrimentos, experiências, memória e trajetória de um ser humano; a caixa conceitual, na qual está contida o saber social, as teorias e os modelos; e a caixa de ferramentas, determinante do trabalho, técnicas, modos de organização, ofícios, modelos de ação, comportamentos e o saber-fazer. O senso comum estrutura e produz a interação entre as caixas. (SIMONI, 2011, p. 180)

É nesse espaço, sítio imaterial de referência e realização, que o indivíduo pertencente adere a um conjunto de valores, crenças e saberes. O estado ordenado de coisas em uma sociedade se funda também nessa contínua ressignificação do espaço de pertencimento. Por isso a importância de trazer os elementos associados ao sucesso como os valores de bem comum que devem ser almejados por todos. Ser pertencente significa aderir aos elementos simbólicos, conceituais e técnicos desse espaço.

Por fim, essas diversas contradições entre conceitos e afecções como liberdade, individualidade, mérito, culpa, sofrimento, esperança etc serão colocados em movimento para uma melhor compreensão de como se dá essa ordenação que constantemente se justifica a partir de um determinado modelo econômico.

### *Trilha argumentativa*

O quadro geral dessa pesquisa pode se resumir a partir da seguinte disposição analítica:

Problema geral: como ocorrem os processos de justificação (ou legitimação) do trabalhador frente às condições objetivamente precárias?

Hipótese: dentre outros processos, o mais fundamental processo de justificação e legitimação ocorre na transformação de valores específicos em valores do bem comum e que são consolidados em uma hierarquia a partir de uma escala moral.

O caminho argumentativo, de forma geral se constitui a partir das seguintes asserções:

I – há uma continuidade disposicional-ética de realização do projeto liberal clássico, ou seja, da garantia do projeto de vida privada. O que significa movimentar duas dimensões da liberdade:

I.1 – a liberdade positiva, entendida como uma realização da autonomia, a *liberdade-para* realizar o que se quer; e

I.2 – a liberdade negativa, que tem sua garantia advinda da ausência de obstáculos para se realizar a liberdade anterior; trata-se de uma *liberdade-de* amarras externas

II – o neoliberalismo enquanto movimento macroeconômico, mas que se articula efetivamente de forma bastante distinta a depender de territorialidades, o que significa se aproximar ao evento de duas formas::

II.1 – desde um entendimento macro, que deve ser articulado no contexto de capitalismo dependentes que, por sua vez, se traduz em diversos tipos de neoliberalismos, ou seja, sem a busca por uma essência.

II.2 – a partir de uma noção de continuidade do projeto liberal tendo como foco central os espaços públicos de disputa. Neoliberalismo assume esse *éthos* em que a legitimidade das coletividades organizadas é colocada em dúvida, em suspeição ou em desconfiança

III. o conceito de racionalidade deve ser ampliado, de modo a dar ênfase à virada afetiva e, especialmente, à redução das complexidades pela via dos juízos de valor.

IV. a moralidade deve ser enfatizada enquanto condição e lócus da pré-reflexividade.

V. o “método” de fundo para análise da legitimação/justificação considera o processualismo relacional como a abordagem mais adequada, dada a ênfase na emergência dos conflitos, ou seja, no nível “meso” ou das relações.

VI. a legitimação é o garante de uma certa ordenação societal. Constitui-se a partir de uma fórmula de investimento que garante a potencialidade de mudanças de estados distintos. Os valores que constituem essa fórmula de investimento são usualmente colocados como os valores de bem comum da sociedade.

VII. a precariedade por ser definida por duas vias:

VII.1. pelas condições efetivamente inseguras expressas em diminuição de acessos aos elementos de uma cidadania social como saúde, educação e lazer;

## VII.2. pela transferência integral do risco ao trabalhador.

Expostas as premissas teóricas, parte-se para um diagnóstico das novas fronteiras do trabalho no contexto brasileiro, do qual tem-se o seguinte caminho:

I. o contexto de trabalho informal/precário nacional é uma constante e, tal qual em países periféricos deve ser considerado como elemento constituinte desse espírito do nosso tempo. Isso significa assumir o neoliberalismo menos como assujeitamento e mais como catalisador das condições prévias.

II. Foram colocadas em evidência quatro dimensões da categoria de microempreendedores individuais:

II.1. o caráter de transitoriedade, em que o trabalhador se vê em uma contínua passagem de situação. Assim, a instabilidade é movimentada não como valor negativo, mas como elemento de central para movimentar tanto esperança quanto medo

II.2. a dinâmica da liberdade, especialmente a partir das aproximações do liberalismo clássico e como isso coaduna com sua consequência mais próxima: a responsabilidade

II.3. dada a atomização do empreendedor individual é relevante entender como esse indivíduo compreende a cooperação entre trabalhadores e como a constante individualização movimenta a motivação como fator intrínseco a uma individualidade criativa e empreendedora.

II.4. a dimensão da justiça é abordada a partir do que se considera neoliberalismo, ou seja, de como os trabalhadores entendem o espaço público para deliberação e debate. Ou, de forma geral, como que as estruturas públicas são colocadas de forma negativa frente a uma ampliação do individualismo resignado.

III. para os motoristas por aplicativo foi colocado o holofote no fenômeno da plataformização digital do trabalho a partir de quatro enfoques:

III.1. o algoritmo e seus processos correlatos assumem uma importante colocação na condução da atividade profissional. O processo de controle em grau maximamente otimizado apresenta uma nova forma de assalariamento ao tempo em que amplia consideravelmente o controle sobre o tempo de trabalho disponível.

III.2. o trabalhador plataformizado entende-se mais como autônomo do que como empreendedor. Isso pode ser entendido pela movimentação das duas noções de liberdade clássicas tratadas no liberalismo.

III.3. da liberdade anterior tem-se duas consequências recorrentes: a auto responsabilidade e a culpabilização que pode ser direcionada tanto para si quanto para os agentes externos.

III.4. a desconfiança é elemento decorrente do contexto mais recente, na medida em que se constitui como base para a deslegitimação dos espaços de disputa e debate.

Expostas as premissas e as argumentações observadas a partir da pesquisa de campo é possível discorrer conclusivamente sobre o processo de estabelecimento de valores de bem comum. Esses valores são colocados em uma hierarquia de valores numa escala moral que, acessados de forma pré-reflexiva, justificam e legitimam um determinado estado ordenado de coisas, especialmente no âmbito da precariedade laboral.

## 1 Para além de uma racionalidade (neo)liberal

Uma reconstrução crítica de conceitos polissêmicos, mais detidamente os de racionalidade e neoliberalismo, é a trilha dessa primeira seção o que permitirá desembaraçar resultados potencialmente ambíguos. Após uma restrição conceitual, pretende-se verificar se a análise de uma racionalidade no contexto neoliberal é suficiente para uma investigação de fenômenos sociais apreendidos, por exemplo, nas justificativas encontradas nas relações do mundo do trabalho. A grafia (neo)liberal tem por objetivo dar maior centralidade à influência do liberalismo clássico na construção de sua nova versão.

O conceito de neoliberalismo pela sua disputa e espalhamento, é multifacetado e demanda distintos pontos de observação. Entende-se, assim, que é possível aproximar-se pelas vias subjetiva, por intermédio da análise de produção, transformação e manipulação de subjetividades<sup>19</sup>; e objetiva (ou política e econômica), observando-se tanto as instituições como o processo de acumulação específico de nosso tempo.

Verônica Gago, classifica<sup>20</sup> as potenciais análises a partir da divisão entre um neoliberalismo de “cima para baixo” e outro de “baixo para cima”, sendo este: “*a proliferação de modos de vida que reorganizam as noções de liberdade, cálculo e obediência, projetando uma nova racionalidade e afetividade coletiva*” (GAGO, 2018, p. 17). É uma classificação mais interessante pois observa a questão não exclusivamente a partir do indivíduo, mas do seu conjunto, assim como atribui uma certa ação, inclusive mais descentralizada, por parte dos grandes atores que agem de “cima para baixo”. Além disso, não se perde de vista que o movimento pressupõe intervenções e resistências em seu processo em ambas as direções. A problemática advinda dessa divisão diz respeito à agência - especialmente dos atores que impõem esse determinado modo de vida -, que o “desde baixo” pode ocultar.

O rearranjo de conceitos como liberdade e dignidade fazem com que essas noções figurem no topo de uma hierarquia de valores de forma estática e central, conforme resume Harvey:

---

<sup>19</sup> Subjetividade carrega múltiplas significações. Assume-se no presente trabalho que as validações externas terão a nossa atenção e não necessariamente o processo de construção de uma subjetividade (subjetivação). Sendo assim, não se trata de busca de construção das motivações individualizadas, mas sim de como as próprias motivações são validadas pelas partes envolvidas.

<sup>20</sup> Uma tipologia sugerida por Daniel Pereira Andrade, por exemplo, pensa um primeiro eixo de análise a partir de uma “essência”, em uma busca por elementos centrais de caracterização, e um segundo no qual o caráter histórico do processo assume centralidade, pensando-se sobre múltiplos neoliberalismos que podem aparecer em fenômenos como pós-colonialismo, hibridismo governamental etc. (ANDRADE, 2019, p. 213).

Nenhum modo de pensamento se torna dominante sem propor um aparato conceitual que mobilize nossas sensações e nossos instintos, nossos valores e nossos desejos, assim como as possibilidades inerentes ao mundo social que habitamos. Se bem-sucedido, esse aparato conceitual se incorpora a tal ponto ao senso comum que passa a ser tido por certo e livre de questionamento. As figuras fundadoras do pensamento neoliberal consideravam fundamentais os ideais políticos da dignidade humana e da liberdade individual, tomando-os como "os valores centrais da civilização". (HARVEY, 2014, p. 15)

Utiliza-se, assim, de um constante retorno às justificativas individuais para uma legitimação do âmbito político. As constantes analogias e paralelos da economia doméstica com a macroeconomia tentam mobilizar as justificativas individuais. Não por menos, a base teórica de uma racionalidade neoliberal é uma teoria da motivação advinda de uma teoria dos preços do mercado, como destacam Dardot e Laval:

A economia é mais questão de escolha do que de cálculo de maximização; mais especificamente, este último é apenas um momento, ou uma dimensão da ação, que não é capaz de resumi-la inteiramente. O cálculo pressupõe dados, e pode-se considerar até que é determinado pelos dados, como é o caso nas doutrinas do equilíbrio geral. A escolha é mais dinâmica, implica criatividade e indeterminação. É o elemento propriamente humano da conduta econômica. (...) A contribuição do subjetivismo para a qual apelam Von Mises e Kirzner é ter “transformado a teoria dos preços de mercado em uma teoria geral da escolha humana” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 148)

As justificativas, por exemplo, dadas para as políticas de austeridade<sup>21</sup> a partir de analogias com o corte de gastos domésticos é um desses elementos que surgem constantemente no horizonte de países sob um capitalismo dependente, em uma espécie de política de “macroeconomia medieval”, no qual é necessário “sangrar” para que se tenha saúde fiscal (KRUGMAN, 2011).

A transposição da liberdade individual para o encontro dessas liberdades no ambiente “mercado” é constantemente utilizada em justificativas materializadas em métricas<sup>22</sup> como o Índice de Liberdade Econômica criado pelo Heritage Foundation, o qual define o indicador como:

---

<sup>21</sup> Sobre a questão da austeridade é incontornável a citação ao trabalho de Mark Blyth no livro “Austeridade: a história de uma ideia perigosa” (BLYTH, 2013)

<sup>22</sup> As diversas métricas e conjuntos de indicadores são um importante instrumento de manutenção dos discursos neoliberais pois são facilmente entendidos como neutros. Observe-se, nesse sentido, que a metodologia do índice em questão atribui pesos iguais a doze componentes do que se considera liberdade econômica. O componente “Liberdade Financeira”, por exemplo, atribui o valor máximo para quando o “*A supervisão governamental limita-se apenas ao cumprimento das obrigações contratuais e à prevenção de*

A liberdade econômica é o direito fundamental de cada ser humano de controlar o seu próprio trabalho e propriedade. Numa sociedade economicamente livre, os indivíduos são livres para trabalhar, produzir, consumir e investir da maneira que desejarem. Nas sociedades economicamente livres, os governos permitem que o trabalho, o capital e os bens circulem livremente e abstêm-se de coerção ou restrição da liberdade para além do necessário para proteger e manter a própria liberdade<sup>23</sup>. (THE HERITAGE FOUNDATION, 2020) (tradução nossa)

Para além disso, há também, em certa aparência, uma busca por justificativas da ordem econômica em elementos míticos, como destaca Walter Benjamin em “O capitalismo como religião”:

Na época da Reforma, o cristianismo não favoreceu o surgimento do capitalismo, mas se transformou no capitalismo. Metodologicamente seria preciso investigar quais foram as ligações que o dinheiro estabeleceu com o mito no decorrer da história, até ter extraído do cristianismo a quantidade suficiente de elementos míticos para constituir o seu próprio mito. (BENJAMIN, 2013, p. 24)

Sob esse aspecto há uma constante exposição do indivíduo e suas interações. Nos meandros de uma institucionalidade maior, há outros elementos sociais agrupados que poderão tornar seus atos como componentes legítimos, é o caso dos grupos religiosos ou envolvidos em algum objetivo ou causa comum.

É nesse sentido que se desenvolve uma certa tentativa de entender, de forma ampliada, uma racionalidade neoliberal. Não exclusivamente a partir de elementos epistêmicos expostos em argumentações contraditórias, mas especialmente a partir da dimensão de assujeitamento no qual as argumentações anteriores são cristalizadas: nos valores morais, ou em termos mais amplos, em uma ética. É a partir dessa fundação que se sustenta o título desse capítulo, isto é, o “para além de uma racionalidade” deve ser lido como uma ampliação de uma racionalidade estrita e não necessariamente sua superação.

Entende-se que o movimento de análise a partir de “estruturas” menores ou de interações moleculares, de “baixo para cima” ou de construção de assujeitamentos é a forma mais adequada de aproximação ao fenômeno. Sendo assim, será necessário dar um

---

*fraudes*” (tradução nossa). O detalhamento metodológico pode ser acessado em <https://www.heritage.org/index/pages/about#indexMethodology>

<sup>23</sup> No original: *Economic freedom is the fundamental right of every human to control his or her own labor and property. In an economically free society, individuals are free to work, produce, consume, and invest in any way they please. In economically free societies, governments allow labor, capital, and goods to move freely, and refrain from coercion or constraint of liberty beyond the extent necessary to protect and maintain liberty itself.*

passo atrás para justificar o porquê de uma abordagem a partir de uma sociologia relacional, especialmente a partir de uma teoria social processual.

Assim, essa primeira parte do texto abordará a questão pelo seguinte caminho:

I - a forma como o liberalismo traduz o ideal de um projeto de vida particular a partir da legitimação da racionalidade em detrimento de outras dimensões, como a dos afetos. Nesse sentido, a legitimação da discussão pública terá como elemento central um determinado conceito estrito de racionalidade.

II - uma delimitação do conceito de neoliberalismo a partir de suas manifestações historicamente situadas, em especial observando-se as distintas apresentações a depender do nível de dependência econômica de cada nação. Se o liberalismo restringe o tipo de conteúdo que pode ser discutido, o avanço neoliberal restringe os espaços em que isso pode ser realizado. É nesse sentido que se propõe a existência de neoliberalismos, no plural, ao tempo em que se habilita o seu fio aglutinador: a diminuição ou deslegitimação dos espaços públicos e coletivos de disputa.

III - a partir desses dois elementos será possível discorrer sobre o quê quer-se dizer com “além” de uma racionalidade, especialmente a partir da crítica às limitações da razão enquanto chave para análise de fenômenos sociais. Nesse sentido, estando a racionalidade estrita muito bem delimitada, sofrimento, medo, esperança e todos os demais afetos possíveis são jogados de forma homogênea como elementos que devem ser resolvidos a partir da vida privada. E quando colocados em disputa são deslegitimados no espaço público, como algo “menor”.

IV - com isso em mente, pode-se avançar para explicar o motivo pelo qual a dimensão moral ou ética será utilizada como uma das manifestações sociais que considero centrais na análise, especialmente de relações no mundo do trabalho. Essa afirmação se sustenta em uma proposta de que, ao sinal de contradição ou ambiguidade que exige resolução, o indivíduo recorre, fundamentalmente, a uma hierarquia de valores morais.

V – por fim, pretende-se discorrer sobre uma teorização de uma abordagem relacional e como essa perspectiva demanda mais elementos que justifiquem uma análise

do fenômeno não necessariamente a partir de categorias individualizantes, mas que considerem a forma como os juízos de valor moral são evidenciados.

## 1.1 O Projeto de Vida Privada - O Liberalismo

A liberdade, conceito-guia e fundamento da tradição que leva seu nome, é um desses conceitos que se desdobra em diversas controvérsias e que se apresenta de maneira profícua em múltiplas escolas de pensamento. No conjunto do argumento aqui desenvolvido será suficiente fazer uma distinção entre a suas vias negativa e positiva, proposição exposta por Isaiah Berlin<sup>24</sup> a partir de uma longa recapitulação histórica e revista em *Four Essays on Liberty* (BERLIN, 2002). Em resumo, pode-se pensar sobre essa distinção a partir dos seguintes aspectos:

É útil pensar na diferença entre os dois conceitos em termos da diferença entre fatores externos e fatores internos ao agente. Enquanto os teóricos da liberdade negativa estão principalmente interessados no grau em que os indivíduos ou grupos sofrem interferência de organismos externos, os teóricos da liberdade positiva estão mais atentos aos fatores internos que afetam o grau em que os indivíduos ou grupos agem de forma autônoma<sup>25</sup>. (CARTER, 2022) (tradução nossa)

Ainda que o conceito possa ser reconstituído desde tradições antigas, estaremos restritos aos impactos que essa idealização teve na construção de uma oposição histórica ao absolutismo político no contexto europeu, notadamente a partir dos movimentos do Renascimento e da Reforma Protestante. De antemão, é importante vislumbrar que o *espelho* deste referencial teórico, especialmente no contexto da tradição liberal, é o Outro usualmente não-europeu. Não sem espanto pode-se observar exemplos de opiniões de expoentes do liberalismo como John Stuart Mill para o qual a China, a despeito de poder ter indivíduos que poderiam, “*sob certas limitações*” serem chamados de filósofos, tornou-se uma nação parada da qual o desenvolvimento só pôde ser obtido por obra de

---

<sup>24</sup> Como expõe Anderson Carvalho dos Santos, a distinção já se encontra sistematizada em Erich Fromm a partir de uma dualidade entre restrições internas (positiva) e externas (negativa), assim como em Benjamin Constant em uma divisão entre a liberdade dos antigos (positiva) e dos modernos (positiva). (DOS SANTOS, 2018)

<sup>25</sup> No original: *It is useful to think of the difference between the two concepts in terms of the difference between factors that are external and factors that are internal to the agent. While theorists of negative freedom are primarily interested in the degree to which individuals or groups suffer interference from external bodies, theorists of positive freedom are more attentive to the internal factors affecting the degree to which individuals or groups act autonomously.*

estrangeiros (MILL, 2001, p. 66–67). De tal forma, o conceito de liberdade, ainda em Mill, não alcançaria civilizações “bárbaras” ou “menores de idade”:

Pela mesma razão, podemos deixar de considerar aqueles estados atrasados da sociedade em que a própria raça pode ser considerada como sendo menor de idade. (...) O despotismo é um modo legítimo de governo no trato com os bárbaros, desde que o fim seja o seu aperfeiçoamento e os meios justificados para realmente atingir esse fim. A liberdade, como princípio, não tem aplicação a qualquer estado de coisas anterior ao momento em que a humanidade se tornou capaz de ser melhorada através de uma discussão livre e igualitária<sup>26</sup>. (MILL, 2001, p. 14) (tradução nossa)

Ter no horizonte o fenômeno colonial é essencial para entender as contradições internas das diversas construções e conceituações liberais do termo. A guerra civilizatória consiste na expansão de um projeto político de imposição de um determinado projeto de vida “iluminado” frente ao obscurantismo. Domenico Losurdo traz alguns importantes exemplos dos discursos desse projeto civilizatório, a exemplo da justificativa para o extermínio em massa no Congo realizado pela Bélgica ou da legitimação das tentativas de invasão da Etiópia pela Itália (LOSURDO, 2021, p. 79). Se não a via da religiosidade cristã universal, agora também o Esclarecimento secular, com o fundo da inescapável racionalidade comum a todos<sup>27</sup>.

Se a liberdade era o tipo-ideal a ser alcançado, o seu antônimo, a escravidão, surgia como representação de um “*estado tão vil, tão miserável e tão diretamente contrário ao temperamento generoso e à coragem da nossa nação...*” (LOCKE, 2006, p. 52). Todavia, a escravidão era uma espécie de contraposição idealizada, uma metáfora de um tipo-ideal que se traduzia não na literalidade do homem escravizado nas Américas ou em África,

---

<sup>26</sup> No original: *For the same reason, we may leave out of consideration those backward states of society in which the race itself may be considered as in its nonage. (...) Despotism is a legitimate mode of government in dealing with barbarians, provided the end be their improvement, and the means justified by actually effecting that end. Liberty, as a principle, has no application to any state of things anterior to the time when mankind have become capable of being improved by free and equal discussion.*

<sup>27</sup> Um pequeno parêntese é importante para separar essa aparente transição de uma justificativa religiosa para uma secular, ainda que não sejam efetivamente separáveis. No momento que se segue à “conquista” do hoje chamado continente americano, o debate que se segue no contexto espanhol diz respeito ao que se chama de Controvérsia de Valladolid (1550-1551). Uma acalorada conferência entre Bartolomeu de Las Casas e Sepúlveda sobre o caráter de humanidade que poderia ser atribuído aos indígenas, ou seja, se possuíam alma; se eram humanos por completo e, portanto, se poderiam ser “integrados” à civilização. O postuladoprescrição desse contexto é o de que tem-se não somente o direito como também o dever de se impor o bem aos outros (TODOROV, 2014b, p. 225). Sendo assim, entende-se o processo civilizatório posterior (tal como o da Conferência de Berlim, dois séculos depois) como uma expansão desse processo de imposição da moralidade, a partir de uma sustentação secularizada em uma base de racionalidade emancipatória.

mas, no exemplo idealizado, no colono americano que, ao ser tributado, estava tolhido de sua plena liberdade.

As diversas fundamentações de liberdade, sejam nas aproximações de Hobbes, Locke ou Rousseau mais a frente, são explícitas contradições dadas as condições das populações escravizadas e contemporâneas aos seus escritos. A Revolução Americana (1776), por exemplo, é um dos palcos dessa incoerência, conforme relata Susan Buck-Morss:

Ao evocar as liberdades da teoria dos direitos naturais, os colonos americanos, enquanto senhores de escravos, eram levados a uma "monstruosa incoerência". Ainda assim, apesar de alguns, como Benjamin Rush, terem admitido sua má-fé e outros, como Thomas Jefferson, terem posto a culpa pela escravização dos negros nos britânicos; apesar de os próprios escravos terem apresentado demandas públicas por sua libertação e de alguns estados isolados terem aprovado legislação antiescravagista, a nova nação, concebida em liberdade, tolerava a "monstruosa incoerência", inscrevendo a escravidão na Constituição dos Estados Unidos da América. (BUCK-MORSS, 2011)

Essas incoerências são usualmente resolvidas por intermédio de teses eugenistas e outras formas de reclassificação e racialização que atribuem ao não-europeu<sup>28</sup> o caráter de inferioridade ou de força de trabalho legalmente adquirida<sup>29</sup>. Jean-Jacques Rousseau, talvez o mais proeminente teórico de sustentação à Revolução Francesa (1789), ao tempo em que condena a escravidão como um direito absurdo, ilegítimo e sem significado (ROUSSEAU, 2010, p. 25), ignora o *Code Noir*, uma espécie de código civil aplicável aos escravizados nas colônias francesas que vigorava em sua época. Essa norma "*legalizou não apenas a escravidão, o tratamento de seres humanos como propriedade móvel, mas também a marcação a ferro, a tortura, a mutilação física e o assassinato de escravos que procurassem questionar sua condição desumana*" (BUCK-MORSS, 2011)<sup>30</sup>. Na interpretação de Luis Sala-Molins, as comparações metafóricas que os iluministas

---

<sup>28</sup> As diversas teorias racialistas não constituem condição somente a partir da hierarquização entre raças, mas também da tese de degenerescência a partir da miscigenação. Essa ressalva é particularmente importante para o contexto brasileiro, dado que o seu principal expoente, Arthur de Gobineau (1967) defendeu, em 1874, a tese de que os brasileiros, em 200 anos, seriam uma raça extinta, dada a mestiçagem no país.

<sup>29</sup> O domínio despótico, ressaltado por Hobbes, por exemplo, é fundamentado em uma espécie de direito do vencedor, mas um direito "consensual". Conforme explica: "*Portanto, não é a vitória que confere o direito de domínio sobre o vencido, mas o pacto celebrado por este. E ele não adquire a obrigação por ter sido conquistado, isto é, batido, tomado ou posto em fuga, mas por ter vindo se submeter ao vencedor. E o vencedor não é obrigado pela rendição do inimigo (se não lhe tiver prometido a vida) a poupá-lo, por se ter entregue à sua discricão; o que só obriga o vencedor na medida em que este em sua própria discricão considerar bom.*" (HOBBS, 2003, p. 173)

<sup>30</sup> O *Code Noir*, estabelecia, por exemplo em seus arts. XII e XIII, a condição de escravo a todo filho nascido de mulher escravizada. Uma patente afronta ao mote iluminista "todo homem nasce livre"

realizavam com a categoria escravidão não se aplicava ao contexto europeu. A escravidão era sempre pensada em termos de ontologias comparáveis, ou seja, a partir da escravidão realizada por gregos ou romanos e, potencialmente, de seres de mesma “categoria”. Assim, não se discutia “quem é o negro?”, mas sim “o que é o negro?”, distinção aplicável de forma geral ao não-europeu. Nas palavras de Sala-Molins:

A pergunta feita não era “Quem é o Negro?” Na maioria das vezes era questionado de forma diferente como “O que é o Negro?” É à luz desta categorização que, de Montesquieu a Raynal, passando por Rousseau, Voltaire, Diderot, Helvetius e Condorcet, o escravo negro só pôde aproximar-se do recinto da lei despojado de toda a humanidade, envolto na sua estranheza ou reduzido a algo trivial, através de moratórias intermináveis.<sup>31</sup> (SALA-MOLINS, 2006, p. 75) (tradução nossa)

Colocadas as contradições históricas temporariamente entre parênteses, avancemos para a observação das formalidades do conceito de liberdade e seus internos desenvolvimentos. É sobre uma determinada concepção de liberdade, naturalizada como propriedade humana, que o sujeito liberal se conceberá por intermédio da realização de um projeto de vida particular/privada. Esse movimento concede ao espaço público, de forma exclusiva, o ambiente legítimo para normatizações de uma determinada expressão de racionalidade; as diversas e possíveis expressões de sofrimento e injustiça, por exemplo, ficarão restritas ao âmbito privado da vida. Em havendo o alcance da formalidade de uma liberdade que não atrapalhe a vida particular, tudo que é não-racional, ou seja, contingencial, particular ou singular não deve ser levado ao âmbito público e, por conseguinte, está fora dos critérios de justiça. É essa a aposta liberal, conforme nos resume Filipe Campello:

Ao assumir que bastaria que teorias normativas não interferissem em relatos particulares – e nos sentimentos subjetivos neles articulados –, pressupõe-se uma capacidade de ação supostamente racional e imune a interferências, sejam elas externas ou internas, de modo que experiências de sofrimento não estariam ao alcance da crítica. (...) A consequência mais direta de se restringir os afetos à esfera privada foi a de que toda aquela esfera do sensível relativa ao modo de sermos afetados – sobretudo enquanto sofrimento – passaria a encontrar dificuldades em ser tratada como uma questão de justiça. (CAMPELLO, 2022, p. 57)

---

<sup>31</sup> No original: *The question asked is not "Who is the Negro?" It is most often framed differently as "What is the Negro?" It is in light of this categorization that from Montesquieu to Raynal through to Rousseau, Voltaire, Diderot, Helvetius, and Condorcet, the Negro slave can Only approach the precincts of the law stripped of all humanity, draped in his strangeness, or reduced to something trivial through endless moratoriums*

A partir desse horizonte, será tratado o conceito de liberdade<sup>32</sup>, para depois observarmos a restrição da racionalidade e, conseqüentemente, da legitimidade dos elementos que podem ser trazidos à discussão pública. O projeto de vida particular/privada se apresenta como o objetivo final do indivíduo liberal; se há liberdade *formal* garantida, os afetos, volições e demais expressões não-rationais devem se restringir à vida particular.

### *Liberdade Negativa*

A definição negativa de liberdade manifesta-se como a ausência de obstáculos para que os desejos do indivíduo sejam alcançados. Ou seja, trata-se de não sofrer interferências dos outros e agir de maneira que não exista um fator externo a exercer pressão contra a sua vontade. Uma gradação de liberdade nessa conjuntura é sempre possível. Há distintos graus de liberdade que são mensurados a partir do valor de referência, que equivale a interferência alguma. Apesar disso, não se advoga a existência de um indivíduo onipotente ou sem barreiras. Isaiah Berlin, inclusive, destaca que o conceito inclui não somente as ações em si, mas as próprias potencialidades: “*A extensão da minha liberdade social ou política consiste na ausência de obstáculos não apenas às minhas escolhas reais, mas também às minhas escolhas potenciais – à minha atuação desta ou daquela maneira, se eu decidir fazê-lo.*”<sup>33</sup> (BERLIN, 2002, p. 32). Além disso, essa interferência ou barreira externa deve ser intencional ou deliberada. Assim, pela via negativa, mais liberdade significa mais ação ou potencial de ação, sem interferência motivada. O elemento central consiste na ausência de coerção por outros indivíduos, dado os limites de um contrato anterior, ou seja, de uma justificação subjacente. É nesse sentido que John Locke estabelece:

É a liberdade de seguir minha própria vontade em todas as coisas não prescritas por esta regra; e não estar sujeito à vontade inconstante, incerta, desconhecida e arbitrária de outro homem: como a liberdade natural consiste na não submissão a qualquer obrigação exceto a da lei da natureza. (LOCKE, 2006, parag. 22)

---

<sup>32</sup> Os excertos e argumentos referentes à noção de liberdade estarão restritos à sua função civil ou política, ou seja, em como os seus impactos atuam nas relações interindividuais. Essa nota é relevante na medida em que o debate sobre liberdade da vontade ou livre-arbítrio não serão aprofundados, apesar de ecoarem nos argumentos dos autores indicados.

<sup>33</sup> No original: *The extent of my social or political freedom consists in the absence of obstacles not merely to my actual, but to my potential, choices - to my acting in this or that way if I choose to do so.*

A prescrição da regra ao qual Locke faz referência é a norma estabelecida por um poder legislativo e aplicável a todos os membros de uma determinada sociedade. A lei da natureza, por sua vez, é a razão<sup>34</sup>, considerada enquanto atributo humano distintivo e lei natural que fundamenta o contrato social<sup>35</sup>. É o legítimo instrumento de critério para discussão pública que pode fazer frente aos desejos e vontades vinculadas a um poder legitimado em uma lei divina e atribuída a um único indivíduo. É nesse sentido que a tradição liberal nasce: como uma forma de legitimar o direito à revolução<sup>36</sup> burguesa anti-absolutista, em especial a Revolução Inglesa, iniciada em 1688.

A contraposição mais próxima (ainda que anterior), dado o contexto histórico, é a visão de Thomas Hobbes para o qual o absolutismo era a melhor saída para um estado natural belicoso. Independente das conclusões opostas a Locke, percebe-se um alinhamento nesse pressuposto, dado que para Hobbes: “*Um homem livre é aquele que, naquelas coisas que graças à sua força e engenho é capaz de fazer, não é impedido de fazer o que tem vontade de fazer.*” (HOBBS, 2003, p. 179). Apesar de uma defesa do absolutismo vigente, mesmo Hobbes estabelece uma espécie de adiantamento iluminista ao trazer a racionalidade como elemento central na justificação da soberania (WALDRON, 2001, p. 468).

Ao se falar de uma potencialidade de ação a partir de uma racionalidade motivada abre-se caminho para tratar de vontades primárias. É nesse sentido que Adam Smith propõe o interesse próprio e individual como elementos que, de forma invisível e efetivamente auto-ajustáveis, realizam o interesse de todos os seus membros. Ou seja, trata-se de um corolário à liberdade enquanto princípio individual: a intencionalidade atomizada produz efeitos generalizados de igual valor. Nas palavras do autor:

Ao perseguir seus próprios interesses, o indivíduo muitas vezes promove o interesse da sociedade muito mais eficazmente do que quando tenciona realmente promovê-lo. Nunca ouvi dizer que tenham realizado grandes coisas para o país aqueles que simulam exercer o comércio visando ao bem público. (SMITH, 1996, p. 438)

---

<sup>34</sup> As reverberações futuras da tradição liberal, com destaque à noção de repressão à *vontade desconhecida* a qual Locke faz referência, encontram repouso, por exemplo, no que John Rawls chama de condição de publicidade para a justiça (RAWLS, JOHN, 1993, p. 110–116)

<sup>35</sup> Em Voltaire a liberdade é também percebida a partir de uma motivação para ação, fundada na racionalidade. “*Vossa vontade não é livre mas vossas ações o são. Tendes a liberdade de fazer quando tendes o poder de fazer*” (VOLTAIRE, 2013, p. 238). Uma liberdade motivada em uma racionalidade tácita que coloca um limite à vontade, mas não às possibilidades de agir.

<sup>36</sup> Sendo o direito à propriedade uma espécie de consequência inerente à liberdade. Portanto, se o direito à propriedade individual é restringido por uma força externa, logo há uma legitimação para a insurgência e rebelião. (CRANSTON, 1957, p. 213)

A. Smith, entretanto, não se vincula à tradição contratualista anterior na medida em que assume o bem-estar coletivo como fruto não-intencional de ações individuais intencionais. Em outras palavras, é a partir do auto-interesse do “*padeiro em vender seu pão*” que a sociedade ao seu redor obtém o benefício de se alimentar. A racionalidade subjacente, enquanto lei da natureza, parece se deslocar da constituição do indivíduo dando espaço precedente aos “instintos e apetites”. Nas palavras de Andrea Fernandes:

A estabilidade social resulta não de um contrato racional firmado entre os cidadãos, mas do desejo de merecer a admiração dos semelhantes. (...) Finalmente, na esfera econômica, a divisão do trabalho resulta de uma "propensão para a troca", e o bem-estar material é produto do auto-interesse, e não do cálculo racional. (FERNANDES, 1995, p. 195)

Apesar disso, não é possível tratar a questão exclusivamente a partir de uma doutrina do egoísmo moral, fruto de uma influência de Bernard Mandeville e sua negação da existência de sentimentos morais orientados para o social. Se a liberdade em Adam Smith é não necessariamente um atributo humano (como em Hobbes ou Locke), ela aparece como suporte incontornável para a realização das vontades individuais e, conseqüentemente, para a maximização do bem-estar público. Em outras palavras: (i) o indivíduo age sempre motivado por um auto interesse; (ii) o interesse individual conduz a um bem-estar social, inescapável e justificado pelas leis naturais; logo (iii) a maior eficiência do bem-estar social só estará garantida quando a maior possibilidade de liberdade individual também estiver garantida.

É em Adam Smith, e em seus patronos intelectuais, que se pode observar uma mudança na moralidade econômica. Se nos contratualistas a vontade é o fim último dos limites da liberdade, em Smith a vontade encontra-se em um nível a frente, justificada pelo auto-interesse. É pressuposto teleológico que o equilíbrio e a “ordem” estão mais próximos de um estado de perfeição a medida que mais espaço/liberdade para o auto-interesse são garantidos. É, portanto, a partir da disputa por uma determinada teleologia que se justificam noções como a da invisibilidade do mercado. Sendo o fundamento último a liberdade individual, é consequência natural que quanto mais liberdade nessa dimensão, mais equilíbrio, ordem, bem-estar ou felicidade.

Ainda que Smith tenha publicado a Riqueza das Nações em 1776 não é sem esforço que se verifica um afastamento da realidade econômica frente a tal construção conceitual. Toda construção econômica subsequente ao início do mercantilismo foi marcada por uma

extrema intervenção estatal. Os conhecidos “*The English Navigation Acts*” de 1650 a 1660<sup>37</sup> impunham, por exemplo, que todas as mercadorias que saíssem ou entrassem na Grã-Bretanha deveriam ser realizadas por navios ingleses. A expansão colonial inglesa, aliada a uma forte intervenção estatal, são os elementos-chave para entender as contradições entre um sistema conceitual e a realidade econômica. Ainda que possa se dizer que o mercantilismo de fato seja um sistema com forte intervenção, é de se destacar que mesmo ao longo do século XIX a Grã-Bretanha, para se ater ao exemplo, teve uma forte política intervencionista, mesmo quando na comparação com a França<sup>38</sup> (CHANG, 2004, p. 70–72). Soma-se às políticas protecionistas o forte incentivo à diversificação de atividades e produção de bens de países com indústrias nascentes (REINERT, 2004), o que diverge radicalmente de ramificações como a teoria das vantagens comparativas<sup>39</sup>.

É também a partir de uma análise histórico-econômica da situação inglesa que Friedrich List (1841) cunha o termo “*chutar a escada*” que Ha-Joon Chang desenvolve mais recentemente. Chutar a escada significa uma ação em dois atos. A primeira consiste na atitude de suporte a um conjunto de políticas econômicas específicas que protegem a indústria nascente de uma nação; em um segundo momento, ao se alcançar posições próximas ao monopólio, prega-se noções como a de liberdade negativa, impedindo, ideologicamente, crescimento semelhante dos concorrentes. É uma clássica definição que encapsula as contradições de tradições não-materialistas. É nesse sentido que o recém independente Estados Unidos da América terá, por parte tanto de Friedrich List quanto de Alexander Hamilton, uma forte defesa de políticas de subsídio e forte intervenção protecionista estatal na infante indústria nacional.

Isto posto, é interessante observar os diversos saltos realizados de uma doutrina do bem comum a partir da busca pelo interesse individual. Jeremy Bentham é o expoente pioneiro da tradição utilitarista na medida que defende a utilidade como uma propriedade a partir do qual um objetivo pode diminuir ou aumentar o prazer ou a felicidade (BENTHAM, 1979, cap. 1, III). É nesse sentido que a sua conclusão consiste na noção de

---

<sup>37</sup> Os *Acts* foram revogados por completo somente em meados de 1850. Nesse sentido, a política protecionista inglesa também já tinha precedentes em legislação semelhante de 1380 pelo rei Ricardo II.

<sup>38</sup> Conforme Há-Joon Chang: “... o contraste entre os níveis do protecionismo praticado pelos dois países foi muito maior nos períodos iniciais [a partir de 1821], mas continuou sendo significativo nas décadas que se seguiram à guinada livre-cambista britânica de 1846, com a revogação das *Corn Laws*” (CHANG, 2004, p. 71–72)

<sup>39</sup> Nesse sentido pode-se citar o Tratado de Methuen entre Portugal e Inglaterra que durou de meados de 1700 a 1830. O tratado também conhecido como Tratado de Panos e Vinhos envolvia a troca de produtos têxteis por parte da Inglaterra em troca de vinhos por parte de Portugal. Atribui-se a esse tratado uma certa inviabilização do desenvolvimento manufatureiro em Portugal (MENEZES; COSTA, 2012).

que a função do Estado está na ampliação de um livre mercado a partir do qual os interesses individuais sejam maximizados e, por conseguinte, ampliada a felicidade comum. A distinção desde uma abordagem histórico-materialista permite fazer uma crítica como a de Marx que, em sua ironia característica, afirma:

Aplicado ao homem, isso significa que, se quiséssemos julgar segundo o princípio da utilidade todas as ações, movimentos, relações etc. do homem, teríamos de nos ocupar primeiramente da natureza humana em geral e, em seguida, da natureza humana historicamente modificada em cada época. Bentham não tem tempo para essas inutilidades. Com a mais ingênua aridez, ele parte do suposto de que o filisteu moderno, e especialmente o inglês, é o homem normal. (MARX, 2013, n. 63)

A crítica marxiana é aqui exposta somente como uma nota crítica na medida em que a posição liberal sempre se assume a partir de um método de dever-ser, o que não é problemático se na própria análise não se considerasse a realidade imposta e ausência de necessidade de uma universalização de padrões muito específicos. Não é possível pensar, de tal forma, na esfera de circulação e troca de mercadorias - especialmente a da compra e venda da força de trabalho -, como um espaço idílico no qual há garantia de igualdade entre seus atores. Certamente as condições da Inglaterra industrial do século XIX ou as condições de pessoas escravizadas nas colônias não podem ser vistas a partir de um espaço construído em um contrato no qual os indivíduos estão livres para buscar sua máxima felicidade.

Em resumo, pode-se colocar a argumentação da liberdade negativa no esquema abaixo indicado. O indivíduo livre, portanto:

1. Segue a própria vontade (Locke) ou potência de vontade (Hobbes)
  - 1.1. Essa vontade pode se ancorar em um interesse anterior, seja um egoísmo moral ou o desejo de admiração pelo outro (Smith)
2. Tem como limite à vontade o que é prescrito por uma regra geral (Locke)
  - 2.1. Essa regra geral não pode ser exclusivamente arbitrária (Locke)
  - 2.2. A regra geral também deve ser transparente (Smith e Rawls)
  - 2.3. A regra geral terá os critérios de não-arbitrariedade e transparência manifestados na submissão exclusiva à lei da natureza, a razão (A tradição iluminista)
3. Ao perseguir sua própria felicidade, maximiza a felicidade de toda a sociedade. (Bentham)

Deve-se perceber que a noção de uma vida privada não é necessariamente uma cisão profunda a partir de um modelo econômico, mas sim a separação de elementos que podem estar na discussão pública. Ao se utilizar da tese utilitarista, o indivíduo terá por objetivo realizar seus próprios objetivos, de ordem privada, sem que necessariamente tenha de justificar seus intentos na arena pública. Parece distante qualquer tipo de condenação moral sobre essa dimensão. O que se propõe pelo viés crítico é: como as injustiças podem ser vistas, disputadas e colocadas no debate público quando há conflitos nas persecuções de felicidade individuais? Retomaremos a questão mais a frente.

### *A liberdade positiva*

A liberdade positiva, por sua vez, é expressão de autonomia, ou seja, da possibilidade de criar norma para si. O indivíduo é livre quando tem poder para perseguir o seu próprio ideal, isto é, para tornar-se o seu próprio senhor. Nesse sentido, o indivíduo é dotado de uma determinada razão que o governa e que o distancia de outros elementos desviantes. O esforço por um ideal racional, uma verdade positivada, um Espírito ou qualquer ideal teleológico seria, nesse sentido, uma expressão da liberdade positiva. Assim, ser livre não seria praticar o que se quer, mas entender por que nem tudo é conveniente de ser realizado, como uma espécie de realização secular e tardia da doutrina paulina<sup>40</sup>.

Assim, a liberdade positiva busca responder a “Quem é o governante último?” enquanto a liberdade negativa busca resposta a “Qual dimensão que está sob meu controle?”. Em outras palavras, conforme Maria Ligia Elias discorre, a partir de Isaiah Berlin: “... poderíamos resumir as diferenças entre as duas concepções da seguinte forma: a liberdade negativa corresponderia a “estar livre de”, enquanto a liberdade positiva corresponderia a “estar livre para” (ELIAS, 2014, p. 21) (grifos no original)

Ao fazer uso da minha própria liberdade positiva (*livre-para*), faço o exercício de compreender que as duas noções de liberdade marcham lado a lado, não se traduzindo em contradição. *Estar-livre-para* realizar um determinado fim ou desejo “racional”, é

---

<sup>40</sup> Aqui faz-se referência ao trecho do livro de I Coríntios do cânone bíblico, escrito por Paulo do qual se extrai: “*Tudo me é permitido, mas nem tudo convém. Tudo me é permitido, mas eu não deixarei que nada me domine*” – I Co 6:12

elemento determinante para definir quais os elementos terão legitimidade nas barreiras que se encontra ao ser *livre-de*.

Perceba, por exemplo, que a noção de propriedade pode ser realizada enquanto disponibilidade do uso da força de trabalho. As pessoas devem, então, serem *livres-de* empecilhos que atrapalhem a sua condição de dispor da sua força de trabalho, com o objetivo de realizarem a sua *liberdade-para*.

Ao se pensar a partir do mundo do trabalho, verifica-se a instrumentalização da noção de liberdade a partir de ambos os sentidos aqui expostos. A categorização do trabalhador enquanto empreendedor, por exemplo, coloca-o como o indivíduo capaz de escolher livremente a realização de seu próprio interesse. O indivíduo, ao menos formalmente, está *livre-para* realizar seu privado e íntimo desejo. Além disso, está *livre-para* escolher a sua própria atividade econômica e sua jornada de trabalho. É a noção de liberdade positiva. Entretanto, haverá diversos empecilhos e coerções externas à realização de seu projeto. O trabalhador pode entender esses empecilhos como a existência de normas externas que o desfavorecem tais como impostos, a concorrência desleal etc.; o que se chama de liberdade negativa.

Observe-se que, em adiantamento à discussão que será realizada na seção específica, o que se percebe é um duplo movimento de justificação frente à materialidade de precarização. A liberdade positiva é reduzida à potencialidade, isto é, basta o interesse e a volição para que a formalidade seja efetivada. “*Para que alcance meu objetivo de viver confortavelmente, basta trabalhar mais*”<sup>41</sup>, ou em outros termos, sou *livre-para* realizar e alcançar uma vida digna, desde que seja esteja potencialmente *livre-de* amarras externas. É no contexto das “amarras externas” que a política se movimenta, na criação de inimigos, opositores ou mesmo na oposição da existência de uma determinada forma de governo como a democracia.

Dado que a liberdade negativa é algo recorrente na tradição contratualista<sup>42</sup> e utilitarista é importante refazer o caminho da liberdade positiva a partir do recorte histórico proposto. Se em Rousseau a análise da liberdade frente à realidade histórica se apresenta contraditória, no conjunto da sua argumentação a polêmica de uma liberdade positiva é tida como paradoxal. Isso pois a célebre asserção “forçar a ser livre” (ROUSSEAU, 2010, p. 30) legitima o indivíduo que, por não obedecer à vontade geral, deve ser coagido. Uma

---

<sup>41</sup> Trata-se de uma citação construída. A pesquisa de campo verificou esse tipo de pensamento em diversas abordagens tanto com trabalhadores plataformizados quanto com microempreendedores individuais.

<sup>42</sup> Exceto Rousseau.

liberdade que legitima a coerção. Ou seja, estando o cidadão *livre-para* colocar seus intentos e desejos para realização, também os disputa em um espaço público e corre o risco de ser coagido, em caso de derrota. No caso de Rousseau, garantida a possibilidade formal de auto-determinação, a possibilidade de coerção é não só legítima como manifestação da própria liberdade.

É em Immanuel Kant, todavia, que a liberdade, em sua faceta positiva, parece ter mais destaque e influência. No filósofo, a liberdade é condição da independência do arbítrio ou da faculdade do juízo. Em suas palavras: “*A liberdade no sentido prático é a independência do arbítrio frente à coação dos impulsos da sensibilidade.*” (KANT, 2001, A534) Isso significa que mais liberdade se manifesta na condição de realizar arbítrio, ou seja, de escolher o que é bom e evitar o que é mal. Como destaca Guido Antônio de Almeida: “*Podemos concluir, então, que a liberdade prática, a liberdade do arbítrio, não é outra coisa senão o poder de agir com base em imperativos*” (DE ALMEIDA, 1997, p. 182).

É sob esse aspecto que o dever moral é um imperativo categórico derivado da noção de liberdade. Sou *livre-para* realizar pois possuo a capacidade de arbitrar de forma livre. De tal forma resta possível a universalização do meu arbítrio e a “ação que se queira tornar-se uma lei universal” fica submetida à racionalidade. Ou seja, uma faculdade de juízo desvinculada de um impulso sensível. É a expressão máxima de uma liberdade positiva: atuar de maneira tal que eu seja o “dono” de mim, ter uma liberdade que dependa exclusivamente de mim mesmo, sem que impulsos externos intervenham nessa minha vontade e arbítrio.

Verifica-se que muito da auto responsabilização extrema que é instrumentalizada nas relações de trabalho contemporâneas reside nesse ideal de ser *livre-para*. Encontra-se em ideais como “*ser o próprio chefe para realizar aquilo que se quer*”. Ao se confrontar com as dificuldades inerentes a esse tipo de processo, tem-se por consequência imediata a auto culpabilização. E, caso a balança penda para a liberdade negativa, a crítica é mimetizada em discursos de crítica ao Estado, governo, sindicatos etc. É nesse sentido que a disputa liberal se insere: na contínua balança entre enaltecer o individual interesse e criticar as instituições (ou qualquer outro inimigo poroso) que impede a realização da liberdade positiva.

É relevante notar que os benefícios decorrentes da tradição liberal, especialmente para o debate político, e face às condições de governo absolutistas, são inegáveis e não estão em crítica nesta pesquisa. O holofote recai nas implicações das ambivalências entre

os tipos de liberdade advogadas e as suas condições de resolução, mormente a retirada de condições de sofrimento das disputas públicas ou de como se dá constituição de uma racionalidade mais restrita.

Posto o projeto de liberdade, resta saber como realizá-lo de modo encontrar os elementos de justificação. Ou, qual o fundamento último do qual seja possível a aceitação dos limites da liberdade? É sob o manto de uma inescapável lei natural que a liberdade natural também encontrará seus limites. Em Locke essa lei da natureza é o atributo humano da racionalidade. Em Hobbes tem-se a razão como cálculo, o ser humano seria o ente dotado da capacidade de descobrir os meios necessários, adequados e eficientes para se chegar a determinado fim.

Usualmente após a reconstituição dos argumentos de liberdade parte-se para uma noção de justiça, tal qual desenvolvido por Rawls, Honneth etc. Entretanto, vou sugerir que a análise dessa pesquisa se enverede pelo caminho do “meso”, tal qual a noção relacional explicitada na seção 1.5.2. Ou seja, trata-se de verificar como a noção de liberdade é recepcionada nos indivíduos e como ela é exibida nas relações destes com outros, sejam instituições ou mesmo outros objetos não-humanos (assumindo aqui a noção de Latour). Ou ainda, como a racionalidade é instrumentalizada nos juízos de valor feitos a partir das relações. Nesse sentido, não se trata de uma noção macro, ou seja, de como as instituições usam e transformam as noções de liberdade. Ou mesmo uma noção macro de como devem ser os critérios de justiça. Tampouco será uma análise individual para entender a motivação do indivíduo a partir de uma análise mais clínica. O foco está em como o indivíduo julga moralmente as relações que o colocam em situação de conflito. É uma divisão puramente analítica, dado que as motivações e as incisões institucionais ocorrerão de forma recorrente. Instrumentalizo essa ressalva para indicar que a proposta de uma hierarquia de valores em uma escala moral, no conjunto das escolhas diárias, não está vinculado a uma teoria da justiça específica.

## **1.2 Cidadão Máximo, Estado Mínimo – Neoliberalismos**

Essa seção tem por objetivo abordar o controverso conceito que atravessa a economia política e as ciências sociais. A pretensão, todavia, se limita a abordar o fenômeno pela sua via teórica ou ideológica, o que não afasta a necessidade de uma determinada contextualização material a partir de uma visão macroeconômica situada espacial e temporalmente.

Em primeiro lugar, entende-se que o fenômeno deve ser abordado pela via da pluralidade, ou seja, de como ele se expressa de maneira diversa a depender de sua correspondente história e dos dinamismos locais; o que tem se caracterizado como uma definição pós-colonialista (ANDRADE, 2019, p. 229–230) (GOLDSTEIN, 2012).

Essa abordagem joga luz ao fenômeno de políticas de austeridade e reformas que atuam em países periféricos como testes de laboratório social-econômico. Na década de 1980, mais de 240 empréstimos foram realizados pelo FMI a 38 países africanos (HILGERS, 2012, p. 83). Essa primeira onda de empréstimos condicionais não alcançou seus objetivos o que gerou a necessidade de mais empréstimos agora com condicionantes políticas e de organização do Estado. Hilgers, ao analisar esse cenário, indica a consequência de um paradoxo: a do Estado que é simultaneamente ausente e onipresente:

O Estado é, portanto, mais presente e visível, mas ao mesmo tempo mais ausente e fraco, capaz de coerção através de medidas informais (violência, ameaças, intimidação e despedimento de funcionários públicos recalcitrantes ou envio para lotações remotas), mas incapaz de cumprir as suas obrigações sociais. Em certos casos, vemos um Estado que está a expandir-se e até a tornar-se mais forte em alguns aspectos. No entanto, a sua fraqueza e porosidade são reveladas diariamente. O Estado mostra-se assim não um aparelho, mas um conjunto de processos que nem sempre estão ligados às instituições – ou que, em qualquer caso, não podem ser reduzidos a estas<sup>43</sup>. (HILGERS, 2012, p. 85) (tradução nossa)

Esse contexto é importante para situar a importante vinculação entre Estado e essa ordem econômica. Ao contrário do que o primeiro olhar indica, a apologia a um Estado mínimo não implica a defesa de um Estado com pouca atuação. O Estado é o ator mais forte e com capacidade para manter o jogo econômico, de forma que os objetivos “planificados<sup>44</sup>” não sejam o objetivo estatal. Foucault, ao fazer uma leitura crítica de Hayek, resume:

Na verdade, o Estado deve ser cego aos processos econômicos. Não se deve supor que ele saiba tudo o que diz respeito - ou o conjunto dos fenômenos que digam respeito - à economia. Em suma, a economia, tanto

---

<sup>43</sup> No original: *The state is thus both more present and visible, but at the same time more absent and weak, capable of coercion through informal measures (violence, threats, intimidation and firing recalcitrant civil servants or sending them to remote posts) but incapable of fulfilling its social obligations. In certain cases, we see a state that is expanding and even becoming stronger in some ways. Yet its weakness and porousness are revealed on a daily basis. The state thereby shows itself to be not an apparatus, but a set of processes that are not always linked to institutions – or that, in any case, cannot be reduced to these.*

<sup>44</sup> Hayek estabelece sua argumentação de forma negativa pela via da crítica ao que chama de sociedade planificada. A planificação se afasta da liberdade na medida em que transforma uma variedade de objetivos em uma uniformidade forçada. (HAYEK, 1990, p. 54).

para o Estado como para os indivíduos, deve ser um jogo: um conjunto de atividades reguladas - e voltamos aqui, como vocês veem, ao que dizíamos ao começar -, nas quais, no entanto as regras não são decisões tomadas por alguém pelos outros. É um conjunto de regras que determina de que modo cada um deve jogar um jogo de que ninguém, no limite, conhece o desenlace. A economia é um jogo e a instituição jurídica que emoldura a economia deve ser pensada como regra de jogo. O *Rule of law* e o Estado de direito formalizam a ação do governo como um prestador de regras para um jogo econômico em que os únicos parceiros e os únicos agentes reais devem ser os indivíduos ou, digamos, se preferirem, as empresas. Um jogo de empresas regulado no interior de uma moldura jurídico-institucional garantida pelo Estado: é essa a forma geral do que deve ser o quadro institucional de um capitalismo renovado. Regra de jogo econômico e não controle econômico-social desejado. (FOUCAULT, 2008, p. 238)

Deve ser notado que a potencial distinção entre os fundamentos de uma macroeconomia e o fundamento de uma teoria liberal são retroalimentados em uma espécie de panaceia transcendental. Ou seja, a liberalidade da economia é sustentada desde uma liberdade individual, entretanto, o indivíduo da teoria pouco se aproxima de qualquer indivíduo real. A base teórica neoliberal, desde o Colóquio Walter Lippmann (1938) e da primeira reunião da Sociedade de Mont Pèlerin (1947) - marcos do início de uma construção teórica do modelo neoliberal – sustentam uma ação livre e criativa por parte dos indivíduos ao tempo em que dão pouca atenção ao preenchimento da abstração “indivíduo”. É desse afogamento do conceito que surge a concepção de um Estado empreendedor; ou seja, não basta que seja garantidor das regras do jogo econômico, mas que a forma de ação também seja alegadamente livre e inovativa.

A confusão deliberada entre indivíduo e coletividade reduz a racionalidade de modo a suspender a necessidade de analisar as próprias condições econômicas e sociais que são sua base (BOURDIEU, 1998, p. 81). Nas palavras de Andrade: “*Se a teoria lida apenas com indivíduos, é preciso destruir as estruturas coletivas capazes de resistir à lógica do mercado (nação, sindicatos, grupos de trabalho, cooperativas e associações)*” (ANDRADE, 2019, p. 224–225)

Entretanto, o fenômeno só se observa no seu interno movimento de contradições, a partir de seus atritos e fricções. É nesse sentido que o “espírito do nosso tempo”, ou seja, um determinado conjunto de consciências historicamente vinculadas, deve ser analisado também pelas condições materiais que a compõem. Sendo o neoliberalismo esse novo espaço de disputa no qual uma teoria econômica se expande ao nível de uma teoria da

motivação ou da ação<sup>45</sup> é preciso verificar o quanto as medidas totalizantes<sup>46</sup> de uma ciência econômica podem refazer o espírito de uma sociedade.

Sendo assim, o neoliberalismo – pela aproximação subjetiva – coloca-se como um conjunto de práticas que almejam a transposição de uma realidade teórico-ideal de mercado econômico para a dimensão do indivíduo. Um mercado com o pressuposto de liberdade quase irrestrita regulado de forma interna e circular, com o cálculo de busca por maior otimização<sup>47</sup> de todas as variáveis possíveis<sup>48</sup>. (1)

À vista disso, é possível pluralizar o termo: agora neoliberalismos. A utilização do discurso de liberdade individual tem tantas possibilidades quanto a liberdade de mercado em sua aplicabilidade. Pela sua fluidez, liberdade pode significar uma independência que se traduz em uma desvinculação de políticas de um estado de bem-estar social, ao tempo em que em lugares onde o modelo keynesiano esteve longe de existir, esse tipo de liberdade não faria muito sentido. Assim, nem sempre a diminuição de gastos sociais, por exemplo, significa uma imposição da política neoliberal, cite-se, por exemplo, a questão brasileira, a partir de um neoliberalismo desenvolvimentista no qual tem-se o tripé neoliberal aliado a teses neodesenvolvimentistas<sup>49</sup> (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 154).

---

<sup>45</sup> Michel Foucault traz uma discussão detalhada e crítica da economia como forma de governo na seção da aula de 28 de março de 1979 do livro *Nascimento da Biopolítica* (2008, p. 365–389)

<sup>46</sup> A praxeologia, doutrina defendida por Ludwig von Mises, apresenta-se como uma consequência da economia clássica arvorando-se em uma teoria da escolha vinculada a consequências imediatas. Além disso, pensa a economia como uma ciência que se abstém de juízo de valor: “*Entretanto, qualificar algo de justo ou injusto é sempre um julgamento de valor subjetivo e, portanto, um julgamento puramente pessoal que não é passível de ser verificado ou refutado. A economia não pretende emitir juízos de valor; aspira tão somente a conhecer as consequências de certos modos de agir.*” (MISES, 2010, p. 260). E, antes, resume: “*A teoria geral da escolha e preferência vai muito além dos limites que cingiam o campo dos problemas econômicos (...). É a ciência de todo tipo de ação humana. Toda decisão humana representa uma escolha*” (MISES, 2010, p. 20), daí o aspecto totalizante ao qual faço referência.

<sup>47</sup> Justifico a escolha pelo termo “otimização” ao contrário de uma “maximização”, conforme trazido por Harvey (2014, p. 13), pois o esforço para justificar ações otimizadas insere os fatores contingenciais de forma mais adequada no contexto do discurso neoliberal. Em ambas circunstâncias é o caso de se perguntar “para quem?”. Trata-se de otimização da jornada de trabalho, por exemplo, ao se retirar o tempo disponível do trabalhador ao se colocar ao dispor de uma plataforma digital. É uma maximização, mas espraiada e de mais difícil detecção.

<sup>48</sup> Não é sem muito esforço que se percebe uma recepção ativa na utilização de aplicativos que mediam o trabalho, por exemplo. As variáveis “gerenciamento de tempo disponível para o trabalho” e a contrapartida “remuneração”, encontram-se supostamente mais otimizados, atendendo-se ao ideal de uma liberdade frente ao tempo disponível e de justiça frente à remuneração.

<sup>49</sup> Sendo as políticas neo-desenvolvimentistas: (i) mercado forte pois Estado forte; (ii) sinergia entre Estado e mercado no nível macroeconômico com vistas a elevação de taxas de lucro; (iii) crescimento econômico aliado a um projeto nacional de equidade social; e (iv) a redução da desigualdade social está vinculada a um crescimento contínuo (SICSÚ; DE PAULA; RENAUT, 2007, p. 509). E o tripé neoliberal: (i) política monetária determinada pelas metas de inflação; (ii) câmbio flutuante; (iii) e uma política fiscal visando manter um superávit primário que compensasse o déficit nominal das contas públicas, com aplicabilidade integral a partir de 1999 no Brasil (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011, p. 508).

Nesse sentido, observe-se a análise realizada por James Ferguson quanto às discussões do programa de renda básica na África do Sul (BIG – Basic Income Grant) (FERGUSON, 2009, p. 175–178). Trata-se de pauta que não somente alcança generalizações de expressão de uma solidariedade e obrigação moral, mas também categorias da escola keynesiana com o incentivo à demanda, assim como a possibilidade de redução de submissão a trabalhos desumanizantes.

As premissas são de que o mercado é incapaz de “absorver” os pobres pois são pobres demais para participar desse espaço, ao tempo em que os programas do governo não funcionam, pois o Estado é ineficiente. Ao indivíduo, então, é dada a “oportunidade” de resolver seus próprios problemas, assumir suas escolhas e, é claro, os riscos envolvidos. Em outras palavras, é dada a “obrigatória oportunidade”<sup>50</sup> para que possa empreender, ainda que isso signifique uma reduzida administração de suas condições de existência. Aproxima-se de uma aplicação do célebre conceito de ser “forçado a ser livre” encontrado em Rousseau, uma oportunidade de liberdade que legitima a coerção, dada a necessidade de adequação do indivíduo.

O argumento central a favor dessa política é a ideia de que se trata de um investimento que trará uma determinada taxa de retorno. O indivíduo é visto, assim, como uma espécie de microempresa na qual pode-se investir e aguardar o retorno de investimento. Em um primeiro momento, é importante destacar, não se faz juízo de valor negativo quanto à garantia de condições mínimas de existência. Como ressaltado pelo autor, trata-se de observar os paradoxos no fato de que “...uma grande política pública pode ser, ao mesmo tempo, “pró-pobres”, redistributivas e neoliberais” (2009, p. 178).

Ao avançarmos sobre a discussão dessa política pública percebe-se que aqueles que são a favor da política de renda básica universal terminam por inverter o argumento neoliberal da dependência do Estado provedor. Isso porque argumenta-se que uma pessoa pobre com alguma renda tem responsabilidade sobre pessoas dependentes o que é ruim para a construção de um capital humano. A criação de uma “rede de segurança”, diriam os favoráveis à política, garante uma maior produtividade por parte dos trabalhadores pela diminuição da atenção aos cuidados de seus dependentes; a “rede” se transformaria em um “trampolim”, uma imagem mais adequada ao contexto empreendedor. O sujeito neoliberal

---

<sup>50</sup> O programa de renda básica analisado é universal. Sendo assim, não seria uma política redistributiva nos moldes do Bolsa Família, como é o caso no Brasil. É sob essa condição que expresse uma “obrigatória oportunidade” a partir da qual justifica-se o ideal de igualdade no qual o ponto de partida deixaria de ser o “zero” absoluto, mas envolveria uma possibilidade mínima de segurança material. Além disso, argumenta-se que um programa universal retiraria a desvantagem do marcador social daquele que recebe o benefício.

seria aquele que assume os riscos de seu empreendimento, mas encontra-se justificado perante a oportunidade igualitária dada pela renda universal.

Entretanto, o modelo de trabalho na África do Sul (e *mutatis mutandis* de países de capitalismo dependente) está distante de uma aproximação do mercado de trabalho formal, ou seja, de empregos que garantam um conjunto de seguridades sociais, inclusive e principalmente pelo fator regularidade. Sendo assim, uma garantia de renda básica universal se justifica a partir de uma elevação do mercado informal e não necessariamente de uma assistência frente à condição “entre empregos”. Seria inclusive a justificativa para trabalhos intermitentes e “de bico”, tendo em vista a justificativa de uma renda básica garantida. O emprego se transformaria em uma espécie de condição extra, uma benesse para alternativas às condições básicas já garantidas. Nesse sentido, esclarece Ferguson:

Yet unemployment, in this understanding, need not imply idleness or a lack of productivity. On the contrary, in a world where livelihoods in the “informal economy” will become increasingly important, small expenditures on minimum income support (like the BIG) can have big payoffs in enabling and enhancing economic action in that domain. Social payments, in this optic, are most significant not as temporary substitutes for employment, but as a way of promoting greater productivity, enterprise, and risk-taking in the “informal” domain within which more and more South Africans are expected to make their living. (2009, p. 178)

Não é sem espanto que se encontra uma defesa cada vez mais ampla da renda básica universal, especialmente por grandes detentores de capital (CHAPMAN, 2017)<sup>51</sup>, economistas (COPPOLA, 2017) e instituições como o Fórum Econômico Mundial (SANTENS, 2017) ou o Fundo Monetário Internacional (2017), como alternativa tanto a uma diminuição da desigualdade, como para a manutenção de uma liberdade, assim como para uma inclusão justa no espaço “mercado”. As justificativas ecoam no exemplo dado anteriormente.

Em países nos quais a formalidade no emprego sempre teve índices historicamente baixos uma otimização da compra do tempo disponível dos trabalhadores é crescente, por intermédio da expansão do mercado informal, expresso no trabalho intermitente e irregular. Com o surgimento de plataformas digitais, a tendência é de expansão para um modelo de gestão otimizado por um algoritmo.

---

<sup>51</sup> Nesse sentido é importante demarcar que dentre os listados nessa categoria encontram-se Elon Musk, Mark Zuckerberg, Sam Altman (2016), dentre outros.

Ainda sobre a renda básica universal é de se refletir se as justificativas para uma renda mínima seriam suficientes para uma implantação de um regime de privatização de uma rede de seguridade social, especialmente de serviços como saúde, educação e previdência nos moldes do que ocorreu no Chile a partir de 1980, exemplo paradigmático de aplicação macroeconômica do modelo neoliberal de Chicago.

O regime dos fundos de pensão estabelecido a partir de 1980 no Chile tinha como objetivo liberar as empresas de um determinado custo de previdência. De tal forma, era possível demitir e contratar pessoas com maior celeridade, sem os encargos tributários que um sistema de seguridade demanda. Os riscos e gerenciamento da adesão às AFPs (*Administradoras de Fondo de Pensiones*) ficariam, assim, restritos ao indivíduo. (Taylor, 2003, p. 29–30). A justificativa encontrava-se embebida em justificativas do princípio maior de liberdade, como anunciava o Ministro do Trabalho de Pinochet, José Piñera ao discutir a criação do novo regime de pensões: *“El verdadero liberalismo está, entonces, en confiar en el individuo, y no permitir que em otras instancias se decida por él. Antes fueron los feudos y la monarquía; después el estado, los partidos, las ideologías”* (PIÑERA, 1991, p. 42).

As consequências de longo prazo colocam o país em uma situação díspar frente aos demais membros da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), do qual faz parte, além de ter alta rejeição popular:

Dados da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) indicam que os chilenos se aposentam mais tardiamente e possuem uma sobrevivência menor após a saída do mercado de trabalho do que a maior parte dos países do grupo. Em média, as aposentadorias dos chilenos são postergadas por pelo menos mais um ano em relação à idade mínima para a aposentadoria. Em 2016, nos países da OCDE, a idade média de saída do mercado de trabalho foi de 64,3 anos; no Chile, esta idade foi de mais de 66 anos, situando-o no grupo de países com as maiores médias. A expectativa de vida após a saída do mercado de trabalho no Chile está abaixo da dos países da OCDE. A média desses países foi de 18,1 para homens e 22,6 para mulheres; no Chile, foi de 13,1 para os homens e 19,5 para as mulheres.

(...)

Em 2017, distintas organizações e movimentos populares realizaram um plebiscito (não vinculante), coordenado pela organização de trabalhadores No + AFP, com o objetivo de verificar se a população queria continuar com o atual sistema de capitalização individual ou se gostaria de retornar ao sistema de repartição solidária. Quase um milhão de chilenos votou no plebiscito, sendo 96,76% dos votantes favoráveis a mudanças no sistema de pensões. (OLIVEIRA; MACHADO; HEIN, 2019)

Sendo assim, uma das práticas do neoliberalismo, a privatização expansiva de serviços sociais, quando levada a seu extremo pode encontrar elementos de barreira em justificativas históricas impopulares, especialmente frente à dificuldade material de acesso às garantias básicas. Uma renda básica universal, nesse sentido, pode surgir no horizonte como mais uma justificativa de expansão da base conceitual de uma liberdade individual garantida para a escolha do sujeito. Não é difícil de supor, entretanto, que a partir de uma garantia universal seja possível uma expansão de serviços privados que ofereçam as mesmas garantias. Alia-se a isso uma constante precarização de serviços públicos universais com a possibilidade de que o indivíduo escolha um plano privado de serviço semelhante, mas agora potencialmente justificado pela materialidade de uma renda básica universal, antes expressa por intermédio de *vouchers* com vistas a um cidadão com sua liberdade maximizada, ou em termos liberais “o cidadão máximo”<sup>52</sup>.

A menção a uma política de renda básica universal, porém, é somente um exemplo de como uma política neoliberal pode assumir e agregar elementos que antes estavam em um espectro oposto, sem retirar inclusive suas justificativas. Não sem muitas críticas, mas com pouco distanciamento dessa ideia geral de fagocitose neoliberal que Nancy Fraser fala de um certo neoliberalismo progressista:

Na sua forma norte-americana, o neoliberalismo progressista é uma aliança entre as principais correntes de novos movimentos sociais (feminismo, antirracismo, multiculturalismo e direitos LGBTQ), por um lado, e setores empresariais “simbólicos” e baseados em serviços de alta qualidade (Wall Street, Silicon Valley e Hollywood), por outro (...). Ideais como a diversidade e a capacitação, que poderiam, em princípio, servir fins diferentes, agora encobrem políticas que devastaram a indústria e o que antes eram vidas de classe média.<sup>53</sup> (BRENNER; FRASER, 2018, p. 131) (tradução nossa)

A maximização do indivíduo, todavia, desconsidera (ou considera uma estrita igualdade formal subjacente à liberdade) que uma ampliação das individualidades se apresenta de forma distinta a depender do agente. Isso pois, em sua teoria liberal, o alcance

---

<sup>52</sup> É palavra-conceito de ordem no partido mais auto identificado com os ideais liberais no Brasil, o partido Novo, para o qual, o cidadão máximo seria o contraposto ao Estado mínimo. (PARTIDO NOVO, 2020). Destaco que não se trata de uma cidadania máxima, como uma institucionalidade que garanta direitos e deveres ao indivíduo, mas sim de uma maximização de responsabilidade do agente enquanto elemento que assume riscos e escolhas.

<sup>53</sup> No original: *In its U.S. form, progressive neoliberalism is an alliance of mainstream currents of new social movements (feminism, anti-racism, multiculturalism, and LGBTQ rights), on the one side, and high-end “symbolic” and service-based business sectors (Wall Street, Silicon Valley, and Hollywood), on the other (...). Ideals like diversity and empowerment, which could in principle serve different ends, now gloss policies that have devastated manufacturing and what were once middle-class lives.*

do bem-estar individual é consequência de um certo ambiente favorável e saudável ao mercado garantido pelo Estado, ainda que o primeiro tenha a característica primária de auto-regulação. As experiências estadunidenses e britânicas da década de 1980 (por intermédio de um conjunto de políticas do que se chama de Reaganomics e Thatcherismo<sup>54</sup>) demonstram essa ordem de preferências, conforme destaca Harvey:

A administração da crise fiscal de Nova York abriu pioneiramente o caminho para práticas neoliberais, tanto domesticamente, sob Reagan, como internacionalmente por meio do FMI na década de 1980. Estabeleceu o princípio de que, no caso de um conflito entre a integridade das instituições financeiras e os rendimentos dos detentores de títulos, de um lado, e o bem-estar dos cidadãos, de outro, os primeiros devem prevalecer. Acentuou que o papel do governo é criar um clima de negócios favorável e não cuidar das necessidades e do bem-estar da população em geral. (HARVEY, 2014, p. 58)

Ainda assim, o que se argumenta é a busca por um bem-estar individual alcançado pela via indireta que, por sua vez, deve ser incentivada e privilegiada. Um dos correntes discursos de senso comum, por exemplo, cria a essência de um empresário-gerador-de-empregos em uma situação de incapacidade de realização de sua existência pelas imposições e amarras de um Estado controlador. A noção implícita é a de que somente um determinado ser, fechado em seu próprio objetivo de existência, seria capaz de prover a liberdade individual. Oculta-se e atomiza não somente o indivíduo, mas a própria relação econômica de demanda-oferta. Além disso, amplia-se a figura do empresário. Não se trata somente da justificativa de um Estado atrapalhando o empresário-gerador-de-empregos, trata-se de uma inclusão de todo trabalhador na categoria de empresário e empreendedor. É por esse caminho que as relações de despersonalização das relações de subordinação, seja por intermédio de uma plataforma digital ou pela terceirização dos riscos ao trabalhador, apresentam-se cada vez mais patentes.

Diminuir a distância entre atores que exploram o campo da produção e aqueles que produzem, entretanto, é somente um fragmento da apresentação desse novo liberalismo. Ainda que se esteja buscando nesse texto um alcance do fenômeno pela via subjetiva é

---

<sup>54</sup> Conforme destaca Robert Solomon: “*Even casual observation reveals a number of striking similarities between ‘Thatcherism’ and ‘Reaganomics’.* Both Thatcher and Reagan asserted primacy over the power of trade unions, Reagan by breaking the air controllers’ strike early in his administration and Thatcher by putting down a miners’ strike in 1985. Union membership fell in both countries during their terms of office. Both emphasised supply-side policies, especially reductions in income taxes, but the favourable effects on economic growth promised by these policies are difficult to detect. Both pursued deregulation, with mixed results. Both left their successors with recessions to contend with and both were critical – Thatcher openly and Reagan by inference – of their successors” (SOLOMON, 1999, p. 12–13)

salutar considerar que há também um conflito no processo de distribuição da produção de mais-valor. Jorge Grespan (2009) salienta, ao analisar a crise de 2008, que a complexificação do fenômeno neoliberal passa também por uma questão do conflito distributivo entre propriedade e trabalho mobilizado:

Em síntese, contrariando a chamada “lei do valor” na esfera da produção, que se dá conforme a quantidade de trabalho socialmente necessário contido nas mercadorias, a repartição do valor e da mais-valia ocorre de acordo com a grandeza da propriedade privada dos capitais individuais, envolvidos em um verdadeiro conflito distributivo. Assim, ainda na esfera industrial, a competição entre os capitalistas visa a repartir a mais-valia social que o trabalho por eles empregado produziu, o que será feito levando em conta não só esse trabalho – isto é, o capital variável –, mas também o capital constante investido por cada um em meios de produção. Portanto, embora um capital singular empregue mais mão de obra e por isso gere uma parte maior da mais-valia social, outro capital, que tenha sua parte constante maior do que a do primeiro, abocanhará uma porção proporcionalmente maior da mais-valia. É o capital total – soma da parte variável e da constante – que aqui decide a competição. É a propriedade, e não o trabalho mobilizado, que conta no conflito distributivo entre os capitalistas. (GRESPLAN, 2009, p. 15)

É nesse sentido que o processo de financeirização é também uma característica relevante, dado que a produção mundial, expressa pelo PIB Mundial, apresenta taxas de crescimento relativamente pequenas, variáveis (conf. Gráfico 1 e completamente dependentes de investimentos subordinados à geografia, política e história locais; ao tempo em que as aplicações financeiras rendem percentuais de lucro mais altos com capital de rápida circulação a nível internacional. Tem-se, assim, uma “*dinâmica de transformação de capital produtivo em patrimônio financeiro: a economia real sugada pela financeirização planetária*” (DOWBOR, 2018, p. 33), no qual o investimento financeiro e especulativo apresenta melhores rendimentos que o investimento produtivo.

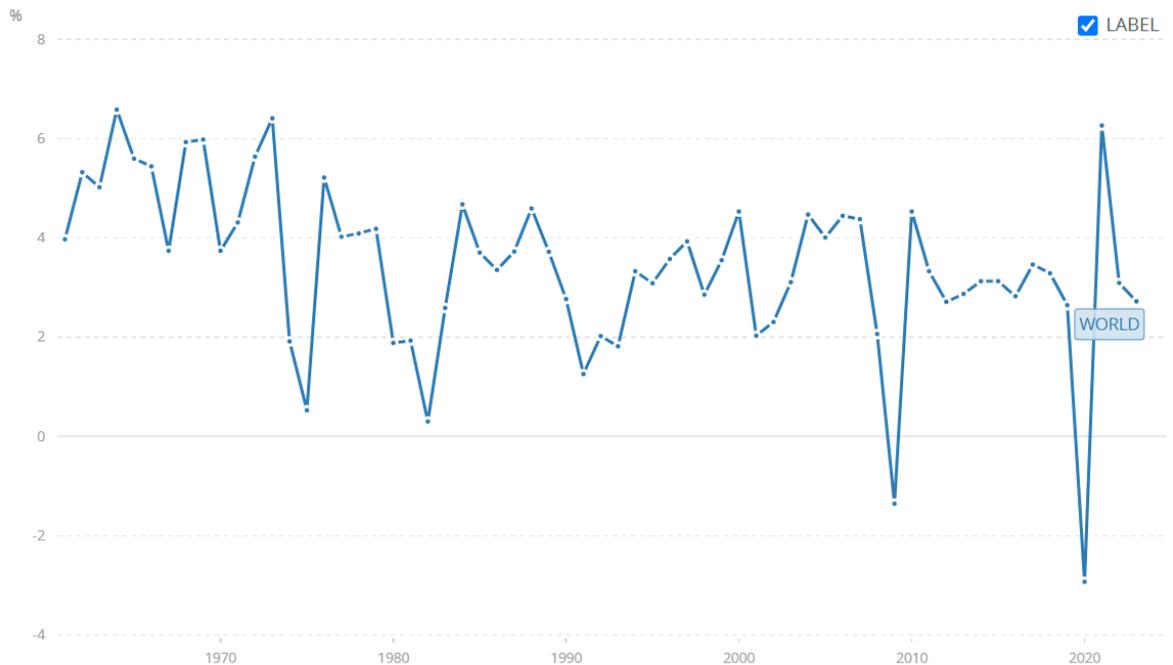


GRÁFICO 1 - GDP GROWTH (ANNUAL %)

Fonte: World Bank<sup>55</sup>

Entretanto, sob esse aspecto, o próprio conceito de produção necessita ser alargado para uma melhor aproximação à movimentação neoliberal. É preciso uma compreensão de que o processo expansivo de um sistema capitalista envolve também uma antiprodução, conforme melhor explicitado a seguir:

É fácil fazer um levantamento dos principais modos de absorção fora do consumo e do investimento: a publicidade, o governo civil, o militarismo e o imperialismo. A esse respeito, o papel do Estado na axiomática capitalista aparece claramente, visto que o que ele absorve não é tirado da mais-valia das empresas, mas acrescenta-se a ela, com o que a economia capitalista se aproxima do seu pleno rendimento dentro de determinados limites, e amplia por sua vez esses limites, sobretudo por meio de despesas militares que não fazem concorrência alguma à empresa privada, muito pelo contrário (só a guerra conseguiu levar a cabo aquilo em que o *New Deal* falhara). (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 312)

O liberalismo econômico não se trataria, assim, de um sistema de produção de riqueza, mas sim de valor auto-valorizante no qual os aparelhos de captura encontram-se de forma imanente ao sistema (LAZZARATO, 2014, p. 52). Os aparelhos que absorvem

<sup>55</sup> O gráfico do indicador GDP (Gross Domestic Product) acumulado pode ser visto em: <https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG> e sua visualização demonstra a marcação de das crises econômicas mais relevantes de 1973-1975 (crise petrolífera), 1981-1982 (especialmente na América Latina e Leste Europeu), 2008 e da pandemia de COVID-19 mais recentemente em 2020.

esse mais-valor<sup>56</sup> encontram-se cada vez menos reticentes, ao tempo em que mais mascarados, em relações cada vez mais afastadas da produção, como nas movimentações de capital financeiro.

### *E o Estado?*

As lutas no âmbito de um Estado social são desenvolvidas a partir de três dimensões, conforme desenvolvido por Lazzarato, a apropriação, a divisão e a produção. Sendo assim, em momentos de crise nos quais as instituições imanentes têm um desbalanço nos processos produtivos, o Estado social se apresenta como forma e conteúdo, ou seja, como espaço de disputa sobre sua própria existência. As contendas surgirão nas disputas sobre quem se apropria (por isso as discussões sobre carga tributária), quem distribui (a questão subjacente ao desejo de privatizações) e quem se utiliza desse “espólio” social. É nesse sentido que a conclusão do autor envereda pela conclusão de que o desejo liberal por meio da crise *“não é um Estado mínimo, mas um Estado livre da influência da luta de classe, da pressão das reivindicações sociais e da ampliação dos direitos sociais”* (LAZZARATO, 2014, p. 51).

Sendo assim, parece-nos adequada a conclusão de que o neoliberalismo se apresenta e se instaura também como um projeto de manutenção de poder de classe. O Estado liberal, nascido como oposição aos avanços totalizantes de um governo monárquico ou tirano, apresentou-se como expressão de forma e conteúdo com vistas ao enfraquecimento de disputas. O Estado mínimo neoliberal é a expansão e continuidade do objetivo inicial, agora, entretanto, as disputas são realizadas de encontro aos produtores de mais-valor. As classes estariam de tal forma desfiguradas e desagregadas que o próprio local de disputa se encontra fragmentado (2). Essa é a apresentação de uma definição a partir de uma materialidade histórica, por uma via objetiva.

A essa definição associa a questão subjetiva disposta no item (1). A forma de realização desse projeto de diminuição e deslegitimação dos espaços de disputa<sup>57</sup> ocorre pela transposição de um modelo teórico-ideal que busca justificar-se nos indivíduos. E esse

---

<sup>56</sup> A argumentação de Deleuze e Guattari nesse sentido, acompanha a noção de que mais-valor só tem um “sentido” se acompanhado de sua execução. Se mais-valor de fluxo não é consumido é como se não tivesse sido produzido.

<sup>57</sup> O processo de individualização é uma das facetas consequenciais dessa questão. O trabalhador atomizado sequer se vislumbra enquanto partícipe de uma potencial disputa com suas formas de empregabilidade. Opera-se uma noção de fatalismo, um direcionamento das volições e dos afetos com vistas a justificar a impossibilidade de disputa.

momento ocorre na utilização de valores expressos no homem-empresa, ou seja, na individualidade, na concorrência, no mérito e na liberdade difusa.

Há, entretanto, uma constante dificuldade em encontrar justificativas a partir do ideal neoliberal pela via da economia ou da tecnicidade, dado que uma simples substituição desta pela política deveria passar necessariamente pela construção de juízos de valor moral. Sendo assim, é necessário que o neoliberalismo também se aproprie dessa dimensão. É nesse sentido que as crises de legitimidade do neoliberalismo estão para além das racionalidades<sup>58</sup>. O aspecto moral e os afetos<sup>59</sup> são movimentados para que sua justificativa de expansão continue. Não há um projeto delimitado sob o qual exista uma epistemologia recorrente e coesa, antes uma hierarquia de valores que permite um determinado pragmatismo construído como espírito do tempo, a partir de uma dimensão de dominação.

Tendo o liberalismo clássico surgido a partir do fortalecimento de espaços de disputa para diminuição do poder monárquico, entende-se que o alongamento desse processo histórico se baseia no mesmo fim: uma tentativa contínua de monopolização de espaços de disputa por parte de determinados grupos de interesse utilizando-se de uma justificativa ampliada do valor liberdade. Nas palavras de Bourdieu:

O programa neoliberal extrai sua força social da força político-econômica daqueles cujos interesses ele exprime — acionistas, operadores financeiros, industriais, políticos conservadores ou socialdemocratas convertidos às desistências apaziguadoras do *laisser-faire*, altos funcionários das finanças, tanto mais obstinados em impor uma política pregando sua própria extinção porque, ao contrário dos executivos das empresas, eles não correm nenhum risco de pagar eventualmente por suas conseqüências. O programa neoliberal tende assim a favorecer globalmente a ruptura entre a economia e as realidades sociais, e a construir desse mundo, na realidade, um sistema econômico ajustado à descrição teórica, isto é, uma espécie de máquina lógica, que se apresenta como uma cadeia de estrangulamentos enredando os agentes econômicos. (BOURDIEU, 1998, p. 82)

---

<sup>58</sup> É nesse sentido que entende-se o neoliberalismo como um “modo de vida”, especialmente por seu desejo de totalização. Em outras palavras: “...é necessário fugir de qualquer posição mecanicista que considera a consciência um simples epifenômeno da estrutura socioeconômica. Nas últimas décadas, o capitalismo precisou (e continuará a precisar), para se reproduzir, não apenas dos mecanismos típicos de exploração, mas sobretudo da produção permanente de consentimentos (reificados) dos indivíduos. Nesse sentido, o neoliberalismo, além de um novo regime de acumulação, impõe-se como um modo de vida. Ou seja, regula todas as esferas cotidianas em suas dimensões ideológica, político-jurídica, econômica, subjetiva etc. No entanto, ainda que ele se imponha de forma totalitária, sujeitas e ações dissidentes tem se expressado por diferentes vias e capacidade política.” (FESTI, 2023a, p. 28)

<sup>59</sup> Note que Spinoza entende a própria moralidade como consciência dos afetos de alegria ou da tristeza. “O conhecimento do bem e do mal nada mais é do que o afeto e alegria ou de tristeza, à medida que dele estamos conscientes.” (SPINOZA, 2009, parag. IV, prop. 8)

É nesse sentido que se propõe falar em neoliberalismos. Se é possível encontrar um elemento comum tanto pela via econômica, política ou subjetiva é também necessário realizar a marcação de que as vias desses processos podem ser opostas a depender do contexto histórico. Assim, defino como neoliberalismos as distintas aplicações de diminuição das possibilidades de disputa pela via pública e de uma maximização da exploração justificada em um fluxo não exclusivo do campo racional, mas também de valores e afetos. Ou seja, neoliberalismo enquanto projeto de manutenção de classe poderá se manifestar de modo muito diferente a depender do contexto histórico e geográfico. Essa ressalva é relevante enquanto alerta de que não se pode totalizar o conceito e, conseqüentemente, transpor experiências e críticas.

Isto posto, destaque-se que a forma comum de se manter um projeto de manutenção de classe encontra-se nesse movimento de atribuição de valor negativo aos espaços de disputa públicos e coletivos, seja pela via dos instrumentos burocráticos do Estado ou da luta coletiva, associativa e sindical. Quando se conceitua neoliberalismo como diminuição dos espaços de disputa, não se quer dizer necessariamente uma política de desinflação institucional, mas acompanhado disto, uma moralidade de esvaziamento da legitimidade do espaço público como espaço de disputa. Um esvaziamento tanto pela via da dúvida na legitimidade quanto pela dúvida da efetividade daquele espaço, conforme será visto na pesquisa de campo tanto em microempreendedores individuais quanto em motoristas por aplicativo, especialmente em elementos como a desconfiança.

### **1.3 Além de uma racionalidade**

Ao termo racionalidade podemos nos aproximar de formas bem distintas mesmo em discussões sistêmicas. A primeira diz respeito à razão enquanto elemento característico da capacidade analítica do indivíduo. Seria o conjunto de elementos capazes de averiguar e atribuir valor de verdade do que quer que se queira: uma proposição, um fenômeno, um valor ou qualquer outra noção pela qual pode-se alcançar por intermédio de algum movimento lógico-argumentativo intersubjetivamente aceito. Já a segunda aproximação diz respeito a uma espécie de “razão do mundo” acerca da qual diz-se de um conjunto de formas de pensar que organizam a vida social, de um *Zeitgeist*, de um espírito do tempo. Ou seja, um conjunto de ações, atitudes e moralidades que dão um certo ar de coerência a uma teia social.

Quando se fala em uma racionalidade neoliberal quer-se abordar a questão, usualmente, a partir dessa última aproximação. Entretanto, ao utilizarmos a razão como fio condutor de um “espírito do tempo”, tem-se análises nos quais as contradições são mais frequentes do que as regularidades. É nesse sentido que ao analisarmos o conceito de liberdade, em termos de argumentação lógica, e olharmos para a materialidade do mundo verificamos que as contradições são tão mais frequentes que uma esperada coesão.

A clivagem que caracterizaria uma certa racionalidade neoliberal poderia ser assim conduzida a partir de marcadores sociológicos como os de: sociedade pós-industrial (TOURAINÉ, 1971) (BELL, 1973), capitalismo cognitivo (Negri e Lazzarato), terceiro espírito do capitalismo (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009), sociedade/capitalismo informacional<sup>60</sup> (CASTELLS, 2002) (FUCHS, 2009), ou em sua fase mais recente, realismo capitalista (FISHER, 2009), capitalismo de vigilância (ZUBOFF, 2019), capitalismo de plataforma (SRNICEK, 2017), iCapitalismo<sup>61</sup> (Duff, 2016) ou, ainda, o aceleracionismo capitalista (NETO, 2016).

Essas diversas concepções apresentam tanto traços em comum, quanto distintas conclusões vinculadas a específicas historicidades. Entretanto, além do aspecto histórico delimitado a partir da economia global enquanto característica recorrente, percebe-se uma crescente mobilização para justificativa do próprio sistema, incluindo fundamentos para além da racionalidade. Em Touraine, por exemplo, dá-se ênfase a essa nova organização societal a partir do aspecto da tecnocracia enquanto poder dominante. Nesse sentido, a alienação coloca-se como conceito mais relevante que o de exploração, tendo em vista que:

---

<sup>60</sup> A centralidade da análise de Castells encontra-se no aspecto comunicacional da virada tecnológica a partir da década de 1970. A noção de uma sociedade em rede não esgota, entretanto, a amplitude de uma sociedade informacional (CASTELLS, 2002, p. 65). A questão de “rede” será utilizada nessa pesquisa e ampliada para uma noção de relação não exclusivamente pelo aspecto informacional. É importante adiantar, nesse sentido, que Boltanski e Chiapello utilizam-se da noção de sociedade em rede (mundo connexionista) para dar ênfase à categoria de exclusão. O indivíduo excluído está fora da rede (ou menos conectado) e, portanto, impossibilitado de se movimentar socialmente, o que implica em uma categoria de exploração fundada na exclusão: “*Uma teoria da exploração deve mostrar que o sucesso e a força de uns decorrem, de fato (pelo menos parcialmente), da intervenção de outros atores cuja atividade não é reconhecida nem valorizada. Essa perspectiva crítica pressupõe, em primeiro lugar, a existência de um mundo comum. Para coadunar exclusão e exploração é preciso, no mínimo, ter condições de fundar um princípio de solidariedade entre a felicidade dos fortes (grandes) e a miséria dos fracos (pequenos). (...) Esse mundo pode ser identificado a partir da intuição da rede. A rede de fato constitui a forma que, focalizando-se nas relações, possibilita inserir num mesmo gráfico os mais fortes e os mais fracos, mas também - visto que os agregados de relações podem ser mais densos ou menos densos - os mais ligados e os menos ligados, os mais conectados e os menos conectados à rede, os incluídos no centro do diagrama e os excluídos, relegados às suas margens.*” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 369)

<sup>61</sup> A argumentação do autor é uma contraposição à posição de manifestas contradições culturais do capitalismo, já que o Vale do Silício tem produzido “*uma nova forma de capitalismo de informação (ou iCapitalism) que combina elementos cruamente mercenários, até mesmo piratas, com ideais contraculturais de caráter tanto libertário como socialista.*” (DUFF, 2016, p. 2) (tradução nossa)

“A nossa é uma sociedade de alienação, não porque reduza as pessoas à miséria ou porque imponha restrição policial, mas porque seduz, manipula e impõe o conformismo.”<sup>62</sup> (Touraine, 1971, p. 9). Boltanski e Chiapello, ao explicitarem o objeto de sua pesquisa colocam:

Os trabalhos de Weber insistiam na necessidade de o capitalismo apresentar razões individuais, ao passo que os de Hirschman lançam luzes sobre as justificações em termos de bem comum. Quanto a nós, retomamos essas duas dimensões, inserindo o termo justificação numa acepção que possibilite abarcar ao mesmo tempo as justificações individuais (aquilo em que uma pessoa encontra motivos para empenhar-se na empresa capitalista) e as justificações gerais (em que sentido o empenho na empresa capitalista serve ao bem comum).

(...)

Poderemos assim procurar integrar num mesmo âmbito diversas expressões históricas do espírito do capitalismo e formular indagações sobre sua mudança. Enfatizaremos o modo como deve ser traçada uma existência em harmonia com as exigências da acumulação, para que grande número de atores considere que vale a pena vivê-la. (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 41–43)

As diversas análises podem ser abordadas de forma complementar. Categorias distintas para um processo historicamente marcado a partir da década de 1970 em que os efeitos econômicos sinalizam uma espécie de balizamento tanto em políticas estatais quanto em construções de subjetividades. Um processo que vem se estendendo e mudando para dar respostas a uma sociedade presenteísta, ou seja, uma abordagem no qual o tempo presente é também o tempo último; o futuro é uma continuidade do presente, restando como alternativas a perpetuação ou a destruição. Tem-se um *hic et nunc* intransponível, pois em sua autoproclamada unicidade histórica de superioridade, é único e inescapável. Um conjunto de sociedades sob o domínio de uma era dos fins<sup>63</sup>; fim da política, da história, do trabalho. O que significa, em outra análise, uma era do fim da capacidade de produzir soluções imaginativas e fora das possibilidades já postas, como um fatalismo insuperável (FISHER, 2009).

---

<sup>62</sup> No original: *Ours is a society of alienation. not because it reduces people to misery or because it imposes police restriction, but because it seduces, manipulates, and enforces conformism.*

<sup>63</sup> A busca por um fim último é também uma busca por uma homogeneização que resulta em uma crise imaginativa com um certo espírito fatalista. É um movimento muito recorrente na história ocidental do século XX, desde o fim da física proclamado por Kelvin, passando pelo movimento de positivismo lógico que anunciava o fim da filosofia, ainda passando pelo fim da história como afirmou Fukuyama ou das proclamações do fim do trabalho enquanto categoria central na análise social (Gorz, Offe). Uma era das escatologias.

As múltiplas empreitadas teóricas dispostas no entendimento de um espírito de seu próprio tempo nos levam igualmente a diversas estratégias de caracterizações do homem e de sua racionalidade. Ou seja, abordar a questão da razão é intento mais fundamental para entender também o próprio modo de proceder de um conjunto de racionalidades.

As investigações acerca do problema da racionalidade podem ser colocadas sob duas perspectivas espectrais; uma que parte da promessa iluminista e do seu caráter emancipatório até uma abordagem crítica em que há o apontamento de sua instrumentalização para o controle, ainda que difuso.

O polo inicial desse espectro encontra-se no ideal de objetividade metafísica que se traduz na noção de que conceitos universais e necessários estão no mundo. Um mundo, deve-se dizer já preparado, como em uma forma de harmonia pré-estabelecida de Leibniz ou na noção de doutrina transcendental de Kant. O problema da razão estaria, assim, vinculado de forma estrita a uma questão epistemológica, pois o problema central a ser respondido concentra-se na verdade:

A velha e famosa pergunta (...) *Que é a verdade?* A definição nominal de verdade, a saber, que consiste na concordância do conhecimento com o seu objeto, é aqui concedida e pressuposta; deseja-se, contudo, saber qual o critério geral e seguro da verdade de cada conhecimento. (KANT, 1980, col. 82) (grifo no original)

A conexão entre conhecimento e mundo, por conseguinte, remeteria a discussão à metafísica. Ou seja, sobre a natureza dos elementos de conhecimento e sua correspondência com os objetos existentes. E o que restaria à questão da moralidade? É possível alcançar, nesse campo, o ideal de objetividade que se pretende na epistemologia? Essa questão ficará subsumida e suspensa para ser tratada mais adiante.

Ainda sobre uma racionalidade emancipatória, a humanidade estaria, de tal forma, submetida a um contínuo desvelamento, uma revelação avançada e disposta no processo do “Esclarecimento” (*Aufklärung*), ou em termos mais específicos, de desencantamento do mundo. Alcançados e domados os métodos de se conhecer, a verdade se revela e se impõe, afinal, é somente a partir (e para) o homem que ela pode se realizar <sup>64</sup>.

---

<sup>64</sup> Uma breve digressão quanto a esse ponto já que o pressuposto se encontra na centralidade dada à razão a partir de Descartes para o qual o seu método de dialética descendente (que alcança um ceticismo radical) encontra amparo na noção de que o conhecimento da mente é mais claro que o do corpo e de que a consciência pura de si é condição incontornável do conhecimento. (DESCARTES, 2004, seq. 2). Essa observação é relevante na medida em que a centralidade e domínio do homem sobre a natureza restam justificados. De tal forma, superada essa questão, o que se deixa de discutir, mas está patente na história europeia de dominação, é a plena identificação com quem é “o homem”.

A análise levantada pelo que se convém chamar de primeira geração da Teoria Crítica surge no contexto do fenômeno nazista e fascista na Europa, de modo geral, conforme verifica-se na análise do fenômeno antissemita realizado por Adorno e Horkheimer. Nas palavras dos pensadores o objetivo era “... *descobrir por que a humanidade, em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, está se afundando em uma nova espécie de barbárie*” (1995, p. 11)

É nesse contexto que se desenvolve uma crítica à razão não mais como emancipação, mas como instrumento de dominação. Especialmente a partir de uma dominação burguesa que reifica a humanidade: “*Em oposição ao imperativo categórico e em harmonia tanto mais profunda com a razão pura, ele trata os homens como coisas, centros de comportamentos*” (1995, p. 76). A natureza torna-se um mero empecilho de resistência a ser dominado frente ao poder do sujeito. E o próprio processo de razão agora sob o domínio econômico toma o próprio sujeito como mercadoria:

Em seu lazer, as pessoas devem se orientar por essa unidade que caracteriza a produção. A função que o esquematismo kantiano ainda atribuía ao sujeito, a saber, referir de antemão a multiplicidade sensível aos conceitos fundamentais, é tomada ao sujeito pela indústria. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 103)

Uma crítica ao processo de reificação sem o olhar voltado à colonialidade deve-se mostrar aqui mais do que um mero parêntese. A questão subjacente à própria racionalidade instrumental de dominação está na centralidade da definição sobre humanidade. De tal forma, falar sobre uma crítica à racionalidade envolve também fazê-lo a partir de um olhar decolonial. Se a razão instrumental legitima a dominação por intermédio de uma manipulação da racionalidade a partir de uma reificação e transformação do Outro em mercadoria industrial, a mesma racionalidade justificava o domínio e a exploração escravista recente.

É exatamente sob o regime de uma hierarquia da racionalidade - como o elemento primeiro que define a própria humanidade - que outras epistemologias serão vistas não menos que “atrasadas”. Assim que se constitui, por exemplo, o conceito móvel de raça como um “*constructo ideológico, que nada tem a ver com a estrutura biológica da espécie humana, e tudo a ver, em compensação, com a história das relações de poder no capitalismo mundial, colonial/moderno, eurocentrado*” (QUIJANO, 1998, p. 102).

O reconhecimento hegeliano, fundado no ideal da razão emancipatória, resume-se a partir da asserção: “*A consciência-de-si só alcança sua satisfação em uma outra*

*consciência-de-si*” (HEGEL, 1988, parag. 175). O poder e a dominação surgem, todavia, exatamente da assimetria do reconhecimento. Um resumo da célebre relação Senhor-Escravo que gera uma autonomia sem responsabilidade (Senhor) e uma responsabilidade sem autonomia (Escravo) pode ser assim colocada:

O Senhor, o Escravo e o mundo: eis os três termos que se entrelaçam no jogo de mediações características dessa experiência fundamental. O Escravo e a coisa exercem respectivamente a função mediadora que permite à consciência-de-si do Senhor afirmar-se na independência reconhecida do seu ser-para-si. A unilateralidade do reconhecimento reside aqui no fato de que o Senhor não reconhece o Escravo como outra consciência-de-si mas como mediador da sua ação sobre o mundo. Ao Escravo cabe o trabalho exercido sobre a coisa, ao Senhor a fruição da coisa trabalhada que passa além da simples satisfação animal do desejo. Enquanto mediadora, a consciência servil passa a ser a verdade da consciência independente. (VAZ, 1981, p. 22)

Observar o processo de colonização é também pensar os processos de resistência a partir de uma própria justificativa dessa racionalidade (BUCK-MORSS, 2011) nesse constante processo de re-conhecimento como em um processo dialético a partir do sujeito necessariamente social. Ainda que a consciência servil inverta os papéis de um reconhecimento assimétrico (e justifique a luta pela liberdade), o movimento para manutenção e justificativa de colonização é ambíguo pois o reconhecimento serve somente a si mesmo, pois é um reconhecimento de si que volta para si mesmo, mas que não recebe, mas sim recusa o Outro (TODOROV, 2014b, p. 69).

Dentre as diversas avaliações a essa configuração, a de aproximação crítica é patente: trata-se de simplificação à quantidade, o “Esclarecimento” se fez por uma auto-definição em que o papel central da razão, termina por excluir a irracionalidade; e as paixões, são meros desvios impassíveis de “cálculo”.

De tal forma, tem-se que o “mito” de uma racionalidade como elemento emancipador - ainda que não com um olhar exclusivamente dado pela reificação da totalidade, mas mesmo em sua apresentação bidimensional (como em Habermas com uma razão instrumental e outra comunicativa) -, retira o foco de outros elementos também constituintes da “humanidade”. Seriam esses componentes as emoções (usualmente tratados como desvios da razão), os desejos (vistos geralmente a partir da subordinação a um modelo ideológico) e, como pretende-se dar ênfase aqui, os valores morais.

É certo que, ao falarmos de uma razão instrumental ou emancipatória, estamos nos dirigindo a um modelo de justificativa que se baseia nessa categoria como elemento

fundante. Ao tratarmos de uma certa racionalidade do nosso tempo, entretanto, estamos vendo as formas de emergência dessa categoria em elementos práticos. Assim, a racionalidade como um “espírito” do tempo ou um conjunto de modos de estar-no-mundo justificados ou aceitos tem como pressuposto esse modo-de-ser racional, ou seja, como elemento fundante do indivíduo a possibilidade do cálculo, da justificativa e da subordinação completa a categorias epistemológicas. O pressuposto de uma racionalidade justificada está na superioridade do elemento racional na construção do indivíduo, ainda que tudo isso exista só em potência.

Ainda que se busque e se amplie uma noção de racionalidade a partir de elementos que justifiquem as práticas, as formas de agir e as motivações dos indivíduos, percebe-se que o foco se encontra sempre em um aspecto da justificação que possa ser esquadrihado sob o aspecto de uma razão. Em termos gerais, falar de um espírito ou racionalidade capitalista é ampliar o processo, mas ainda subordiná-lo à razão:

O espírito do capitalismo é justamente o conjunto de crenças associadas à ordem capitalista que contribuem para justificar e sustentar essa ordem, legitimando os modos de ação e as disposições coerentes com ela. Essas justificações, sejam elas gerais ou práticas, locais ou globais, expressas em termos de virtude ou em termos de justiça, dão respaldo ao cumprimento de tarefas mais ou menos penosas e, de modo mais geral, à adesão a um estilo de vida, em sentido favorável à ordem capitalista. (2009, p. 42)

Embora o elemento “crença” apareça na definição, parece que busca-se mais o conhecimento – enquanto crença verdadeira e justificada – no qual se apoiam as bases de um certo espírito do tempo. É algo como a construção de um “espírito” de nosso tempo que valora suas próprias categorias.

Sendo assim, quando se fala em uma razão neoliberal percebe-se algo como um caminho “lógico” ou “razoável” que dá sustentação a um tipo específico de conjunto argumentativo. Dardot e Laval, ao discorrerem, por exemplo, acerca de uma potencial contradição na junção de uma racionalidade neoliberal e uma neoconservadora, a partir de Wendy Brown, buscam uma espécie de consenso que permitirá a superação dessa aparente contradição:

O neoconservadorismo se impôs nos Estados Unidos como a ideologia de referência da nova direita, embora o “teor altamente moralizador” dessa ideologia pareça incompatível com o caráter “amoral” da racionalidade neoliberal. Uma análise superficial poderia nos levar a pensar que

estamos diante de um “jogo duplo”. Na realidade, entre neoliberalismo e neoconservadorismo existe uma concordância que não é nada fortuita: se a racionalidade neoliberal eleva a empresa a modelo de subjetivação, é simplesmente porque a forma-empresa é a “forma celular” de moralização do indivíduo trabalhador, do mesmo modo que a família é a “forma celular” da moralização da criança. Daí a exaltação incessante do indivíduo calculador e responsável, na maior parte das vezes pela figura do pai de família trabalhador, econômico e previdente, que acompanha o desmantelamento dos sistemas de aposentadoria, educação pública e saúde. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 380)

A constante busca por trazer à luz as contradições mais explícitas de um sistema vislumbra que uma base racional - ou seja, uma base argumentativa coesa e coerente -, será suficiente para o confronto e, em seu movimento, esse momento será suprasumido.

Uma busca por elementos que estão presentes tanto em uma lógica neoliberal quanto uma lógica neoconservadora sem dúvidas nos traz elementos de análise relevantes. Entretanto, deve-se entender que o fundamento a partir de uma “racionalidade” não é suficiente quando do confronto de contradições.

Isso não quer dizer que, no texto aqui exposto, se entenda que a racionalidade é conceito que abarque exclusivamente uma questão de cognição, razoabilidade, congruência etc. É relevante pensar, no entanto, que há algo para além desta dimensão que, por vezes, fica restrita a uma análise de psicologia social, ou seja, a um conjunto de subjetivações somadas que poderão ser assumidas como representantes de toda a teia de relações sociais. Senão vejamos, o que Verónica Gago, por exemplo, nos traz quanto às abordagens do que se coloca como subjetividade:

Consideramos essas imbricações e tensões profundas entre neoliberalismo e produção de subjetividade, entendendo subjetividade em seu duplo sentido: como subjetivação e como sujeitamento. Tomamos como premissa que o terreno de subjetivação é decisivo para desenvolver um pensamento político transformador (Rozitchner, 1996). E, por isso mesmo, entendemos a subjetivação como um processo não homogêneo e não unitário que exige ser analisado em todas as suas variações, determinações e ambivalências. (GAGO, 2018, p. 17)

As diversas formas de construção do sujeito que podem se transformar em mero sujeitamento a determinado modo de vida, ainda que prejudicial, são elementos que a autora considera como parte constituinte de uma afetividade coletiva. Ainda que no bojo de uma nova racionalidade neoliberal no qual há uma reorganização de categorias como liberdade e obediência.

Há, entretanto, o espaço público onde as conjuntas subjetivações se encontram e se formam ao tempo em que se alteram (LATOURE, 2002)<sup>65</sup>. Essa dimensão pode ser classificada como uma “rede”, ou uma “relação”. Esse espaço também é objeto de uma afetação exterior que pode ser manipulada. É nesse momento que os juízos de valor são formados, pois têm existência vinculada às relações em si.

Perceba que formar um juízo de valor sobre a liberdade, enquanto conceito abstrato, ser algo desejável ou não, bom ou ruim, pode ser uma realização soliloquial. O juízo de valor real, entretanto, é constantemente retroalimentado nas relações e seu conceito poderá ser utilizado para o caso concreto ainda que haja uma divergência subjetiva quanto a isso.

Pensar as contradições de sustentação de determinada “ideologia”<sup>66</sup> ou racionalidade envolve também pensar esses espaços de construção no qual os encontros que formam juízos de valor são constantemente afetados. É perfeitamente plausível, sob essa ótica, que alguém considere correta a exploração de seu próprio trabalho, sob o ponto de vista, por exemplo, de que seus chefes são exemplos de empreendedorismo a serem seguidos; ao mesmo tempo em que considere suas condições de vida ruins estando ciente de que advém desse mesmo trabalho. Isso poderá ser justificável por uma movimentação de um mesmo conceito, seja de liberdade ou de auto-responsabilização. É uma fórmula de investimento, como será tratado na seção 1.6. O ponto central, todavia, reside em armazenar diferentes juízos de valor para uma mesma afetação, conceito ou “sentimento”, advindos desse espaço no qual a relação ocorre. Ou seja, ainda que exista a contradição, ela sobrevive sem maiores problematizações, pois as relações são distintas.

Observe-se que no caso de uma reconfiguração do trabalho que amplifica a precariedade, especialmente a partir dos marcadores históricos da década de 1970, houve essa transição de um determinado *éthos* do trabalho weberiano com valores como segurança e estabilidade para outro *espírito* com valores como a flexibilização e mobilidade no que Boltanski e Chiapello chamam de endogeneização da crítica que “*consistiu em substituir o controle pelo autocontrole e assim transferir para fora os custos*”

---

<sup>65</sup> A teoria social subjacente à noção aqui exposta se utiliza tanto da Teoria Ator-Rede de Latour quanto de seu proclamado predecessor Gabriel Tarde quanto à interpretação de uma monadologia (2018). Nos autores não há que se falar em algo como um “espaço” público, mas sim de relações. O termo será utilizado, entretanto, sem se pensar uma nova ontologia, mas no momento de encontro desses sujeitos. Ou seja, trata-se de olhar o encontro a partir dos indivíduos e não exclusivamente os indivíduos atomizados.

<sup>66</sup> A utilização de um conceito também carregado de distintas significações como ideologia; assim como o seu complemento no raciocínio com “ou racionalidade” têm por interesse ampliar bastante o campo de atuação dos encontros a serem analisados sob a perspectiva de uma questão ética. Seja a ideologia um direcionamento de crenças para a ação ou uma estrutura social que legitima o poder dominante como em Marx (1998); nesse sentido, esteja a ideologia em uma análise passiva ou ativa, o relevante é a visualização de como a formação de juízo de valor é dada.

*elevadíssimos do controle, repassando o peso da organização para os assalariados”* (2009, p. 225). Nesse sentido, nos resume Safatle:

Capacidade de enfrentar riscos, flexibilização maleabilidade, desterritorialização resultado de processo infinitos de reengenharia, todos esses valores compõem atualmente um novo núcleo ideológico. Se, ainda não década de 1960, o profissional modelo era aquele capaz de impor-se uma funcionalização de sua personalidade, aprimorando sua especialidade e habilidades até se transformar no corpo de um só órgão tal qual descrito por Marx, hoje ele seria visto como alguém acomodado, sem capacidade de se reinventar e, por isso, com baixa capacidade de inovação e criatividade. (SAFATLE, 2015, p. 183)

Gaulejac ao tratar a questão do gerenciamento enquanto manifestação de (micro)poder, trata do *manager* para o qual tem-se um indivíduo que se identifica por um lado com “*o interesse da empresa, uma interiorização da lógica do lucro (...); do outro, uma condição salarial submetida às imprevisibilidades da carreira, ao risco de dispensa, à pressão do trabalho e a uma competição feroz.*” (GAULEJAC, 2007, p. 39). Continua o autor ao concluir mais a frente um conjunto de moralidades, dentre as quais, a do risco que:

permite valorizar a imagem de um acionista dinâmico e corajoso, longe da pusilanimidade do rentista ou da mediocridade dos trabalhadores resignados com sua sorte. O “*riscófilo*” é um homem empreendedor e capaz de se colocar em questão. (...) A empresa hipermoderna é uma terra de aventura na qual os “*riscófobos*” não são bem-vindos. (GAULEJAC, 2007, p. 127–128)

O trabalhador contemporâneo, agora *riscófilo*, assume essa nova posição de modo a se afastar do ideal de estabilidade antes colocado como valor de bem comum para o alcance de uma cidadania industrial. Essa transformação perpassa uma nova construção de conceitos, discursos e assujeitamentos.

As constatações que ampliam a noção de racionalidade, terminam por adentrar em um aspecto psicológico que se desvia para busca por padrões de inconsciência motivados por uma dimensão oposta ao do aspecto discursivo. Adorno, por exemplo, nos traz:

Uma vez que seria impossível para o fascismo ganhar as massas por meio de argumentos racionais, sua propaganda deve necessariamente ser defletida do pensamento discursivo; deve ser orientada psicologicamente, e tem de mobilizar processos irracionais, inconscientes e regressivos. (ADORNO, 2006)

Ao contrário desse movimento da análise para uma dimensão da inconsciência, sugere-se pensar uma racionalidade que abarque as moralidades, afetos e distintas linguagens que os indivíduos possuem. Argumento um “para além”, pois a identificação de uma racionalidade exclusivamente pelo seu aspecto epistêmico prejudica o entendimento ampliado das contradições internas. É necessário também apontar as contradições que existem no âmbito da construção e hierarquização de juízos de valor a partir dos movimentos feitos no campo das relações de reconhecimento. Em outras palavras: não basta apontar as contradições que se apresentam nos discursos, mas também as que se vinculam aos processos de relação que surgem nos afetos, nas linguagens e nas moralidades vinculadas.

#### 1.4 Ética, agência e pré-reflexividade

Até o presente momento tem-se tratado ética, moral, moralidade e éthos como termos intercambiantes. Uma distinção mais notória entre ética e moral coloca esta última como o conjunto de elementos normativos, em sentido amplo, que emergem de uma determinada sociedade. A ética, por sua vez, diz respeito à fundamentação desse conjunto de normas, comportamentos e princípios já sedimentados. Ou “*enquanto a moral procura responder à pergunta: como devemos de viver?, a ética (meta normativa ou meta ética) defronta-se com a questão: porque devemos de viver segundo x ou y modo de viver?*” (PEDRO, 2014, p. 486).

Entretanto, não me parece estar longe de um axioma aceitável a noção de que todo o conjunto de fundamentações para uma moral, ou seja, uma ética, é também historicamente localizada. Isso significa dizer que os próprios limites de sua análise metateórica estariam subordinadas a um conjunto de normas e parâmetros morais<sup>67</sup>. Em outras palavras: “*Construindo uma Ética estou tentando construir um mundo respirável para mim e para os meus amigos. Por isso acontece que em nenhum outro âmbito o homem é mais perigoso que no âmbito da Ética*” (CABRERA, 1990, p. 91)

Portanto, se o caráter analítico da distinção serve para colocar a ética em uma posição anterior à moral como o campo de disputa, entende-se que há uma perda essencial na questão: a de que a moral deve ser questionada no seu próprio processo de

---

<sup>67</sup> Em uma abordagem do que constitui hoje o campo da *ética prática* os esforços são dirigidos para a compreensão de situações-limite tais como aborto, suicídio e genocídios. Ou seja, observa-se como os dilemas morais se instalam. A aproximação do fenômeno pela via dos conflitos sociais menos danosos, ao menos superficialmente, é o caminho escolhido nessa seção.

normatização. A distinção entre ética e moral, na análise de fenômenos sociais, deve ter essa noção como pano de fundo.

Mais relevante que a discussão sobre o espaço etéreo de precedência entre ética e moral, é o conflito instalado no choque dos valores morais, o que Judith Butler, por exemplo, destaca na relação do conflito entre o *éthos* coletivo e a moral divergente:

Em primeiro lugar, Adorno afirma que as questões morais surgem apenas quando o *éthos* coletivo deixa de imperar. Isso quer dizer que elas não têm de surgir na base de um *éthos* comumente aceito para serem qualificadas como morais; na verdade, parece haver uma tensão entre *éthos* e moral, tanto que o enfraquecimento daquele é condição para o aperfeiçoamento desta. Em seguida, ele deixa claro que, embora o *éthos* coletivo não seja mais compartilhado – aliás, justamente porque o “*éthos* coletivo”, que agora deve ser colocado entre aspas, não é compartilhado de maneira comum -, ele só pode impor sua pretensão de comunidade por meios violentos. Nesse sentido, o *éthos* coletivo instrumentaliza a violência para manter sua aparência de coletividade. (BUTLER, 2015, p. 14–15)

A violência ética surge no contexto exato de uma tentativa de um *ethos* coletivo, ou seja, de uma moral normativa coletiva que, no exercício de sua força de império, se impõe frente a uma moral “inadequada”. Parece aqui uma efetivação de aspectos éticos e morais sem momento de precedência. O conflito não se dá exclusivamente pela relação coletivo-indivíduo, mas pela relação norma e recusa.

É importante lembrar que a discussão sobre ética iniciada no debate grego parte inicialmente de uma noção mais individual, como se o alcance das determinações acerca da prática seja algo dado no tempo e transferido de uma ancestralidade localizada, conforme destaca Spinelli:

Na medida em que o dado como *éthos* (o *suetu*), ou como *êthos* (os *mores*), não comportava ajuizamentos de valor (se certo ou errado), que bastava a mera justificativa tautológica do *faço assim porque é assim que se faz*, o indivíduo não entrava em crise, e, se não entrava, não se abria para a possibilidade da mudança ou para alguma alteração significativa. Por suposto não “evoluiu”, permanecia fechado no ancestral, indisponibilizado para qualquer perspectiva de ser melhor; na maioria das vezes se retraía, em vista do temor, de, em algum momento, vir a ser pior. (SPINELLI, 2009, p. 42) (grifos no original)

A valoração em si não é relevante nesse contexto, pois era algo consuetudinário, do costumeiro, do familiar. Como se a ética expressasse na realidade uma espécie de modo de ser. “Sou assim pois minha ética assim o determina”.

A ética aristotélica, por exemplo, apresenta-se como uma fundamentação para uma certa moralidade virtuosa no qual o fim a ser alcançado é uma auto-suficiente felicidade (*eudaimonia*)<sup>68</sup>. É assim algo como um valor fixo e alcançável por intermédio de uma prática virtuosa. A valoração moral, entretanto, não se trata de algo previamente dado, é o campo de disputa do valor, como destaca Locke ao criticar o inatismo: “*nenhuma regra moral pode ser proposta sem que uma pessoa deva justamente indagar a sua razão*” (1999, p. 46)<sup>69</sup>

Ora, e como se dá a construção do valor? A ética consistiria então em uma discussão acerca da fundamentação do ato de valorar, ou seja de avaliar, de preferir, como resume Paul Ricouer: “*Na palavra “valor”, há primeiro um verbo: avaliar, que por sua vez se refere a preferir: isso é melhor que aquilo;*” (RICOUER, 2012)<sup>70</sup>.

Quem, por consequência, é o indivíduo que valora? Quais são as condições e limitantes do próprio movimento de preferências? É sob esse aspecto que o valor da liberdade adquire tamanha precedência ética no âmbito de contextos neoliberais, especialmente sob o aspecto da liberdade positiva, ou da *liberdade-para*. Só pode preferir e escolher aquele que tem todas as possibilidades garantidas a sua frente.

O substantivo *ethos*, por sua vez, surge amiúde na literatura sociológica e filosófica como uma espécie de marcador para restrição de uma ética limitada à história. Toda formação de juízo de valor moral tem sua limitação histórica. Se a ética se mostra como a análise de fundamentação do dever-ser com a atribuição intrínseca de valor positivo e bom ao dever, não se pode retirar o olhar do horizonte de que esse próprio dever é também retroalimentado pelo que é consuetudinário.

No caso concreto, trata-se de observar a evolução de uma hierarquia de valores morais efetivada na concretude de um sistema econômico avançado em suas formas de justificação. Uma constituição de juízos de valor que tornam, por exemplo, um trabalhador com cada vez menos possibilidades de garantir suas condições materiais de existência, em

---

<sup>68</sup> “*por ora definimos a auto-suficiência como sendo aquilo que, em si mesmo, torna a vida desejável e carente de nada. E como tal entendemos a felicidade, considerando-a, além disso, a mais desejável de todas as coisas, sem contá-la como um bem entre outros.*” (ARISTÓTELES, 1991, p. 15) Ao que Aristóteles prossegue assumindo uma posição de determinação da humanidade a partir de uma função associada.

<sup>69</sup> Locke se aproxima de Aristóteles no aspecto teleológico, mas assume o caráter utilitarista; em seguimento ao trecho destacado acima, o autor traz: “*A virtude não é geralmente aprovada porque é inata, mas porque é proveitosa*”

<sup>70</sup> No original: “*Dans le mot « valeur », il y a d’abord un verbe : évaluer, lequel à son tour renvoie à préférer: ceci vaut mieux que cela;*”. A citação a Ricouer é justificada na medida em que o autor propõe uma ética a partir de uma triangulação necessária entre Eu-Outro-Ele, em uma aparente referência a Emmanuel Levinas.

alguém que justifica (valora de forma positiva, pela via moral) o sistema que o explora<sup>71</sup>. O trabalhador que justifica suas condições de salários menores, monitoramento constante e hiper-responsabilização por intermédio de uma atribuição positiva a uma espécie de meritocracia substantivada em um ideal de tratamento isonômico. Não é sem esforço que se encontra, nos mais diversos espaços virtuais, uma defesa apaixonada dos interesses, motivações e ações de indivíduos bilionários por parte daqueles que estão em situação de exploração, inclusive consciente.

Perceba que o juízo de valor dado à ação individual pode ser diferente daquele que o indivíduo considera ser ético. E, apesar de parecer uma contradição, vejamos que o questionamento moral diz respeito a ação dos outros, ou do conjunto. É possível que um indivíduo considere errado sonegar impostos, enquanto se outro assim o fizer (a depender, por exemplo, da função desse outrem), está correto. Enquanto elemento social, e sob a premissa filosófica de impossibilidade de acesso ao Outro, entende-se que a emissão de juízo de valor moral pode ser um para o indivíduo quando aplicado a si e distinto quando aplicado a outrem.

Assim, o valor, enquanto o momento estanque do ato de valorar, ou seja, de externar uma preferência motivada, é o elemento central do que se pretende observar. É nesse sentido que se insiste na utilização do termo ética, pois o estudo é axiológico, mas acerca de valores exclusivamente morais; que versam sobre graus de análise de situações daquilo que se achega ao que é bom ou ruim, desejável ou não. Isto posto, podemos seguir para dois caminhos: (i) uma análise acerca do que vem a ser a motivação e o interesse; ou seja, um exame, em última instância, acerca da agência individual; e (ii) uma investigação acerca de quais são os limites de aproximação desse fenômeno.

Quanto ao primeiro caminho trataremos de observar as possíveis teorias da ação sob o ponto de vista da moralidade. Assim sendo, o indivíduo estaria motivado a agir, com uma justificativa subjacente, a partir de um ideal primariamente fundamentado naquilo que é desejado individualmente ou naquilo que é aprovado pelo contexto social?

O segundo caminho, por sua vez, irá caracterizar a aproximação do fenômeno por intermédio de uma abordagem relacional. Aqui explicito essa questão: trata-se de observar, por exemplo, o trabalhador plataformizado pelas relações entre indivíduo <-> plataforma digital <-> valor moral atribuído <-> grupo do restaurante <-> valor moral atribuído <->

---

<sup>71</sup> É necessário pontuar que a potencial contradição entre a valoração positiva e a categoria exploração advém de uma série de definições e parâmetros que serão definidos sobre a categoria exploração. Ou seja, não se trata de categoria previamente constituída, mas observada como elemento que emerge da própria realidade.

cliente <-> valor moral atribuído <-> situação laboral <-> valor moral atribuído. Utilizo o símbolo “<->” para indicar uma relação de mão dupla. Ou seja, não se deve tratar a questão da valoração exclusivamente a partir da subjetividade do indivíduo, mas como uma relação; o ato de valorar só tem existência na relação e, portanto, como algo que emerge desta. A motivação justificada a partir de uma análise mais psicanalítica do indivíduo não é a escolha teórica aqui utilizada; pretende-se observar a relação em seu estado mais emergente, o ato que o indivíduo tem de valorar a sua própria situação laboral ao tempo em que valora a plataforma digital, o restaurante que atende, o cliente e aquilo que aparece no caminho reverso. Essa questão ocorre em outros tipos de relação como naqueles trabalhadores categorizados como microempreendedores individuais, dado que a relação envolve também uma espécie de justificação constante frente ao próprio processo de transformação do indivíduo em empresa.

#### *A questão da agência/motivação*

A noção subjacente a uma abordagem relacional indica necessariamente uma ação intrínseca a uma categoria. Ou seja, se se quer discorrer sobre exploração deve-se perguntar “para quem” e “por quem”, além de se perguntar sobre os aspectos do “como”. De tal forma, quando se aborda a questão da valoração moral, especialmente em um contexto de trabalho, não se quer operar com uma categoria no qual a agência encontra-se oculta. O ato de preferir ou valorar moralmente uma situação na relação entre trabalhador e plataforma ou cliente ou fornecedor demanda uma análise também acerca dos limites e potencialidades da agência.

É por essa abertura que penso ser relevante um retorno a uma teoria da motivação no âmbito moral. Ou seja, em qual sentido os muitos matizes de valoração de uma relação moralmente “boa” pode ser vista pelo aspecto da agência? O bom é o desejado pelo indivíduo, trazendo uma precedência do desejo? Ou seria o bom um valor assim definido pois uma maioria das pessoas o aceita?<sup>72</sup> Discorrerei sobre as duas formas de tratar o tema, todavia, devo adiantar que as relações de trabalho - especialmente sob a forma aqui pesquisada, ou seja, em seu aspecto mais precarizado -, não se apresenta como objeto de

---

<sup>72</sup> O que Charles L. Stevenson chama de teorias do interesse: “... a palavra “bom” tem sido frequentemente definida em termos de aprovação ou de atitudes psicológicas semelhantes. Podemos tomar como exemplos típicos: “bom” significa desejado por mim (Hobbes); e “bom” significa aprovado pela maioria das pessoas (Hume, na verdade). É conveniente referir-se a definições deste tipo como “teorias de interesse...” (1937, p. 15) (tradução nossa)

justificativa *a priori*, mas sustenta-se somente em momento posterior. O indivíduo que se encontra em situação de mais incerteza, irregularidade e impossibilidade de “disputa” por se encontrar em uma relação de trabalho plataformizado, por exemplo, não encontra uma justificativa a partir de um desejo anterior a sua situação; o que se percebe é um movimento de legitimação posterior<sup>73</sup>. É nesse sentido que a utilização de valores morais nas relações morais é, paradoxalmente, “fraco” pois construído em momento posterior e “forte” pois trata da manutenção das próprias condições de existência do indivíduo. Faço essa ressalva pois no âmbito político ou estético, a força do “desejo” parece preceder, de fato, à valoração, como se pode perceber na abordagem de uma psicologia de massas. Assim, a motivação entendida como uma ação a partir da junção entre desejo e crença (razão) parece se diferenciar no aspecto laboral de nosso tempo, pois o desejo nessa relação deixa de existir como algo a se alcançar, mas sim como algo a se manter. De tal forma, a justificação não anda ao lado da motivação, mas em momento posterior.

Já no campo da metaética a discussão tem início em um debate acerca da factualidade e justificativa ao juízo moral. Se o juízo moral é não factual, não-natural, conhecido pela intuição, tem-se uma aproximação à vertente intuicionista, sendo a sua oposição chamada de naturalismo moral. A questão avança, entretanto, para uma discussão acerca do aspecto da justificação, é possível que juízos morais sejam associados a uma verificação de verdade em um contexto epistemológico? É nesse sentido que o debate se divide entre as vertentes cognitivas e não-cognitivistas, como resume van Roojen:

Grosso modo, os não-cognitivistas pensam que as declarações morais não têm condições de verdade substanciais. Além disso, de acordo com os não-cognitivistas, quando as pessoas proferem sentenças morais, elas normalmente não expressam estados mentais que são crenças ou que são cognitivos da mesma forma que as crenças são. Em vez disso, eles estão expressando atitudes não cognitivas mais semelhantes a desejos, aprovação ou desaprovação. (VAN ROOJEN, 2018)

Tendo em vista a posição assumida anteriormente, no qual a razão ou deve ser ampliada ou os elementos não-cognitivos devem ser melhor inseridos nas análises sociais,

---

<sup>73</sup> Quer-se dizer com isso que o sujeito neoliberal é menos uma forma de assujeitamento e mais uma forma de se buscar justificativas perante à realidade. Nesse sentido, a pesquisa de campo nos mostra que situações de desrespeito em experiências anteriores ao trabalho como motorista por aplicativo, por exemplo, também exerceram forte influência na escolha por “ser o próprio chefe”.

a vertente que se assume aqui é a não-cognitivista. Nos termos de uma sociologia moral<sup>74</sup> trata-se de entender a questão como:

... uma perspectiva geral que traz à luz a dimensão moral da vida social e afirma que princípios, normas e valores não são apenas regulatórios, mas também constitutivos. São constitutivos não só de um certo domínio de ações, mas da própria vida social. Isso não significa que todas as ações são *per definitionem* ações morais (a maior parte de nossas ações econômicas não são nem morais nem imorais, tampouco nossa vida sexual é, hoje, julgada em termos morais, etc.), mas que a moral, os costumes e a ética estão invariavelmente implicados na ação, na ordem e na mudança social. (VANDENBERGHE, 2015, p. 66)

Assumir uma posição não-cognitivista significa, dentre outras possibilidades, ampliar também o ferramental conceitual não se aproximando do fenômeno sociológico exclusivamente pela via epistemológica. Além disso, o aspecto da motivação nos permite um entendimento simbiótico entre volições e racionalidades. É sobre esse aspecto que pode-se destacar:

Os humeanos, basicamente e em grande parte não-cognitivistas, sustentam que o que nos motiva a uma ação é um “desejo”, em conjunto com uma “crença”. A posição que o desejo assume é determinante para o estado não-cognitivo do juízo moral. Sua disputa com os anti-humeanos se dará em relação à impossibilidade de que o “desejo” obtenha um status cognitivo, tendo apenas um status psicológico na percepção humana. Já os anti-humeanos, cognitivistas, sustentam que o que nos motiva a uma ação é uma “crença”, e se existir a presença de um “desejo” na motivação, este ou tem um caráter acessório, sendo atribuído ao agente como mera consequência da interpretação de sua ação como intencional, ou pode ser visto ele próprio como um desejo motivado por uma crença. (DIANA, 2004, p. 21–22)

Nesse sentido, ainda sob o aspecto de uma abordagem analítica e metaética, pode-se falar em uma teoria emotiva dos valores, no qual os valores morais assumem uma posição performativa na criação e manutenção de elementos fora do âmbito cognitivo, tais como a motivação à ação, a incitação a determinadas atitudes, a criação de determinados estados de ânimo etc<sup>75</sup>.

---

<sup>74</sup> Ainda no mesmo artigo citado a frente, o autor nos coloca uma importante distinção entre sociologia da moral e sociologia moral: “*Enquanto a primeira assume a moralidade como algo que precisa ser explicado por fatores sociais (moralidade como variável dependente), a última investiga como a moralidade produz, constitui e regula as ações, instituições e estruturas sociais (moralidade como uma variável independente)*” (VANDENBERGHE, 2015, p. 67)

<sup>75</sup> Ainda Stevenson chega a citar uma análise social no qual isso ocorre por intermédio de um processo de influência mútua: “*Alguém diz “Isso é bom”; isto pode influenciar a aprovação de outra pessoa, que então*

De tal forma, a motivação e ação no âmbito da moralidade envolve aspectos para além de uma determinada racionalidade, ou no caso acima colocado, para além de uma possibilidade de verificação de verdade, uma racionalidade resumida à epistemologia.

Ao retornamos ao debate acerca da racionalidade podemos verificar em Axel Honneth uma espécie de ampliação dessa dimensão que envolve o que pode-se chamar de *virada afetiva na teoria crítica* (CAMPELLO, 2017). O papel das experiências afetivas como elementos constituintes do ser social adquire relevância, em resumo: “*Honneth defende que a precedência do reconhecimento indica que à uma relação teórico-cognitiva precede uma relação intersubjetivo-afetiva.*” (CAMPELLO, 2017, p. 109).

A defesa de Honneth acerca de formas de reconhecimento passa três dimensões em um diálogo a partir de Hegel e Mead, conforme indicado pelo autor:

Embora não se tenha encontrado nos escritos de Mead um substituto adequado para o conceito romântico de "amor", sua teoria, como a de Hegel, desemboca também na distinção de três formas de reconhecimento recíproco: da dedicação emotiva, como a conhecemos das relações amorosas e das amizades, são diferenciados o reconhecimento jurídico e o assentimento solidário como modos separados de reconhecimento. Já em Hegel são atribuídos respectivamente a esses três padrões de reciprocidade conceitos especiais de pessoa, no sentido de que a autonomia subjetiva do indivíduo aumenta também com cada etapa de respeito recíproco; mas só em Mead é dada a intuição inscrita nisso a versão sistemática de uma hipótese empírica, segundo a qual o grau de relação positiva da pessoa consigo mesma se intensifica passo a passo na sequência das três formas de reconhecimento. (HONNETH, 2003, p. 157–158)

O argumento de Honneth é relevante na medida em que amplia o conceito de racionalidade<sup>76</sup> e indica as limitações que as relações de ordem prática apresentam nas contradições que não podem ser resolvidas por intermédio da dimensão comunicativa ou argumentativa (ou que são contradições exatamente por tentarem serem resolvidas nessa dimensão). O objetivo do autor é, entretanto, a construção de uma teoria social do

---

*faz o mesmo julgamento ético, o que por sua vez influencia outra pessoa, e assim por diante. No final, através de um processo de influência mútua, as pessoas assumem mais ou menos as mesmas atitudes. Entre pessoas de comunidades muito separadas, é claro, a influência é menos forte; portanto, comunidades diferentes têm atitudes diferentes*” (STEVENSON, 1937, p. 20) (tradução nossa). Ainda para o autor a comunicação tem por intento um aspecto descritivo (para o qual pode-se atribuir validade) e um aspecto dinâmico, onde se encontra a sua teoria emotiva.

<sup>76</sup> É importante destacar que escolhi o termo “ampliação” da racionalidade por entender que os aspectos comunicativos, argumentativos, lógicos e emotivos condensam-se na práxis. Não há uma defesa de que os diversos recortes nesse sentido deveriam ser estanques. A defesa aqui descrita de uma dimensão valorativa moral como um espaço mais fundamental de resolução de conflitos passa por essa multiplicidade de facetas.

reconhecimento, o que transfere a questão para uma dimensão não somente ontológica, mas como ressaltado por Nancy Fraser, também para a dimensão da justiça (1995).

Para o objetivo dessa pesquisa, contudo, a dimensão na qual a ética se apresenta como elemento primário não diz respeito à constituição do ser social, mas sim como espaço/dimensão/campo de resolução de conflitos de ordem material.

Ou seja, não se trata de observar o fenômeno moral exclusivamente a partir de uma teoria do reconhecimento ou de uma teoria da motivação (interna, psicológica), mas sim de uma teoria de justificação ou de uma teoria da motivação a partir da ação do Outro ou daquilo que afeta o Eu a partir dos outros. O campo da valoração moral parece ainda ser pouco trabalhado sob esse ponto de vista; qual seja, o de observá-la enquanto elemento para além do dever-ser ideal. É por isso que o lembrete da limitação da realidade pela história e pelo seu sistema de pensamento dominante deve ampliar-se e aplicar-se especialmente à ética.

A análise do “eu”, da racionalização interna ou da investigação sobre as motivações individuais e primárias não alcança todas as possibilidades de se olhar a construção da ética. Essa afirmação funda-se especialmente na premissa de impossibilidade de acesso ao Outro (LÉVINAS, 1980). De tal forma, o “acesso” ao Outro somente é possível de forma assimétrica (MILOVIC, 2004). A subjetividade e seu escrutínio podem nos dar um caminho para entendimento das construções de juízo de valor individuais, mas há elementos que escapam a esta subjetividade.

O juízo de valor moral sobre uma ação é uma interessante forma de observar nossa própria gramática do tempo e do “espírito”. O trabalhador, em sua dimensão plural, é apresentado a ambivalências diariamente, solucionados por intermédio de dimensões cognitivas, emotivas e também morais. Ainda que Honneth levante o aspecto formativo do ser social a partir da noção de reconhecimento, tendo como elemento negativo oposto a reificação<sup>77</sup>, creio que seja relevante trazer uma dimensão semelhante apresentada por Emmanuel Lévinas que defende a ética como uma filosofia primeira. Devo destacar que ambos pensadores trazem o reconhecimento do Outro como elementos constitutivos do Eu. Essa é uma tese da qual não nos distanciaremos nessa pesquisa. O que se quer trazer com a movimentação desses autores é a dimensão ética enquanto elemento constitutivo do ser social e, portanto, como um campo que também deve ser observado na emergência do fenômeno social, especialmente a partir do conflito; conflito este não exclusivo mais ao

---

<sup>77</sup> Em Spinoza: “*Omnius determinatius, negatius est*” - Toda determinação é negação

Outro humano, mas ampliado a um conjunto de objetos (seres e valores, por exemplo) com compromisso ontológico vinculado à própria rede de relações:

É banal dizer que nunca existimos no singular. Estamos rodeados de seres e de coisas com os quais mantemos relações. Pela vista, pelo tacto, pela simpatia, pelo trabalho em comum, estamos com os outros. Todas essas relações são transitivas. Toco um objeto, vejo outro, mas não sou o outro (LÉVINAS, 2007, p. 43)

### *Em qual momento? O caráter pré-reflexivo*

Expostas as limitações que a análise exclusivamente a partir da racionalidade podem nos trazer e, ao se ampliar para os impactos das afecções e das moralidades, é importante questionar: como ocorre a ação do indivíduo? É de fato a partir da dinâmica de um *homo economicus* que *calcula* a busca pela otimização racional? É o indivíduo extremado pelas suas paixões que age sem reconhecer suas próprias intenções?

Essa subseção tem como objetivo responder a essa questão dando ênfase ao que se chama de caráter pré-reflexivo. Em termos gerais, pré-reflexão pode se definir como um estado consciente em que o mundo não se encontra completamente organizado com fronteiras e limites de qualquer ordem. Quando se afirma que o conflito é primariamente resolvido a partir de uma *hierarquia de valores morais cristalizados desde elementos pré-reflexivos* evidencia-se não necessariamente um inconsciente, mas sim um estado de coisas irrefletido que gerará contradições epistêmicas, exatamente por estar em um estado que não alcança esse momento.

A pré-reflexividade é conceito advindo da fenomenologia. Ainda que a questão naquela área esteja vinculada a uma teoria do conhecimento, é importante refazer esse caminho. Em Husserl surge como a *atitude espiritual natural*, ou seja: “*Seguindo os motivos da experiência, inferimos o não experimentado a partir do diretamente experimentado (do percebido e do recordado)...*”. Trata-se de uma recepção da realidade de forma *ingênua* o que significa apreender a realidade em uma atitude acrítica. Merleau-Ponty, por sua vez, dá uma centralidade relevante ao corpo como expressão de um saber pré-objetivo a partir do seu encontro com as coisas: “*A solução de todos os problemas de transcendência se encontra na espessura do presente pré-objetivo, em que encontramos nossa corporeidade, nossa sociabilidade, a preexistência do mundo...*”(MERLEAU-PONTY, 1999, p. 580). A pré-reflexividade é essa espécie de visão periférica de um mundo em seu estado nascente.

Entretanto, é a partir de Bourdieu que esse conceito assume uma posição fundamental dado que o *habitus* se incorpora como uma disposição à ação sem que haja uma necessária passagem pelo âmbito reflexivo. É importante delinear que o autor não pretende cair em uma teoria da subjetividade já que o conceito:

(...) permitia-me romper com o paradigma estruturalista sem cair na velha filosofia do sujeito ou da consciência, a da economia clássica e do seu *homo economicus* que regressa hoje com o nome de individualismo metodológico (...) eu desejava pôr em evidência as capacidades “criadoras”, activas, inventivas, do *habitus* e do agente (que a palavra hábito não diz) (BOURDIEU, 1989, p. 60–61).

O *habitus*, enquanto internalização de disposições que orientam a ação dos indivíduos, permite essa contínua fluidez sem a necessidade de uma recorrência à reflexão. Entretanto, o engajamento e legitimidade da estrutura deve ocorrer especialmente por um “espaço de jogo”, é o que o autor denomina como *illusio*:

A *illusio* constitui o campo como espaço de jogo e faz com que os pensamentos e as ações possam ser afetados e modificados a despeito de qualquer contato físico ou na falta de qualquer interação simbólica, em particular na e pela relação de compreensão. (...). Em outros termos, se o agente possui uma compreensão imediata do mundo familiar, isso ocorre porque as estruturas cognitivas aplicadas por ele constituem o produto da incorporação das estruturas do mundo no qual ele age, e também porque os instrumentos de construção empregados para conhecer o mundo são construídos pelo mundo. Esses princípios práticos de organização do dado são construídos a partir da experiência de situações frequentemente encontradas e suscetíveis de serem revisadas e rejeitadas em caso de fracasso repetido. (BOURDIEU, 2007, p. 165–166)

A internalização de valores por intermédio do *habitus* ocorre pois há uma *illusio* de que tais valores são dignos de serem alcançados. Em outras palavras, o próprio aspecto legitimador de um conjunto de regras perpassará também esse momento pré-reflexivo. Ademais, essa *illusio* em que os valores são postos como regras do jogo age de forma a reforçar o próprio *habitus* pois legitima continuamente as percepções e ações de acordo com o contexto social em que estão inseridas, conforme nos traz o autor:

A lógica específica de um campo se institui em estado incorporado sob a forma de um *habitus* específico, ou melhor, de um sentido do jogo, ordinariamente designado como um “espírito” ou um “sentido” (“filosófico”, “literário”, “artístico” etc.), que praticamente jamais é posto ou imposto de maneira explícita. Pelo fato de operar de modo insensível, ou seja, gradual, progressiva e imperceptível, a conversão mais ou menos

radical (conforme a distância) do habitus originário requerido pela entrada no jogo e consequente aquisição do habitus específico acaba passando despercebida quanto ao essencial. (BOURDIEU, 2007, p. 21)

Evidenciar o caráter pré-reflexivo aponta para dois desdobramentos. O primeiro é do “método”. Situar a análise social não a partir de um escrutínio pessoal ou clínico é observar essa análise “meso” dando ênfase às relações, conforme será desenvolvido na seção seguinte. Em segundo lugar - e mais relevante para o contexto da investigação -, evidenciar o caráter pré-reflexivo significa dar ênfase ao “para além” da racionalidade, na medida em que não são somente os elementos racionais que constroem as justificativas e legitimações de um determinado contexto social, mas também outros elementos como os afetos e as manifestações de moralidade.

### **1.5 Uma abordagem processual**

Até o presente momento recorreu-se com frequência à noção de relação. Cumpre inaugurar essa seção com uma explicação mais detalhada do que se quer dizer com uma abordagem que tem como fundamento uma sociologia relacional. Para isso, será realizada uma aproximação entre a crítica de Tarde ao conceito de “social” e a noção de sociação em Simmel.

De forma geral essa seção tem por objetivo explicitar uma questão “metodológica” de fundo. Por método quer-se dizer qual o invólucro teórico que justifica realizar uma abordagem em que as relações (e não o “eu” ou a substância) são centrais. Assim, quando se aborda a questão da liberdade, responsabilidade e senso de justiça, por exemplo, não se quer alcançar uma necessária padronização causal (ainda que possa existir). Busca-se evidenciar as múltiplas correlações em que afetos, racionalidades e moralidades são utilizados, incluindo suas internas contradições. Isso significa não essencializar as duas categorias de trabalhadores que serão tratadas.

Nesse sentido, o primeiro caminho será o de fazer um panorama e recorte do grande conjunto de pensamentos e teorias sociais que estão sob o guarda-chuva do relacionismo em oposição ao substancialismo.

A crítica ao conceito de social em Tarde parece não se aproximar, em um primeiro momento, com Simmel, já que no primeiro autor o reducionismo infinitesimal (“*toda coisa é uma sociedade*”) parece enfrentar críticas explícitas de Simmel quando de sua defesa de uma abstração de sociedade. Ou seja, se em Tarde sociedade e indivíduo são conceitos

inalcançáveis, Simmel, por sua vez, parece se utilizar de tal abstração com as ressalvas de suas limitações.

Com o intento de fugir da aridez de uma discussão exclusiva acerca dos aspectos da utilização dos conceitos de social, é importante deixar explícito desde já que as perspectivas de ambos os autores podem nos ajudar especialmente na discussão sobre análises macro/micro da realidade, sendo possível observar um caminho de análise “meso” ou, ao menos, mais transversal. No caso aqui em questão trata-se de observar o trabalhador não a partir de sua subjetividade e, tampouco desde uma análise do fenômeno de precarização do trabalho a partir de uma dimensão macrossocial. Sendo assim, entende-se que abordar a questão pela via da emergência do juízo de valor em uma escala moral é um acercamento a esse nível intermediário.

É nesse ponto que a aproximação entre os dois autores pode nos trazer certa novidade nesse campo relacional. É também nesse sentido que Vandenberghe classifica a aproximação entre os dois autores como processualismo (2017, p. 350–351), ou seja, como um teoria social com o compromisso ontológico ao processo. A investigação não observará estrutura ou sistema, em resumo:

A sociedade e o indivíduo não são instâncias diferentes, mas modulações dentro de um único processo de estruturação sem fim. De modo relutante, a existência de cristalizações temporárias é concedida, mas não há alienações ou reificações. No fundo, há apenas fluxos e processos de devir, apenas inter- e intrarrelações em um nível horizontal, apenas re-e desestruturações contínuas da sociedade. (VANDENBERGHE, 2017, p. 351)

Essa afirmação anterior parece unificar os dois autores centrais desse texto. Há nuances e aspectos específicos, todavia, que merecem destaque e que serão abordados a seguir.

Por se tratar de teoria social difusa em seu alcance, é importante instituir uma delimitação do que aqui se entende por sociologia relacional. A inicial oposição entre a substância e o relacional é interposta no debate exposto por Mustafa Emirbayer, o qual apresenta uma definição pela via da oposição; não há necessariamente a negação do indivíduo, mas a impossibilidade de retirar o indivíduo de suas relações:

Os teóricos relacionais rejeitam a noção de que se pode postular unidades distintas e pré-dadas, como o indivíduo ou a sociedade, como pontos de partida finais da análise sociológica (como na perspectiva auto-acional). Pessoas individuais, sejam estratégicas ou que seguem normas, são

inseparáveis dos contextos transacionais nos quais estão inseridas.<sup>78</sup>  
(EMIRBAYER, 1997, p. 287) (tradução nossa)

Nesse sentido, a pessoa (a alma, a mente ou qualquer outra substância atômica primária) torna-se não o componente central da teoria social, mas torna-se elemento avançado na análise no qual o contexto e as relações aparecem prioritariamente. Em termos gerais parece uma virada de precedência da ontologia à epistemologia. Em certo sentido, a epistemologia não somente precede como termina por definir o ser social, e por esse ângulo, a teoria social deve voltar seu olhar inicialmente para as construções epistemológicas, sendo o social - e a pessoa - substâncias ou conceitos não iniciais.

Ainda Emirbayer desenvolveu seu argumento apresentando implicações teóricas especialmente para conceitos de poder, igualdade, liberdade e agência (1997, p. 291–294). Nesse sentido, é importante destacar que, conforme ressaltado por Vandenberghe, “*é difícil imaginar uma sociologia que não seja relacional (...)*” no qual completa:

No entanto, define-se o conceito de relação e, independentemente do que se entenda em sociologia, é evidente que Weber e Durkheim são menos relacionais do que Marx, Simmel ou Tarde. O interacionismo simbólico é mais relacional que o funcionalismo, mas um pouco menos que o pragmatismo, a análise de redes ou a teoria ator-rede. Como estruturalista, Bourdieu é mais relacional que Habermas, mas da mesma forma que não há sociologia sem *socius*, não há comunicação sem *alter*<sup>79</sup>.  
(VANDENBERGHE, 2018, p. 635)

Além do exposto, pode-se entender uma teoria social relacional a partir não de um método específico, mas de uma perspectiva. Aqui é importante dizer que a sociologia relacional não se trata meramente de uma afirmação simplificada na qual as relações são importantes ou uma definição mais vaga na qual a sociologia reduz-se a um mero estudo de relações. Essa super-simplificação poderia ser aplicada a qualquer fundador da sociologia. A nova perspectiva é relevante a medida que a definição de relação proporciona um convite à abordagem do fenômeno social em um caminho processual e, fazendo dessa maneira:

---

<sup>78</sup> No original: *Relational theorists reject the notion that one can posit discrete, pre-given units such as the individual or society as ultimate starting points of sociological analysis (as in the self-actional perspective). Individual persons, whether strategic or norm following, are inseparable from the transactional contexts within which they are embedded;*

<sup>79</sup> No original: *However, one defines the concept of relation and whatever one understands under sociology, it is only too apparent that Weber and Durkheim are less relational than Marx, Simmel, or Tarde. Symbolic interactionism is more relational than functionalism, but slightly less than pragmatism, network analysis, or actor-network theory. As a structuralist, Bourdieu is more relational than Habermas, but in the same way as there is no sociology without socius, there is no communication without alter.*

(...) permitimo-nos transformar as nossas experiências, pensar e interagir de diferentes formas (relacionais), porque, por exemplo, a consciência da interdependência traz à luz os riscos das buscas egocêntricas pela independência e liberdade<sup>80</sup>. (DÉPELTEAU, 2018, p. 9) (tradução nossa)

Nesse sentido, pode-se dizer que relações, fora da perspectiva aqui exposta, são vistas tanto como um estado de coisas do sistema ou um entendimento das qualidades dos atores envolvidos em uma interação ou, ainda, estruturas que “transformam” as sociedades em substâncias. Ou ainda, conforme Donati, relações podem ser consideradas como um elemento extra para tornar os sujeitos compreensíveis ou “*Eles são ou tornam-se apenas uma conexão estabelecida pelo observador dentro dos termos “reais” dos fenômenos (sejam eles “sujeitos” ou “estruturas”).*”<sup>81</sup> (DONATI, 2010, p. 4) (tradução nossa)

Assim, o operador teórico da relação enquanto uma nova perspectiva depende de sua própria definição. Não se trata de fazer exclusivamente uma metateoria, mas antes, de certa maneira, de um “preenchimento” do compromisso ontológico com o conceito.

Em Simmel isso ocorre com a movimentação de definição positiva de sociação. Tarde, por outro turno, traz o debate a partir de sua negação do que é o social. Em que pesem as distintas vias, ambas críticas se aproximam de uma via processual, no qual as associações permitem a avaliação a partir da instabilidade daquilo que “emerge”, ou seja, do que se pode ver ou analisar.

### *A sociação simmeliana*

Considero relevante uma primeira abordagem a partir da crítica que Simmel faz a uma abordagem da sociedade enquanto substância. A sociedade não é algo concreto ou substancial em si, mas sim um *acontecer*, o qual Simmel completa: “*Ela é um acontecer que tem uma função pela qual cada um recebe de outrem ou comunica a outrem um destino e uma forma.*” (SIMMEL, 2006, p. 18).

Ao longo do texto referenciado, além da definição prévia de sociedade, algumas outras são apresentadas sob esse ponto de vista: (i) um círculo de indivíduos ligados por relações mútuas que, em seu comportamento se determinam por influências recíprocas (id., ib., p. 18); (ii) em sentido mais amplo, uma interação psíquica entre os indivíduos (id., ib.,

---

<sup>80</sup> No original: (...) we allow ourselves to transform our experiences, to think and interact in different (relational) ways, because, for instance, the consciousness of interdependency brings to light the risks of egocentric quests for independency and freedom

<sup>81</sup> No original: They are or become only a connection established by the observer within the ‘real’ terms of phenomena (be they ‘subjects’ or ‘structures’)

p. 15); (iii) uma realização em fluxo incessante que estabelece uma influência e uma determinação recíproca (id., ib., p. 17). Além disso, quando da discussão a partir de um ponto de vista epistemológico, no momento de realização do paralelo com Kant<sup>82</sup>, Simmel apresenta a sociedade como (iv) “*a unidade objetiva que prescindir de um observador que não esteja contido nela mesma.*” (SIMMEL, 2013, p. 655); e ainda como (v) um conjunto de seres que se percebem sociais e pessoais concomitantemente (id. ib., p. 665). De forma derradeira, destaco ainda, duas definições:

O conceito de sociedade tem duas significações, que devem manter-se rigorosamente separadas ante a consideração científica. De um lado, ela é o complexo de indivíduos sociados, o material humano socialmente conformado, que constitui toda a realidade histórica. De outro lado, porém, a “sociedade” é também a soma daquelas formas de relação pelas quais surge dos indivíduos a sociedade em seu primeiro sentido. (...)

Quando se fala em ciências sociais naquela primeira significação, seu objeto é tudo o que acontece na e com a sociedade. A ciência social, no segundo sentido, tem por objeto as forças, relações e formas, por meio dos quais os homens se sociam. (SIMMEL, 1983, p. 63–64)

Uma marcação pode ser realizada a partir de dois blocos de definição. O primeiro, que abarca as exposições de (i) a (iii) pode ser colocado como definições de sociedade em que o elemento ontológico é o mais relevante. Ao passo que o elemento epistemológico tem destaque nas definições (iv) e (v), especialmente por conta do objetivo do texto que era o de traçar um paralelo à pergunta kantiana de “como é possível a natureza?”, aplicando métodos semelhantes ao questionamento de “como é possível a sociedade?”.

Essa marcação, entretanto, tem caráter meramente didático, pois a sociedade apresenta-se tanto como elemento de conteúdo quanto de forma, sendo que sua forma é afetada também pelo conteúdo. Caso queira-se dizer de outra maneira: não há elemento de precedência do ser sobre o do conhecer, por isso a noção de *acontecer* é colocada em evidência. Como destaca Waizbort, os elementos de estudo da sociologia para Simmel estão entre a epistemologia e a metafísica (WAIZBORT, 2000, p. 514). Esse momento de reciprocidade e mutualidade é central, pois isso ocorre na relação, em especial, no que Simmel chama de *sociação*<sup>83</sup> ou *interações sociais*<sup>84</sup>.

---

<sup>82</sup> Kant questiona “como é possível a natureza?”, Simmel, por sua vez, “como é possível a sociedade?”

<sup>83</sup> O termo *sociação* pode ser substituído também por *socialização*, conforme percebe-se ao longo do texto de Waizbort (2000) ao utilizar o termo no seu original *Vergesellschaftung*. Uma potencial discussão sob a questão pode ser observada a partir de uma observação sobre as traduções realizadas do alemão para o inglês, conforme destaca Volker H. Schmidt: *Wolff (1950) changed socialization into 'sociation', which he said was the most consistently used rendering of Vergesellschaftung, noting, however, that 'societalization' would be*

A sociedade é assim, um conceito que abarca os processos de sociação<sup>85</sup>, ou seja, trata-se de uma cristalização, a partir de uma limitação temporal e também geográfica, de afetações múltiplas dadas de forma fluida entre indivíduos. (SIMMEL, 2006, p. 17). O projeto simmeliano de uma sociologia “pura” encontra-se nessa tentativa de “colhimento” da sociação a partir dos fenômenos sociais, tal qual o movimento que a gramática faz com o isolamento das formas puras de linguagem (id. ib., p. 33). De maneira mais detalhada e resumida:

Pois bem, designo como conteúdo ou matéria da sociação tudo quanto exista nos indivíduos (portadores concretos e imediatos de toda realidade histórica) – como instinto, interesse, fim, inclinação, estado ou movimento psíquico -, tudo enfim capaz de originar ação sobre outros ou a recepção de suas influências<sup>86</sup>. (SIMMEL, 1983, p. 60)

A primeira categoria desenvolvida diz respeito ao encontro com o outro, no qual argumenta-se pela impossibilidade de acesso à individualidade alheia, o que torna as relações condicionadas aos vários graus dessa privação. Para o estabelecimento dessas relações, contudo, o tipo universal não é suficiente, pois a corporeidade do indivíduo não é a materialização do tipo universal em todos os aspectos. Há, ainda e em alguma medida, algum outro tipo de representação que temos de forma primeira e mais local que pode advir, por exemplo, dos círculos aos quais o indivíduo pertence. Em suma: “*Assim, a pessoa, na representação da pessoa, encontra desvios, diminuições e complementos – já que sempre a generalização é, a um só tempo, mais e menos que a individualidade (...)*” (id. ib., p. 660).

A segunda categoria está na assertiva de que cada elemento é algo além de mera parte da sociedade. O “algo-além-da-sociedade” encontra-se, por exemplo, nos conteúdos sociais aos quais os indivíduos estão vinculados. Sendo assim, ora a perspectiva pode ser a

---

*the literal translation. Levine et al. (1976) later simply list sociation, association and societalization as three established translations without revealing any preference. (2020, p. 414). Além disso, destaco a explicação de Papilloud sobre o original em alemão: Vergesellschaftung refers to these kinds of concrete relations which make up society—the German word saying it almost directly, as the prefix “Ver” means “to make something”, and the suffix “gesellschaftung” indicates the development of a Society” (PAPILLOUD, 2018, p. 204)*

<sup>84</sup> É no fato de que Simmel tem um foco na relação que o torna um antecedente da sociologia relacional. A prestação de contas exclusivamente à existência da relação em si não caracteriza uma perspectiva sociológica da “escola” relacional.

<sup>85</sup> Optou-se por manter o termo sociação, a despeito da observação anterior para uma simetria entre as traduções em português que estão sendo referenciadas. Para além disso, entende-se que processos de sociação, de forma plural, abarca melhor o sentido que o autor traz.

<sup>86</sup> Essa definição se aproxima bastante do que vem a ser a noção de afeto em Spinoza. Neste, o afeto trata-se de elemento que pode “afetar” o indivíduo de modo a produzir potência, ou seja, de modo que ele possa ser direcionado à ação.

partir do sujeito e ora a partir de outrem, sem que haja alteração na identidade. Assim, o foco na relação não é conceito de arrimo, pois trata-se de entender que os seres que compõem uma sociedade humana estão no duplo movimento de entendimento complementar de serem sociais e pessoais e é na movimentação que a existência e o saber se fundem. Como destaca Simmel:

Como estabeleci anteriormente, a sociedade não consiste, apenas, em seres que não estão, em parte, socializados; consiste, antes, em seres que percebem a si mesmos, de um lado, como existências inteiramente sociais e, de outro, mantendo o mesmo conteúdo, como existências inteiramente pessoais. E não se trata, aqui, de duas perspectivas que se encontram desconectadas uma à parte da outra, como quando, por exemplo, se olha para o mesmo corpo ora tendo por referência sua massa, ora sua cor; antes, as duas perspectivas formam a categoria sintética, a unidade a que damos o nome de ser social – assim como o conceito de causalidade é uma unidade a priori, ainda que esse conceito encerre elementos que são, em seus conteúdos, completamente diversos um do outro, a saber: os elementos de causa e os de efeito. (2013, p. 665)

Sendo assim, os processos de sociação podem ser analisados a partir de uma perspectiva em que a relação em si é inescapável por esse duplo caráter que compõe a sociedade. Ou seja, os indivíduos são algo para além de si e, ao mesmo tempo, algo para si. Esses elementos, todavia, não podem ser analisados exclusivamente a partir do “si” ou do “além de si”, pois o que se mostra no mundo concreto são as relações em maior ou menor grau. Pelo exposto e em conclusão a essa subseção, pode-se dizer que o que caracteriza a possibilidade de se fazer sociologia em Simmel é a análise fenomênica dos processos das sociações.

### *O fim do social em Tarde*<sup>87</sup>

Gabriel Tarde apresenta-se como o mais acentuado crítico à ideia de sociedade como substância, assumindo uma posição radical a partir de uma noção monadológica<sup>88</sup>. A mais conhecida contraposição e crítica principal do autor recai em Durkheim e, sob seu conceito de fato social<sup>89</sup>. A posição de Tarde, por vezes considerada psicologismo, trata-se

---

<sup>87</sup> A reconstrução conceitual do “fim do social em Tarde” é inspirada no artigo de Bruno Latour: “*Gabriel Tarde and the End of Social*” (LATOUR, 2002)

<sup>88</sup> Importante ressaltar o caráter leibniziano no ponto de vista da construção da teoria social de Tarde, isso pois as mônadas são os elementos que são singulares e singularizantes. Ou seja, são os elementos únicos, mas com capacidade de agência também para diferenciar o Outro.

<sup>89</sup> As mútuas críticas entre Durkheim e Tarde são profícuas e podem ser visualizadas, de forma panorâmica, no artigo “*Émile Durkheim e Gabriel Tarde: aspectos teóricos de um debate histórico (1893-1904)*” (CONSOLIM, 2010)

na realidade, de um alerta à noção de que a divisão micro/macro pode não trazer benefícios ou “ferramental” adequado à análise das interações humanas.

A afirmação de Tarde de que todas as coisas são sociedade e, conseqüentemente todo fenômeno é um fato social (TARDE, 2018, p. 80) nada mais significa que a complexidade de um fenômeno não se encontra nas abstrações “mais altas”, mas nos níveis “mais baixos” de associação ou de interação.

Uma definição menos vaga é apresentada quanto ao conceito de sociedade da seguinte maneira: “... a *possessão recíproca, sob formas extremamente variadas, de todos por cada um*” (id. ib. p. 112-113), ao qual completa mais a frente:

Possuo meu governo, minha religião, minha força pública, assim como meu tipo específico humano, meu temperamento, minha saúde; mas sei também que os ministros do meu país, os sacerdotes do meu culto ou os policiais do meu cantão arrolam-me no rebanho do qual têm guarda, assim como o tipo humano, se fosse personificado em alguma parte, veria em mim apenas uma de *suas* variações particulares (id. ib., pg. 113, grifo no original)

Aqui, tal qual em Simmel, há um realinhamento (ou soma) da metafísica à questão epistêmica. Em certo sentido, não se trata de verificar o caso sob um ponto de vista da matéria, da substância, mas sim de observar que uma parte (ou mônada, ou indivíduo, caso se queira analisar a esse nível) afeta e tem agência exatamente pela existência da relação com as demais partes. Ao contrário de Simmel, entretanto, não há algo que emerge dessa relação, um algo-além-de-si.

Quanto às abstrações, não há que se falar que Tarde as ignora ou não as percebe. O argumento desenvolvido diz respeito ao entendimento de que o macro é algo como que mais simples do que as partes, isso significa dizer que ignorar as contingencialidades que compõem as partes não se traduz em ter algo mais geral, conforme destaca:

De forma multiplicada e em dimensões menores é sempre o mesmo erro que reaparece: o de acreditar que, para ver nos fatos sociais o gradual surgimento da regularidade, da ordem, do encadeamento lógico, é preciso abandonar seus detalhes, essencialmente irregulares e elevar-se bem alto, até abraçar numa visão panorâmica os mais vastos conjuntos. (TARDE, 2001, p. 54–55)

O “social” não seria assim uma abstração que traz vantagens de análise dos fenômenos sociais, isso pois a análise mais detalhada é mais complexa. O social, ou seja,

algo como que a elevação do conjunto de padrões, pode turvar mais a visão do que esclarecê-la. Entretanto, não se trata exclusivamente de rejeitar o social abstrato para a investigação, mas se trata de negar sua existência per si, senão enquanto mero conjunto de mônadas sem a constituição estrita de uma nova substância. Por outro lado, a parte não é nada sem a colaboração, pois só existe na cooperação, conforme Tarde nos traz: “*Em uma sociedade, nenhum indivíduo pode agir socialmente, nem se revelar de uma maneira qualquer, sem a colaboração de um grande número de indivíduos, na maioria das vezes ignorado pelo primeiro.*” (TARDE, 2018, p. 88).

Em outros termos, o social é, de tal forma, um conjunto de padrões panorâmico. Como ressaltado anteriormente, não se trata de negar a abstração, mas de perceber que sua análise mais geral é também mais pobre. Se se passa por uma crítica mais patente ao universalismo científico, essa distinção vai além, pois impõe as limitações da própria ciência à possibilidade do universal. E, para além disso, reconhece a interconectividade que limita qualquer teoria social. Nesse sentido, Latour elabora:

O "quadro geral", aquele fornecido por esse gesto típico de sociólogos desenhando com as mãos no ar uma forma não maior que uma abóbora, é sempre mais simples e mais localizada do que a miríade de mônadas expressa apenas em parte: não poderia estar sem elas, mas sem ela, elas ainda são alguma coisa. Longe de ser o meio em que o humano cresce e vive, o social é apenas um pequeno conjunto de conexões padronizadas limitadas que ocupa apenas parte das mônadas algumas vezes, com a condição de que sua metrologia seja estritamente imposta e mantida antes de ser inevitavelmente dividida pela resistência interna da puxada de agentes infinitesimais. Assim que você sair dessas pequenas redes, você não está mais no social, mas em um 'plasma' confuso composto de uma miríade de mônadas, um caos, um caldo, que os cientistas sociais farão de tudo para evitar olhando nos olhos. (LATOURE, 2002)

Em continuidade à teoria “social” de Tarde, entende-se que a questão da agência (em especial sua noção de *haver*<sup>90</sup>) é relevante no seu consequente desenvolvimento. Pelo interesse aqui exposto, entretanto, seu desenvolvimento propedêutico é suficiente para fazer uma relação com Georg Simmel.

#### *Uma teoria social processual*

A dimensão do que se chama processualismo a partir de um encontro das teorias de Simmel e Tarde foi exposta por Vanderberghe ao pensar as diversas combinações de teóricos considerados relacionais:

---

<sup>90</sup> No original trata-se do ver *Avoir*. A tradução em português no livro em referência optou por utilizar o *Haver*, ainda que o verbo *Ter* possa trazer melhor compreensão, desde que colocadas as devidas restrições.

Processualismo: mediante a combinação de Simmel, Tarde e Mauss, passamos de um estruturalismo relacional para uma sociologia dinâmica, processual e ondulatória de associações sem emergências. Os sociólogos processuais partem da premissa de que o mundo social está em constante mudança. Tudo flui. A estabilidade não é dada. (VANDENBERGHE, 2017, p. 350)

Relembrando novamente a oposição a Durkheim, o pressuposto de ambos os autores pode ser resumido na inversão de fatos sociais como coisas voltando-se o olhar para um tratamento das coisas como “sociais” e, por conseguinte, das coisas como relações. O que se pretende verificar é se se pode colocar o contato entre ambos como uma espécie de processualismo e o quê isso significa para uma teoria social conjunta.

Sob esse ponto de vista, a distinção entre sociedade e indivíduo não é de caráter ontológico, mas sim de perspectiva, de abordagem: “*A sociedade e o indivíduo não são instâncias diferentes, mas modulações dentro de um único processo de estruturação sem fim.*” (id. ib. 351).

Além disso não se trata mais de considerar sociedade e indivíduo como reificações distintas, o que permite o aparecimento das relações como contínuos momentos de devir, em reestruturações e desestruturações. A sociedade “*se realiza num fluxo incessante (...) pela influência mútua que exercem entre si (os indivíduos)...*” (SIMMEL, 2006, p. 17). Em Tarde toda a “coisa” é uma sociedade, todo fenômeno é social, pois as influências fazem parte da própria existência, são determinadas e determinantes. Nas palavras de Tonkonoff, a vida social em Tarde pode ser colocada da seguinte maneira: “*... a vida social é o fluxo e a confluência de múltiplos fluxos de crenças e desejos, e um fluxo deste tipo nada mais é do que a repetição de uma certa maneira de fazer, sentir e/ou pensar de um indivíduo para outro.*”<sup>91</sup> (TONKONOFF, 2018, p. 68) (tradução nossa)

Na discussão de Simmel com Kant, o sujeito é incapaz de analisar a sociedade de fora, pois é o objeto e o sujeito simultaneamente de sua própria compreensão. E, além disso: “*São os sujeitos apreendedores e compreensivos, mas ao mesmo tempo fazem parte do todo que está sendo apreendido*”<sup>92</sup> (CANTÓ-MILÀ, 2018, p. 226). Em Tarde, a apreensão do infinitesimal consiste em entender o maior a partir do menor, o mais estático

---

<sup>91</sup> No original: *... social life is the streaming and the confluence of multiple flows of beliefs and desires, and a flow of this kind is nothing other than the repetition of a certain manner of doing, feeling and/or thinking from one individual to another*

<sup>92</sup> No original: *They are the apprehending and understanding subjects, but simultaneously, they are part of the whole that is being apprehended.*”

a partir do mais fluido. A diferença entre a sociedade humana e qualquer outra sociedade está no sujeito que a apreende. Ele não pode se desvencilhar de suas associações que o seguram.

Além disso, se em Simmel a sociedade é uma abstração possível, a negação de Tarde quanto a esse ponto parece nos levar a um caminho de corroboração à tese do caráter *sui generis* da associação humana, qual seja: o inescapável indivíduo e suas relações, como nos traz Latour:

Mas no caso das sociedades humanas, sabemos com certeza que não existe *moi collectif*, já que o representante nunca é um Leviatã, como o "deus mortal" de Hobbes, mas é sempre, um de nós, nascido de mãe e pai, simplesmente capaz de 'individualizar o grupo em si mesmo'. Se não há macro-sociedade no grupo humano, não há em lugar algum. (LATOURE, 2002)

A despeito do colocado no parágrafo anterior, o algo-para-além de si simmeliano não encontra paralelo em Tarde. É um elemento central de distinção, mas que não traz prejuízos a suas aproximações e a uma junção de teorias “sociais”<sup>93</sup>.

Pois bem, estabelecidas as semelhanças, é possível caracterizá-los a partir de uma teoria social relacional? E o que isso significa? Um resumo da teoria social relacional de Simmel é bem descrita por Papilloud:

Considerada um método analítico, a sociologia abrangente de Simmel não procura padrões causais entre as relações sociais. Em vez disso, procura as condições e os efeitos contextuais que tornam as relações sociais (im)possíveis, partindo, portanto, do “exterior” dos fenômenos sociais, ou seja, das suas formas sociais. Os conteúdos dos próprios fenômenos são interessantes para o sociólogo apenas na medida em que revelam as suas relações mais ou menos típicas com as formas dos fenômenos. Mas os pontos de partida das investigações sociológicas são as formas das relações sociais. Como método, a sociologia abrangente de Simmel tem, portanto, duas etapas complementares:

- investigar os fenômenos relacionais a partir das suas condições de possibilidade;
- investigar as relações entre formas e conteúdos utilizando o exemplo de fenômenos relacionais típicos.<sup>94</sup> (PAPILLOUD, 2018, p. 207) (tradução nossa)

---

<sup>93</sup> Em alguns momentos do texto o termo “social” aparece com a ressalva das aspas por parecer um contrassenso inicial à utilização do termo social em Tarde.

<sup>94</sup> No original: *Considered as an analytical method, Simmel's comprehensive sociology does not look for causal patterns between social relations. Instead, it seeks the conditions and contextual effects making social relations (im)possible, therefore starting from the "outside" of social phenomena, that is, from their social forms. The contents of the phenomena themselves are interesting for the sociologist only insofar as they unveil their more or less typical relationships to the forms of the phenomena. But the starting points of*

Ou seja, partir dos pressupostos anteriores é investigar os fenômenos sociais a partir de suas condições de possibilidade sem a necessária busca por padrões causais. Colocar a relação em evidência significa retirar o estático, o caráter mais geral e universal. Ou seja, trata-se de observar o fenômeno nas relações, em seus processos contextuais. Observe-se, todavia, que perceber uma ausência de padrão causal não significa advogar por uma ausência de qualquer padrão. Não se trata aqui de mera fenomenologia descritiva, mas sim de observar que as sociações - e os seus padrões – são construídos de forma relacional, como uma espécie de memória social compartilhada.

O “método” simmeliano a partir das sociações consiste não por uma busca de leis ou de um sistema que abarque a totalidade das relações sociais. Consiste em entender *como* as relações ocorrem e como elas podem estar *conectadas*. Essas conexões nada mais são do que as relações (expressas por intermédio de processos de sociação) enquanto o centro da investigação social.

De Tarde pode-se dizer algo semelhante quanto ao método que emerge de sua crítica à teoria social. A “monadologia social” tenta explicar a identidade pela diferença ou ainda o estático pelo dinâmico. Há aí um privilégio da investigação a partir do múltiplo e do devir, pois estes oferecem mais complexidade e, por conseguinte, mais elementos. Como nos traz Eduardo Vargas:

O que Tarde propõe é uma teoria social que coloque em suspensão (e suspeição) a antinomia entre o contínuo uniforme e o descontínuo pontual ou, mais precisamente, que pense as entidades finitas como casos particulares de processos infinitos, as situações estáticas como bloqueios de movimento, os estados permanentes como agenciamentos transitórios de processos em devir (e não o contrário). Diria ainda que esta teoria social estabelece que o exercício de composição social é a atividade política por excelência, aquela que sempre está sendo (re)feita. (VARGAS, 2018, p. 38)

Nesse sentido, estando ausente uma distinção substancial entre indivíduo e sociedade, o que restam são as relações. E estas só podem ser melhor entendidas a partir de suas “diminuições”, ou seja, de sua ida ao “infinitesimal”. Em outras palavras, uma teoria

---

*sociological inquiries are the forms of social relations. As a method, Simmel's comprehensive sociology thus has two complementary stages:*

- *investigating the relational phenomena from their conditions of possibility onwards;*
- *investigating the relationships between forms and contents using the example of typical relational phenomena*

social tardeana consiste em uma busca pelas relações no quadro mais “baixo” das interações humanas, pois aí há mais complexidade, no observar de suas relações.

Como dito no início da seção, evidenciar o processualismo significa pôr luz especialmente em uma questão de método. Ao se escolher, na pesquisa de campo, realizar entrevistas em que as opiniões dos trabalhadores são evidenciadas quer-se colocar a questão desde o “exterior” ou desde o encontro com o Outro de modo a encontrar “*as condições e os efeitos contextuais que tornam as relações sociais (im)possíveis*” (Simmel). As constantes justificativas que rondam a noção de liberdade se encontram nessa aura de condições contextuais (cf. 2.2.3 e 2.3.2) Ao se considerar uma análise, por exemplo, a partir de uma noção de desconfiança (cf. 2.3.5) institucional e organizativa em um processo de simplificação da realidade (Luhmann) quer-se evidenciar que “*a vida social é o fluxo e a confluência de múltiplos fluxos de crenças e desejos*” (Tarde). Ou seja, é tanto a confluência via simplificação quanto o conflito expresso na contradição que permitirão uma investigação com maior coesão. De forma geral essa abordagem permite enxergar o conjunto de trabalhadores menos como um grupo *essencialmente* coeso e mais como um grupo *relacionalmente* coeso. E o quê isso significa? Que as condições e contextos de construção de suas moralidades, por exemplo, são mais importantes do que um elemento aglutinador desde uma essência.

## 1.6 Legitimação ou Justificação?

O debate do binômio indivíduo/sociedade e as distintas formas de abordar fenômenos sociais, conforme indicado na última seção, também se transpõe para o âmbito das moralidades. Aliás, a questão do consenso é presente de forma modular em toda teoria social, seja para se pensar a partir do consenso ou do conflito. Em Max Weber dominação e legitimidade são inseparáveis. A legitimidade de um Estado, em Durkheim por exemplo, deve ser coerente com a moral do grupo que ele representa. Isto posto, é relevante fazer uma distinção entre legitimação e justificação.

Sob o aspecto macro, legitimação pode ser definida como o reconhecimento e consentimento que os indivíduos concedem a determinadas autoridades. Nas palavras de Michelangelo Trigueiro:

De acordo com Bourricard, a legitimação compreende todo um processo de interações, envolvendo atores e instituições sociais a buscarem a formação de consensos, e acrescentamos, de obtenção de consentimentos

em torno de questões específicas. Não há uma legitimidade em si, estável. Sua natureza é dinâmica – uma racionalidade sistêmica –, e, também, os fatores contingentes de Luhmann, a desordem e o imprevisível (TRIGUEIRO, 2022, p. 108)

Habermas, ao analisar as crises de legitimação no sistema capitalista, indica a dificuldade de um sistema que administre a demanda por uma distribuição no sistema de produtividade. Ou seja, ainda que a participação fosse garantida, *“o crescimento ainda teria de ser alcançado de acordo com prioridades que tomam forma enquanto função, não de interesses generalizáveis da população e, sim, das metas privadas da competição e do lucro.”* (HABERMAS, 1980, p. 96).

Se a crise de legitimação é parte integrante e interna ao sistema de produção vigente, Habermas parte para uma análise a partir do que ele chama de Teoremas de Motivação da Crise. Nesse sentido, assume duas possibilidades, atribuindo às motivações como (i) *“tomadas através da internalização de estruturas simbolicamente representadas de expectativa”* (HABERMAS, 1980, p. 121); e (ii) formadas, em seus valores e normas, através de uma relação imanente com a verdade. É sob esse segundo aspecto que o autor remonta à assunção de uma moralidade universal, *“que pode ser remetida às normas fundamentais do discurso racional”*.

Os problemas de uma sustentação a partir da motivação, especialmente por intermédio de uma abordagem que o autor chama de *“privatismo civil, familiar e vocacional”*, encontra-se contraposta pela realidade objetiva, dado que as estruturas de sustentação estão sendo desmanteladas de forma irreversível e que o individualismo e o foco no êxito estão sendo minados por uma mudança na estrutura social (HABERMAS, 1980, p. 103), ainda que, mesmo sem o invólucro tradicionalista o padrão privatista seja relevante na formação de motivações.

Esse movimento de crise da motivação produz uma consequência imediata que é mais patente do que nunca: a crise de legitimidade dos especialistas, sejam estes quem forem. Nas palavras de Trigueiro:

Não é só o Estado, como o fora no debate anterior analisado por eles [Habermas e Offe], o centro da controvérsia, porém, o próprio espaço da tecnocracia, o (quase sagrado) da ciência, o da igreja e o de muitos outros, antes intocados<sup>95</sup>, considerados uma espécie de *reservas de*

---

<sup>95</sup> Na década de 1980, Marilena Chauí estabelecia uma crítica ao que chamava de ideologia da competência (CHAUI, 2014). Ou seja, uma divisão do conhecimento em especialidades, que se transformam em poder efetivo e que são utilizados para intimidação social. Se por um lado, os movimentos políticos do que se convencionou chamar de bolsonarismo parecem esmorecer esse argumento, por outro lado, é relevante

*domínio*. Todos esses são agora e provavelmente o serão muito mais no futuro, instados a descer da condição da qual se revestiram, para a construção de novas possibilidades de relacionamento e de reconhecimento social; é uma tendência a se confirmar. (TRIGUEIRO, 2022, p. 116)

Ainda que a legitimação possa ser entendida a partir de um aspecto maior, isto é de fenômeno institucionalizado, parece que ao fim, a noção de Tarde de que as abordagens meso e micro são mais complexas, encontra morada nas discussões sobre motivação.

A crise de legitimidade se traduz também em uma crise de confiança, incluído nesse aspecto os espaços de disputa, conforme a noção de neoliberalismo anteriormente trazida, ou seja, da desconfiança total do Estado.

A noção de justificação, entretanto, se constitui a partir de outra dimensão. Entendida justificação como um conjunto de elementos pré-reflexivos que se condensam em juízos de valor hierarquizados. Assim, suponha-se o trabalhador que ao tempo em que se encontra assegurado em um mínimo sistema de seguridade social, critica a intervenção estatal em qualquer instância<sup>96</sup>. A potencial ambivalência da situação encontra-se resolvida em uma hierarquia de valores morais cristalizados a partir de elementos pré-reflexivos. Assim, ainda que o termo exploração possa assumir um valor negativo, o indivíduo poderá entender que a exploração pelo Estado é “pior” que a exploração por uma determinada classe social. Ou ainda, que a *liberdade-para* realizar seu próprio projeto de vida privado é moralmente superior à garantia de condições materiais de existência.

Nessa senda, será refeito o argumento de Boltanski e Thevenot quanto ao processo de justificação no que eles definem como a pergunta central: “em que condições um princípio de acordo é tomado como legítimo?”, afastam-se, de tal maneira, de uma potencial crítica ao modelo weberiano de legitimação (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2014, p. 126). Nas palavras de Sobottka e Saavedra:

Em situações cotidianas, as ações entre as pessoas são coordenadas por pressuposições tacitamente compartilhadas, pré-reflexivas, muitas vezes

---

destacar que a economia permanece inabalável. O exemplo da autora diz respeito ao pacote econômico realizado com o FMI em 1983; mesmo hoje em 2023 o argumento da economia como ciência inalcançável - pois técnica e absoluta em suas conclusões -, ainda é recorrente.

<sup>96</sup> Esse exemplo recorrente na pesquisa encontra-se melhor desenvolvido na seção sobre a pesquisa de campo. Entretanto, destaco pesquisa realizada entre 2016 e 2017 em zonas periféricas de São Paulo do qual destaco a partir das conclusões: “...o principal confronto existente na sociedade não é entre ricos e pobres, entre capital e trabalho, entre corporações e trabalhadores. O grande confronto se dá entre Estado e cidadãos, entre a sociedade e seus governantes. Todos são ‘vítimas’ do Estado que cobra impostos excessivos, impõe entraves burocráticos, gerencia mal o crescimento econômico e acaba por limitar ou “sufocar” a atividade das empresas” (“Percepções e Valores Políticos nas Periferias de São Paulo”, 2017)

condensadas em objetos, instituições, organizações, costumes, regras. No entanto, ao surgirem situações de disputa, os autores – indivíduos que argumentam – procuram justificar suas ações em busca de acordo com argumentos que possam subsistir a contra-argumentações, no que fazem lembrar a proposição teórica de Habermas, na qual o discurso visa ao restabelecimento do consenso sobre temas que temporariamente se tornaram não-consensuais (Habermas, 1988). Momentos críticos, esse é o nome que os autores dão a essa situação em que o consenso pressuposto se desfaz e o indivíduo se sente coagido a reconstituir uma gênese justificativa para sua posição. A pessoa nessa situação não apenas está “sujeita a um imperativo de justificação” (Boltanski; Thévenot, 1999, p. 360), essa justificação deve seguir regras de aceitabilidade. Também a situação crítica deve ser transitória, porquanto é impossível viver em permanente estado de crise, e levar idealmente a um acordo aceitável. Na disputa além de conteúdos de ideias ou proposições, está em questão o valor a ser atribuído a pessoas, objetos e situações. (SOBOTKA; SAAVEDRA, 2012, p. 131–132)

O interesse dos autores está no acordo e na discordância. Em outras palavras, buscam entender o momento de esgotamento da série de porquês. Não sendo possível o eterno conflito, grupos chegam a determinados acordos com base em algum tipo de *princípio superior comum*. Ao contrário do foco no discurso, o que é oferecido é um panorama ferramental no qual um conjunto de gramáticas, normas, simbolismos e práticas poderão ser utilizados no momento do conflito para a realização do ato de valorar. Nas palavras dos autores:

Em nossa opinião, o engajamento das coisas na realização de *comprovações* é necessário para gerir desacordos. E, para realizar essas comprovações, a mobilização de princípios de equivalência é insuficiente. Sua colocação em prática supõe que a esses princípios sejam associados objetos por meio do qual as pessoas possam se medir, se comparar. É, com efeito, de sua maior ou menor capacidade de *valorizar* esses objetos que resulta uma ordem justificada. (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2014, p. 130)

As modalidades ocupadas no objetivo do acordo se aproximarão de princípios de *ajustamento*<sup>97</sup>. Para uma melhor compreensão desse argumento será reconstituída a argumentação do que os autores chamam de modelo comum de *citê*<sup>98</sup>. Os autores partem

---

<sup>97</sup> No texto os autores explicitam não se tratar de princípios de justiça e preferem o termo *justesse* (*justesse*), pois “*se trata de uma forma técnica de justificação que demandam a participação dos outros*”. (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2014, p. 123). Penso que para passar o caráter especialmente dialógico do acordo/desacordo o termo mais adequado seria ajustamento.

<sup>98</sup> *Citê*, no contexto dos autores, pode ser entendido como o espaço (no sentido de formalismo) em que estão agregados membros que, por sua vez, compartilham um determinado sistema de valores ordenado. Isso não significa que não existam conflitos, mas sim que alguns axiomas são estabelecidos de modo a resolvê-los. Em outras palavras, o conceito pretende: “formalizar quais seriam os princípios, transformados em axiomas

de alguns axiomas para determinados níveis lógicos, conforme passa-se a descrever a seguir.

**Axioma a1 – comum humanidade dos membros da *cité*** – o primeiro axioma diz respeito à aceitação da equivalência entre os membros; todos pertencem igualmente a uma mesma humanidade<sup>99</sup>.

**Nível Lógico H1 – Éden** - A ausência de diferenciação entre os indivíduos gera uma “metafísica grosseira” que pode se apoiar em um modelo transcendental comum, uma espécie de tipo-ideal adâmico. Além disso, os membros estão todos em uma mesma classe de equivalência. Nesse nível lógico, reina somente a utopia do acordo, a plena harmonia edênica.

**Axioma a2 – princípio de dessemelhança** - Ao se avançar no modelo insere-se o desacordo. Ou seja, pode-se pensar em ao menos um constrangimento ao estado (situação) inicial. Não se trata mais de um Éden sem conflito, mas de pelo menos dois estados (situações) possíveis. Ao se observar duas possibilidades tem-se também formas de justificação e de comprovação distintas e aceitáveis. Todavia, para que não se aproxime de uma aceitação de  $n$  morais equivalentes a  $n$  membros do grupo, ou seja, de um relativismo ingênuo, sugere-se o próximo axioma.

**Axioma a3 – dignidade comum** – havendo no mínimo dois estados (situações) possíveis, é necessário que todos os membros da *cité* tenham idêntico potencial de acesso a esses estados (situações). Ou seja, o conflito pode ser solucionado, dado que o acesso é potencialmente garantido a todos os membros. É assim que se assume o nível lógico seguinte:

**Nível Lógico H2 – humanidade de vários estados** – Esse novo nível permite “a possibilidade de acordos não simplistas, bem como de desacordos limitados a litígios

---

do modelo, que conferem robustez a uma crítica, a uma situação, a um argumento ou a uma justificação” (CORREA; DIAS, 2016, p. 73)

<sup>99</sup> Um modelo de *cité* que se utilize de uma pressuposição distinta do primeiro axioma, tal qual os modelos de escravismo moderno, não se encaixa na proposta dos autores. Assim, se um modelo de justificação atribui processos de desumanização não há que se falar em acordos ou desacordos no nível de ajustamento. O que se defende na presente pesquisa, de forma subjacente, é que o contexto de trabalho, ainda que precarizado, não pode ser explicado exclusivamente pela negação do Outro.

*sobre a atribuição de um estado a uma pessoa*”. (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2014, p. 173). Esse nível, entretanto, coloca-se como o plano das condições mínimas para constituição de uma identidade comunitária simples, na medida em que o modelo permite vários estados (situações) concomitantes. É uma espécie de nível que consegue explicar e prever determinadas condutas de um grupo sem que haja necessariamente a resolução de um conflito a partir da *ordenação*. Assim, parte-se para o próximo axioma.

**Axioma a4 – estados ordenados** – Os distintos estados em conflito, além de passíveis de explicação e previsão, só podem ser solucionados se houver um determinado ordenamento. Essa ordem é expressa “*por uma escala de valor dos bens ou benefícios inerentes esses estados, criando uma tensão com o axioma da humanidade comum (a1)*” (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2014, p. 174). A tensão advém dos desencontros entre as garantias do potencial de acesso a todos os estados (situações) (a3) por parte de todos que possuem a comum humanidade (a1). Ou seja, o imperativo de uma humanidade comum a todos os membros se confronta com o imperativo de uma escala de valor dos bens e benefícios que ordena distintos estados. É nessa tensão que os autores se debruçam, como é possível que uma humanidade confrontada por grandezas desiguais não culmine em guerra civil? Propõem, então, o próximo axioma.

**Axioma a5 – fórmula de investimento** – esse axioma consiste na atuação de uma espécie de pedágio no qual um estado superior só é possível de acesso a um determinado custo. A tensão entre a humanidade comum (a1) e a ordem dos estados (a4) poderá ser regulada por essa fórmula de investimento ou de sacrifício. Nesse estágio chega-se ao próximo nível lógico:

**Nível Lógico H3 – humanidade ordenada** – aqui tem-se os estados ordenados (a4) justificados a partir de uma lógica de investimento; só se acessa um estado superior se houver sacrifício ou um custo associado. A justificação não resta completamente estável dado que esse custo poderá ser colocado em questão pelas pessoas no estado inferior. Os membros de um estado inferior poderão preferir questionar o custo a aceitá-lo. Nesse sentido, adiciona-se o próximo axioma:

**Axioma – a6 – o bem comum** – a hipótese propõe que os estados superiores poderão ser justificados pela fórmula de investimento ao se fazer o movimento de associar os benefícios dos estados superiores ao bem comum. Nas palavras de Thévenot:

Nós mostramos, com Luc Boltanski, como esta gramática deveria amenizar a tensão entre duas exigências principais: aquela de uma humanidade comum, de uma dignidade igualitária dos seres humanos; e aquela da ordem de uma apreciação que estabelece, necessariamente, os estamentos hierárquicos. Duas condições são requeridas para esta amenização. A primeira é que as grandezas não sejam fixadas permanentemente às pessoas, à diferença dos status coletivos estáveis, como supõem os estamentos do antigo regime. A prova de qualificação [épreuve] deve ser retomada, caso contrário, um forte sentimento de injustiça encontrará lugar para se manter. A segunda condição exige que o valor daquilo que é grande se apoie no bem comum, no sentido de que a grandeza dos estados dos “grandes” beneficiará os estados “menores”. Na ausência de um suporte convincente, a “ideologia”, no primeiro sentido desta construção ideal, suscita uma traição enquanto “ideologia”, no segundo sentido adotado na crítica. (THÉVENOT, 2018, p. 23)

Ao se pensar no contexto de trabalhadores precarizados o primeiro axioma e nível lógico do modelo de *cité* são recepcionados em discursos como “*estamos todos no mesmo barco*” aliado a elementos de empresários-modelo e *self-made men*. Isso se alinha com o axioma seguinte referente à dignidade comum. É nesse sentido que se advoga que, seja o trabalhador precarizado ou o grande empresário, ambos possuem uma mesma “dignidade igualitária”. Os objetivos podem ser alcançáveis por todos ou “*todos têm as mesmas 24 horas*” são os discursos de “ajustamento”, tendo em vista os diversos estados (cenários) possíveis.

A despeito disso, os distintos estados ainda permanecem, como justificá-los de modo a alcançar uma determinada ordenação? Uma humanidade ordenada só é possível se justificada por uma fórmula de investimento em que o indivíduo em estado inferior pode agir para superar e alcançar um estado superior. É nessa fórmula de investimento que se encontram os mais diversos discursos sobre trabalho duro e uma liberdade alinhada a uma realização individual. Ao se pagar esse pedágio, o indivíduo pode realizar a transição. Além disso, a justificação de ordem última consiste no movimento de tornar os valores dos estados superiores de tal forma generalizados que se transformam no ideal de bem comum. Essa homogeneização (ou o espírito do tempo) poderá ser percebida na pesquisa de campo que se segue.

## 2 Novas Fronteiras do Trabalho

### 2.1 A precariedade no contexto brasileiro

Dado o cenário de acumulação do capital a partir de distintos modelos concorrentes de exploração do trabalho, a precarização é uma das lúpas conceituais que nos permite aperfeiçoar a análise do fenômeno de crescente flexibilização e instabilidade nas relações laborais. A existência de um binômio composto por um bloco de trabalhadores “estáveis” (ou com acesso a um sistema mínimo de seguridade social) e um outro bloco constituído de trabalhadores subcontratados, avulsos ou eventuais traz elementos embaralhados e contraditórios, especialmente ao se considerar o contexto histórico brasileiro. Em adiante, quer-se dizer com isso que o fenômeno da precarização é tanto uma constante estrutural da constituição da mão-de-obra do sul global quanto uma ocorrência difusa em grupos de renda e conjuntos de trabalhadores diversos.

Notadamente, o primeiro conjunto de trabalhadores analisado nessa pesquisa, institucionalizado na política pública intitulada Microempreendedorismo Individual e considerado trabalho formal, pode do mesmo modo ser observado a partir do conceito da precarização, dada sua não uniformidade. A indicação de acesso à seguridade social não necessariamente caracterizaria, assim, a retirada de uma precarização de relação laboral, especialmente nas relações em que o empreendedorismo individual serve como máscara para a terceirização fraudulenta<sup>100</sup>.

O segundo conjunto de trabalhadores, motoristas por aplicativo, apresenta um conjunto de indicadores socio-econômicos superiores a, por exemplo, seus correlatos de plataformização, os trabalhadores por aplicativo de entrega. Todavia, em comparação com MEIs, há uma série de elementos em comum que os aproximam. Dê-se destaque à ocorrência, em ambos, de uma auto-classificação enquanto trabalhadores autônomos, o que gera um encadeamento de justificativas muito próximas. Tanto o empreendedor individual quanto o motorista por aplicativo encontram-se nessa situação de admissão total de responsabilidades pelos riscos que assumem em suas atividades; apresentam também noções de liberdade muito semelhantes e entendem haver baixos graus de legitimidade nos

---

<sup>100</sup> O empreendedorismo individual pode ser visto por diversas taxonomias. A desenvolvida nessa pesquisa encontra-se na seção 2.2.2, que realiza a divisão em três grupos: (i) os trabalhadores que mantêm todas as condicionantes de uma relação de emprego, especialmente a subordinação, ou seja, um típico caso de fraude trabalhista; (ii) aqueles que estão em transição para um escalonamento empresarial de maior vulto lucrativo; e (iii) os que são alcançados pelo objetivo inicial da política pública: fizeram a transição da informalidade completa para a inserção em uma rede de seguridade social

espaços de disputa públicos, especialmente se institucionalizados via partidos ou sindicatos.

Antes de adentrarmos nessas duas categorias, e em seus processos de formação de valoração, é necessário fazer uma contextualização mais ampla e reconstitutiva da familiaridade de trabalhadores brasileiros com sua compreensão de noções de estabilidade e informalidade.

### *Precarização estrutural*

O recorte estanque de um precariado - especialmente considerando o espraiamento de um modelo de acumulação flexível e seu impacto em trabalhos informais, de risco ou precários - pode ser considerado um fenômeno que alcança parcialmente o sul global. Parcialmente no sentido de que parcela considerável da classe trabalhadora brasileira nunca esteve em uma posição de utentes de um Estado de bem-estar social. Ao se debruçar sobre a mudança de modelos de relações laborais em um cenário global, há uma imperiosa necessidade de se abrir um parêntese para tratar a situação do sul global. Em um contexto pré-toyotista, a análise do contexto social do trabalho brasileiro na década de 1950 advinha de uma forte noção de transição, do agrário para o industrial, o que torna a apreciação do tema a partir de um fordismo periférico<sup>101</sup>:

Se na França o desenvolvimento da sociologia moderna se deu sob a tensão entre a concretização de um projeto político-acadêmico e a necessidade de responder criticamente às transformações produzidas pelo mundo industrial taylorista-fordista, no Brasil ela se deparou com as dificuldades de efetivação do projeto nacional-desenvolvimentista, a implementação do fordismo periférico, a “revolução democrática” e a superação dos elementos arcaicos da sociedade. (FESTI, 2023b, p. 281–282)

Tem-se um capitalismo periférico que se alça como paradoxalmente imitativo - no sentido de que imita-se o modelo de produção, com a penetração da técnica industrial -, sem que se alcance a imitação de consumo por parte da classe trabalhadora (PREBISCH,

---

<sup>101</sup> Em uma definição mais restrita cito Alain Lipietz para o qual o fordismo periférico pode ser definido a partir do seguinte trecho: “*Tal como o fordismo, está baseado na reunião da acumulação intensiva com o crescimento dos mercados de bens finais. Mas permanece sendo "periférico", no sentido de que, nos circuitos mundiais dos ramos produtivos, os empregos qualificados (sobretudo no domínio da engenharia) são majoritariamente exteriores a esses países. Além disso, os mercados correspondem a uma combinação específica de consumo local das classes médias, de consumo crescente de bens duráveis por parte dos trabalhadores e de exportação a baixo preço para os capitalismos centrais*” (LPIETZ, 1991, p. 119)

1976), ao menos no início da industrialização tardia. Dentre as diversas consequências pode-se citar uma continuidade ao desejo de fuga do trabalho disciplinado pela via do negócio próprio. Isso se mostra, por exemplo, no trabalho de Juarez Brandão Lopes, que investiga trabalhadores em uma fábrica de pequeno porte, em 1957, em São Paulo. Em seu trabalho registra algumas conclusões sobre os interesses futuros daqueles trabalhadores, dos quais destaco: o desejo de retorno à situação rural, especialmente entre migrantes; e o interesse por trabalhar por “conta própria”, sendo aquele trabalho industrial um meio para esse fim (BRANDÃO LOPES, 2008, p. 43–45). Uma pesquisa de 2001 aponta para essa mesma tendência, dado que 73% dos entrevistados afirmaram ter vontade de ter um negócio próprio, sendo a taxa superior para os trabalhadores mais precarizados, com 88% (DATAFOLHA, 2002). Esses relatos se alinham com a noção de que o capitalismo periférico se desenvolve de forma descompassada com o seu correlato<sup>102</sup>. Dada a necessidade de uma coleção ampla de tributos e de altos salários o interesse desse tipo de capitalismo não permitiu um alinhamento com o compromisso fordista. Ou seja, dada a ausência histórica de uma proteção social efetiva, o ideário de uma estabilidade decorrente do negócio próprio sempre esteve no imaginário e no espírito do trabalhador como uma espécie de escape ao trabalho disciplinado, mal remunerado e pouco garantidor de bem-estar social.

De tal forma, o conceito de precarização deve considerar essas características estruturantes e o fato de estarem vinculadas a questões geracionais, dado que a instabilidade e mobilidade de trabalhadores em funções e atividades profissionais não se trata de algo localizado em arranjos familiares de hoje, mas elemento que se alonga desde o fim de um modelo econômico baseado na escravidão. Portanto, é importante manter no horizonte a noção de que trabalho precário no Brasil e, com as devidas ressalvas, na América Latina, não se constitui fenômeno a ser analisado desde uma massa industrial que conquista e perde direitos a depender de crises cíclicas. Antes, trata-se de uma condição recorrente, habitual e geracional.

---

<sup>102</sup> Por se tratar de tema profícuo, não será tratada a questão sindical. Entretanto, deve-se destacar que outra contradição advinda do modelo brasileiro diz respeito ao corporativismo estatal dos sindicatos. Com o advento de uma regulação trabalhista em 1943, os sindicatos sofreram uma delimitação de poder ou, em outras palavras: “o sistema de relações de trabalho no Brasil foi estabelecido com a intenção de que os sindicatos fossem vertidos em órgãos de colaboração com o Estado e na promoção da paz social” (COSTA, 2005, p. 113).

## *A dimensão étnico-racial e de gênero*

Se é forçoso o olhar às heranças pretéritas, a dimensão étnico-racial é igualmente incontornável, não sendo possível dissociá-la enquanto questão fundante. A título de referência, uma análise que remonta ao período de 1912 a 1920 (JACINO, 2013), em São Paulo, indica uma notória distinção entre empregos industriais, de comércio e de transporte nos quais a maioria era de população branca, nacional ou estrangeira. Profissões<sup>103</sup> como de pedreiro, carpinteiro, sapateiro eram dificilmente compostas pela população negra, seja por proibições anteriores ou pela explícita seleção por parte dos empregadores (JACINO, 2013, p. 126). As análises de Florestan Fernandes indicam de forma mais detalhada essa “*incapacidade ativa*” de impedimento de escravos e libertos de atuarem como trabalhadores livres. A opção de ocupação era restrita somente aos espaços onde não era possível a empregabilidade por parte de trabalhadores brancos, conforme expõe:

A sociedade escravocrata só preparou o escravo e o liberto para os papéis econômicos e sociais que eram vitais para o seu equilíbrio interno. No restante, prevaleceu a orientação de impedir todo florescimento da vida social organizada entre os escravos e os libertos, por causa do temor constante da “rebelião negra”. Como escrevia Perdigão Malheiros, o escravo aparecia como um “inimigo doméstico” e um “inimigo público”: “é o vulcão que ameaça constantemente a sociedade, é a mina pronta a fazer explosão à menor centelha”. Por isso, todas as formas de união ou de solidariedade dos escravos eram tolhidas e solapadas, prevalecendo a consciência clara de que só através da imposição de condições anômicas de existência seria possível conseguir e perpetuar a submissão dos cativos e a dependência fundamental dos libertos. Ao mesmo tempo, todo um refinado e severo sistema de fiscalização e de castigos foi montado para garantir a subserviência do escravo e a segurança do senhor, de sua família ou da ordem social escravocrata. (FERNANDES, 2008, p. 42–43)

Ademais, a própria construção inicial do trabalho livre guarda essa relação muito próxima com a questão racial não somente a partir do ponto de vista econômico, mas também de associações de predicação negativa como a de *vadiagem*. Essa “característica” como traço do trabalhador nacional é decorrente de uma resposta de resistência ao modelo de relação de trabalho disciplinado e organizado. Com vistas a reforçar o sistema de exploração, a resistência ao trabalho forçado é caracterizada como vadiagem dado que “...

---

<sup>103</sup> A pesquisa indicada realizou uma análise étnico-racial do período a partir de boletins de ocorrência policiais, dada a ausência de um censo laboral que indicasse a questão de raça/cor no período. Interessante observar a ausência. Trata-se de interessante abordagem amostral e que nos mostra algumas profissões nos quais não se verificou a presença de nenhum homem negro, tais como: mecânico, chauffeur, cocheiro, lavrador, dentre outras.

*era necessário depreciar os nacionais, isto é, retirar-lhes as possibilidades de trabalho recriando as condições materiais de sua marginalização e atribuindo-lhes a pecha de indolentes e indisciplinados.”* (KOWARICK, 1994, p. 103) Quando na realidade:

“... são refratários ao trabalho organizado, porque, sendo mínimas suas necessidades, não precisam se alugar para outros de forma contínua (...) Dessa forma, repudiava a submissão da disciplina produtiva, trabalhando nas fazendas enquanto outra alternativa não se mostrasse viável, pois nelas sua condição de pessoa livre era constante e impunemente aviltada pelas regras de submissão baseadas no cativeiro” (KOWARICK, 1994, p. 103–104)<sup>104</sup>

Em paralelo, não se pode olvidar de uma análise que aborde a perspectiva de gênero. É traço característico e persistente a divisão sexual do trabalho que se manifesta nessa ordem decrescente de melhores indicadores a partir do homem branco no topo, - mulher branca, homem negro – até a mulher negra na base. Lélia González, ao comentar o estudo “*O lugar do negro no Brasil*” (OLIVEIRA; PORCARO; ARAÚJO, 1985), assim como o livro “*Estrutura Social, Mobilidade e Raça*” (HASENBALG; VALLE SILVA, 1988), comenta essa estrutura:

Pesquisas recentemente realizadas demonstram que a divisão racial do trabalho opera de maneira muito mais contundente, em termos de prejuízos para a população negra, do que a divisão sexual do trabalho contra o setor feminino da população brasileira. Queremos dizer que mais uma vez se confirma a terrível situação da mulher negra, uma vez que em termos de distribuição de renda a distância que marca as diferenças entre brancas e negras é muito maior do que aquela que separa homens e mulheres. (GONZALEZ, 2020a, p. 52)

Mas eles demonstram, tranquilamente, que a população negra deste país, ao invés de filha do milagre, foi vítima desse milagre (...) E nesse trabalho os pesquisadores demonstram que, em termos de renda, nos dias de hoje, neste país, a ordem decrescente é a seguinte: homem branco, mulher branca, homem negro e mulher negra. (GONZALEZ, 2020b, p. 195)

Uma análise localizada no Distrito Federal, por exemplo, indica a continuidade dessa hierarquia de renda em termos de desagregação de gênero e raça/cor. Ao se fazer

---

<sup>104</sup> A continuidade da argumentação do autor se alinha com esse duplo aspecto do trabalho: o primeiro como a condicionalidade do trabalhador enquanto mão-de-obra a ser colocada em um mercado de trabalho; e o segundo, foco desta pesquisa, são os diversos processos de convencimento de adequação ao processo produtivo. Esse segundo aspecto, dada a utilização do termo *vadiagem*, contém uma acentuada dose de violência institucional e privada.

uma comparação entre um intervalo superior a vinte anos (1999-2021), tem-se os seguintes resultados:

O grupo de mulheres negras compõe a maior parte da população do Distrito Federal (28,72%), mas dispõe da menor renda e da maior carga de trabalho. A comparação com os estudos da década de 1980 mostra que a situação, ao menos nos quesitos indicados, não teve mudança estrutural nessa dinâmica hierárquica entre grupos sociais. Em contraponto, o menor grupo de composição populacional, homens não-negros (19,17%), tem a maior renda e menor jornada de trabalho ao se somar horas gastas com afazeres domésticos. O Distrito Federal atual se compara à situação evidenciada pelo estudo realizado em 1999 pelo DIEESE para a capital federal. A renda é fator que se mantém distante nessa pirâmide de divisão racial e sexual do trabalho visto que mulheres negras tinham a menor renda (R\$ 623,00) seguido por homens não-negros (R\$ 1.324,00) (DIEESE, 1999). (IPEDF, 2023, p. 50–51)

Analisar a intersecção desses dois fatores ao verificar as condições históricas como determinantes nas análises sobre o processo de precarização do trabalho é inescapável. Nesse sentido, as análises desagregadas por raça/cor e gênero acompanharão também as de renda e faixa etária. Isto posto, voltemos a atenção à noção de precariado.

### *Precariado como classe*

O conceito de precariado enquanto neologismo para indicar trabalhadores não inseridos em um sistema típico de assalariamento, portanto, mais flexíveis e sem garantias, remonta aos setores sindicais italianos na década de 1980 e se consolida como conceito sociológico na França na década seguinte (FERNANDES, 2020).

Com o advento de um mercado majoritariamente industrial nos países centrais, a clivagem para resposta à “*questão social*”, entendida como a problemática da exclusão social, adquire novos contornos. Conforme Robert Castel, o assalariamento enquanto garantidor de acesso a direitos passa também por um processo de esgotamento (ou de desmanche) com o avanço de um modelo de empregos instáveis e sazonais, conforme nos adianta o autor:

Sem pretender propor um panorama exaustivo da sociedade salarial, deve-se ao menos marcar o lugar de um último bloco que será chamado de periférico ou residual. A relativa integração da maioria dos trabalhadores, traduzida, dentre outros, pelo salário mensal, cava uma distância em relação a uma força de trabalho que, em vista desse fato, é marginalizada: trata-se das ocupações instáveis, sazonais, intermitentes.

Esses “trabalhadores periféricos” estão entregues à conjuntura. Sofrem prioritariamente os contragolpes das variações da demanda de mão-de-obra. Constituídos majoritariamente por imigrantes, por mulheres e jovens sem qualificação, por trabalhadores de uma certa idade e que são incapazes de acompanhar as "reconversões" em curso, ocupam as posições mais penosas e mais precárias na empresa, têm os salários mais baixos e são os menos cobertos pelos direitos sociais.

(...)

Para os defensores do progresso, tal fenômeno faz parte da dinâmica dominante que arrasta o conjunto da sociedade para a opulência.

(...)

A importância dessa clivagem no seio da sociedade salarial só aparecerá mais tarde, com o interesse provocado pela temática da precariedade. (CASTEL, 1988, p. 475–476)

Ao recepcionar a noção de desmanche salarial - ou de transição de uma sociedade salarial -, com um viés mais localizado, verifica-se que, a despeito da inserção salarial parcial proporcionada pela industrialização tardia, o contexto da década de 1990 gerou uma percepção daquilo que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso chamara de classe de *inempregáveis* (GIELOW, 1997). Ou seja, uma nova classe de trabalhadores engolidos pelo processo tecnológico e que, supostamente por falta de capacidade técnica, não conseguem se adequar ao mercado. Nesse sentido, Cibele Rizek nos traz:

Nesse momento sensível e tenso que o país atravessava ao longo dos anos 1990, marcado, por exemplo, pelos primeiros governos presidenciais eleitos por voto direto, pelos planos monetários, especialmente o Plano Real, pelo enfrentamento e por punições exemplares de greves, como a greve dos petroleiros, o livro chega ao Brasil, momento em que parecia ficar mais claro que uma parcela da população nunca tinha sido - e nunca seria de fato - integrada na forma do emprego assalariado, nos mesmos termos dos processos que teriam marcado os trinta anos gloriosos no Hemisfério Norte. O que se constatava pela leitura do capítulo “A nova questão social” eram processos de desmanche que tinham alcance mundial, ainda que os solos sobre o qual operassem fossem diversos: na sociedade francesa o que vinha se instalando era um processo de transformação da odisseia do trabalho assalariado em drama. No contexto brasileiro, surgiam e eram nomeados os quarenta milhões de “inempregáveis”. (RIZEK, 2023, p. 532–533)

A crise do assalariamento ou o recrudescimento de uma precariedade salarial assume uma dupla função. A primeira, como decorrência do processo de acumulação flexível, consiste na diminuição do salário real somada ao crescimento de uma massa de trabalhadores retirado do processo produtivo. A segunda na transferência integral dos

riscos<sup>105</sup> do empreendimento, como defenderemos aqui. Além disso, traz consequências nas mediações coletivas compreendidas na crise sindical ou mesmo nas dificuldades de associação. Àquela primeira função observa-se, por consequência, uma derivação, a de produção simbólica de dessocialização que se comunica com essa noção de “inempregáveis”, conforme nos traz Giovanni Alves:

Os proletários “excluídos” podem não pressionar o mercado de trabalho, tendo em vista que estão aquém das exigências de empregabilidade do sistema do capital, mas compõem o horizonte simbólico da ordem dos consentimentos espúrios e do custo “improdutivo” da barbárie social que atinge as grandes metrópoles. (ALVES, 2009, p. 177)

Essa *transição* salarial, ainda que com as ressalvas já indicadas, é o pano de fundo para se discutir as novas configurações de trabalho e suas novas tipologias. Nesse aspecto, tem-se com Guy Standing, a noção de um precariado que adquire significações de nova classe social definido como “*peças que têm relações de confiança mínima com o capital e o Estado, o que as torna completamente diferentes do assalariado.*” (STANDING, 2013, p. 25). O autor sugere uma hierarquização de classes a partir de uma elite, seguidos por assalariados que estão ao lado dos *proficians*<sup>106</sup>, abaixo destes encontram-se os trabalhadores manuais. Por fim, encontra-se essa nova classe<sup>107</sup> que, segundo o autor, não se pode equiparar simplesmente com o trabalhador pobre ou com o emprego incerto, ou ainda, com pessoas que não tem controle sobre o próprio trabalho.

Uma definição mais apurada sugere que o precariado consiste em trabalhadores que não apresentam determinadas formas de garantia relacionadas ao trabalho, especialmente aquelas prometidas em um cenário de cidadania industrial. São elas: garantia de mercado

---

<sup>105</sup> O que significa alinhar a materialidade com o discurso do trabalhador que agora deve ser amante do risco, riscófilo nas palavras de Gaulejac.

<sup>106</sup> Nas palavras do autor: “Esse termo combina as ideias tradicionais de “profissional” (professional) e “técnico” (technician), mas abrange quem detém um conjunto de habilidades que podem ser vendidas, recebendo altos rendimentos em contrato, como consultores ou trabalhadores autônomos.” (STANDING, 2013, p. 24)

<sup>107</sup> Erin Wright dedica um capítulo de seu livro “Understanding Class” para remontar de forma crítica a afirmação “o precariado é uma nova classe” no que argumenta que pode ser entendida a partir do conceito de classe, mas não necessariamente como uma classe em si. O debate é relevante na medida em que pode-se identificar os interesses materiais de um determinado grupo para se articular resistências, como destaca o autor: “*a análise de classe nas tradições marxista e weberiana faz afirmações sobre um domínio particular de interesses objetivos, que pode ser identificado como “interesses materiais”*” (WRIGHT, 2015, p. 166) (tradução nossa) Para o autor, a despeito de elementos comuns não se pode afirmar haver uma congruência de interesses: “*Mais uma vez, embora as pessoas em todas as subcategorias do precariado possam partilhar interesses comuns consagrados na Carta do Precariado, não partilham interesses comuns definidos pelas estratégias de ação disponíveis sob as regras existentes do capitalismo neoliberal.*” (WRIGHT, 2015, p. 173) (tradução nossa)

de trabalho, de vínculo empregatício, de reprodução de habilidade, de representação, segurança no emprego, do trabalho e de renda.

Ruy Braga, por sua vez, não coloca o precariado como uma nova classe social, mas como um proletariado em tal condição. Isso vincula a análise não a partir de uma contraposição a uma classe assalariada, mas como condição de existência desta, especialmente observável na relação entre trabalho central-periférico ou mesmo em condições internas ao se comparar as condições a partir da divisão sexual, racial e etária, conforme resume o autor:

Ao contrário [de Guy Standing e Robert Castel], entendemos que em decorrência da mercantilização do trabalho, do caráter capitalista da divisão do trabalho e da anarquia da reprodução do capital, a precariedade é constitutiva da relação salarial. Consequentemente, o precariado não deve ser interpretado como antípoda do salariado, seu “outro” bastardo ou recalcado. Na realidade, ele é a própria condição de existência do salariado: tanto na Europa ocidental quanto nos Estados Unidos, o compromisso fordista mostrou-se bastante eficiente em proteger a fração profissional, branca, masculina, adulta, nacional e sindicalizada da classe trabalhadora, à custa da reprodução da fração proletária não qualificada ou semiquificada, feminina, negra, jovem e migrante. (BRAGA, 2012, p. 17)

Essa leitura se adequa de maneira complementar à teoria da superexploração do trabalho desde uma teoria da dependência. Ou seja, de modo a compensar as desvantagens competitivas internacionais, as elites na periferia reduzem o *fundo de vida* dos trabalhadores. Fenômeno que se percebe mesmo em países de capitalismo central, ou seja, lançadas as crises cíclicas busca-se compensar as perdas por intermédio de uma precarização cada vez mais agudizada. O que gera, por consequência, diversas formas de resistência como destaca o autor: “*ao analisarmos o fluxo da crise iniciada em 2008, percebemos que um padrão tem se insinuado: aonde vai a crise da globalização, a rebeldia do precariado vai atrás*” (BRAGA, 2017, p. 47)

Dadas as múltiplas aproximações à precariedade, é igualmente possível abordar a questão a partir de suas consequências, conforme nos sugere Tania Franco *et al.* (2010). São elas: (i) *vínculos de trabalho e relações contratuais* – traduz-se na perda de direitos trabalhistas, expressão mais “visível” do processo, dado que se opõe a uma determinada classe com direitos prévios e o avanço de uma nova organização de instáveis e flexíveis; (ii) – *organização e condições de trabalho* - trata-se da ampliação da busca constante de extração de mais-valor relativo através da intensidade do trabalho. Dadas as condições de

controle advindas do salto tecnológico das décadas de 1980/1990 esse processo se intensificou; (iii) *saúde dos trabalhadores* – consequência da dimensão anterior; dado o avanço tecnológico anteriormente citado, a intensidade se amplia e conduz a um regime de metas inalcançáveis em uma pressão que ultrapassa as possibilidades físicas desembocando em um aumento considerável de doenças mentais associadas ao trabalho; (iv) – *reconhecimento social* – dada a centralidade do processo de valorização simbólica do indivíduo a partir do seu trabalho, a construção de identidade fragiliza-se e se consolida na descartabilidade das pessoas e naturalização da insegurança; e (v) *representação coletiva (sindicato)* – a especialização cada vez mais contínua, aliada a uma perda de espaço de representação frente aos avanços neoliberais mina também as capacidades de representatividade coletiva.

Portanto, o conceito de precariado que melhor se adequa à análise aqui proposta é entendido primeiro como uma consequência do movimento de superexploração do trabalho, que tem por base a busca por compensação de perdas, sejam geradas por crises cíclicas ou por desvantagens competitivas internacionais. Em segundo lugar, trata-se de uma *condição* afeta a diversos segmentos de atividades profissionais. Qual condição seria esta? Além do já citado distanciamento de uma cidadania industrial, o principal traço consiste na terceirização integral dos riscos, sejam das atividades decorrentes da atividade profissional, sejam dos riscos da própria atividade econômica. O trabalhador se encontra duplamente precarizado: pelas condições de exercício de sua atividade, incluindo a necessidade de garantir os demais elementos de cidadania social como saúde, educação e lazer; e também assume a condição de “dono do negócio” com o risco de não ser capaz de captar a demanda ou de disputar sua mão-de-obra por intermédio de outras atividades intermediárias<sup>108</sup>.

### *A informalidade brasileira - os dados*

---

<sup>108</sup> Ainda que não seja uma característica de maioria do trabalho precarizado, é prontamente percebido que o trabalho autônomo tem de ser acompanhado cada vez mais do trabalho de *marketing* ou de divulgação, especialmente em redes sociais. O tempo de trabalho se estende para além do exercício profissional, e a disputa entre trabalhadores se acentua. Além disso, o trabalho paralelo é também monetizado pelas *big techs* dado que parte do risco do negócio envolve a aplicação dos lucros em campanhas de propaganda. Ainda que não se possa inferir qual a parcela referente a pequenos empresários, tem-se a informação de que cerca de 23% das empresas investem até 100 dólares mensais e 30% entre 101 e 500 no Instagram. <https://www.webfx.com/social-media/pricing/how-much-does-it-cost-to-advertise-on-instagram/>

Embora os dados sobre trabalho informal<sup>109</sup> sejam difíceis de serem observados em retrospectiva histórica, pode-se fazer algumas inferências sobre aspectos de precarização a partir de dados específicos. Em primeiro lugar, os dados mais antigos sobre distribuição de ocupações profissionais remontam ao recenseamento de 1872 (BRASIL, 1874). Nesse primeiro momento a primeira desagregação era realizada a partir da nacionalidade, sendo interessante observar que escravizados eram colocados como estrangeiros (Figura 2)<sup>110</sup>.

Verifica-se que cerca de 52,7% da população ocupada tinha por profissão o lavradio, seguido pela segunda maior ocupação sendo de serviço doméstico, com cerca de 18,1%. O que se considerava como operariado correspondia a 4,5% da população ocupada. Não há novidade alguma nessa reconstituição, dada a construção socio-econômica do país, mas serve como um importante marco inicial. No censo de 1940<sup>111</sup> tem-se uma diminuição dessa parcela majoritária, sendo que cerca de 32% de trabalhadores tinham por atividade principal a “agricultura, pecuária e silvicultura” (Figura 3).

Ainda de forma indireta pode-se observar o mercado de trabalho brasileiro a partir dos estudos sobre estratificação. Avançando no tempo, retome-se uma comparação a partir de estratos sociais comparativos entre as décadas de 1950 e 1970 (PASTORE, 1976). A metodologia do estudo considera uma combinação entre renda e escolaridade do qual se verifica que, na década de 1970, 69% da população no mercado de trabalho estava na classe mais baixa da escala (Figura 4). Na comparação com vinte anos antes (1950), não se avista qualquer mobilidade social significativa dado que as classificações *classe baixa superior* e *inferior* representaram uma variação de somente 1 p.p, para baixo, ao longo do período (Figura 5).

Nesse sentido, José Pastore conclui que as impossibilidades de acesso ao consumo por parte da classe trabalhadora de classes mais baixas encontram-se em questões como a

---

<sup>109</sup> Informalidade não deve se confundir com precariedade. Todavia, as condições de informalidade podem se traduzir em semelhantes condições do processo de precarização. Nas palavras de Ricardo Antunes: “*Se a informalidade não é sinônimo direto de precariedade, sua vigência expressa formas de trabalho desprovido de direitos e, por isso, encontra clara similitude com a precarização.*” (ANTUNES, 2014, p. 24) Nesse sentido, a informalidade será tratada de agora em diante como uma das expressões do fenômeno maior de precarização.

<sup>110</sup> Um elemento que chama atenção na própria construção da tabela indicada é o fato de que, a despeito de escravizados estarem na tabela como estrangeiros, no somatório da última coluna eles não eram somados aos estrangeiros. Ainda nessa senda, quando há desagregação somente dos nacionais brasileiros há a presença de pardos e pretos tanto na categoria de escravos quanto de livres. Essas observações servem para uma leitura mais cuidadosa do entendimento da construção daquele instrumento censitário.

<sup>111</sup> O censo de 1890 não tem dados de profissões e apresenta, curiosamente, a seguinte informação em seu prefácio: “*Quanto à questão de profissões, não tem para o Brasil, collocado em situação bem diferente, a mesma importancia que mui justamente lhe dão na Europa.*”

alta rotatividade e ausência de estabilidade, o que impacta em qualquer tipo de planejamento futuro ou na cobertura de gastos voltados à vida social<sup>112</sup>, conforme resume:

Como vimos, os grupos de estratos mais baixos não só constituem a maioria mal remunerada, mas sobretudo englobam ocupações mais atingidas pelo fenômeno de alta rotatividade. Isto implica um estilo de vida peculiar e um padrão de consumo limitado: tais grupos enfrentam severas restrições no seu nível geral de vida e grandes limitações para entrar em endividamento prolongado (compra de casa, mobiliário etc), assim como para cobrir gastos eventuais ligados à saúde, nutrição e transporte (PASTORE, 1976, p. 567)

(...)

Qualquer diagnóstico social deve deixar claro que o problema central dos estratos baixos da população brasileira não é realmente o desemprego. O problema real para essas camadas é, em primeiro lugar, de renda, e, em segundo, uma questão de oportunidades de trabalho estável (PASTORE, 1976, p. 574)

Mesmo trabalhadores com vínculos formais têm a estabilidade desmontada desde a década de 1960. Sobre esse aspecto recorde-se que em 1966 a estabilidade decenal tornou-se optativa, sendo completamente extinta na Constituição Federal de 1988 e substituída pelo regime de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS<sup>113</sup>.

Avançando-se, agora já com indicadores bem demarcados<sup>114</sup>, percebe-se que somente em 2007 a formalidade (52%) supera os números da informalidade (48%). A população na informalidade em 1996 correspondia a cerca de 56% do mercado de trabalho com crescimento até os cerca de 58% em 1999<sup>115</sup>, ficando os trabalhadores formais com taxa de cerca de 42% no mesmo ano. Os dados mais recentes indicam uma estabilização da taxa de informalidade por volta de 38%<sup>116</sup>, havendo pouca variação de 2015 a 2023.

---

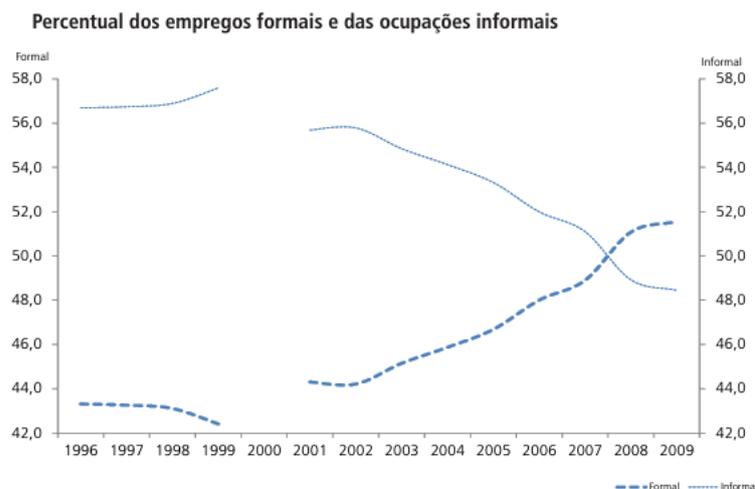
<sup>112</sup> A título de exemplo lembre-se que o acesso à saúde pública (de 1967 a 1988) era restrito aos trabalhadores que pagavam seguridade social. Não somente trabalhadores fora do sistema formal, mas também a grande massa da população servia-se de redes de filantropia.

<sup>113</sup> O avanço de retrocessos sobre a questão não parou somente em 1966 dado que o prazo prescricional que, em 1990, foi estabelecido como sendo de trinta anos, foi diminuído para a tradicional prescrição quinquenal, tendo em vista entendimento do STF em 2014 ao julgar o ARE 709.212/DF.

<sup>114</sup> Grau de informalidade, conforme definição no estudo longitudinal de 1996 a 2009 corresponde a “razão entre trabalhadores sem carteira, conta-própria e não remunerados sobre o total de ocupados.” (BARBOSA, 2012)

<sup>115</sup> A já citada manifestação de Fernando Henrique Cardoso quanto aos “inempregáveis” ocorreu em 1997 quando afirmou: “O processo global de desenvolvimento econômico cria pessoas dispensáveis no processo produtivo, que são crescentemente ‘inempregáveis’, por falta de qualificação e pelo desinteresse em empregá-las” (GIELOW, 1997)

<sup>116</sup> Conforme tabela 8529 do SIDRA/IBGE, disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/8529>



**GRÁFICO 2 – PERCENTUAL DOS EMPREGOS FORMAIS E DAS OCUPAÇÕES INFORMAIS – 1996 A 2009**

Fonte: (BARBOSA, 2012) a partir de dados da PNAD

Evidencia-se que a massa de trabalhadores, desde os primeiros dados disponíveis que datam de mais de um século, apresenta um perfil de ocupação em atividades instáveis, sem acesso à possibilidade de consumo e, tampouco, com condições de cobrir gastos com condições materiais básicas. Essa pluralidade de trabalhadores deixa de ser a maioria somente em 2007. Portanto, o conceito de precariedade e do assujeitamento a uma determinada racionalidade no contexto brasileiro deve ser visto com cautela, pois os elementos de precarização são uma constante intergeracional.

### *Sobre a teoria da dependência ou da “marginalidade”*

Decerto que uma abordagem desde a economia política, em particular a partir da categoria de dependência acresce elementos à análise do fenômeno de precarização. Dentre as teses de uma teoria da dependência latino-americana destaque-se o entendimento de que as classes locais dominantes buscam compensar sua desvantagem a nível internacional por intermédio de uma superexploração do trabalho. Ruy Mauro Marini atribui ao processo decorrente de um aumento de desemprego e subemprego, exército industrial de reserva, a categoria de “marginalidade” (MARINI, 2013, p. 32)<sup>117</sup>. Essa marginalidade parece ser o elemento de precarização recorrente na história nacional em especial ao se realizar uma análise de mão-de-obra industrial<sup>118</sup>.

<sup>117</sup> Prefácio à 5ª edição. 1974

<sup>118</sup> É central e notória a dinâmica a partir do recorte de uma produção industrial o que não significa o impacto em esferas como a de consumo ou do setor de serviços.

O avanço da discussão, no entanto, parece ser mais produtiva a partir do conceito de marginalidade de Lúcio Kowarick, especialmente ao se contrapor a Aníbal Quijano (KOWARICK, 1985, cap. VI). Em Quijano o trabalho marginalizado é inerente (como consequência) ao sistema de produção, o que coloca o fenômeno como radical e impossível de eliminação sem reestruturação das próprias bases do processo produtivo. Esse ponto de vista coloca o polo marginal, caracterizado por ocupações instáveis e de mínima qualificação, em contraposição a uma certa monopolização e hegemonia dos processos produtivos em todas as dinâmicas de produção. É sob esse aspecto que Kowarick constrói sua crítica, dado que essa classificação pode não esclarecer “*a trama estrutural que combina várias formas economicamente desiguais no que tange o seu grau de desenvolvimento...*” (KOWARICK, 1985, p. 104) (grifos no original)

Isso significa entender que os setores marginais não são herméticos, mas também servem para transferir excedente às estruturas centrais, ainda que de forma diminuta no aspecto “*produtivo*”. Se o impacto é reduzido no sistema produtivo, os setores marginais proporcionam uma infraestrutura de custos que barateia sobremaneira os custos de *reprodução* da força de trabalho, conforme nos traz o autor:

Ademais, certas ocupações características da mão-de-obra marginal – serviços de reparação, conservação e confecção de roupas, construção de habitações e comercialização de alimentos que é amplamente desenvolvida por trabalhadores autônomos -, criam as condições para que a classe trabalhadora, marginal ou não, se reproduza a níveis mínimos de subsistência, tornando viável uma acumulação a altas taxas de exploração do trabalho, pois o capital pode remunerar os trabalhadores a ele submetidos a preços que frequentemente se deterioram historicamente. (KOWARICK, 1985, p. 105)

A superexploração do trabalho ocorre, assim, de maneira muito acentuada na face da reprodução da força de trabalho. Além disso, somadas às clássicas formas de exploração tem-se uma recente que Mathias Luce tem chamado de “*hiato entre o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho e a remuneração praticada*”, conforme nos traz:

Conforme vimos anteriormente, a superexploração pode se dar mediante: (i) o pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor; (ii) o prolongamento da jornada de trabalho além dos limites normais; e (iii) o aumento da intensidade além dos limites normais. Enquanto a primeira forma atenta mais diretamente contra o fundo de consumo do trabalhador, as duas outras atentam contra o fundo de vida. Existe, ainda, uma quarta

forma que, na verdade, é um desdobramento da primeira, que se expressa quando se exerce um hiato entre o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho e a remuneração praticada. Em todas elas, o capital ou se apropria do fundo de consumo do trabalhador, deslocando-o para o fundo de acumulação; ou arrebatando anos futuros do trabalhador, apropriando-se de seu fundo de vida, o qual é também violado para alimentar a sanha da acumulação. (LUCE, 2018, p. 178)

Há uma nítida marcação entre *fundo de consumo* e sua vinculação com uma remuneração abaixo do seu valor; e *fundo de vida* com seus vínculos referentes ao aumento da jornada e da intensidade do trabalho. Essa nova forma de exploração consiste em colocar novos bens de consumo como necessários (celular, plano de internet, computador, por exemplo), mas que só podem ser acessados mediante o endividamento, dado que o salário/remuneração não acompanha a crescente necessidade dos novos bens. Assim, o trabalhador tem reduzido a um só tempo seu fundo de consumo (remuneração mais baixa) e seu fundo de vida (trabalho com jornadas exaustivas para ampliar sua renda e ser capaz de pagar dívidas). Soma-se a isso a esperada redução advinda da distância entre salário real e nominal.

As nuances trazidas pelo cenário macro de uma superexploração do trabalho decorrem de uma dependência que paga constantemente um pedágio, especialmente pela via da redução dos custos de vida, isto é, do trabalho reprodutivo. Portanto, o aspecto do endividamento em contínua expansão é certamente um dos elementos materiais que justificam a auto-exploração via redução do *fundo de vida*. Essa ressalva do aspecto material não pode ser colocada a parte, para que não se afaste o fenômeno da valoração moral do seu aspecto notoriamente histórico.

#### *A transferência do risco integral*

Dado o panorama específico do contexto brasileiro - que se assemelha a muitos outros países do sul global -, é imperioso questionar se uma noção de racionalidade neoliberal é suficiente para entender os contextos de justificação frente às condições de precariedade historicamente presentes na realidade dos trabalhadores. Em que pesem os novos modelos de reestruturação produtiva e de organização do trabalho, parece mais adequado pensar menos em um assujeitamento ao individualismo ou à competição, para citar dois exemplos marcantes, e mais em uma busca por justificar as próprias condições frente a uma realidade precária. Assim, não é o caso de se pensar em um trabalhador que

estava uma rede de garantias sociais anteriores e que, em seguida, percebe uma perda de direitos em função de uma crença na “liberdade”; mas sim em um trabalhador que nunca esteve inserido em um estado de cidadania social, tampouco sua ascendência, e que agora se ancora em um conceito positivamente valorado de liberdade. É nesse sentido que se sugere pensar não em uma racionalização neoliberal e seus processos de assujeitamento, mas sim em um fluxo de justificativas, usualmente baseadas em escalas morais, sustentadas por um intenso movimento de afetos. Isso não significa uma negação dos processos de subjetivação, trata-se somente de uma outra dimensão que se entende mais bem aplicada ao contexto de locais em que o capitalismo dependente prospera.

Isto posto, adjetivo as duas categorias de trabalhadores como precários por um elemento comum muito marcante. A precarização reside não somente em instabilidade e incerteza, mas principalmente na terceirização de riscos na relação laboral. Nesse sentido, a relação laboral de incerteza não se restringe às dificuldades em encontrar uma ocupação assalariada ou remunerada; o trabalhador agora é responsável por capturar a demanda e assumir os riscos de toda a atividade econômica a qual se propõe. É uma nova fronteira de exploração. Em um contexto clássico marxiano, o trabalhador assalariado vê-se expropriado pelo aumento de sua jornada ou da intensidade do trabalho. O aumento de produtividade também ocorre por intermédio da ampliação tecnológica, com substituição cada vez maior de trabalho vivo. As constantes buscas por maior eficiência de uma administração científica também geram novos modelos de administração como o atendimento de demanda imediata, o trabalho *just-in-time*. Todos esses elementos se sobrepõem no contexto atual. Entretanto, a nova fronteira indicada encontra-se na terceirização integral dos riscos. Se com o toyotismo o risco pelo lado do empregador é reduzido, com o novo cenário de precariedade isso é levado também para o trabalhador, sendo este o responsável por disputar demanda e correr o risco de toda a sua atividade econômica. Essa última fronteira tem colocado o trabalho, enquanto atividade profissional, como uma espécie de produto em um *marketplace*, a ser utilizado sob demanda imediata com um modelo de assalariamento aos moldes de um leilão holandês. Esse formato já é uma realidade em plataformas digitais, mas em trabalhos autônomos, especialmente de falsa aparência, esse parece ser o simulacro recorrente. Esse argumento pode ser sustentado pela argumentação de Francisco de Oliveira que resume: “É quase como se os rendimentos do trabalhador agora dependessem do lucro dos capitalistas” (DE OLIVEIRA, 2003, p. 136). Ou antes, como melhor esclarecido pelo autor, há uma relevante mudança no entendimento do salário como “capital variável”:

Marx chamou os salários de “capital variável”, exatamente porque se trata de um adiantamento do capitalista aos trabalhadores; é “variável” porque sua resultante na formação da mais-valia depende das proporções de emprego da mão de-obra e dos tempos de trabalho pago e não-pago. Além disso, no lucro como recuperação da mais-valia, ela depende da realização ou não do valor. Ora, a tendência moderna do capital é a de suprimir o adiantamento de capital: o pagamento dos trabalhadores não será um adiantamento do capital, mas dependerá dos resultados das vendas dos produtos-mercadorias. Nas formas da terceirização, do trabalho precário, e, entre nós, do que continua a se chamar “trabalho informal”, está uma mudança radical na determinação do capital variável. Assim, por estranho que pareça, os rendimentos dos trabalhadores agora dependem da realização do valor das mercadorias, o que não ocorria antes; nos setores ainda dominados pela forma-salário, isso continua a valer, tanto assim que a reação dos capitalistas é desempregar força de trabalho. Mas o setor informal apenas anuncia o futuro do setor formal. O conjunto de trabalhadores é transformado em uma soma indeterminada de exército da ativa e da reserva, que se intercambiam não nos ciclos de negócios, mas diariamente. (DE OLIVEIRA, 2003, p. 136)

Sendo o risco integral a característica transversal dessas duas categorias, parte-se para verificar as suas consequências. Ou seja, como as distintas justificações condensadas em valores em escala moral são manipuladas. Essa nova fronteira de exploração será abordada considerando a existência de um longo histórico de expropriação já marcado pela flexibilidade e precariedade salarial.

Uma última consideração deve ser posta. A despeito de o trabalho informal ser uma constante na história brasileira, as novas morfologias do trabalho apresentam indubitavelmente um impacto na percepção de juízos de valor moral frente à realidade. Dado o constante processo de liofilização organizacional, ou seja, de substituição de trabalho vivo por morto via as possibilidades técnico-informacionais, tem-se essa processualidade contraditória (ANTUNES, 2006, p. 46) entre a diminuição do trabalho fabril e o aumento substancial do trabalho no setor de serviços. A informalidade como uma constante no processo histórico nacional não constitui uma defesa de estagnação dos impactos que esses processos de transição dos novos modelos de organização do trabalho produzem. Ou seja, ainda que o trabalhador se constitua historicamente como o indivíduo precarizado, a forma como é construída sua moralidade é constantemente dinamizada por uma variação de juízos de valor que acompanham a dinâmica de produção do momento. Como resume Harvey: *“Inovações tecnológicas na forma-dinheiro não levam a lugar algum, como vimos anteriormente, se não forem acompanhadas de no mínimo*

*transformações paralelas nas relações sociais, nas concepções espirituais...*” (HARVEY, 2018, p. 116).

## 2.2 O empreendedorismo individual

O microempreendedorismo individual surge como política pública a partir da promulgação da Lei Complementar nº 128/2008 (BRASIL, 2008) como uma retificação parcial à Lei Complementar nº 123/2006 que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Surge com a dupla intenção de inserção de trabalhadores informais dentro de um sistema de seguridade social e de acesso ao crédito, ao tempo que busca garantir uma menor evasão fiscal.

O início da LC 128/2008 deu-se por intermédio de uma proposta de alteração do Estatuto para inclusão da categoria de empresas do ramo de decoração e paisagismo e de representantes comerciais e corretoras de seguro. Para essa segunda categoria justifica-se que não conseguiam constituir pessoa jurídica o que levava ao envolvimento de “*cônjuges, filhos, etc. para constituírem empresas para satisfazerem as exigências legais*” (THAME, 2007). Posteriormente foram incluídos diversos outros projetos com vistas à criação de regimes diferenciados de tributação para diversas atividades econômicas. Atualmente há 477 atividades profissionais permitidas<sup>119</sup> para o Microempreendedor Individual. Dentre os critérios para inserção na categoria destaca-se o limite de receita bruta anual no valor de R\$ 81.000,00 sendo que houve uma ampliação excepcional para o transportador autônomo de cargas para R\$ 251.600,00 a partir de 2022 em um aceno do mandato de Jair Bolsonaro à categoria dos caminhoneiros, base relevante daquele governo.

Há hoje diversas propostas de alteração da norma, em especial as propostas para ampliação da receita bruta anual. Dentre as propostas, evidencia-se a PLP 7/2021, em tramitação, que amplia a política pública para *todas* as atividades profissionais, excetuando as de alto risco. A justificativa oficial é lacônica no que se limita a referendar o aumento do número de MEIs devido à “*crise econômica generalizada no país*” ao tempo em que afirma ser “*imprescindível criar condições menos burocráticas e mais favoráveis possibilitando um cenário mais vantajoso e propício para o empreendedor.*” (MAURO, 2021).

De tal forma, o público-alvo inicial é formado por essa categoria do trabalhador autônomo que se formaliza pela via da transformação de uma atividade pessoal em empresa e constituído desde “*um universo heterogêneo que abarca do ‘virador’ ao profissional que porta saberes e habilidades específicas operacionais e de gestão que*

---

<sup>119</sup> Conforme Anexo XI da Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018. Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=123086#2326037>

*lhes asseguram uma condição profissional mais estável, mesmo na informalidade.”* (COLBARI, 2014, p. 172) . É a partir desse movimento que a noção de empreendedorismo se renova e é ampliada para agregar parcelas mais vulneráveis e excluídas do mercado formal.

Os benefícios da política pública visavam um determinado público-alvo: informalizado ou com acesso dificultado à rede de seguridade social além de desenvolver um tipo de trabalho autônomo em sentido mais estrito. Entretanto, dado o modelo de assalariamento cada vez mais flexível, não é sem demora que percebe-se a utilização do instrumento para substituição do emprego formal via terceirização. Assim, os dois fenômenos ocorrem de forma concomitante, conforme já observado em 2013:

A investigação da origem dos microempreendedores individuais permite concluir que somente metade deles são provenientes do mercado informal. Apesar disso, para muitos, a política pública se constituiu em oportunidade de reinserir-se no mercado formal, pois estavam desempregados. Existem indícios de que a política de microempreendedores individuais está sendo utilizada de forma desvirtuada, como processo de terceirização ou de substituição do emprego pela prestação de serviços. (OLIVEIRA, 2013, p. 43)

Outro estudo, contemporâneo ao anterior, tenta responder à questão “a política MEI pode estar sendo usada por empregadores para evitar encargos trabalhistas, por meio da substituição de contratos de trabalho?” ao que chega a uma impossibilidade de conclusão, ao tempo em que os resultados apontam uma compatibilidade “com a hipótese de algumas empresas, em particular as menores, estarem usando o MEI para trocar uma relação de trabalho assalariado por uma de prestação de serviço” (CORSEUIL; NERI; ULYSSEA, 2013, p. 29). O estudo mais recente sobre a questão constrói um modelo de estimação que chega ao resultado de aproximadamente 53% dos microempreendedores individuais atuam como se fossem trabalhadores contratados (ALVAREZ, 2023).

É a partir desse panorama geral de condições conflitantes que será feita uma investigação exploratória acerca das motivações, moralidades e afetos dos trabalhadores inseridos nesse programa. Dada a crise do assalariamento disperso em flexibilidades múltiplas, a pergunta que acompanha toda a hipótese é: como ocorrem os processos de justificação desses trabalhadores?

## 2.2.1 Notas Metodológicas e Resultados Preliminares<sup>120</sup>

### *Dados descritivos*

Os dados disponíveis sobre a evolução e histórico de trabalhadores na categoria de Microempreendedores Individuais são encontrados a partir de uma fonte censitária mantida pela Receita Federal, por intermédio do Portal *Empresas & Negócios*<sup>121</sup>, chamada base *Dados Abertos CNPJ*. Nesse sentido, esta pesquisa apresentará os dados descritivos a nível nacional para posteriormente se concentrar geograficamente no Distrito Federal. Foram considerados, ainda, os dados do *Relatório do Cadastro Fiscal do DF*<sup>122</sup>, disponibilizado pela Secretaria de Economia do governo do Distrito Federal – GDF. Em cotejamento, percebeu-se que não há discrepância quanto aos dados a nível nacional. O tratamento e análise desses dados foi operacionalizado a partir da linguagem R<sup>123</sup>. Sendo assim, o primeiro instrumento metodológico consiste em uma descrição estatística dessa categoria.

O Brasil apresentou o número de 13.259.549 MEIs com cadastro ativo<sup>124</sup>, em janeiro de 2022. O Distrito Federal, por sua vez, possuía cerca de 232 mil cadastros. Dada a possibilidade de contratação de até um empregado, o impacto econômico familiar tende a aumentar o número de impactados, conforme dados do Sebrae (2019). De forma comparativa com outras Unidades da Federação e em números absolutos, o Distrito Federal representa a 14ª posição, compondo 1,75% dos MEIs a nível nacional. Entretanto, ao se aferir a razão proporcional com denominador na população ocupada, o DF sobe para a 4ª posição, atrás dos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo, respectivamente. Assim, de sua população ocupada total, 15,22% encontram-se potencialmente abarcados no programa.

---

<sup>120</sup> Todos os instrumentos de pesquisa foram aprovados pelo CEP/UnB, dentro do projeto de pesquisa “Para onde vai o trabalho humano na era digital?” do Grupo de Pesquisa Trabalho e Teoria Social (<https://gptts.com.br/>), conforme CAAE 69747923.5.0000.5540

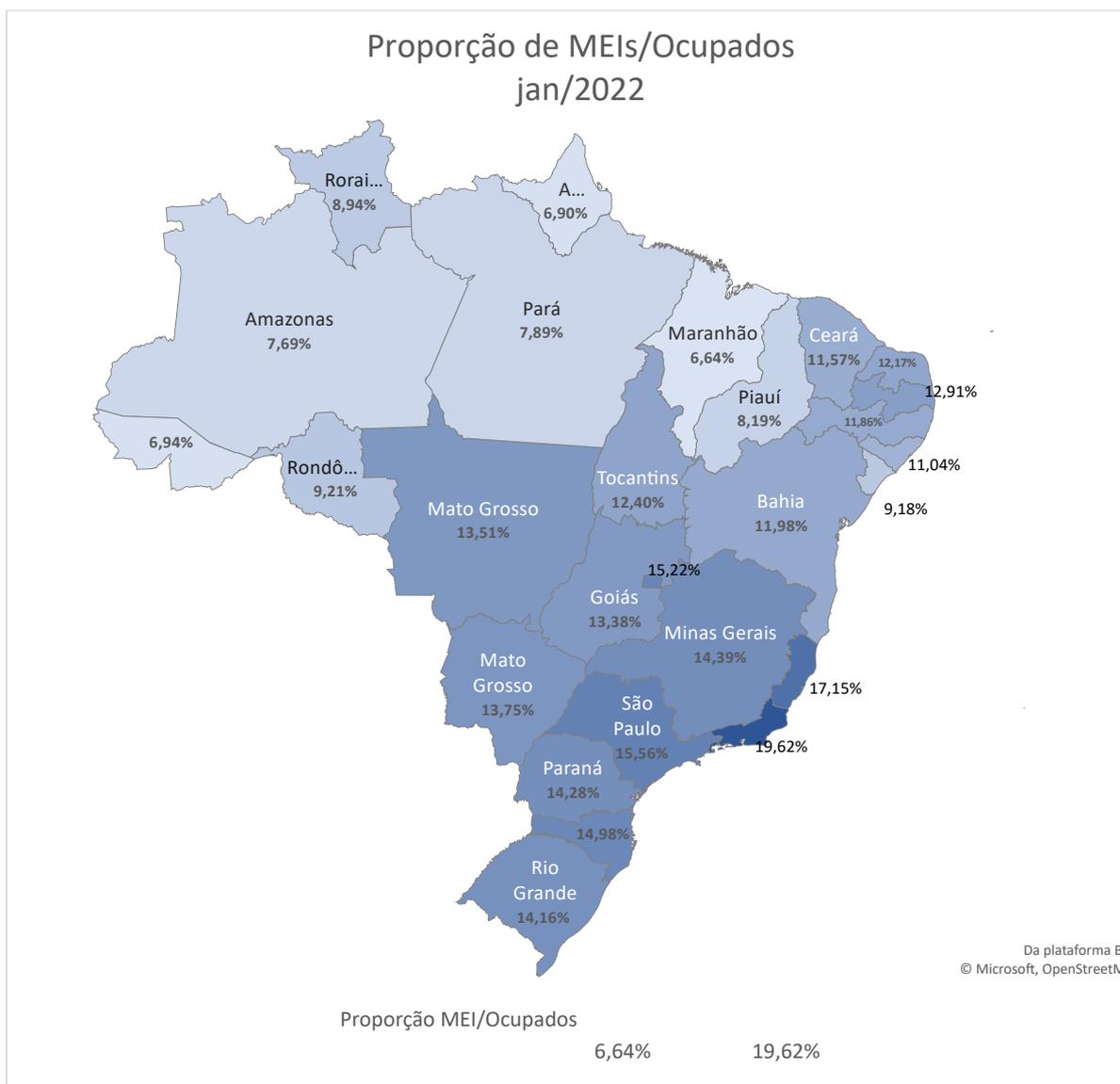
<sup>121</sup> Portal Empresas & Negócios disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br>  
Portal Dados Abertos da Receita Federal disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos>

<sup>122</sup> Ressalte-se que foi realizada consulta à Secretaria de Economia do GDF (protocolo 00040000528202145) no qual foi informada a impossibilidade de acesso anonimizado às informações mais detalhadas como raça e valores globais médios de rendimento.

<sup>123</sup> Todos os códigos em R e a base de dados do questionário utilizados na tese podem ser encontrados no endereço <https://github.com/raphael-rsl/tese>

<sup>124</sup> Há previsão pelo § 15-B, art. 18-A da LC 123 de cancelamento do CNPJ após 12 meses. Nesse sentido, foi realizada consulta no Fala.Br (03005.173196/2021-31) do obteve-se a resposta da Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação – SDICSI informando que houve somente um ato de cancelamento em massa resultando na exclusão de cerca de 1,37 milhão de CNPJ MEI.

O impacto dessa política pública é crescente. No gráfico abaixo é possível observar a relação entre essa categoria e os ocupados a nível nacional<sup>125</sup>. A série histórica, por sua vez, nos mostra que em 2012, da população nacional ocupada, MEIs totalizavam 2,94%, enquanto em 2021 essa parcela subiu para 13,87%. Essa proporção para o Distrito Federal tem o período inicial com a marca de 3,82% e o final em 15,25%.



**MAPA 1 - PROPORÇÃO DE MEIS POR POPULAÇÃO OCUPADA**

**Fonte:** Portal Empresas e Negócios e PNADc<sup>126</sup>. Elaboração Própria.

<sup>125</sup> Dois aspectos metodológicos (i) a proporção MEI/ocupados e MEI/formal está sendo realizada na comparação entre uma pesquisa censitária e uma amostral; (ii) a pesquisa “censitária” de MEIs não necessariamente corresponde a uma parte ativa dessa categoria. Quanto à primeira observação essa escolha metodológica é incontornável, dado que uma pesquisa censitária das agregações ocupados e formalizados inexistente.

<sup>126</sup> A proporção foi realizada entre os dados do Portal Empresas e Negócios e a tabela 4092 do SIDRA/IBGE quanto à pesquisa PNADc/T.

Para que se avançasse na busca por contatos individuais para aplicação dos demais instrumentos foi utilizada novamente a base de dados *Dados Abertos – CNPJ*, que continha, dentre outras informações, o nome do trabalhador, nome fantasia da empresa, endereço, telefone, e-mail, CNAE (Código Nacional de Atividade Econômica) e data de início do registro. Em agosto de 2022, com essa base à disposição, buscou-se fazer um primeiro recorte para os MEIs com registro ativo, dado o possível inflacionamento dos dados (conf. nota de rodapé 124). Uma segunda filtragem foi realizada para aqueles que são registrados no Distrito Federal. Após, buscou-se somente aqueles que tinham endereço eletrônico cadastrado. Chegou-se ao número de 38.088 registros. Optou-se por fazer contato com esses indivíduos por endereço eletrônico apresentando um pequeno questionário sociodemográfico exploratório como uma primeira aproximação. Dos cerca de 38 mil cadastros apresentados verificou-se a existência de muitos e-mails com servidores errados, o que fez com que nova filtragem fosse realizada utilizando como critério somente e-mails de servidores *gmail.com*, *yahoo.com.br*, *hotmail.com* e *outlook.com*. Alcançou-se, por fim, o número final de cerca de 36 mil endereços eletrônicos válidos.

Dado o potencial de o contato ser classificado como *spam*, optou-se por fazer a contratação de serviço digital que permitisse contornar esse problema. Feito isto, o questionário foi enviado a todos os 36 mil endereços eletrônicos, alcançando, entretanto, respostas de somente 28 (vinte e oito) indivíduos após 3 meses de disponibilização. Em outubro de 2022 partiu-se para uma segunda estratégia de envio do formulário exploratório pelo serviço de mensagens *whatsapp*, de forma manual. Após dois meses de contatos obteve-se somente mais 4 (quatro) respostas no formulário. Apesar dos contratemplos, foram a partir desses filtros que foram desenvolvidos os contatos, assim como as estratégias posteriores para a aplicação tanto dos grupos focais quanto do questionário.

### *Os grupos focais*

A próxima estratégia de aproximação deu-se por intermédio de contato realizado de forma direta com ligações telefônicas a determinados trabalhadores de modo a realizar e aplicar um segundo instrumento: os grupos focais. O critério utilizado para recrutamento dos entrevistados foi a localização geográfica dentro do Distrito Federal a partir de grupos de renda, conforme metodologia padrão já estabelecida pelo Instituto de Pesquisa e Estatística do DF – IPEDF em estudos regionais. Por esse recorte, o DF fica dividido em

quatro grandes grupos que agregam Regiões Administrativas com renda domiciliar média assemelhada. Dada a composição territorial do DF, entende-se que essa abordagem é relevante na medida em que consegue alcançar todas as regiões e, conseqüentemente, os distintos modos de vida em que se organiza o território, incluindo a própria distribuição racial. A divisão do IPEDF para o ano de 2022 é a seguinte:

<b>Grupos de Renda</b>	<b>RAs</b>	<b>Renda Domiciliar Média</b>	<b>Composição da População</b>
Renda Alta	Águas Claras, Jardim Botânico, Lago Norte, Lago Sul, Park Way, Plano Piloto e Sudoeste/Octogonal;	R\$ 14.753,85	18,1%
Renda Média-Alta	Arniqueira, Candangolândia, Cruzeiro, Guará, Núcleo Bandeirante, SIA, Sobradinho, Taguatinga e Vicente Pires;	R\$ 6.517,82	20,4%
Renda Média-Baixa	Ceilândia, Gama, Riacho Fundo, Samambaia, Santa Maria e Sobradinho II;	R\$ 4.066,48	32,9%
Renda Baixa	Brazlândia, Fercal, Itapoã, Paranoá, Planaltina, Recanto das Emas, Riacho Fundo II, São Sebastião, SCIA-Estrutural, Sol Nascente/Pôr do Sol e Varjão.	R\$ 2.644,96	28,3%

TABELA 1 – GRUPOS DE RENDA - DISTRITO FEDERAL – FONTE: IPEDF

Com esse desenho foi possível alcançar 20 (vinte) participantes em 18 (dezoito) Regiões Administrativas, sendo 11 (onze) mulheres e 9 (nove) homens. Além disso, o perfil dos entrevistados se concentrou na faixa etária dos 40 a 50 anos, com 9 (nove) participantes. A tabela abaixo apresenta outros dados e a codificação que será utilizada ao longo do texto. Os grupos focais foram realizados de fevereiro a agosto de 2023 com duração média de interação de uma hora e meia.

<b>GRUPO</b>	<b>RENDA</b>	<b>COD.</b>	<b>GÊNERO</b>	<b>IDADE</b>	<b>OCUPAÇÃO</b>	<b>RA</b>
1 - PILOTO	ALTA RENDA	MEI01	F	42	COMERCIANTE	LAGO NORTE
		MEI02	F	23	COMUNICADORA	ÁGUAS CLARAS
		MEI03	M	48	FOTÓGRAFO	ASA NORTE
MEI04		F	31	PUBLICIDADE	VICENTE PIRES	
2		MEI05	M	41	AMBIENTAL	ASA NORTE
		MEI06	M	NI	TI/VENDAS	PARKWAY
		MEI07	F	39	ESTÉTICA	JARDIM BOTÂNICO
		MEI08	M	53	CULINÁRIA - SUSHI	LAGO NORTE
	3	MEI09	M	43	TI	CRUZEIRO
MEI10		F	49	ENXOVAL	SOBRADINHO	
MEI11		F	35	CONFEITEIRA	ARNIQUEIRAS	
MEI12		M	48	LOJA ELETRÔNICOS	NÚCLEO BANDEIRANTE	

		MEI13	F	55	AGÊNCIA DE VIAGENS	GUARÁ
4	MÉDIA-BAIXA	MEI14	F	36	COMERCIANTE - CELULAR	SANTA MARIA
		MEI15	M	38	CONSTRUÇÃO	SAMAMBAIA
		MEI16	M	58	COMERCIANTE - FOTÓGRAFO	GAMA
		MEI17	M	43	ELETRICISTA	BRAZLÂNDIA
5	BAIXA	MEI18	F	48	ALIMENTAÇÃO	VARJÃO
		MEI19	F	46	INFORMÁTICA	RECANTO DAS EMAS
		MEI20	F	NI	ESTÉTICA - BRONZEAMENTO	FERCAL

TABELA 2 – MEIS – GRUPOS FOCAIS

Uma entrevista, inclusive em profundidade, pode não alcançar alguns objetivos de observação das “validações” e justificativas sociais que podem ser aferidas em uma discussão de contraposição incentivada como possível em um grupo focal. De tal maneira, a utilização de grupos focais tem um maior potencial para aferição de respostas em um contexto não exclusivamente individual, conforme:

Grupos focais podem ser usados para responder o mesmo tipo de questões que entrevistas em profundidade, mas em um contexto social (Armstrong & Massey, 2002; Boaz, Ziebland, Wyke, & Walker, 1998; Watson & Robertson, 1996). São importantes para entender como os participantes consideram experiências e incidentes específicos (Kitzinger & Barbour, 2001; Krueger, 1994; Wibeck, Dahlgren, & Oberg, 2007), preencher lacunas de significado (Kitzinger, 1994) e ajudar a compreender o “porquê” por trás de atitudes e comportamentos (Greenbaum, 2000). Para pesquisadores, grupos focais são também potencialmente mais culturalmente sensíveis e empoderadores (Chiu & Knight, 2001; Hughes & DuMont, 1993; Kress & Shoffner, 2007), e podem ajudar os participantes a chegarem a um entendimento mútuo sobre as questões discutidas (Wibeck et al., 2007). (MASSEY, 2011, p. 22)

Ademais, os textos produzidos a partir das falas dos MEIs também passaram por uma análise no software Iramuteq. Por meio do módulo de análise de especificidades e AFE, foi possível fazer comparações e descrições das evocações (considerando a frequência de incidência de palavras e seus índices hipergeométricos) entre as variáveis, sendo consideradas três desagregações: gênero, idade e grupo de Região Administrativa. Foram consideradas somente as formas ativas com frequência mínima de dez ocorrências. Os resultados das desagregações podem ser observadas no apêndice (Tabela 13, Tabela 14 e Tabela 15)

## O questionário

Conforme indicado anteriormente, o primeiro instrumento foi um questionário exploratório encaminhado por endereço eletrônico com uma taxa baixíssima de sucesso (34 respostas dentre 36 mil e-mails). A estratégia de envio pelo serviço de mensagens *whatsapp*, de forma manual, também foi pouco exitosa. Sendo assim, partiu-se para uma terceira estratégia que consistiu no encaminhamento por serviços de disparo automático. Da lista inicial de 36 mil contatos, o número diminuiu para cerca de 30 mil com número válido. O questionário, feito na plataforma *LimeSurvey* e detalhado na Tabela 4, ficou disponível de maio de 2023 a janeiro de 2024. O disparo para os números de telefone, entretanto, teve diversos reveses<sup>127</sup> não sendo possível alcançar a totalidade, mas somente 5 mil indivíduos, conforme tabela abaixo. Desse universo, foi obtida a resposta de 94 trabalhadores, a partir do qual realizamos as análises estatísticas.

MEIs			
Envio por Ano	Qtde. Enviados	Faltaram	Total
2009-2019	2000 (cerca)	4977	6977
2020	2178	3599	5483
2021	772	9234	10006
2022	0	7296	7296
Total	4950		29762

TABELA 3 – DISTRIBUIÇÃO DE DISPAROS DE WHATSAPP PARA MEIS POR ANO

A opção por uma escala de quatro itens acompanha a noção de que mais itens podem causar uma maior dispersão por parte dos respondentes, dada a memória e também a motivação. Observe-se, por exemplo, estudo em que demonstra a redução de uma escala de dez graus para quatro sem que houvesse prejuízo nos resultados. (SMITH et al., 2003).

Inicialmente aventou-se colocar o elemento “*não concordo nem discordo*” como elemento central. Entretanto, sugere-se, como boa prática, que categorias neutras não sejam inseridas em escala Likert, para utilização em modelos estatísticos, pois a escala deve imitar a melhor forma de medição possível, ou seja, de um item forte para um fraco ou vice-versa, um item neutro não necessariamente indica um meio do caminho entre o concordo e o discordo. Além disso, o item deve ser construído de modo que o respondente

<sup>127</sup> A título de registro dos contratamentos: foram contratados três serviços de disparo automático diferentes. Além disso, foram utilizados quatro chips (números telefônicos) distintos, dado o bloqueio periódico e a demora para reativação por parte do serviço.

possa sempre responder de alguma maneira. (NEMOTO; BEGLAR, 2013, p. 5). O uso de um termo central também indica que os respondentes nem sempre identificam o neutro como uma opinião no meio do caminho, utilizando-o como uma espécie de validação para não refletir e responder sobre a questão. (CHYUNG et al., 2017). As questões indicadas assim como as respectivas justificativas encontram-se na tabela a seguir.

-	Itens	Justificativa	Definição Constitutiva ou Categoria
-	<b>Comando – Bloco 1</b> <b>Indique o seu grau de concordância com as frases abaixo</b>	Escala 1 – Concordo totalmente 2 – Concordo parcialmente 3 – Discordo parcialmente 4 – Discordo totalmente	
1	O empreendedor recebe de forma justa dado o quanto se esforça	Tem construção pensada a partir da Escala de Satisfação no Trabalho EST – Reduzida (SIQUEIRA, 2008) que apresenta as seguintes questões “ <i>sinto-me xxx com o meu salário comparado com o quanto eu trabalho.</i> ”, “ <i>sinto-me xxx com o meu salário comparado à minha capacidade profissional</i> ”, “ <i>sinto-me xxx com o meu salário comparado ao custo de vida.</i> ” e “ <i>sinto-me xxx com meu salário comparado aos meus esforços no trabalho.</i> ”. Movimenta-se a noção de “justiça” como elemento que traz o valor moral internalizado.	Senso de Justiça
2	O empreendedor é o <i>único</i> responsável pelo seu horário de trabalho	A inclusão do termo “único” serve para destacar a dimensão de individualismo	Responsabilidade
3	O empreendedor tem mais liberdade sem carteira assinada	Tem construção pensada a partir da Escala de Satisfação no Trabalho – Trabalhadores Informais - EST-TI (ESTEVES; VASQUES-MENEZES; DE FREITAS, 2019) que apresenta itens como Item 38 “ <i>Me sinto inseguro sem carteira assinada</i> ”, Item 18 “ <i>Me assusta não ter carteira assinada</i> ” e Item 6 “ <i>Tenho pensado em procurar emprego de carteira assinada</i> ”.	Liberdade
5	O empreendedor tem menos segurança sem carteira assinada		Liberdade
4	O empreendedor é o único responsável por sua renda	A inclusão do termo “único” serve para destacar a dimensão de individualismo	Responsabilidade
6	Uma sociedade é mais justa quando pessoas que trabalham mais recebem mais	Esse item foi adaptado da <i>Basic Social Justice Orientation Scale</i> (BSJO) (ADRIAANS; FOURRÉ, 2022). Faz parte do fator referente à equidade. A BSJO resumida contém as seguintes questões:	Senso de Justiça

		<p><i>Equality:</i> It is just if all people have the same living conditions / It is just if income and wealth are equally distributed among the members of our Society</p> <p><i>Need:</i> A society is just if it takes care of those who are poor and needy / It is just if people taking care of their children or their dependent relatives receive special support and benefits</p> <p><i>Equity:</i> It is just if hard working people earn more than others / It is just if every person receives only that which has been acquired through their own efforts</p> <p><i>Entitlement:</i> It is just if members of respectable families have certain advantages in their lives / It is fair if people on a higher level of society have better living conditions than those on the lower level. (HÜLLE; LIEBIG; MAY, 2018, p. 669)</p>	
7	A cooperação entre empreendedores é importante	Aqui tenta-se observar dois níveis de agregação. Pensa-se em um primeiro nível a partir do valor de solidariedade/cooperação que pode ser entendido como um valor mais universalizado. Posteriormente, pensa-se a questão da associação ou sindicato, de forma abstrata, com vistas a entender se o indivíduo avalia como positiva a associação.	Individualismo
12	Um sindicato seria importante para os empreendedores		
8	O governo, com a criação de leis e normas, atrapalha as atividades do empreendedor	Busca-se verificar, de forma latente, como o indivíduo avalia e valora a atuação governamental e o empresariado. Expressões como essa são base de sustentação de discursos neoliberais mais populares. Ademais, busca-se verificar a aplicação da liberdade negativa.	Liberdade
11	Quanto menos impostos, mais empregos.		
19	O grande empresário é o principal responsável pela geração de emprego no país	<p>Há uma Escala F de Autoritarismo utilizada no Brasil (ALVES, 2000, p. 203) que possui um fator sobre Neoliberalismo. São os itens:</p> <p><i>Desregulamentação:</i> “É preciso dar mais liberdade para as empresas dispensarem os seus empregados”</p> <p><i>Oposição ao Estado de Bem-Estar Social:</i> “O governo deveria oferecer menos serviços públicos, incluindo coisas como saúde e educação, para reduzir os impostos”</p> <p><i>Estatização:</i> “Para que o país cresça, o governo deveria intervir mais na</p>	Senso de Justiça

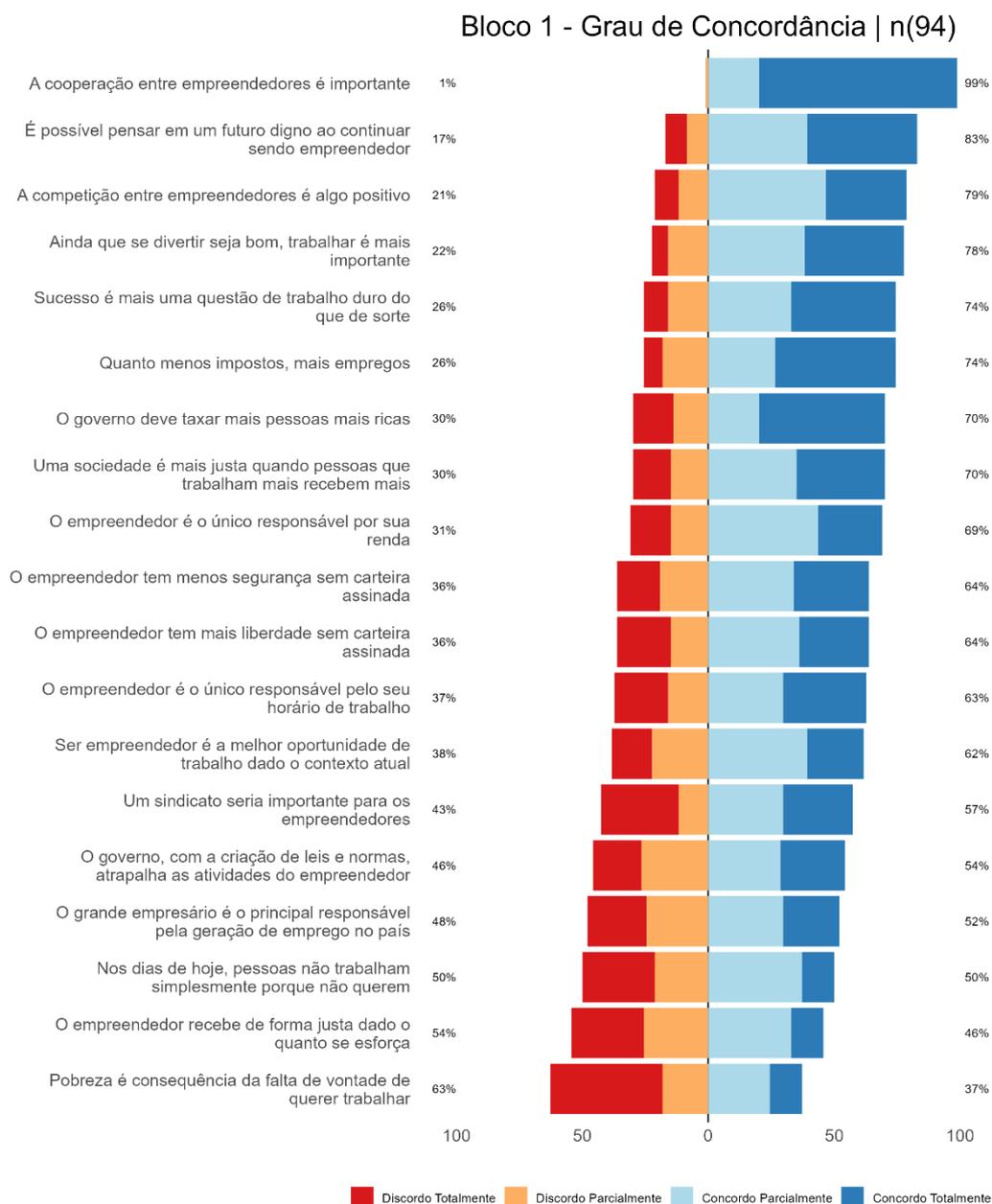
		economia”	
9	Ainda que se divertir seja bom, trabalhar é mais importante.	É uma adaptação da Escala F. No original: “ <i>Embora o lazer seja algo bom, é o trabalho árduo que faz a vida interessante e valer a pena</i> ” (Item 55) (ADORNO, 2008, p. 195). Encontra-se dentro do bloco de <i>Convencionalismo</i> que busca observar a adesão a padrões antidemocráticos (naquela escala) a partir de pressão social externa. No caso em questão tenta-se abordar o nível de valoração que o indivíduo faz quanto ao trabalho frente ao lazer.	Responsabilidade
10	Ser empreendedor é a melhor oportunidade de trabalho dado o contexto atual.	Os dois itens encontram-se no âmbito de motivação, busca-se verificar a questão a partir da temporalidade quanto ao presente e futuro.	Motivação
14	É possível pensar em um futuro digno ao continuar exercendo esse trabalho.		
13	Pobreza é consequência da falta de vontade de querer trabalhar	Esse item encontra-se em uma Escala F de autoritarismo, construída pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, na dimensão de convencionalismo. (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2017)	Responsabilidade
15	Sucesso é mais uma questão de trabalho duro do que de sorte	Adaptação da questão 110 do <i>World Values Survey</i> .	Senso de Justiça
16	Pessoas não trabalham simplesmente porque não querem	Adaptação da questão 39 do <i>World Values Survey</i> (pessoas não trabalham porque são preguiçosas). Entretanto achou-se uma melhor adaptação pensar a partir de uma motivação interna, com vistas a verificar a entrada do discurso neoliberal de hiper-responsabilização sem considerar as próprias condições materiais.	Motivação
17	A competição entre empreendedores é algo positivo	Adaptação da questão 109 do <i>World Values Survey</i> .	Individualismo
18	O governo deve taxar mais pessoas mais ricas	Este item busca verificar a adesão à noção de um senso de justiça vinculado à renda ou à noção de classe social.	Senso de Justiça
-	<b>Comando – Bloco 2</b> <b>Indique o quão importante é cada um dos aspectos na sua vida</b>	Escala 1 – Nada importante 2 – Pouco importante 3 – Importante 4 – Muito importante	
1	Família	Esses elementos servem para confrontar a justificação de valor moral na comparação entre eles	

2	Amigos	mesmos, mas com foco na dimensão do trabalho. A mudança de escala visa observar de fato como se dá a classificação de valores positivos ou negativos, de forma mais direta. Esse modelo, assim como a pergunta direta quanto aos valores foi retirado de um instrumento de medida traduzido que visa verificar princípios norteadores de vida a partir da questão religiosa. Para mais informações, verificar <a href="https://psychometriglossia.uoregon.edu/">https://psychometriglossia.uoregon.edu/</a>
3	Lazer	
4	Política	
5	Trabalho	
6	Religião	
-	<b>Comando – Bloco 3</b> <b>O que você mais valoriza no seu trabalho como empreendedor? Coloquem em ordem de importância</b>	<p>Escala</p> <p>1 – Nada importante</p> <p>2 – Pouco importante</p> <p>3 – Importante</p> <p>4 – Muito importante</p>
1	Liberdade, que significa autonomia de horário, de chefia e de definição do que quero fazer.	Ainda que os fatores indicados tenham uma significação mais ampla, esses princípios são as descrições desses fatores. Esse item tem por objetivo colocar uma espécie de variável de controle frente às questões anteriormente colocadas.
2	Mérito, que significa ser o único responsável por meu sucesso	
3	Responsabilidade que significa ser o único responsável por minha renda e horário, dado meu esforço.	
4	Sensação de Justiça, que significa perceber de forma justa a minha situação de trabalho	
5	Motivação, que significa estar incentivado a fazer o que faço.	
6	Individualismo, que significa depender exclusivamente de mim para realizar meu trabalho	
	<b>Comando – Bloco 4</b> <b>Dados Sociodemográficos</b>	
	Suas atividades são de qual área? É possível marcar mais de uma opção	<p>1 – Prestação de Serviços</p> <p>2 – Confecção de Produtos/Indústria</p> <p>3 – Comércio</p> <p>4 – Agricultura/Agroindústria</p>
	Ano em que iniciou as atividades	De 2010 em diante

Gênero	Masculino/Feminino/Não-Binário
Raça	Branca/Parda/Preta/Indígena/Amarela
Idade	Faixas de 10 anos a partir dos 20 até 60, após “Mais de 61”
Região Administrativa	Região Administrativa do Distrito Federal

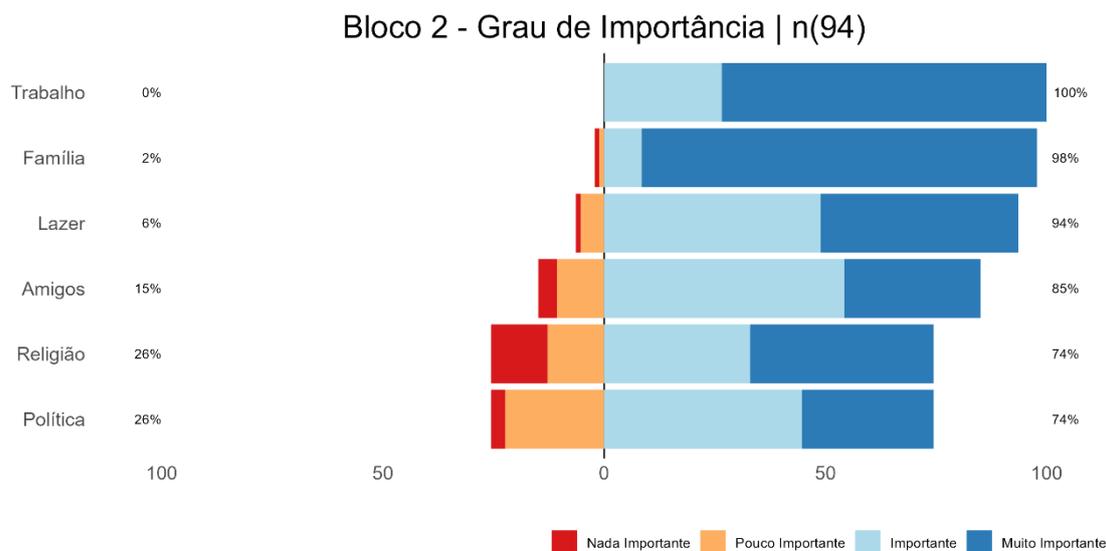
TABELA 4 – ESCALA DE VALORAÇÃO MORAL PARA MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS

O resultado geral do Bloco 1 pode ser visualizado no gráfico abaixo



**GRÁFICO 3 – RESULTADO – ESCALA LIKERT PARA QUATRO ITENS – BLOCO 1**

Como ler: “99% de MEIs entrevistados concordam, em algum grau, com a frase [A cooperação entre empreendedores é algo importante]”



**GRÁFICO 4 – RESULTADO – ESCALA LIKERT PARA QUATRO ITENS – BLOCO 2 – “O QUÃO IMPORTANTE É CADA UM DESSES ASPECTOS NA SUA VIDA?”**

Como ler: “100% de MEIs entrevistados classificam o TRABALHO como um aspecto da vida importante ou muito importante”

O terceiro bloco do questionário aplicado apresentava o seguinte comando: “O que você mais VALORIZA no seu trabalho como empreendedor? Coloque em ordem de importância do mais importante para o menos importante”, ao que eram apresentadas seis opções, embaralhadas e com curtas e simples descrições, sendo elas:

1. Responsabilidade, que significa ser o único responsável por minha renda e horário, dado meu esforço.
2. Liberdade, que significa ter autonomia para definir horário, não ter chefia e poder definir o que quero fazer.
3. Individualismo, que significa depender exclusivamente de mim para realizar meu trabalho
4. Mérito, que significa ser o único responsável por meu sucesso.
5. Sensação de Justiça, que significa compreender minha situação de trabalho de forma justa, dado o contexto de realidade do país
6. Motivação, que significa estar incentivado a fazer o que faço para o futuro.

<b>Bloco 3 - Classificação de Valorização no Trabalho como MEI</b>						
<b>Item</b>	<b>1º</b>	<b>2º</b>	<b>3º</b>	<b>4º</b>	<b>5º</b>	<b>6º</b>
<b>Responsabilidade</b>	25,5%	22,3%	20,2%	12,8%	11,7%	7,4%

<b>Motivação</b>	23,4%	23,4%	22,3%	13,8%	13,8%	3,2%
<b>Mérito</b>	7,4%	18,1%	20,2%	13,8%	22,3%	18,1%
<b>Liberdade</b>	30,9%	12,8%	13,8%	13,8%	12,8%	16,0%
<b>Sensação de Justiça</b>	7,4%	14,9%	14,9%	27,7%	17,0%	18,1%
<b>Individualismo</b>	5,3%	8,5%	8,5%	18,1%	22,3%	37,2%

**TABELA 5 – RESULTADO – “O QUE VOCÊ MAIS VALORIZA NO SEU TRABALHO COMO EMPREENDEDOR? COLOQUE EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA**

Como ler: “30,9% de MEIs entrevistados colocam a LIBERDADE em primeiro lugar quanto à valorização desse aspecto na sua atividade”; ou ainda “23,4% de MEIs entrevistados colocam a MOTIVAÇÃO em segundo lugar quanto à valorização desse aspecto na sua atividade”

O exemplo paradigmático para a construção deste questionário encontra-se nas pesquisas de Theodor Adorno sobre personalidade autoritária, que tinha por hipótese geral: *“a de que as convicções políticas, econômicas e sociais de um indivíduo frequentemente formam um padrão amplo e coerente, como se unidas por uma “mentalidade” ou por um “espírito”, e que esse padrão é uma expressão de tendências profundas em sua personalidade”* (ADORNO, 2008, p. 71). Entretanto, se Adorno tenta tratar de potencialidades (ou suscetibilidades) (2008, p. 77) de ação<sup>128</sup>, aqui busca-se abordar os processos de justificação. Não se trata de verificar especificamente se o indivíduo tem um determinado potencial de ação, mas sim, se o seu discurso e sua ética permitem a justificação positiva ou negativa de determinadas ações.

## 2.2.2 Transitoriedade

Observar a categoria de MEIs por intermédio de grupos focais e a partir de um primeiro recorte transversal geográfico-renda permite uma compreensão de múltiplos fenômenos concorrentes. Inicialmente propõe-se uma distinção entre três grupos principais: (i) os trabalhadores que mantêm todas as condicionantes de uma relação de emprego, especialmente a subordinação, ou seja, um típico caso de precarização; (ii) aqueles que estão em transição para um escalonamento empresarial de maior vulto lucrativo; e (iii) os que são alcançados pelo objetivo da política pública, em outras

<sup>128</sup> Em Adorno o objetivo é traçar uma personalidade que pode se manifestar por intermédio das potencialidades de agir e não necessariamente a partir das ações em si. O autor busca uma estrutura singular, conforme trecho a seguir: *O que o indivíduo consistentemente diz em público; o que ele diz quando se sente a salvo de críticas; o que ele pensa, mas não dirá de modo algum; o que ele pensa, mas não admitirá para si mesmo; o que ele está disposto a pensar ou a fazer quando diferentes tipos de apelo são feitas a ele – todos esses fenômenos podem ser concebidos como constituindo uma estrutura singular* (ADORNO, 2008, p. 78).

palavras, os que fizeram a transição da informalidade completa para a inserção em uma rede de seguridade social.

Ademais, é importante observar que há uma notável distinção nas expectativas de trabalhadores que estão no comércio daqueles que ofertam serviços. Isso é algo percebido na ênfase que se dá à possibilidade de expansão, conforme interação<sup>129</sup> abaixo:

MEI01 (42 anos, g. feminino): Eu acho que no caso do Comércio o MEI ele é... eu vejo o MEI uma transição. É a minha vontade que a empresa siga sendo uma pequena empresa, de nicho, mas eu optei por abrir um MEI pelas vantagens, de ser MEI, e somente enquanto você tá abrindo a empresa. Mas eu vejo o MEI como uma transição para onde eu quero chegar...

(...)

Mas acho que tem os dois lados: tem o lado da precarização do emprego. Quando a gente trabalha na área de serviço, principalmente, a gente vai prestar serviço, e na verdade a gente tá emitindo uma nota, né, para trabalhar. Mas especificamente no caso do Comércio, eu vejo como uma transição.

MEI 03 (48 anos, g. masculino): ...Eu, pessoalmente, não me vejo, infelizmente, como crescer, porque eu sou um só. E meu trabalho ele é muito específico. Eu queria dividir em dois, três, entendeu? Porque eu sou muito, muito preciosista, muito, e só eu consigo fazer do jeito que eu faço. Então eu não consigo ampliar para abrir filiais, e tal. Mas para Comércio é isso mesmo... A pessoa começa pequena e com a vontade de expandir, se vai com a produção e o trabalho. Mas se ela não tem a vontade de crescer, de ganhar mais, né, a pessoa nem trabalha, enfim. Ou trabalha com menos prazer, vamos dizer assim... Agora meu caso não vejo assim muito assim para onde ir. Assim, não tem para onde ir, tem um limite: eu posso pegar trabalhos melhores, mais bem remunerados, mas sempre você é um só, né...

Dessa forma, busca-se acrescentar novas nuances na tipologia que usualmente assinala a diferença pela motivação, ou seja, na distinção entre o empreendedorismo de necessidade ou de oportunidade (GEM, 2022) (SEBRAE, 2019). Certamente que essa

---

<sup>129</sup> Todas as interlocuções citadas na seção de microempreendedorismo foram retiradas dos grupos focais. As sínteses das discussões de todos os grupos podem ser encontradas na Tabela 17. Retirar falas de uma discussão com dados agregados (como situa-se a proposição de grupo focal) pode ser classificado como falácia ecológica, por talvez se traduzir em informação de nível cruzado, ou seja, uma inferência desde o indivíduo para um grupo de indivíduos. Entretanto, “*if the inference we seek to make is more than a very narrowly cast hypothesis, our theory may have implications at many levels of analysis, and we will often be able to use data from all these levels to provide some information about our theory*” (KING; KEOHANE; VERBA, 1994, p. 30). Entende-se que os discursos individuais encontram-se nessa senda, ou seja, podem dar pistas inferenciais sobre os muitos níveis de análise do fenômeno.

distinção é relevante para entender perfis e o possível suporte a cada uma dessas atividades. Entretanto, tem-se uma gama enorme de distintas atividades, níveis de motivação e interesses, conforme o próprio Global Entrepreneurship Monitor, o empreendedor pode ter por intenção: “...to supplement an income, provide a community service or build the next global business giant.” (GEM, 2022, p. 31)

Esses três grupos iniciais nos permitem verificar a transição de forma recorrente em diversas frentes, seja do MEI para o médio ou grande empresário ou mesmo do MEI para o formal. Para este último caso observa-se o caso da MEI02 que ao ser questionada sobre o melhor modelo de relação de trabalho entende que a formalização seria o próximo passo. Aliás, o próprio empregador considera a transição para a formalização como uma espécie de promoção, tratando o MEI como uma espécie de contrato de experiência, conforme relato:

“... no meu cenário atual é CLT porque, inclusive, eu estou um processo de transição... Eu sou formalizada MEI nessa empresa, mas ele tava passando... eles deram um prazo para mim, para ver se eu ia me adaptar, para poder assinar minha carteira. Então eles colocaram CLT para mim como se fosse uma “promoção” ...” (MEI02) (23 anos, g. feminino)

Decerto que a rápida transitoriedade advinda dos modelos flexíveis da administração demanda semelhante comportamento por parte do trabalhador. Ou seja, dada a precariedade de uma cidadania efetiva, múltiplas formas de escape e resistência são mobilizadas. Assim, não é de se espantar que o caráter da transição esteja tão presente em percepções e expectativas dos trabalhadores. Essa transição se movimenta de forma multidirecional, ou seja, o MEI é uma espécie de condição intermediária que acompanha a flexibilidade advinda das novas formas de trabalho distantes do modelo assalariado. Entretanto, o MEI só é visto como transição quando se critica o alcance de seus ganhos, quando o programa é visto como sinônimo de porta de entrada para o empreendedorismo há uma espécie de identificação com o empresariado, de forma geral. Essa indeterminação identitária é mais uma das ambivalências movimentadas nesse contexto. Os indivíduos entendem-se distantes do grande empresariado, no sentido material, mas quanto ao propósito colocam-se em posição de identificação.

Se os dados mais recentes demonstram a utilização do programa tanto em um movimento de precarização quanto de inclusão (MUNIZ, 2023), percebe-se que o

caráter da transitoriedade é camuflado em quaisquer das relações. Ou seja, o trabalho autônomo termina por assumir uma exteriorização de permanente transição, seja para o trabalhador precarizado ou para aquele advindo da informalidade.

O aspecto de transitoriedade se articula com essa constante mobilização de uma *fórmula de investimento* em que o trabalhador absorve determinados valores que considera superiores, os associa com o bem comum superior e os utiliza de modo a guiar as suas atitudes. A esse pedágio sacrificial pode-se entender que não se trata de dimensão exclusivamente discursiva, dado que a noção de um futuro de sucesso no porvir é recorrente. Movimenta-se tanto a esperança de se alcançar um estado ordenado superior quanto o medo de se retornar ao estado anterior.

O que se extrai das abordagens dos grupos focais é uma intensa mobilização desse aspecto de mutabilidade nessas duas vias. Ou seja, não se trata de entender essa “fórmula” como um sacrifício para se alcançar um estado superior, mas por vezes, de um indicativo de que esse estado superior já foi alcançado dada a identificação como empreendedor ou, ainda, como trabalhador livre e autônomo. É sob esse aspecto que o empreendedorismo movimenta categorias como, por exemplo, criatividade e inovação elevando-os a valores de bem comum. Assim, o empreendedor deve constantemente se reinventar frente às oportunidades “naturais” que se não existem, devem ser inventadas.

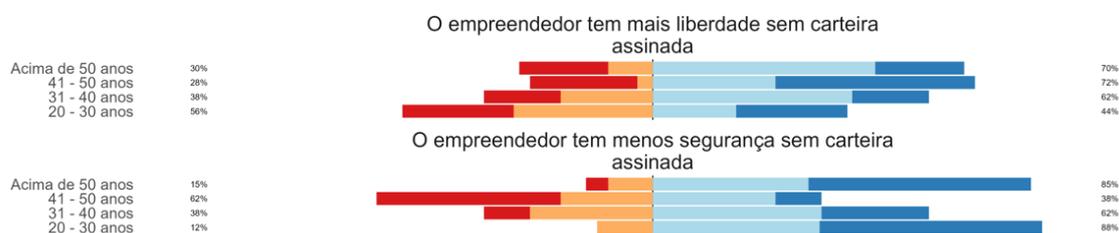
De forma entremeada surge também a contínua resignação, dada a impossibilidade real de planejamento futuro, considerado o presente, flexível e fragmentado, reinventado diariamente “... talvez pareça possível criar narrativas apenas sobre o que foi, e não mais narrativas previsivas sobre o que será.” (SENNETT, 2009, p. 161). Esse contínuo caráter de transitoriedade que movimenta as três direções temporais (passado, presente e futuro) aparecerá de forma bastante transversal nos elementos a seguir desenvolvidos.

### **2.2.3 Liberdade e Responsabilidade**

A utilização do conceito de liberdade perpassa as suas concepções negativa - que corresponde ao “*estar livre de*” - e positiva, o “*estar livre para*”, conforme desenvolvido na seção 1.1. Decorre dessa dinâmica parte considerável da discussão em

que trabalhadores refletem sobre sua relação com o trabalho formal<sup>130</sup>. A primeira impressão ao se refletir sobre essa categoria diz respeito às valorações negativas vinculadas ao controle, com destaque à subordinação e ao horário de trabalho. Somente em momento posterior o trabalho formal é lembrado como uma via de garantia de direitos.

De tal forma, no aparente *trade-off* entre “controle” e “direitos” a escolha valorativa recai em se livrar do controle, ainda que direitos sejam colocados à parte. Isso pode ser observado a partir do grupo de MEIs inquiridos por questionário dos quais 64% acreditam ter menos segurança sem carteira assinada, sendo que, ao mesmo tempo, igual percentual (64%) acredita ter mais liberdade sem carteira assinada (Gráfico 3). Ressalte-se que as perguntas não forçam uma escolha, o que não significa necessariamente a caracterização de um *trade-off*, dada a potencial ambivalência nas caracterizações. Essa aparente incoerência, todavia, não é observada em todas as desagregações. Ao nos atermos à questão etária essa ambiguidade diminui consideravelmente, conforme extração do Gráfico 14 abaixo:



**GRÁFICO 5 – ESCALA DE CONCORDÂNCIA – POR FAIXA ETÁRIA**

O grupo de MEIs na faixa etária de 20 a 30 anos concorda, na proporção de 88%, que há menos segurança sem carteira assinada ao tempo em que somente 44% concordam com a maior liberdade advinda dessa situação. Essa pode ser uma característica contraditória frente às caracterizações dessa geração como propensa a uma busca por satisfação imediata e crescimento rápido (COET; MOZZATO, 2019). Entretanto, isso pode ser explicado por uma dose maior de busca por independência e segurança financeira (PAULI; GUADAGNIN; RUFFATTO, 2021). O individualismo, atribuído de forma apressada à geração Z, se traduz em uma busca por esta estabilidade financeira, conforme destacado pelo estudo da Consumoteca Lab que verifica esse

<sup>130</sup> Ainda que MEI oficialmente seja considerado trabalho formal, exposta e considerada a questão da terceirização do risco integral, o formal será uma contraposição.

aspecto em 83% dos entrevistados (CONSUMOTECA LAB, 2022). A aplicação de uma Escala de Valores no Trabalho também indica independência e estabilidade financeira como dois dos elementos altamente relevantes para essa geração (PAULI; GUADAGNIN; RUFFATTO, 2021, p. 621). De modo geral a questão geracional também se apresentou com a maior variação nas opiniões de outros itens do questionário.

A articulação entre as duas expressões de liberdade não se restringe, contudo, a uma escolha entre mais ou menos benefícios, mas também na movimentação de medos e esperanças. É por esse ângulo que as duas formas de liberdade se articulam também com outras formas de afeto, ou seja, pela diminuição ou aumento na potência de agir. Assim, a expectativa advinda do *estar-livre-para* justifica-se frente à fuga do sofrimento advindo do controle e é também legitimada na satisfação em poder aplicar o seu “saber-operário” de forma mais adequada, essas duas noções podem ser observadas nos relatos abaixo.

Eu já sofri muito. Não é? Cumprindo horário ano passado então assim eu prefiro hoje eu acho que eu sou mais feliz e mais realizado com relação a minha atitude trabalhar pra mim mesmo não é? (...) Acho que o mais positivo é você ser livre, ter liberdade, não é? e você também de ter condição até ser trabalhar mais, pode ganhar mais. (MEI08)

A possibilidade de você crescer e aí você pode migrar pra outra área que eu já não sei exatamente essa parte mas pra mim MEI é uma independência (...) Empresa você trabalha mais do que o empregado, mas você tem uma independência em questão de criar, de você evoluir, de você investir esse [sic] possibilidade. (MEI07)

A expressão mais recorrente de não-liberdade é encapsulada nos relatos sobre cumprimento de horários, ao que se atribui, por exemplo, a expressão “horas-bunda” para traduzir as horas em que se fica à disposição do empregador sem que seja realizada nenhuma atividade. Essa sensação de um controle desarrazoado, ou ainda a sensação de um trabalho sem sentido, acarretam não somente efeitos psicossociais, mas servem também como expressão de uma restrição de liberdade ou da potência de ação do indivíduo.

A noção de liberdade é desenvolvida sobre esse duplo aspecto, uma mescla entre se livrar dos aspectos de controle, como o horário e assédios decorrentes de um

microgerenciamento<sup>131</sup> contínuo (*estar-livre-de*); ao tempo em que a alternativa consiste em se refazer como empreendedor, não somente como livre para fazer o próprio horário, mas como livre para se criar ou reinventar, para “não ser explorado” ou para ter maiores rendimentos. O impacto negativo de uma extensa e inflexível carga horária se justifica, ainda, pelas impossibilidades de melhoria de vida por intermédio de uma capacitação ou de tempo com a família, como resume o entrevistado abaixo:

Então no meu caso é o MEI por ser mais flexível essa questão de horários a gente consegue fazer o nosso próprio horário eu consegui a concluir os meus estudos aonde me possibilitou a iniciar e concluir um curso técnico na área que eu trabalho aonde eu consigo desempenhar um papel melhor nas minhas atividades, não é? E com isso a gente, no meu caso ganhei mais credibilidade e conseqüentemente um salário melhor, que é onde eu consigo cuidar melhor da minha família, dar uma qualidade vida um pouquinho melhor. Acho que isso me pra mim é muito gratificante. (MEI17) (43 anos, g. masculino)

A noção de liberdade a partir de uma pessoalidade, ou seja, de uma não interferência em um projeto de vida privada, se encontra em uma escala valorativa (no sentido daquilo que se prefere) como o aspecto de maior valor. Sobre esse aspecto, os participantes do questionário foram instados a classificar seis critérios, em ordem decrescente de importância, no que diz respeito ao exercício de suas funções como empreendedores.

Conforme a Tabela 5, a liberdade, em sentido bastante pragmático e estrito<sup>132</sup>, foi colocada como o aspecto mais recorrente na primeira colocação de valoração (30,9%). Esse resultado converge com os diversos relatos e destaque dados pelos participantes dos grupos focais. Essa é a condição mais relevante de uma exteriorização da liberdade enquanto projeto de vida privada, ou seja, uma expressão de liberdade enquanto não-interferência. Esse tipo de liberdade se alinha com a noção mais clássica do liberalismo político enquanto distanciamento de controles “absolutistas”.

---

<sup>131</sup> É frequente a reclamação de “*Ter um horário fixo para trabalhar e eu ouvir uma pessoa enchendo o saco no teu ouvido o tempo todo*” (MEI11), ou ainda, “*... não gosto de ser empregado de ninguém exatamente pelo fato de você ficar preso não é a uma regra a uma empresa a uns horários e até infelizmente eles exigem muito mais que o horário. Não é? Você tem que estar é inclusive você assina lá aquele contrato, você coloca lá você pode fazer hora extra, pode viajar, pode dizer o quê? Então você tem que assinar tudo isso senão você perde a vaga.*” (MEI08)

<sup>132</sup> De forma detalhada, a questão “*O que você mais VALORIZA no seu trabalho como empreendedor? Coloque em ordem de importância do mais importante para o menos importante*” sendo Liberdade definida como “*ter autonomia para definir horário, não ter chefia e poder definir o que quero fazer.*”

Entretanto, essa escala de valores apresenta muitas variações em outras desagregações. A liberdade como principal escolha para a primeira colocação se mantém para o público masculino, ao tempo em que o público feminino classifica a “responsabilidade” (*ser o único responsável por minha renda e horário, dado meu esforço*) como o fator de maior relevância. A dupla responsabilidade da mulher trabalhadora, seja pela sua inserção na lógica do trabalho produtivo aliado a sua assimétrica responsabilidade no trabalho reprodutivo podem explicar esse distanciamento. O relato da MEI 18 (48 anos, g. feminino), ao ser questionada sobre as vantagens de ser MEI resume bem essa questão:

Pra mim foi é ter mais tempo pra cuidar do meu filho que eu não tinha quando trabalhava pros outros. E cuidar da minha casa, cuidar da minha saúde também. Ficou mais fácil pra mim. É isso foi bom pra mim em termos de horário também, não é? Que a gente tem o próprio horário da gente. E é isso. Eu trabalhava de CLT de doméstica. Só que o salário era pouco. Não dava pra despesa e por isso eu resolvi abrir meu próprio negócio pra mim trabalhar porque não estava dando pro sustento. E aí foi aí que eu resolvi abrir meu próprio negócio pra dar condição melhor pra meus filho. É isso. Eu também é isso que eu lhe falo. É a gente fazer o que a gente gosta de fazer. Eu amo o que eu faço. É o meu trabalho. Então eu gosto de fazer o que eu faço.

A MEI 11 (35 anos, g. feminino), a título de exemplo, cita o desejo de ser mãe e a possibilidade do empreendedorismo como “*um início de um sonho que estava congelado*”, dadas as diversas questões vinculadas a sua inserção tanto no mercado quanto na formação profissional. A dualidade entre vida familiar e profissional ultrapassa as noções de uma conciliação entre essas duas esferas o que demanda ser mais adequado refletir a partir do conflito, tensão e contradição (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 604).

Não é sem lastro histórico que se percebe o trabalho feminino como sendo explorado a partir dessa dupla responsabilização de manter família e trabalho. Marx, em *O Capital*, cita um fabricante que preferia empregar mulheres casadas ou que tinham dependentes familiares pois era possível submetê-las a esforços mais extremos, conforme trecho a seguir:

O Sr. E., um fabricante, informou-me que empregava exclusivamente mulheres em seus teares mecânicos, dando preferência às mulheres casadas e especialmente àquelas que tinham em casa uma família que

delas dependia para sua manutenção; tais mulheres são mais atentas e dóceis que as solteiras e se submetem aos esforços mais extremos para obter seu sustento. Desse modo, as virtudes, mais especificamente as virtudes peculiares do caráter feminino, pervertem-se em detrimento da própria mulher - e, assim, tudo o que é moral e terno em sua natureza converte-se num meio de sua escravização e sofrimento. (MARX, 2013, p. 475) - Nota de Rodapé 142.

Se a tensão entre vida familiar e profissional é recorrente, a clivagem entre gêneros também aponta para outros aspectos, especialmente percebidos em uma das palavras que aparece com concentração maior no discurso feminino que é o medo (Tabela 13), conforme relato da MEI 14 (36 anos, g. feminino) que resume esse aspecto de forma geral como o medo de *“de não conseguir sustentar o comércio da gente. A gente tem medo de fazer errado...”*. O discurso de medo, seja do “fazer errado” ou de “o governo não dar empréstimo”, para as mulheres, vem associado ao sofrimento advindo da própria atividade empreendedora. No caso dos homens as poucas referências à palavra medo vêm associadas à transição CLT-MEI como um elemento a ser superado. O MEI 09 (43 anos, g. masculino), nesse sentido, relata que se houvesse a política pública em momento anterior, o momento de medo inicial de empreender teria sido superado com mais facilidade.

O medo enquanto essa espécie de tristeza instável (Spinoza), é um dos grandes elementos de afetação, ou seja, daquilo que move o indivíduo à ação. É nesse sentido que o discurso de medo usualmente vem acompanhado de uma superação ou de uma comparação valorativa entre um estado anterior de maior sofrimento. Para o MEI08 (53 anos, g. masculino), ao contrário de um celetista, *“um MEI não, você fala assim, não, eu vou colocar agora a minha experiência pra fora. Eu vou colocar isso, isso vai dar certo e funciona. E se não der, você também tem a liberdade colocar outra coisa, de criar e vai embora.”*. Assim, o medo é ser superado por intermédio de uma espécie de libertação.

Medo enquanto superação aparece mais nos discursos masculinos, como dito anteriormente. E é afetação também nos discursos das mulheres? Dado que a presença da palavra para esse grupo está associada à atividade de empreender em si? Nesse caso o medo apresenta-se mais como fator de medição comparativa com a situação atual, ainda que de sofrimento. Ou seja, ainda que existam alguns temores na atividade empreendedora, na comparação com a atividade celetista ou formalizada, a situação é melhor avaliada. Como nos resume a MEI04 (31 anos, g. feminino) para a qual:

Não fico tão presa a alguém ou algum lugar que eu não esteja me sentindo bem é e vice versa sabe? O MEI me dá também essa liberdade é desse de poder dizer não pra muita coisa, sabe? Não ter medo porque já aconteceu várias vezes. De eu é sendo CLT ou sendo MEI e ser demitido e você sair. E agora? O que eu vou fazer? (MEI04)

Dada a instabilidade e a premência de ação advinda de um afeto, os valores associados àquele objeto são mais facilmente introjetados e aceitos. Em outras palavras, dado o medo frente a uma situação de urgência associada ao trabalho, os valores morais em uma escala de bom a ruim são capturados de forma mais célere. É nesse sentido que as soluções que diminuem tanto o sofrimento quanto a instabilidade, inclusive de maneira mínima, terão atribuídos uma maior valoração moral.

A articulação entre liberdade e a consequente auto-responsabilização se verifica nas questões de gerenciamento do tempo, condição de controle do próprio trabalhador. É dessa maneira que o medo se articula como forma de superação ou de capacidade valorativa.

#### *A renda ou sobre a responsabilidade*

A renda, por sua vez, quando analisada sob o panorama de autonomia e responsabilidade, vem usualmente aglutinada com a jornada de trabalho. Propõe-se que a distinção entre essas duas variáveis é central. O tempo pode ser gerenciado, a renda não. Se há autonomia explícita na própria regulação do tempo, ou mesmo na realização dos próprios processos produtivos<sup>133</sup>, a renda se apresenta como uma mera consequência da disponibilidade de tempo. Entretanto, isso se articula, em um primeiro olhar, de forma ambivalente, dado que 63% dos respondentes da pesquisa consideram o empreendedor como responsável pelo horário, enquanto pela renda o percentual é de 69%. Ou seja, o aspecto de menor controle real tem maior percepção de responsabilidade pelos trabalhadores.

---

<sup>133</sup> O trabalho empreendedor “falso” - ou seja, enquanto fraude trabalhista que mantém o processo de subordinação -, se mostra sob aquela contradição clássica entre a apologia da autonomia do trabalhador e uma crescente normalização heterônoma dos processos (ROSENFELD, 2004). Isso se mostrará mais explícito nas relações de trabalho com controle completamente submetido ao gerenciamento eficiente do algoritmo.

A hipótese que se aventa é a de que a responsabilidade sobre a renda se articula com outras dimensões, especialmente a noção do “trabalho duro” vinculado ao sucesso ou mesmo à valoração atribuída ao trabalho frente a outros parâmetros. Isso se verifica ao observar que 74% dos respondentes concordam parcial ou totalmente com a frase “*sucesso é mais uma questão de trabalho duro do que de sorte*” e 78% com a frase “*ainda que se divertir seja bom, trabalhar é mais importante*”. Ademais, sobre o grau de importância atribuído ao trabalho não houve qualquer respondente que classificasse essa dimensão como pouco ou nada importante (Gráfico 4). Cite-se que mesmo a categoria família não alcançou tamanha unanimidade. A recompensa por um trabalho duro se alia com a noção de que o empenho pessoal é um elemento central no aumento da renda, conforme resume a MEI07 (39 anos, g. feminino):

E essa possibilidade de aumentar a renda dependendo do que você faça, seu marketing, sua criação, a sua disponibilidade e acaba que quando você trabalha pra você mesmo você se empenha mais, não é? E você se qualifica mais faz algo de melhor, diferentemente quando você trabalha pra uma outra pessoa, não é? É você, você quer crescer, você quer almejar às vezes aquela meta que você planejou. Então é interessante assim, como crescimento pessoal, como crescimento de uma empresa, o MEI também traz possibilidade.

Ou ainda, como nos traz a MEI14 (36 anos, g. feminino), “quanto mais eu me dedico, mais eu ganho (...) porque MEI também não trabalha pouco não, a gente pra ter dinheiro tem que trabalhar muito”. É inegável que toda a construção da lógica de “mais trabalho, mais dinheiro” se sustenta frente à mixórdia entre empresa e trabalhador que ocorre nessa relação de trabalho. Ainda que exista somente uma autonomia relativa no controle da renda, a convicção de empenho pessoal e trabalho duro - ou mesmo de sacrifício – se insere nas percepções desses trabalhadores de forma mais acentuada. É nesse sentido que Jessé Souza desenvolve a concepção de uma ética do trabalho duro<sup>134</sup>:

No Brasil os batalhadores sempre viveram nas franjas do mercado, ou nele inseridos marginalmente, mas, de modo diferente da ralé. Essa inserção não é totalmente arbitrária: onde a classe não tem nenhuma possibilidade de interferência ativa em suas próprias condições objetivas, eles contam com um conhecimento prático capitalizável no mercado, ou seja, um conhecimento útil e rentável para o mercado: *a ética do trabalho duro*. No sistema fordista essa classe foi só

---

<sup>134</sup> O autor desenvolve a noção a partir de uma família “batalhadora” que se apresenta por um duplo caráter: unidade econômica e lócus dessa determinada moralidade.

parcialmente incluída à classe trabalhadora tradicional. Somente com a mudança do modo de acumulação para uma acumulação flexível (tratamos de forma detalhada esse novo momento do capitalismo) ela ganha protagonismo, ascendendo à nova classe trabalhadora (SOUZA, 2012, p. 144) (grifo no original)

Ao alcançar a liberdade enquanto ausência de coerção, o sucesso ou fracasso se tornam consequências de uma responsabilidade pessoal traduzida em noções como trabalho duro, dedicação ou empenho. Esses movimentos podem ser entendidos a partir de outro afeto similar e oposto ao medo: a esperança. Tanto o medo quanto a esperança são tristezas ou alegrias instáveis “*surgidas da ideia de uma coisa futura ou passada, de cuja realização temos alguma dúvida.*” (SPINOZA, 2009, p. 143). Sem que se adentre no debate mais detalhado sobre alegria e tristeza<sup>135</sup>, basta que estejamos atentos ao movimento desses afetos a partir de uma idealização que tem por consequência algo ainda incerto. É desse momento que podem surgir tanto as frustrações quanto os momentos de superação. Dado o sucesso como algo futuro, ainda que incerto, justifica-se o alto índice de responsabilização pessoal arvorado em elementos de dedicação.

O “fracasso”, por seu turno, é algo mais difícil de ser mensurado. Dessa forma, observe-se a combinação de três resultados: (i) os 74% dos respondentes que concordam parcial ou totalmente com a frase “*sucesso é mais uma questão de trabalho duro do que de sorte*”; (ii) os 69% que concordam parcial ou totalmente com a frase “*o empreendedor é o único responsável pela sua renda*”; e (iii) a significativa diminuição de concordância (46%) na percepção de justiça advinda pela frase “*o empreendedor recebe de forma justa dado o quanto se esforça*”. Se o sucesso é mais facilmente detectável, o fracasso, especialmente a partir de uma auto-responsabilização, pode ser observado pela dimensão da justiça quando de uma experiência prévia.

Nessa perspectiva, se sucesso é mais uma questão de trabalho duro, se a renda depende exclusivamente do trabalhador e, ainda, se esse indivíduo não recebe de forma justa; temos um vão perceptível quanto à responsabilização dessa injustiça. Essa potencial frustração, tal qual a esperança, também se movimenta por intermédio de uma idealização do empenho e dedicação pessoal. Deve-se acrescentar que a camada mais próxima da noção de empreendedorismo se condensa no conceito de “desafio”. Assim,

---

<sup>135</sup> Alegria e tristeza são somente momentos de transição. Daí que outros afetos tendem a surgir quando se retiram determinados elementos de definições prévias. Definimos, por exemplo, medo enquanto a imagem de uma coisa futura ou passada do qual tem-se dúvida, retira-se a dúvida, o medo se transforma em desespero; igualmente, retirada a dúvida da esperança, tem-se a segurança. (SPINOZA, 2009, p. 112) Prop. 18. Esc. 2

o trabalhador-empresário enfrenta essa transferência de riscos de uma empresa encarando-os como desafios a serem superados.

Houve, nos grupos focais, uma recorrência sobre a questão da captação de clientes como uma dificuldade inicial e que se intensificou, por exemplo, na pandemia. Ou seja, aquele aspecto típico de incerteza da atividade empresarial é transferido para o trabalhador, de forma que ele assume a dupla essência trabalhador-empresa. O caráter forfetário do salário, ou seja, a inalterada retribuição pelo trabalho, independente do risco do empreendimento, é completamente suprimido. Se por um lado a transferência de riscos se justifica em um tipo de relação empreendedora de fato autônoma, por outro, nas relações explícitas de fraude trabalhista, percebe-se que essa nova fronteira de expropriação tem efeitos também em aspectos de auto-responsabilização.

Ao se retornar a uma análise sob o contexto das estruturas, especialmente de um capitalismo dependente, volta-se à teoria da dependência e à superexploração do trabalho. Ou seja, ao vincular a análise macro com a análise meso aqui proposta, a pergunta central pode ser expressa em: como é possível a justificativa de superexploração do trabalho em países de capitalismo dependente? Certamente um dos elementos apologeticos ocorre pela via da atribuição positiva que se dá a essa noção de trabalho duro ou mesmo à importância da dimensão trabalho na constituição da vida.

À vista disso, consideremos a questão “*sucesso é mais uma questão de trabalho duro do que de sorte*”, inspirada na pesquisa longitudinal da *World Values Survey*. Nesta, a questão é classificada em uma escala de 1 (total concordância) com a descrição “*A longo prazo, trabalho duro geralmente conduz a uma vida boa*” a 10 (total concordância) com a descrição: “*Trabalho duro geralmente não conduz ao sucesso – é mais uma questão de sorte e conexões*”. Ao se comparar, por exemplo Brasil, Alemanha e Estados Unidos<sup>136</sup> tem-se desfechos muito distintos. O resultado resumido pode ser observado na tabela abaixo:

	<b>Brazil (%)</b>	<b>Germany (%)</b>	<b>United States (%)</b>
In the long run, hard work usually brings a better life	35,4	9,3	27,5
2	4,4	6,7	11,1
3	4	12	16

<sup>136</sup> Optou-se por fazer a comparação com Alemanha por ser a maior economia da Europa, Estados Unidos por ser a maior economia mundial e, em especial, os EUA por ser um baluarte político da defesa da liberdade negativa, ou seja, como não interferência.

4	3,7	9	10,8
5	13,4	16,2	12,1
6	5,4	9	5,3
7	4	15,6	5,5
8	6,1	11,5	4,2
9	2,8	3,7	2,1
Hard work doesn't generally bring success - it's more a matter of luck and connections	17,6	6,2	4,5

TABELA 6 – WORLD VALUES SURVEY – RODADA 7 (2017-2022)

(INGLEHART et al., 2022)

É curioso, de fato, que dos 65 países da base de dados, o nível de concordância absoluta com o primeiro nível da escala (trabalho duro gera uma vida melhor) se concentre em países de dependência econômica na escala de produção global, sendo os primeiros lugares para Etiópia (71,2%), Zimbábue (66,7%), Romênia (49,1%) e Paquistão (41,4%). Já países do capitalismo central apresentam taxas muito baixas, como Coreia do Sul (1,4%), Japão (5,4%), Canadá (10%) ou mesmo a já citada Alemanha (9,3%). Decerto que uma análise local trará mais elementos que constituem, no quadro maior, uma justificativa mais apropriada. Contudo, parece adequado ter como uma das explicações, a apologia ao trabalho duro como elemento de superação exatamente onde a mobilidade social é reduzida e, principalmente, em locais em que a superexploração do trabalho é patente.

A categoria “trabalho duro” com alta aceitação positiva, entretanto, não tem um histórico tão positivo. Na primeira rodada da WVS, entre 1989-1993, essa mesma escala tinha uma escala de concordância total em 14,6%, passando para os atuais 35,4% (Tabela 18). Isto significa um espraiamento do juízo positivo atribuído a esse valor ao que se pode atribuir uma ampliação do empreendedorismo como alternativa viável à realização de um determinado tipo de liberdade.

Retomo o olhar para as respostas do questionário quanto à atribuição de grau de importância a determinadas dimensões. Esse elemento foi unânime, ou seja, todos os respondentes classificam o trabalho como importante ou muito importante. A questão “*ainda que se divertir seja bom, trabalhar é mais importante*” obteve um grau de concordância em 78%. Isto posto, voltemos a atenção para uma nova comparação com uma questão do WVS que apresenta um certo grau de similitude com a classificação de importância, com vistas a demonstrar o argumento anteriormente exposto. A questão

pode ser traduzida como “*trabalho deve vir sempre em primeiro lugar, ainda que isso signifique menos tempo livre*”<sup>137</sup>. Comparemos os mesmos resultados para os três países indicados anteriormente:

	<b>Brazil</b>	<b>Germany</b>	<b>United States</b>
Agree strongly	0	5,8	6,2
Agree	49,7	22,8	21,2
Neither agree nor disagree	15,9	14,5	27,4
Disagree	33,7	44,7	34,3
Disagree strongly	0	11,5	10
Don't know	0,5	0,5	0
No answer	0,1	0,1	0,8
<b>(N)</b>	<b>1762</b>	<b>1528</b>	<b>2596</b>

TABELA 7 – WVS – RODADA 7

(INGLEHART et al., 2022)

Novamente, a categoria trabalho apresenta um alto grau de importância, ainda que isso signifique sacrificar tempo livre. Se para países como Alemanha e Estados Unidos essa escolha forçada alcança cerca de 30% dos entrevistados, para brasileiros esse mesmo *trade-off* é aceitável para cerca de metade dos entrevistados. No cenário geral, os países que atribuem um alto grau de importância inclusive com o sacrifício do tempo livre, são os mesmos que foram anteriormente citados ou com perfil semelhante ao que concordam positivamente com a noção de trabalho duro, são eles: Etiópia (97,8%), Egito (91,9%), Albania (90,6%) e Bangladesh (90,6%). E, uma vez mais, dentre aqueles que não estão dispostos a sacrificar seu tempo livre pode-se citar alguns com alto índice de discordância: Canadá (55,6%), Alemanha (53,2%), Japão (59%). Esses dados servem para demonstrar que uma teoria de dependência refletida em superexploração do trabalho tem impactos não somente em condições materiais, mas também em determinadas percepções, preferências e juízos de valor.

Movimentar afetos em torno da dimensão trabalho é mais descomplicado quando se atribui centralidade a esse aspecto. Decerto que a centralidade é “obrigatória” dada a busca por superação das próprias condições de um determinado tipo de subdesenvolvimento que esteve longe historicamente de um estado de bem-estar social.

<sup>137</sup> No original: Q41.- *Work should always come first even if it means less spare time.*

### Ainda sobre a renda

O fenômeno da responsabilidade quanto à renda pode ser complexificado ao se voltar o olhar para a clivagem de faixa etária. Percebe-se do gráfico abaixo que os empreendedores na faixa etária de 20 a 30 anos apresentam a menor taxa de concordância com a responsabilidade individual sobre a renda.

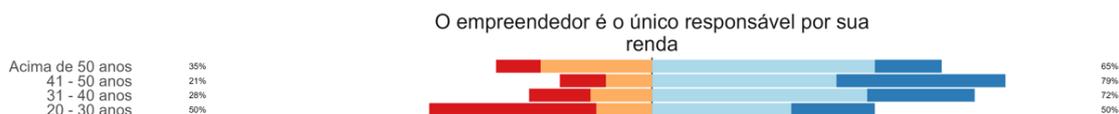


GRÁFICO 6 – DESAGREGAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA

As justificativas para o fenômeno não puderam ser encontradas nos grupos focais, mas coloca-se como hipótese que o aumento de ganhos é percebido de forma menos intensa por essa geração, não somente para o próprio grupo, mas também na comparação com a geração anterior. Movimentar medo e esperança (e as decorrentes auto-responsabilizações) envolve a dúvida sobre passado e futuro. Visto o passado próximo como a de uma geração já inserida em um contexto de capitalismo flexível, com pouca possibilidade de ascensão, tem-se o efeito de uma menor compreensão de responsabilidade sobre um dos aspectos menos controláveis nas relações de trabalho.

Por outro lado, o grupo de renda baixa apresenta a maior concordância quanto à responsabilidade pela própria renda, conforme observa-se no gráfico abaixo. Nesse sentido, pode-se afirmar que há uma espécie de espraiamento de entendimentos mais alinhados com o neoliberalismo nesses grupos.



GRÁFICO 7 – DESAGREGAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA

Explica-se esse arraigamento ao discurso dada a maior disseminação das constantes preleções de trabalho duro. Nesse sentido é importante lembrar que se trata do grupo com maior frequência de pessoas em transição da informalidade para o

empreendedorismo. Essa transição movimenta com bastante agilidade a fórmula de investimento, ou seja, as justificativas de sacrifício ou pedágio para se alcançar um estado superior de situação real.

Outros desenvolvimentos sobre a desagregação de renda serão realizados na seção referente ao “senso de justiça”. Antes, entretanto, é imperioso verificar se a individualização do trabalhador como o “empreendedor que gera sua renda e sua demanda” se traduz em práticas de cooperação.

#### **2.2.4 Individualismo (ou Cooperação) e Motivação**

A inclusão da categoria de análise chamada “individualismo” tem por objetivo observar a forma como os elementos de cooperação podem se manifestar. Em especial a contradição entre cooperação e competição. A fricção entre esses dois pontos é capaz de explicitar duas idealizações: o da realização do projeto de vida privada e o ideal de expansão ilimitada do projeto liberal, que visa o monopólio.

O monopólio como resultado do processo de expansão liberal é algo classicamente considerado negativo ao funcionamento de um sistema de mercado auto-regulado. O preço decorrente de uma situação de monopólio seria sempre o mais alto, possibilitado via escassez de atendimento à demanda, ao tempo que o preço da livre concorrência seria o mais baixo que se pode aceitar (SMITH, 1996, p. 114), o que gera, em última instância, uma maior eficiência econômica. Ou, ainda, nas palavras de Mill: *“O privilégio, ou monopólio, só é defensável como um mal necessário; ele se torna uma injustiça quando levado ao ponto em que dele não segue o bem que compense esse mal.”* (MILL, 1996, p. 296) .

Mesmo os apologetas de um novo liberalismo, em especial ao fazerem a crítica aos sistemas de planejamento centralizado, concluem que monopólios são resultado de uma intervenção estatal indesejada frente à idealização de uma livre competição. Nesse sentido, Friedrich Hayek, vincula seu argumento crítico ao monopólio ao mencionar o relatório da Comissão Provisória de Economia Nacional norte-americana sobre a Concentração do Poder Econômico - que conclui que monopólios não são resultados de uma maior eficiência, mas sim de conluios governamentais (HAYEK, 1990, p. 70–72).

De forma bastante consolidada, o monopólio parece ser um elemento dissonante frente aos axiomas de um mercado de livre concorrência. Historicamente, sempre se atribuiu um valor negativo a essa categoria. Isso, entretanto, parece estar em processo de

mudança. Peter Thiel, co-fundador da *PayPal* e um dos gurus dos modelos de start-ups do Vale do Silício<sup>138</sup>, assume o valor positivo do monopólio ao categorizar empreendimentos nesse formato como “*o tipo de empresa que é tão boa no que faz que nenhuma outra consegue oferecer um substituto próximo*”. Conclui o empresário, de forma oposta à tradição econômica liberal:

Os norte-americanos idealizam a concorrência e acham que é ela que nos salva da penúria socialista. Na verdade, capitalismo e concorrência são opostos. O capitalismo tem por premissa a acumulação de capital, mas sob a concorrência perfeita todos os lucros desaparecem. (THIEL, 2014, p. 35)

Ainda que o autor faça a mesma ressalva crítica aos monopólios mantidos pelo Estado, na mesma linha de Hayek, resta a pergunta de escrutínio geral: há monopólio mantido no mundo real sem intervenção protecionista? O tipo de corporação paradigmática para a tese é o Google. A holding da empresa, a Alphabet Inc., recebeu cerca de US\$ 2 bi em subsídios de todos os tipos desde o início dos anos 2000<sup>139</sup>.

Esse é um movimento típico de mudança não explicitamente de um processo de racionalização em busca de alternativas, mas sim de câmbio do juízo de valor sobre conceito já estagnado. Ou seja, dado que a justificativa para o monopólio vem carregada de um forte juízo negativo, não se busca alternativas, por exemplo, via livre concorrência; pelo contrário, realiza-se uma mutação do juízo de valor. O mesmo apologeta afirma, assumindo a positividade do conceito: “*Os monopolistas podem se dar ao luxo de pensar em outras coisas além de ganhar dinheiro. (...) Só uma coisa permite que uma empresa transcenda a luta cruel diária pela sobrevivência: os lucros monopolistas.*” (THIEL, 2014, p. 44)

Aqui articula-se, novamente, as duas noções de liberdade anteriormente tratadas. O trabalhador pretende se ver livre das amarras de impedimentos externos, tendo em vista que a idealização da livre concorrência atribui um valor positivo a todos que estão no mercado. Ao mesmo tempo, quer realizar seu desejo de ser livre para expandir e aumentar seus negócios de forma indefinida, com o ideal esperançoso de dominação do

---

<sup>138</sup> O empresário é também conhecido por fornecer bolsas para que estudantes não frequentem universidades.

<sup>139</sup> Conforme informações do Subsidy Tracker disponível em: <https://subsidytracker.goodjobsfirst.org/parent/alphabet-inc>

mercado. É um simulacro do movimento de “chutar a escada”, escassamente registrado<sup>140</sup>.

Voltado o foco à questão do monopólio enquanto potencial expressão de um individualismo<sup>141</sup>, podemos observar a cooperação e competição, inicialmente, por duas questões da *survey*. À frase “*A cooperação entre empreendedores é importante*” atribuiu-se uma quase unanimidade de concordância com 99%. A asserção “*A competição entre empreendedores é algo positivo*”, por sua vez, também obteve uma alta taxa de concordância com 79%. Os altos índices de concordância para elementos potencialmente díspares, explicita esse duplo movimento de cooperação para “subir a escada” e competição como expressão do elemento positivo da livre-concorrência. São elementos de difícil captura nos discursos dos trabalhadores, todavia, podem ser analisados pelo aspecto do propósito ou da motivação para crescimento, conforme desenvolve a MEI14 (36 anos, g. feminino):

A gente é MEI no propósito de crescer. Sair do MEI e pagar as tributações que é o que rende pro governo não é? Porque o MEI nada mais é você formaliza é você não paga tanta tributação ao governo a não ser que você ultrapasse o valor mensal que possa ser MEI, não é? Mas o real sentido é, não é você ficar MEI a vida inteira não, o real sentido é você abre como MEI, aprende um negócio, ganha espaço e parte para um simples nacional, esse é o propósito do MEI na minha opinião. Porque o MEI em si ele não rende nada, ele rende o aprendizado que você ganha na sua empresa pra você se capitalizar enquanto você pra saber se é isso mesmo que você sabe fazer, que você quer fazer. Pra mim o propósito foi esse. (MEI14)

O aspecto de transição (cf. 2.2.2) fica melhor entendido a partir da contínua motivação para o crescimento. Ou de uma expectativa de futuro que tem o microempreendedorismo com uma porta de entrada para o grande empresariado.

Ainda sobre a noção de individualismo, que também consta no ranqueamento de importância de forma simplificada<sup>142</sup> tem-se a dimensão com a pior classificação dentre as demais, sendo colocada em sexto e último lugar para cerca de 40% dos respondentes.

---

<sup>140</sup> A cartilha do fenômeno de coaches de sucesso do empreendedorismo prega diversas fórmulas de ascensão. Vincula-se uma fórmula de investimento ou de sacrifício (conf. Seção 1.5) de modo a se manter uma ordem de moralidade que permita esse duplo movimento de cooperação e competição como não ambivalentes.

<sup>141</sup> É importante destacar que a vinculação entre monopólio e individualismo ocorre por uma decorrência da confusão entre ser empresa e ser trabalhador, devido à própria caracterização do empreendedorismo.

<sup>142</sup> A partir da *survey*: “Individualismo, que significa depender exclusivamente de mim para realizar meu trabalho”

Se o individualismo pode ser observado pela cooperação e competição, dado o aspecto empresarial, é importante também observar como isso ocorre na percepção decorrente também de uma auto-responsabilização.

Conforme tratado na seção anterior, se uma responsabilidade atribuída a si advém de uma dupla noção de liberdade, verifica-se que há um menor grau de valoração quando se trata da disponibilização da própria mão-de-obra. Em outras palavras, valorase melhor a responsabilidade e liberdade em aspectos de administração da vida, como jornada e renda, do que quando se faz referência a um individualismo como egoísmo ou exclusivismo de si. Compreende-se que os aspectos de liberdade e responsabilidade tem valoração superior à movimentação de um individualismo egóico.

Esse aspecto é relevante na medida em que se compreende melhor como se dão os contínuos movimentos de auto-responsabilização nos discursos de sucesso de empreendedorismo, ao tempo em que se prega uma contínua colaboração. Faz-se o movimento de, na ordem de uma hierarquia de valores morais, não se colocar em contradição dois elementos ambíguos. Ou seja, o trabalhador tem um alto valor moral positivo que é atribuído a uma responsabilidade auto infligida. Entretanto, o individualismo egóico tem uma classificação moral inferior. A responsabilidade sobre os aspectos de administração da vida e do labor tem alto valor positivo, já as próprias atividades do trabalho em si necessitam de uma cooperação inescapável. Entende-se esse movimento como uma forma de manter um sistema produtivo sem que seja suscitado um questionamento sobre as engrenagens do processo produtivo (as causas) ao tempo em que as reclamações serão direcionadas para os aspectos de consequência desse processo. Em outras palavras: é mais simples movimentar valores expressos em liberdade de renda e jornada ou ausência de chefia do que em aspectos de exploração.

#### *Voltando à motivação*

A motivação vem acompanhada do individualismo pois tanto o aspecto negativo atribuído a este quanto o positivo concernente à cooperação baseiam-se em justificativas de ordem do incentivo para a realização do futuro. A segunda afirmação com mais concordância no questionário foi a frase “*É possível pensar em um futuro digno ao continuar sendo empreendedor*”, com 83% de concordância, ao tempo em que a afirmação “*Ser empreendedor é a melhor oportunidade de trabalho dado o contexto*

*atual*” teve concordância de 62% dos respondentes. Já no bloco em que seis dimensões são colocadas em ordem de importância a motivação<sup>143</sup>, a motivação aparece como terceiro elemento mais recorrente na primeira colocação, com o percentual de 23,4%.

É importante lembrar que tenho tratado a motivação a partir de um referencial teórico resguardado em teorias do interesse (seção 1.4.1) e não necessariamente de teorias da motivação desenvolvidas para a compreensão de um ambiente organizacional, especialmente aquelas classificadas como teorias de conteúdo (ex. Teoria da Hierarquia de Necessidades, Teoria Bifatorial de Motivação-Higiene, Teoria X e Y, dentre outras). (PÉREZ-RAMOS, 1990)<sup>144</sup>

Assim, a motivação encontra-se como expressão de uma pré-reflexividade acerca da importância atribuída a determinada situação. Quando se busca uma opinião sobre um futuro digno ou a continuidade na atividade atual quer-se observar esse estado ainda não racionalizado que possivelmente está sendo gerido por uma hierarquia de valores morais. Assim é o caso de se observar que aquele aspecto patente de transição parece estar em confronto, em certa medida, quando observado pelo viés da motivação. Ou seja, ao tempo em que parte dos trabalhadores MEI enxerga o seu local atual como uma transição para um futuro de mais sucesso, entendem esta mesma situação como garantidora de futuro.

Entretanto, é possível entender que a situação de trânsito citada anteriormente é vista mais como uma subida em degraus de renda e autonomia do que de transição de saída da categoria empreendedor. Isto é, a inserção do trabalhador nesta categoria já o coloca em uma percepção de pleno sucesso; o empreendedorismo, dado o contexto laboral, se coloca como a mais importante e positiva posição que o trabalhador poderia alcançar. O MEI se coloca como porta de entrada para a ideologização de uma

---

<sup>143</sup> Conforme questionário: “Motivação, que significa estar incentivado a fazer o que faço para o futuro.”

<sup>144</sup> No âmbito de classificação de teorias da motivação no trabalho tem-se a divisão entre aquelas de *conteúdo*, como as descritas e as de *processo*. Do segundo grupo deve-se destacar a relevância de duas teorias vinculadas. A primeira é a Teoria da Expectativa de Vroom. Essa teoria permite entender a motivação a partir de três aspectos: o próprio trabalhador, seu ambiente e as tarefas desenvolvidas. O maior ponto de contato, entretanto, diz respeito à percepção que o trabalhador tem ao estimar a relação entre seus esforços e o alcance de seus objetivos. Esses esforços podem ser mensurados a partir de três aspectos cognitivos: instrumentalidade, expectativa e valência. A valência entendida como o elemento do valor, ou seja, daquilo que o trabalhador prefere. Esse elemento entra no cálculo consciente da motivação. Ou seja, o indivíduo se sente mais propeliado a agir dentro de um aspecto em que seu conjunto de valores esteja inserido positivamente. A Teoria do Estabelecimento de Metas de Locke, por sua vez, dá ênfase à questão valorativa como desejo, ou seja, age-se de acordo com a importância dada a determinada meta de trabalho. Ambas as teorias trazem a questão valorativa com alguma centralidade. Entretanto, entende-se que uma teoria do interesse moral pode dar mais luz aos dados coletados, especialmente ao se pensar em uma motivação afetada continuamente pelo encontro com a moralidade do Outro, sem se adentrar necessariamente (ainda que seja de todo impossível) em motivações de ordem pessoal.

libertação plena onde a mão-de-obra não é mais colocada à disposição do mercado, mas sim auto-administrada tal qual uma empresa. De tal maneira, a motivação encontra-se cristalizada nesse estágio final no qual as alternativas de futuro são escassas. Pode-se avançar em juízo crítico no sentido de desvelar que, dado o “depende unicamente de si”, as potenciais vias de exploração ficam completamente invisibilizadas. Torna-se um simulacro de um realismo capitalista no qual não se vislumbra qualquer futuro com outras alternativas<sup>145</sup>.

De forma mais localizada, voltemos o olhar para a desagregação por grupos de Região Administrativa no qual observa-se o mesmo padrão para as rendas alta, média-alta e baixa, ou seja, valoriza-se em primeiro lugar a categoria liberdade. Entretanto, o estrato de renda média-baixa classificou em primeiro lugar de valoração (45%) a motivação (*que significa estar incentivado a fazer o que faço para o futuro*) como o elemento no topo.

Em movimento semelhante, a assertiva “É possível pensar em um futuro digno ao continuar sendo empreendedor”, teve 94% de concordância entre o grupo de renda baixa. E a frase “Ser empreendedor é a melhor oportunidade de trabalho dado o contexto atual” obteve a maior taxa intragrupal com 83%.

Ambos grupos de renda (média-baixa e baixa) são os que mais vivenciam tanto a transição da informalidade quanto de empregos com menores salários. Portanto, para esses grupos, tem-se o futuro como mais relevante pois encapsula a possibilidade de ter mais direitos (como aposentadoria) ou, ainda, de não ser perseguido pelo aparato estatal, dada a condição de informalidade, conforme relatos:

MEI 14 (36 anos, g. feminino): Motivação pra ser MEI é formalizar a atividade que a gente já faz. Foi só formalizar, trabalhar e capitalizar pra você evoluir. Essa é a motivação, só pra você não viver num mundo informal, sem direito a nada, como um fugitivo da polícia, vamos dizer assim, porque pra você abrir uma loja você tem que formalizar de alguma forma.

MEI 15 (38 anos, g. masculino): Pra mim é isso, é a pessoa na verdade é só é formalizar ali um trabalho que ela já tem no caso um autônomo vai se formalizar e vai evitar pagando aí é as DAS não é? O recolhimento. Pra quem sabe no futuro ter uma aposentadoria, mas é

---

<sup>145</sup> A tese de um realismo capitalista desenvolvida Mark Fisher tem como elemento central a noção de que o futuro é sempre trazido como catástrofe apocalíptica (a exemplo do caldo cultural hollywoodiano) o que implica em entender que a humanidade alcançou o seu ápice nos dias atuais. Por conseguinte, alternativas aos momentos de injustiça e exploração são vistos como utopia ou, de certa forma, minimizados.

pra mim é só isso. Assim a questão da minha motivação é mais a questão de entrar nesse ramo empresarial. (...) A pessoa geralmente ela tem essa vontade empreender, de crescer e da minha parte assim a motivação é sempre foi essa mesmo. De não trabalhar assim é CLT.

Deve-se evidenciar também que as palavras “informalidade” e “crédito” aparecem com mais frequência justamente no estrato de renda baixa. Em contraposição às palavras “liberdade” e “contrato” mais recorrentes nos discursos dos trabalhadores do estrato de alta renda (Tabela 15). Esses diversos elementos indicam uma substancial diferença na percepção de motivação dado o estrato social. Os membros do estrato mais baixo trazem, reiteradamente, o aspecto da transição da informalidade aliado à dificuldade de acesso à crédito para capital de giro. Preocupações estas não muito recorrentes para o estrato superior.

Esse é um diagnóstico de um fenômeno macro, que não transparece uma heterogeneidade para distintos grupos. Em especial, há uma distinção interessante nas faixas etárias, dado que para a assertiva “é possível pensar em um futuro digno ao continuar sendo empreendedor” o grupo de 20-30 anos apresenta a maior taxa de concordância em 94% ao tempo em que “ser empreendedor é a melhor oportunidade de trabalho dado o contexto atual” ostenta o menor nível de concordância em 56%, conforme se verifica nas extrações abaixo.

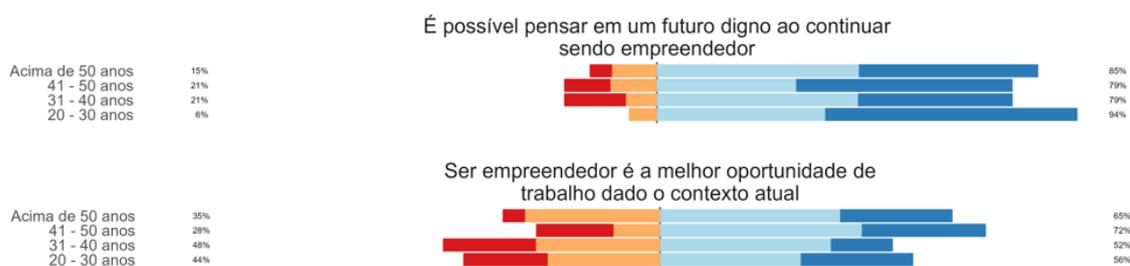


GRÁFICO 8 – DESAGREGAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA

Ainda que as alternativas de futuro não estejam apresentadas ou não possam ser verificadas a partir dos dados desta pesquisa, aventa-se que esse grupo não carrega ainda a experiência estigmatizada do trabalho informal. Ou ainda, dada a carga de valor positiva atribuída ao empreendedorismo, aliado aos direitos não percebidos na informalidade e aos baixos salários e condições do trabalho formal, o futuro alternativo na condição atual seja a melhor alternativa.

### 2.2.5 Senso de Justiça

Até o momento os aspectos indicados estão melhor adequados às movimentações que podem ser realizadas a partir de uma noção do projeto liberal de vida (cf. seção 1.1). Ou seja, de uma vida privada, sem interferências para se realizar os intentos particulares. A dimensão aqui intitulada “senso de justiça” se dirige, por sua vez, à arena pública dos projetos de realização pessoal. O neoliberalismo foi definido como a diminuição dos espaços de disputa ou, em última instância, como a classificação negativa desses espaços, de modo a se tornarem locais em que o conflito e a contestação são vistos de forma demeritória (cf. seção 1.2). É o que se verifica no descrédito ou desconfiança de espaços políticos de disputa como partidos e sindicatos<sup>146</sup>. O senso de justiça reflete essa dimensão afetada pelo discurso de um Estado mínimo frente a um cidadão maximizado.

Serão evidenciadas quatro assertivas para esse intento. A primeira é um cenário mais amplo sobre justiça, traduzida por: “*Uma sociedade é mais justa quando pessoas que trabalham mais recebem mais*”. O que parece ser um senso comum espreado como valor moral apresenta “somente” 70% de concordância. Essa questão foi inspirada na *Basic Social Justice Orientation Scale (BSJO)* (ADRIAANS; FOURRÉ, 2022) que mensura quatro fatores, dentre eles o de *equidade* do qual se retira a questão assemelhada. A questão foi aplicada somente na Europa a partir do qual se observa que uma discordância menor (variação entre 10 a 15 pontos percentuais) com o questionário aqui utilizado (Gráfico 20)<sup>147</sup>. Esse resultado evidencia uma importante possibilidade de manobra quanto às justificativas de acumulação e de desigualdade. A relação mais explícita de justiça no mercado de trabalho diz respeito ao quanto se deve receber dado o quanto se trabalha, se 30% de respondentes não encontram discordância com a relação

---

<sup>146</sup> As questões que surgem do cotidiano necessitam de mediação quando seres sociais vivenciam situações semelhantes, daí a necessidade de elementos clássicos de mediação (sindicatos e partidos), ou seja, surgem da necessidade de mediar respostas mais complexas (ANTUNES, 2006, p. 119–120). Uma consequência do individualismo exacerbado é justamente a crise desses mediadores, dada a supersimplificação das vivências em juízos de valor muito bem delimitados por ideais de superação. Uma crise dos mediadores é também uma crise de identificação, ou seja, dado o individualismo da experiência laboral precária o trabalhador trata sua situação como única e entende haver pouco espaço para deliberação ou mudança de forma conjunta. Assim, o trabalho cada vez mais atomizado não gera somente o afastamento físico, mas também uma crise de identificação grupal.

<sup>147</sup> O questionário dessa pesquisa força o respondente e não possibilita o “não concordo nem discordo” diferente da pesquisa da ESS. Ou seja, o resultado não será melhor explorado pois essa dessemelhança prejudica a análise.

mais explícita de acumulação <sup>148</sup> pode-se legitimar diversos outros elementos decorrentes de exploração.

A segunda assertiva em destaque é “*o governo, com a criação de leis e normas, atrapalha as atividades do empreendedor*” que obteve algum nível de concordância para 54% dos respondentes. Essa sentença talvez seja a mais notória expressão de uma defesa do aparelho estatal minimizado. Uma síntese-exemplo dessa afirmação pode ser encontrada no discurso do MEI16 para o qual “*hoje em dia na verdade a gente é empregado dos empregados nosso, né? Eu graças a Deus não tem mais nenhum empregado, mandei todo mundo embora.*” ao comentar a transição do modelo de negócio que tinha anteriormente ao microempreendedorismo. Uma das dificuldades de expansão dos negócios, segundo os participantes, encontra-se na alta carga tributária que um empregado traz, conforme resume o MEI14 (36 anos, g. feminino):

As políticas públicas pra gente não é fácil de dizer que vai ter o incentivo... tem incentivo pro pro CLT, aí tem pra ele ferrar qualquer pequena empresa, porque a empresa ela não desenvolve mais exatamente pela carga tributária que é um CLT. Que a gente pra crescer a gente precisa de mão de obra. E mão de obra o benefício é só pros funcionários, pra gente a gente tem que não tem benefício não, viu? (MEI14)

Ao mesmo tempo é reconhecido também o caráter de dificuldade de acesso à crédito, especialmente quando na comparação com grandes empresários. O trabalhador fica nesse pêndulo entre o desejo de crescer e a noção de que tem seus serviços contratados como elemento de precarização de uma relação de subordinação. Isso é apresentado brevemente nessa movimentação indicada pelo MEI17 (43 anos, g. masculino)

É a gente acaba que tendo que lutar muito sozinho as políticas públicas acaba não facilitando tanto a vida do MEI da forma que eu vejo pros grandes empresários não é? Acredito que a gente também a gente quer crescer, quer ser um grande empreendedor, mas é sozinho é muito mais difícil. Acho que a gente acaba não desmotivando mas ah a luta acaba sendo mais árdua não é? Pra gente conseguir êxito e tudo. Os grandes empresários procuram a gente como MEI porque acaba não gerando vínculo. – MEI17

---

<sup>148</sup> As motivações para essa discordância não puderam ser verificadas nos grupos focais, o que indica a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre as noções de justiça enquanto igualdade e equidade a partir de elementos que possam confrontar as possíveis ambivalências.

Depreende-se desses dois juízos uma contradição bem evidente na percepção sobre a função do Estado. Em sua dupla função de empresário-trabalhador, o indivíduo entende a formalização de um empregado como elemento de diminuição de seus rendimentos, dada a alta carga tributária e, de forma recorrente, critica os “muitos direitos dados pelo governo”; simultaneamente entende que o Estado deve prover, por exemplo, um acesso a crédito que dificilmente é alcançável para empreendedores de pequeno porte. Acrescente-se à contradição o fato de haver uma certa uniformidade positiva quanto à importância da criação da política pública do microempreendedorismo individual.

Isto posto, é relevante questionar: por que permanece ainda um forte juízo de valor negativo quanto ao papel do Estado<sup>149</sup> de formulador de políticas públicas? Essa aparente incoerência pode ser averiguada para além da via do egoísmo do padeiro de A. Smith. Mostra-se como a face mais expressiva do neoliberalismo no sentido aqui atribuído. Se se quer ser livre das amarras externas, o causador dessas interferências é direcionado para o ente com mais possibilidade de intervenção: o governo<sup>150</sup>. É nesse sentido que o neoliberalismo também pode ser traduzido como o movimento de diminuição de espaços de disputa, sendo esse encolhimento não necessariamente traduzido em menos espaços institucionais, mas no esvaziamento destes por um juízo negativo. Verifica-se isso no contínuo enxugamento dos sindicatos, como se observa na diminuição de 16,1% de sindicalizados em 2012 para 9,2% em 2022 (IBGE, 2023a, p. 7). A questão “*um sindicato seria importante para os empreendedores*” também teve baixa adesão de concordância, alcançando 57 pontos percentuais. Nesse mesmo

---

<sup>149</sup> Devo ressaltar essa restrição muito específica enquanto arena de espaço de disputa. Assim, dê-se destaque que a questão pergunta sobre a criação de leis e normas que atrapalham a atividade dos trabalhadores. Essa salvaguarda tem por objetivo indicar que o juízo de valor negativo não é somente um traço antidemocrático, mas também uma expressão de desconfiança, ou melhor, de um julgamento de inefetividade da discussão pública. Em outras palavras, é uma expressão do neoliberalismo como diminuição dos espaços de disputa pela via de caracterização negativa, retirando os atores interessados do debate, de modo a deixá-lo hegemônico para outros atores.

<sup>150</sup> Uma leitura marxista de Estado e governo não podem ser colocadas à distância, conforme nos resume Jacob Goreneder: “*Assim como o Estado é o Estado da classe dominante, as ideias da classe dominante são as ideias dominantes em cada época. A classe que exerce o poder material dominante na sociedade é, ao mesmo tempo, seu poder espiritual dominante. Mas os enlaces das ideias dominantes com a classe dominante se obscurecem. As ideias dominantes parecem ter validade para toda a sociedade, isto é, também para as classes submetidas e dominadas. Forja-se a ilusão histórica de que cada época da vida social resulta não de determinados interesses materiais de uma classe, mas de ideias abstratas como as de honra e lealdade (na sociedade aristocrática) e as de liberdade e igualdade (na sociedade burguesa)*” (GORENEDER, 2002, p. XXXII). Com essa leitura no horizonte, não se pode olvidar, os diversos momentos de resistência percebidos pela lupa da dialética histórica. Quer-se dizer com isso que, críticas pertinentes ao Estado da classe dominante, a existência de espaços institucionais de contestação sempre foi utilizado como instrumento de antagonismo.

sendeiro, a política, na pesquisa aqui apresentada, mostra-se com o menor grau de importância dentre os aspectos indicados, com seus 74 pontos percentuais.

Há uma nítida e aparente contradição entre a crítica ao Estado como ator que atrapalha as atividades do empreendedor ao tempo em que se critica o mesmo Estado como não-garantidor de políticas públicas. Essa ambivalência é resolvida por intermédio da atribuição de valor moral negativo ao Estado, independentemente de sua constituição. As intervenções que devem ser dirimidas para alcance de uma *liberdade* são direcionadas para o elemento que terá maior valor negativo em uma escala ou hierarquia de valores. Negativar o Estado enquanto palco de disputa é uma das maiores exteriorizações do neoliberalismo, que tem por consequência uma espécie de atitude de fatalidade frente à realidade.

A terceira assertiva vincula-se à anterior dado que é expressa em: “*quanto menos impostos, mais empregos*” para o qual obteve-se um grau de concordância em 74%. O mote que vincula imposto e emprego vem escoltado de toda apologia de reformas legais, desde a trabalhista ocorrida em 2017 até a mais recente reforma tributária ocorrida no fim de 2023. Há, entretanto, um descompasso entre as projeções econômicas que afirmam uma correlação imediata e a concretude das políticas de desoneração da folha aplicadas no Brasil. Nesse sentido, verifica-se que os setores com a política de folha desonerada na comparação entre 2012 e 2022 reduziram sua participação na taxa de ocupação do país (HECKSHE, 2023)<sup>151</sup>. A expansão do processo de deficiência de um estado de bem-estar social, em termos neoliberais mais conhecidos, se verifica nessa percepção de má aplicação dos impostos. Por conseguinte, uma noção de justiça mais adequada gera a associação entre menos impostos, mais eficiência.

Em uma espécie de oposição ao Estado como interventor autoritário, tem-se o empresário-gerador-de-empregos podado de exercer sua potência. Aqui verifica-se a quarta assertiva para a qual daremos destaque: “*o grande empresário é o grande*

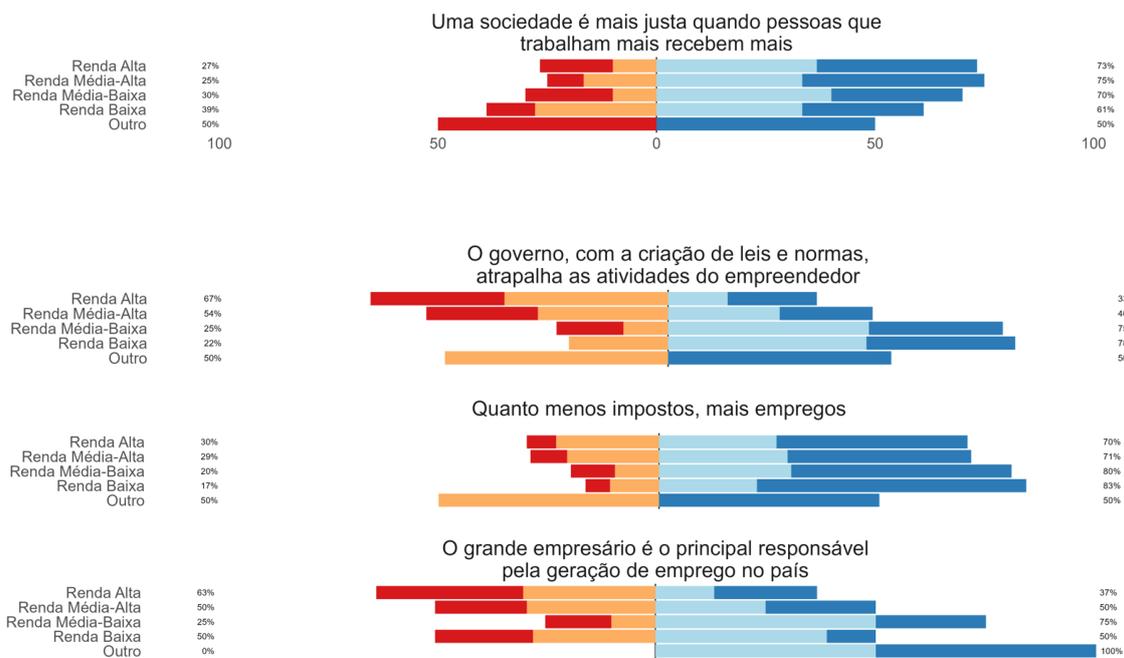
---

<sup>151</sup> Nesse sentido, dê-se destaque aos seguintes dados: “Nas variações de 2012 a 2022, um subsetor desonerado da construção, o de serviços especializados para construção, foi o terceiro que mais fechou postos de toda a economia. Outro, o de construção e incorporação de edifícios, foi o segundo que mais perdeu contribuintes. Entre os setores desonerados, a queda dos contribuintes nos últimos dez anos foi puxada por: construção e incorporação de edifícios (-594 mil); preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados (-137 mil); fabricação de produtos têxteis (-109 mil); confecção de artigos do vestuário e acessórios (-101 mil); impressão e reprodução de gravações (-68 mil); edição e edição integrada a impressão (-62 mil); atividades de rádio e de televisão (-10 mil); serviços especializados para construção (-4 mil); e criação de aves (-4 mil).” (HECKSHE, 2023, p. 18)

*responsável pela geração de emprego no país*” alcançam um nível de concordância mais baixo que a questão anterior: 52 pontos percentuais. Entretanto, deve-se destacar que a realidade brasileira indica um alto crescimento de empregabilidade em micro e pequenas empresas (SEBRAE, 2023), inclusive como indicador da expansão de um modelo econômico menos industrial.

### A desagregação por renda

Uma importante desagregação que merece atenção é a que ocorre por Região Administrativa-Renda para a qual se verifica uma maior penetração de uma ideologia neoliberal nas classes mais baixas, conforme gráfico abaixo.



**GRÁFICO 9 – QUESTÃO DESAGREGADA POR RA/RENDA**

Ou seja, os respondentes que residem em regiões de classe de renda baixa aderem com mais firmeza aos valores associados a um liberalismo clássico somado a um ativo neoliberalismo. Uma pesquisa realizada em São Paulo sobre posições ideológicas partidárias também aponta essa contradição a partir de outro referencial ao que conclui: “As opiniões antiigualitárias ocorreram com maior frequência junto ao público mais pobre e menos escolarizado, justamente os mais prejudicados pelas desigualdades sociais.” (ALVES, 2000, p. 220). Esse fenômeno é também referendado

nas pesquisas etnográficas que envolvem a transição de parte da população pela “via do consumo”, ao que se conclui que dada a ausência de um “consumerismo” segue-se uma crise de autovalorização (PINHEIRO-MACHADO; SCALCO, 2020, p. 20).

A abordagem elucidativa do fenômeno, a partir da construção teórica aqui estabelecida, ocorre, mais uma vez, pela via de classificação hierárquica de valores que conseguem ser dinamizados pela via dos afetos. Assim, o trabalhador que passa da informalidade para uma relação empreendedora - como é o caso dos trabalhadores de classes baixas -, tem o afeto de esperança alterado de maneira bastante contumaz, especialmente na utilização do trabalho duro como recompensador ou da motivação frente aos desafios que se colocam. Ademais, o medo como referencial de dúvida do passado sempre ronda a dinamicidade de uma relação de trabalho marcada pelo risco de uma atividade empresarial que agora é terceirizada ao trabalhador. Não é demais lembrar que tanto esperança quanto o medo são definidos a partir da *dúvida* de alegrias e tristezas instáveis futuras ou passadas. A ideologia que melhor consegue movimentar essa *dúvida* é aquela que conseguirá estabelecer soberanamente suas preferências e valorizações em uma escala de valores.

A diminuição das dúvidas que soluções e pontos de vista mais imediatistas (como as da via exclusiva do consumo) trazem são o ponto central para essa criação de hierarquia de valores. Assim, o trabalho duro que será recompensado ou a liberdade de depender unicamente de si caso ninguém atrapalhe ou o imposto como roubo estatal para trazer mais pobreza; todos são elementos de causalidade bastante imediata e que conseguem mobilizar diversas formas de afetação do indivíduo com maior instabilidade material e histórica.

Há também uma questão levantada por W. Benjamin, aplicável ao trabalho do historiador, mas que, *mutatis mutandis*, pode ser aplicada ao contexto. Trata-se do conceito de *Einfühlung*, ou seja, identificação afetiva (BENJAMIN, 1985). Michael Löwy (2007) destaca-o como o “*historicismo que se identifica com os vencedores*”. Ao ser o vencido dominado, seu espírito é preenchido por uma fatalidade inevitável (*acedia* ou uma espécie de tristeza e abatimento) que termina por culminar no conceito de *Einfühlung*. Essa noção de fatalidade conduz a uma espécie de submissão e adequação à realidade posta. Dado o contexto já tratado, com especial destaque a essa crise imaginativa presenteísta, a agitação de afetos para cristalizá-los em juízos de valor moral é realizada por essa contínua identificação com os vencedores.

Não é sem espanto que o indivíduo enxergará essa identificação com o grande empresário-gerador-de empregos que sofre com uma alta carga tributária tal qual o “batalhador” que enfrenta desafios semelhantes no seu processo de tornar seu projeto de liberdade uma realidade.

### *Desfecho e encadeamento*

Situada a colocação do microempreendedor individual - especialmente ao se refletir como se constituem as categorias de liberdade, responsabilidade, individualismo, cooperação, motivação e senso de justiça – passa-se a observar os elementos de contato com outro tipo de trabalho também considerado precário: o de motoristas por aplicativo.

Antes de seguir, é importante rememorar que a concepção de trabalho precário está vinculada tanto a uma diminuta “cidadania industrial” quanto à transferência do risco. É a partir dessa dupla dimensão que o trabalho autônomo se desenvolve. E autonomia é o elemento de contato maior entre as duas categorias.

Nesse sentido, faz-se necessário marcar uma outra distinção. Reginaldo Prandi ao analisar a categoria dos autônomos, na década de 1970, compreende esse tipo de trabalho como um não oponente no mercado de bens e serviços dado o baixo rendimento para o capital, conforme explica:

Há um pacto implícito ao qual o autônomo está submetido. O capital não o deixará “desamparado” enquanto ele continuar a lhe prestar bons serviços na manutenção (pelo menos de curto prazo) dos níveis de emprego necessários à forma de acumulação “pacífica”. *Mas em nenhum momento o capital recuará diante da oportunidade de destruir o trabalho autônomo. Se não o faz, então o mantém porque na sociedade capitalista todo o consumo só tem sentido em presença da produção.* O trabalho autônomo vai se encarregar da produção de bens e serviços de baixo rendimento para o capital, se este o assumisse, mas que, para o auto-empregado, pode ser relativamente melhor remunerado que se o fizesse numa relação tipicamente capitalista pois, nesta, deveria produzir, além do necessário para seu sustento, mais uma quota a ser apropriada pelo capital. (PRANDI, 1978, p. 37)

Além disso, o autor indica que os autônomos regulares (dentistas, médicos etc) podem compor as fileiras de uma pequena burguesia como classe social, pois não se trata de um trabalho instável ou temporário, mas antes vincula-se a um ofício. Só se

passa a assalariar uma atividade como essa a partir do momento em que ela se torna rentável. Os irregulares, por sua vez, têm como expectativa o assalariamento compondo, indiretamente, o exército industrial de reserva como uma espécie de desemprego oculto.

Recepcionar essa interpretação a partir das duas categorias de trabalhadores nos permite examinar o fenômeno do autônomo contemporâneo com um olhar mais apurado a partir da dinâmica de produção e reprodução do capital. Em primeiro lugar, o microempreendedorismo se apresenta efetivamente como trabalho não subordinado, fora do modelo assalariado, no que se assemelha aos “regulares” da proposta de Prandi. Isso não significa, entretanto, a vinculação a um ofício nichado. Há múltiplas e diversas atividades profissionais vinculadas a essa atividade, conforme já descrevemos. Feita essa ressalva, parece adequado assumir conclusão parelha a do autor, qual seja: a de que a atividade é de baixo rendimento porque os custos de reprodução são repassados ao trabalhador o que torna a atividade não rentável para exploração. Essa conclusão se alinha com a definição de trabalho precário enquanto transferência integral dos riscos ao trabalhador. Se em Prandi a conclusão vai no sentido de que o capital não explora a atividade pois ela ainda não é rentável, no modelo atual o caminho é inverso. Ou seja, o ponto de partida é o assalariamento e a transição ocorre para a transferência de riscos de modo a tornar a atividade de baixo rendimento, transferindo os custos de reprodução para o próprio trabalhador.

Em segundo lugar tem-se os trabalhadores plataformizados, também auto e hétero classificados como autônomos, conforme veremos a seguir. Nessa situação, se não se aproximam dos “regulares” tampouco se aproximam dos “irregulares” no sentido de ausência de subordinação ou assalariamento. Na primeira camada de análise o trabalho por plataformas pode se apresentar como irregular. Ao se olhar mais atentamente, entretanto, percebe-se uma relação de subordinação, além de um modelo muito específico de assalariamento, o de salário por tarefa. À vista disso, o trabalho plataformizado parece compor uma categoria intermediária nessa classificação. Ou seja, tem-se a transferência integral de riscos ao que se soma a subordinação bastante restrita. Trata-se de uma dupla camada de exploração, pela via salarial e do controle.

Esse ponto de contato entre as duas categorias nos permite entender o trabalho precário como um gênero de ação que se espalha como nova fronteira de exploração do trabalho ao conseguir reduzir em múltiplas vias os custos de trabalho variável. Exposto

esse arrazoado de aproximação entre as duas categorias segue-se a ponderação sobre trabalho em plataformas digitais.

### 2.3 A plataformização digital do trabalho

As sucessivas reestruturações produtivas são constituídas, de maneira subjacente e integrada, por uma busca pelo rompimento de fronteiras na gestão e organização do trabalho humano. A busca pela eficiência máxima na produção em massa, como na gestão fordista-taylorista, ou o foco na flexibilização da produção vinculada a demanda de forma instantânea, como no toyotismo, não necessariamente alcançaram um esgotamento. Todavia, o avanço de processos cada vez mais eficientes desses dois marcos de produção, acompanhados de uma contínua substituição de trabalho morto por trabalho vivo<sup>152</sup>, culminaram na próxima fronteira inovativa da gestão: a do trabalho sob demanda.

A contínua reestruturação da cadeia produtiva já indica, há pelo menos vinte anos, que o avanço dos suportes telecomunicacionais ampliou sobremaneira o trabalho produtivo a partir dos domicílios (ANTUNES, 2005, p. 80) ou a formação de novas classes de trabalhadores virtuais, especialmente em escritórios (HUWS, 2001). À vista disso e em um cenário temporalmente marcado pela pandemia de COVID-19 tem-se uma expansão acentuada não somente numérica, mas também da relevância de trabalhadores uberizados ou plataformizados.

Sobre esse aspecto é importante trazer à discussão a disputa sobre a utilização do termo *uberização* ou plataformização digital. Uberização carrega uma simetria com os correspondentes paradigmas anteriores e destaca a importância da empresa enquanto catalisador desse tipo de trabalho. O modelo de negócios da Uber é, inclusive, um arquétipo para novos modelos de negócio inseridos no que se chama *gig economy*, onde a intermediação é o elemento fulcral. Contudo, longe de trazer uma necessária negação do termo, o uso do termo plataformização pode dar destaque a outro elemento central nessa nova relação de trabalho: a dimensão do controle.

Há diversas taxonomias associadas ao trabalho plataformizado/uberizado e que evidenciam distintas características dessa nova relação (MANZANO; KREIN, 2022). As classificações desenhadas por Schmidt (2017) e pela OIT (2020), por exemplo, dão

---

<sup>152</sup> Talvez a mais patente contradição do sistema de produção capitalista é o que pode-se intitular como fetichismo do controle total sobre o trabalhador aliado a uma completa substituição deste pela tecnologia, do que se pode concluir, conforme David Harvey: “*Se o trabalho vivo é fonte de valor e lucro, substituí-lo por trabalho morto ou robotizado não faz sentido nem político nem econômico*” (HARVEY, 2018, p. 124). Como resume Marx nos Grundrisse: “*O próprio capital é a contradição em processo, [pelo fato] de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza.*” (MARX, 2011, p. 942–943)

ênfase ao *local de realização do trabalho*, do que se derivam variações a partir de uma distinção espacial entre *web-based* e *location-based*. Para De Stefano (2015), por seu turno, a distinção encontra-se no *tipo de trabalho*, sendo possível a distinção entre trabalho sob demanda e o “de multidão” (*crowd work*), conforme define:

Crowdwork é um trabalho executado através de plataformas online que colocam em contacto um número indefinido de organizações, empresas e indivíduos através da Internet, permitindo potencialmente conectar clientes e trabalhadores numa base global.

(...)

No “trabalho sob demanda por meio de aplicativos”, empregos relacionados a atividades de trabalho tradicionais, como transporte, limpeza e execução de tarefas, mas também formas de trabalho administrativo, são oferecidos e atribuídos por meio de aplicativos móveis<sup>153</sup> (DE STEFANO, 2015, p. 4–5)

Ainda nesse caminho é proposta a distinção a partir de uma combinação entre o espaço em que o trabalho é executado e o controle e autonomia que o trabalhador possui em seu trabalho. Em outras palavras, Forde et al. (2017) propõem dois eixos-chave. O primeiro diz respeito à mediação de um trabalho online ou offline o que exige, de forma consequente, a execução a partir de uma dimensão local ou global. Ou seja, se a plataforma realiza a mediação entre um trabalho que exige a presença em determinado local ou não. O segundo eixo diz respeito ao grau de controle exercido pela plataforma, ou seja, o quanto é possível exercer a atividade de maneira autônoma. É nesse sentido que os autores propõem a figura tipológica abaixo:

---

<sup>153</sup> No original: *Crowdwork is work that is executed through online platforms that put in contact an indefinite number of organisations, businesses and individuals through the internet, potentially allowing connecting clients and workers on a global basis.*

(...)

*In “work on-demand via apps”, jobs related to traditional working activities such as transport, cleaning and running errands, but also forms of clerical work, are offered and assigned through mobile apps.*

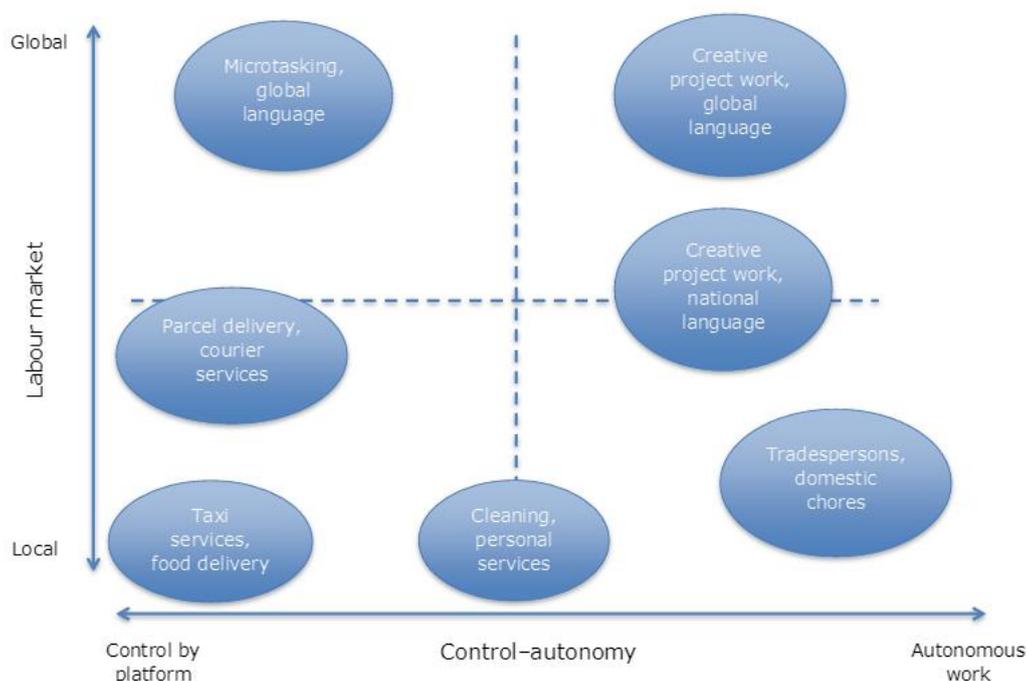


FIGURA 1 – TIPOLOGIA DE PLATAFORMAS DE TRABALHO

Fonte: (FORDE et al., 2017, p. 35)

A dimensão da autonomia (ou do controle do próprio trabalho pelo que o executa) enquanto elemento central de uma distinção também foi proposta por Kalleberg e Dunn (2016) ao tempo em que é proposta uma classificação que combina a autonomia aliada com o nível salarial dos trabalhadores.

Uma tipologia tem por objetivo evidenciar algum aspecto comum entre grupos internos de um conjunto aparentemente desagregado. Desse modo, é oportuno adicionar aos quadros anteriores o destaque de um aspecto comum intragrupal: a dimensão do *controle* sobre o trabalho. Essa distinção pode ser interposta a partir de uma divisão entre o trabalho “por” e “em” plataformas digitais. O trabalho “em” plataformas indica tarefas controladas e supervisionadas pela própria plataforma digital. O trabalho “por” plataformas, por sua vez, assemelha-se ao modelo clássico de assalariamento por peça.

No trabalho “em” plataformas digitais - como aqueles referentes às atividades de transporte de passageiros - o controle algorítmico evidencia uma subordinação totalizadora. Quer-se dizer do trabalho que resta parcialmente impossibilitado sem a presença do intermediador<sup>154</sup>. Ao trabalhador resta a execução no ritmo e intensidade da

<sup>154</sup> O trabalho que envolve o transporte de passageiros ou de entrega de produtos/alimentos existe previamente às plataformas digitais. É nesse sentido que se coloca o “parcialmente” dado que a dimensão totalizadora do controle é do *processo* em que a atividade ocorre e não da atividade em si.

gestão digital. A autonomia é reduzida exclusivamente ao ato de estar disponível ao trabalho. Toda a execução é escrutinada por uma espécie de taylorismo tardio em que a indolência do trabalhador deve ser reduzida pela minimização de movimentos ineficientes. O administrador ou supervisor, já substituído pelo algoritmo, alcança a eficiência máxima não somente no controle do trabalho subordinado, mas também em uma retroalimentação de seus próprios processos de gestão e controle<sup>155</sup>.

O trabalho “por” plataformas, por sua vez, tem um controle classicamente associado ao resultado de um produto, peça ou tarefa. O controle encontra-se no produto final. É nesse sentido que se aproxima de um assalariamento por peça, no qual a influência do intermediador no processo em si é indireta. Ou seja, o gerenciamento é também terceirizado o que torna corriqueira a presença do subarrendamento ou do intermediador. Ademais, a concorrência é colocada à prova a partir da própria capacidade individual dos trabalhadores permitindo que o salário por peça coloque todos em uma mesma média para que, posteriormente, essa média seja diminuída, mas agora de forma conjunta (MARX, 2013, p. 626). O que se indica como trabalho “por” plataformas é o que se encontra em trabalhos de intermediação como de trabalho freelance, doméstico e dos sítios eletrônicos que ofertam os mais diversos tipos de trabalho em modelo de leilão invertido, dentre outros. Ou seja, exige-se um produto ou serviço final, mas há pouco controle sobre a execução em si do trabalho, ainda que o controle da qualidade seja realizado por sistemas de avaliação por parte do consumidor final.

Essa taxonomia é evidenciada pelos dados da PNADc<sup>156</sup> que relatam a sensação de dependência do trabalhador plataformizado quanto à escolha da renda, clientes, prazo e forma de pagamento, conforme Figura 7. Façamos a comparação de um trabalho “em” plataformas, no caso do transporte particular de passageiros e o “por” plataformas, no

---

<sup>155</sup> Importante observar que ao se pensar em um processo de produção sob demanda o olhar mais ingênuo pode associar com mais tempo ocioso por parte do trabalhador, o que já se verifica como inconsistente desde os métodos clássicos do toyotismo, como o do sistema de cores, conforme nos traz Ricardo Antunes: *“Gounet nos mostra que o sistema toyotista supõe uma intensificação da exploração do trabalho, quer pelo fato de os operários atuam simultaneamente com várias máquinas diversificadas, quer através dos sistemas de luzes (verde = funcionamento normal; laranja = intensidade máxima e vermelha = há problemas, deve-se reter a produção) que possibilitam ao capital intensificar – sem estrangular – o ritmo produtivo do trabalho. (...) A diminuição da “porosidade” no trabalho é aqui ainda maior do que no fordismo”* (ANTUNES, 2006, p. 35–36)

<sup>156</sup> Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Pesquisa trimestral que no último trimestre de 2022 trouxe um módulo específico sobre teletrabalho e trabalho por plataformas digitais. Esses dados serão detalhados na seção seguinte

caso o trabalho via aplicativo de prestação de serviços gerais ou profissionais<sup>157</sup>. A dependência (ou percepção de controle) quanto aos valores recebidos por tarefa era de 97,3% para motoristas por aplicativo frente a 31,9% para os de prestação de serviço. O controle inclusive sobre a forma de pagamento, tem uma percepção superior para motoristas (82,9%) do que para os prestadores de serviço (28,8%). De forma geral, o trabalho “por” plataformas assume um controle mais limitado da atividade inclusive na percepção dos trabalhadores.

Uma outra distinção crucial consiste no impacto da disputa salarial. É possível pensar em um limite inferior para o valor da força de trabalho (os meios de subsistência fisiologicamente necessários), ao tempo em que o limite superior será determinado pelo contínuo confronto entre trabalhadores e o capital (ROSDOLKSY, 2001, p. 243). O trabalho “em” plataformas digitais consegue suplantado esse confronto, dado que todos os processos são continuamente revistos de modo a “forçar” um determinado ritmo de trabalho, especialmente com a contínua retroalimentação de bases de dados a nível global. Assim, o tempo socialmente necessário para a realização de uma atividade é cada vez mais subordinado ao controle exclusivo da própria plataforma.

Ademais, é importante pontuar e destacar a extração de mais-valor na atividade de intermediação. A discussão sobre a questão encontra abrigo no questionamento recorrente acerca da possibilidade de geração de valor nas esferas de circulação e distribuição de mercadorias. Sadi dal Rosso recupera a argumentação de Marx e conclui que “*O trabalho imaterial também é produtivo desde que atenda ao critério de ‘gerar diretamente mais-valia’*” (ROSSO, 2014, p. 82). Isso se apresenta de forma mais clara ainda no capítulo 14 d’O Capital do qual se extrai o seguinte trecho:

A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, mas essencialmente produção de mais-valor. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, por isso, que ele produza em geral. Ele tem de produzir mais-valor. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. (...) Assim, o conceito de trabalhador produtivo não implica de modo nenhum apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, surgida historicamente e que cola no

---

<sup>157</sup> Conforme (IBGE, 2023b): o profissional que “... obteve clientes e prestou serviços gerais (por exemplo, serviços de electricista, cuidado de pessoas, faxina etc.) ou profissionais (por exemplo, serviços de TI e programação, engenharia, arquitetura, tradução, redação, design, serviços jurídicos etc.) por meio de plataformas digitais/aplicativos de contratação de serviços, como GetNinjas, Parafuzo, Freelancer, Workana, 99freela etc.”

trabalhador o rótulo de meio direto de valorização do capital (MARX, 2013, p. 578)

Sendo assim, tratar o fenômeno a partir do termo plataforma permite compreender que os novos atores não são somente espaços de infraestrutura digital ou suportes tecnológicos, mas que constituem uma nova senda para diminuição dos custos de capital variável; ao tempo em que são mobilizadas múltiplas formas de organização do trabalho, especialmente a partir das possibilidades de controle total, não somente do processo laboral, mas da própria disponibilidade da força de trabalho. As palavras de ordem da administração científica, produtividade e eficiência, buscam ultrapassar fronteiras em todas as dimensões; se o tempo e a intensidade chegam ao seu limite nos processos padronizados que resultam na produção em massa; e se a busca pela flexibilização da produção chega ao seu limite no modelo sob demanda; logo, a próxima fronteira é a do trabalho controlado com a máxima eficiência conjugado a um trabalho no qual o risco da atividade econômica é terceirizado ao próprio trabalhador.

Nesse sentido, plataforma do trabalho é a expressão desse fenômeno de fronteira última na busca da máxima eficiência no gerenciamento do trabalho sob demanda. A moderna gestão de riscos opta deliberadamente por uma dupla atitude: a de transferência e de mitigação. O primeiro risco da atividade econômica encontra-se na constante imprevisibilidade da demanda. Esse risco é transferido (ou talvez eliminado) por intermédio do trabalho sob demanda, isto é, desloca-se o risco da imprevisibilidade para o trabalhador. O segundo risco, do gerenciamento que vise eliminar o desperdício de movimentos e ações, é mitigado por um modelo de retroalimentação no qual o administrador é despersonalizado e substituído por um modelo computacional.

A essa dupla atitude da plataforma pode-se citar uma terceira estratégia de mitigação de riscos que envolve a transferência dos perigos reais da atividade para o trabalhador, presente no modelo de terceirização clássica. O plataformizado que trabalha local e presencialmente deve preocupar-se também com a gestão de sua própria segurança e de seus processos de “qualidade” o que importa em uma autogestão de sua própria saúde física e mental. A flexibilização como processo ampliado possui impactos psicossociais e físicos que conduzem a uma espécie sociedade-patológica (AREOSA, 2018, p. 93)

Isto posto, o desenho dessa segunda parte da pesquisa encontra-se delimitado à categoria de trabalhadores que atuam como motoristas por aplicativo. Há uma relevante bibliografia que corrobora as condições materiais e as experiências dessa categoria, de modo a situar o caráter de sua precarização (MODA, 2020) (CASTRO, 2020) (CANNAS, 2022). Longas jornadas de trabalho com remuneração não adequada, riscos vinculados à segurança, não inserção em um sistema de seguridade social, dentre outros, são os elementos recorrentes em entrevistas e pesquisas quantitativas. Ademais, o próprio modelo de terceirização de riscos é um dos fatores de precarização, conforme desenvolvido na seção **Erro! Fonte de referência não encontrada.**

Dado esse contexto a pergunta central deve ser mobilizada: *“como é possível o processo de justificação (ou legitimação) do trabalhador frente às condições objetivamente precárias?”*. Como já ressaltado diversas vezes, há muitas respostas, mas a hipótese que motiva essa pesquisa encontra-se na forma como é construída uma hierarquização de um conjunto de valores morais, em estado pré-reflexivo, que não somente legitimam como transformam os trabalhadores em verdadeiros evangelistas do modelo em que estão inseridos.

Para o intento da argumentação da pesquisa esta seção será composta por uma descrição da pesquisa de campo, o que já indica muitos dos pressupostos de um discurso neoliberal nos termos daquilo desenvolvido na seção “Cidadão máximo, Estado mínimo” (seção 1.2). Em seguida será enfatizado como os processos de algoritmização dentro do processo produtivo afetam a organização e gestão do trabalho. Logo após será verificado como que os trabalhadores entendem sua auto-classificação. Essa dinâmica é bastante relevante na medida em que se percebe que a *tag* empreendedor não alcança esses trabalhadores na medida em que se espera, há uma recorrente auto classificação como autônomos, o que dá uma força e legitimidade muito maior às atividades que desenvolvem. A dimensão do liberalismo clássico, no sentido dos tipos de liberdade (cf. seção 1.1) será tratada em seguida mormente quanto às noções de responsabilidade e culpa. Por fim, a desconfiança será tratada em uma seção a parte dado que aparece como uma constante em todas as abordagens que foram realizadas. Não se trata de uma desconfiança exclusiva com o pesquisador/entrevistador, mas de um sentimento de suspeita e descrença com instituições, sejam quais forem. Esse receio com qualquer institucionalidade talvez seja o grau máximo na hierarquia de valores que aqui se busca argumentar. Ou seja, o trabalhador tem como topo da hierarquia de valores negativos a

institucionalidade, em todos os níveis, o que termina por figurar para além de suas opiniões, mas coloca-o em diversas atitudes de insegurança e ceticismo. Esse aspecto aparecerá de forma transversal em quase toda pesquisa.

### **2.3.1 Notas Metodológicas e Resultados Preliminares**

O primeiro desenho da pesquisa de campo com motoristas por aplicativo tinha como objetivo alcançá-los a partir de uma amostra aleatória. Havia uma intuição de que o chamamento de trabalhadores a uma entrevista poderia trazer um perfil mais uniforme ou homogêneo. Essa intuição se justificava previamente por pesquisas etnográficas e de opinião que indicam uma certa homogeneização no espectro político à direita, conforme pesquisa de Rosana Pinheiro-Machado (DW BRASIL, 2022) e pesquisa recente do Datafolha que aponta 30% dos entrevistados que se identificam como pertencentes à extrema-direita (REVISTA FÓRUM, 2024). Realizar entrevistas com respondentes voluntários não teria a capacidade de alcançar esse público que rejeita previamente o campo acadêmico ou o associa a um campo político de juízo de valor negativo. Ou seja, o objetivo de uma amostra aleatória seria o de alcançar, de alguma maneira, esses trabalhadores com certa aversão à academia e aos modelos críticos mínimos ao modelo de trabalho em que estão inseridos. Nesse sentido, o pequeno relato etnográfico a seguir demonstra não somente essa rejeição como também a forma como alguns conceitos e moralidades encontram-se introjetados.

A primeira estratégia consistiu em realizar o deslocamento para o local de maior densidade desses trabalhadores e que também possibilitasse abordá-los em um momento de intervalo intrajornada. Essa primeira tentativa ocorreu no Aeroporto Internacional de Brasília em setembro de 2023, local de grande fluxo e que também possui um espaço oficial da Uber para estacionamento e descanso.

Foram quatro dias de tentativas frustradas nos quais alternei entre distintas estratégias de abordagem e que geraram basicamente dois tipos de rejeição. O primeiro tipo de rejeição, mais comum, consistia em uma negativa advinda da perda de tempo que, por consequência, geraria um prejuízo financeiro. Ou seja, naquele espaço de tempo de vinte a trinta minutos o aplicativo poderia chamar ao trabalho e a negativa de realização de uma nova corrida poderia acarretar penalidades ou prejuízo. Para suprir a argumentação financeira, a partir do terceiro dia, em algumas abordagens em que isso foi tratado com muita ênfase, foi dada a opção de uma compensação financeira de vinte

reais pelo tempo gasto na entrevista. De igual maneira, houve rejeição sob a argumentação das penalidades ou também da perspectiva de que certamente haveria uma nova corrida em que se ganharia muito mais do que aquela compensação. A princípio fiquei próximo à área de comércio informal adjacente à área de estacionamento e descanso realizando as abordagens. Posteriormente fui próximo à área de embarque e desembarque, assim como também dentro da área de estacionamento. Essas mudanças de local permitiam que houvesse uma rotatividade entre os potenciais entrevistados.

O segundo tipo de rejeição, aconteceu somente em três oportunidades, mas foram notadamente marcantes. Essas recusas estavam bastante associadas à desconfiança que a presença de uma pessoa de uma instituição, ainda que enquanto aluno ou pesquisador, causava. Um dos abordados foi explícito na negativa: associou a UnB à Rede Globo e à esquerda e, conseqüentemente, não poderia participar. Os outros dois foram menos explícitos na argumentação, mas desenvolveram algumas poucas justificativas que associavam às universidades com a esquerda, o que era motivo suficiente para a recusa. Essas manifestações prévias corroboram a tese de que há o desenvolvimento de uma hierarquia de valores morais consolidada. No topo dessa hierarquia encontra-se o valor moral negativo que associa à esquerda, às universidades ou algum tipo de institucionalidade a algo necessariamente ruim.

É importante observar que não se trata necessariamente de uma expressão de dissonância cognitiva<sup>158</sup>, ou seja, não se tratou inevitavelmente de uma argumentação justificada em elementos epistemológicos. Quando o indivíduo é confrontado com uma situação de escolha ou conflito, a primeira instância de acesso para sua decisão é a pré-reflexão. O que se defende é que esse estado prévio está consolidado em uma ética consolidada em uma hierarquia de valores morais. A rejeição está associada ao valor moral negativo adjunto ao grupo “da esquerda” ou “da universidade”. É importante notar que quanto mais estável o grau desse valor dentro da hierarquia, mais simples é o ato de rejeitar ou aceitar. No caso em questão, a rejeição é imediata pois o valor está consolidado como superior e domina todas as outras instâncias.

Prejudicada a primeira estratégia, partiu-se para a abordagem inspirada em Sophie Bernard (BERNARD, 2023) assim como da Enquete Uber/RMBH (TOZZI,

---

<sup>158</sup> Não se quer dizer que o processo de dissonância cognitiva não exista, mas somente que ele é prévio à construção da hierarquia de valores morais.

2023). Essa metodologia consiste em realizar solicitações de viagens pelo aplicativo Uber e solicitar ao profissional uma entrevista. Foram realizadas 22 (vinte e duas) entrevistas entre outubro e dezembro de 2023. Foram escolhidas rotas que, apesar de distantes, seriam chamativas para o próprio motorista, ou seja, que dariam um retorno financeiro, além de permitirem que a próxima corrida estivesse em um local de grande circulação. As rotas variaram entre três pontos principais: W3 Norte (em distintos pontos), Taguatinga Shopping e ParkShopping, ou seja, viagens que durariam, no mínimo, trinta minutos e que também não exigiriam uma atenção redobrada ao trânsito por se tratarem de rotas, na maior parte do tempo, retas e sem semáforos. Não houve recusas às entrevistas, a despeito de efetivamente três participantes não saírem de respostas monossilábicas. Houve recusa à gravação do áudio por parte de três dos entrevistados.

Esse tipo de abordagem provou-se bastante efetivo dado que a primeira reação de desconfiança é colocada em suspensão por uma conversa prévia no qual o instrumento de pesquisa é melhor explicado, inclusive no adiantamento de diversas das questões. Nesses momentos prévios à gravação, assim como na continuidade após desligar o gravador, assuntos adicionais surgem de forma bastante orgânica, o que dá sustentação à qualidade da abordagem. Além disso, percebeu-se que, em determinados casos, os trinta ou quarenta minutos não seriam suficientes considerando a abertura que previamente não havia sido alcançada. Em dois casos houve abertura para a continuação da entrevista em momento posterior. Assim, a própria dinâmica de distribuição de viagens pelo aplicativo foi responsável por uma seleção aleatória da amostragem. O perfil de fato apresentou-se bastante randomizado, conforme pode-se observar no quadro abaixo

#	Idade	Raça	Mora	Escolaridade	Há quanto tempo atua?	Religião	Classificação
U01	32	Branco	Guará	Superior Completo. Direito	4 anos	Católico	Autônomo
U02	34	Pardo	NI	Superior Incompleto. Contabilidade e Secretariado-Executivo	2 anos	Evangélico	Autônomo
U03	26	Preto	Ceilândia	Superior Completo. Farmácia	3 anos e meio	Católico	Autônomo/Empreendedor
U04	31	Preto	Recanto das Emas	Ensino Médio	4 anos e meio	Protestante - Não praticante	Autônomo

U05	29	Pardo	Luziânia/GO	Ensino Médio	4 meses	Evangélico	Autônomo/Empreendedor
U06 <sup>1</sup>	28	Pardo	Jardim Botânico	Superior Completo. Engenheiro Civil	3 anos	Católico	Autônomo/Empreendedor
U07	42	Pardo	Itapoã	Pós-Graduação em Logística	7 meses	Cristão - Evangélico, mas vai na Católica	Autônomo
U08 <sup>1</sup>	67	Pardo <sup>3</sup>	Águas Claras	Superior Completo. Teologia	3 anos	Evangélico - Batista	Autônomo
U09	32	Negro	Recanto das Emas	Ensino Médio	4 anos	Evangélico	Empreendedor
U10	40	Pardo	Luziânia/GO	Ensino Médio	9 meses	Católico - Não praticante	Autônomo/Empreendedor
U11	44	Pardo <sup>3</sup>	Novo Gama/GO	Ensino Médio	5 anos	Evangélico	Autônomo
U12	43	Pardo	Plano Piloto	Ensino Médio	6 anos e meio	Católico	Autônomo/Empreendedor
U13	37	Pardo	Samambaia	Superior Incompleto. Educação Física	4 anos	Sem religião	Autônomo/Empreendedor
U14 <sup>2</sup>	NA	NI	NI	Superior. Biomedicina	10 meses	Católica	Empreendedor
U15	58	Pardo	Gama	Superior. Pedagogia/Direito	3 anos	Evangélico	Autônomo
U16	72	Branco <sup>3</sup>	Águas Claras	Ensino Médio	4 anos	Católico	Autônomo
U17	29	Pardo <sup>3</sup>	Arniqueiras	Superior Incompleto. Agronomia	4 anos	Católico	Autônomo
U18	32	Pardo <sup>3</sup>	Planaltina/GO	Ensino Médio	11 meses	Católico	Autônomo
U19	30	Pardo	Planaltina	Ensino Médio	3 anos e meio	Católico	Autônomo
U20	68	Pardo	Cruzeiro	Superior Incompleto. Agronomia	2 anos	Católico	Autônomo
U21	57	Branco	Vicente Pires	Ensino Fundamento Incompleto	7 anos	Cristão - Sem especificar - Não praticante	Autônomo
U22	29	Pardo	Luziânia/GO	Ensino Médio	4 meses	Evangélico	Autônomo/Empreendedor

**TABELA 8 – QUADRO RESUMO - INFORMAÇÕES SOCIODEMOGRÁFICAS DOS ENTREVISTADOS - MOTORISTAS**

<sup>1</sup> Não permitiram a gravação

<sup>2</sup> Única do gênero feminino

<sup>3</sup> Entrevistados que tiveram algum tipo de ressalva na autoidentificação de raça/cor

Assim, o perfil dos entrevistados teve uma amplitude de idade dos 26 aos 72 anos com média de 40 anos. Cerca de 68% se autoidentificaram como pardos. Houve representantes de 15 localidades distintas, dos quais se destacam três da região do entorno do Distrito Federal. Quanto à escolaridade, tem-se 50% dos entrevistados com

nível superior, seja em curso, completo ou incompleto. O menor tempo de atuação como motorista por aplicativo foi de quatro meses, enquanto o maior é de sete anos. No tocante à religião tem-se um percentual de 50% de católicos, seguido por 45% de evangélicos. Em complemento aos dados sociodemográficos mais fixos foi acrescida a coluna de autoclassificação quanto à categoria profissional em que estavam inseridos. Eram apresentadas diversas possibilidades como “autônomo/conta-própria, empresário, empregado ou empreendedor”. A isso se seguia a pergunta se além da primeira categoria escolhida o entrevistado se identificava como mais alguma categoria. Disto, obtém-se cerca de 60% dos entrevistados que se classificam exclusivamente como autônomos, seguido de cerca de 32% que se identificam no binômio autônomo/empreendedor e somente cerca de 8%, em termos absolutos, somente dois entrevistados que se identificam exclusivamente como empreendedores.

Foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas que permitem aferir de forma mais abrangente os assuntos tratados pois permitem a observação tanto de opinião quanto de atitude <sup>159</sup>. Além disso, entrevistas direcionadas tendem a levantar informações acerca de aspectos que estão em um contexto mais abrangente. O roteiro das entrevistas semi-estruturadas encontra-se na Tabela 16 – Roteiro – Entrevista Semi-Estruturada - Motoristas por Aplicativo e guarda semelhança com alguns aspectos e justificativas apresentadas para o roteiro dos grupos focais de MEIs (Tabela 12 – Roteiro Grupos Focais). Nesse sentido, as poucas perguntas mais fechadas, notadamente a questão de raça/cor e de religião também foram interpeladas de forma a permitir uma autoidentificação, sem necessariamente apresentar uma classificação prévia. Portanto, encontra-se no campo raça/cor a distinção entre “negro” e “preto”, pois adveio dos próprios respondentes a identificação. De igual maneira, foram mantidas as diversas classificações quanto à religião, sendo possível uma agregação parcial. Ainda sobre esse aspecto foi importante observar que a questão de raça/cor causou uma autorreflexão em pelo menos cinco dos respondentes, o que aparece como resultado final é a própria conclusão de cada um.

---

<sup>159</sup> Entendendo-se a atitude pelo olhar mais afetivo e opinião pela visão cognitiva (GIL, 2008, p. 136)

## *Uma análise quantitativa*

À pesquisa de campo descrita anteriormente incorpora-se uma análise de cunho quantitativo realizada a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNADc do IBGE. No último trimestre de 2022 foi divulgado um módulo específico sobre teletrabalho e trabalho por plataformas digitais <sup>160</sup>. Essa análise será instrumentalizada para relacionar as condições materiais de trabalho e o alinhamento ou distanciamento com os discursos observados nas entrevistas. Deve-se alertar, entretanto, que alguns resultados apresentados, importantes para entender o cenário maior, não necessariamente estarão em uma análise pormenorizada, servindo somente para o contexto de compreensão da categoria.

A pesquisa fez uma subdivisão de trabalhadores plataformizados a partir de quatro grupos. A divisão ocorre a partir da condição: se a pessoa, em seu trabalho único ou principal, obteve clientes ou prestou serviços por meio de aplicativo de: (i) táxi; (ii) transporte particular de passageiros diferente de táxi; (iii) entrega de comida, produtos etc.; (iv) prestação de serviços gerais ou profissionais (IBGE, 2023b).

A pesquisa (IBGE, 2023c) estimou cerca de 2,1 milhões de pessoas que trabalhavam por meio de plataformas digitais de serviços ou obtinham clientes e efetuavam vendas por meio de plataformas de comércio eletrônico como trabalho principal. Destes, tem-se cerca de 1,49 milhão de pessoas em plataformas digitais de serviço. As quatro categorias anteriormente indicadas não eram exclusivas, ou seja, a pessoa podia indicar acumular mais de uma categoria. Assim, tem-se uma divisão percentual de 47,2% para transporte particular de passageiros, 39,5% para entrega de comida e produtos, 13,9% para aplicativo de táxi e 13,2% de prestação de serviços gerais ou profissionais<sup>161</sup>.

---

<sup>160</sup> Conforme Nota Técnica 2/2023 o módulo teve como principal objetivo: “identificar as pessoas que, no 4º trimestre de 2022, trabalhavam por meio de plataformas digitais de serviços ou obtinham clientes e realizavam vendas por meio de plataformas de comércio eletrônico no trabalho principal, considerando a população ocupada na semana de referência de 14 anos ou mais de idade, exclusive empregados no setor público e militares.” (IBGE, 2023b)

<sup>161</sup> Pela possibilidade de se marcar mais de uma opção, o percentual ultrapassa cem por cento. Nas desagregações realizadas nessa pesquisa entende-se que a dupla marcação pode prejudicar análises de renda e jornada. Isto é, ao se analisar, por exemplo, exclusivamente o trabalho de transporte de passageiros haverá uma parcela que acumulará com outro tipo de trabalho e que apresentará reflexos nas variáveis de renda e jornada. Assim, ainda que se capture a renda e jornada individual, a análise do grupo poderá ficar prejudicada. Nesse sentido, optou-se pela seguinte estratégia: (i) agregar os que exercem a atividade de táxi e de transporte de passageiros; (ii) as duas categorias seguintes apresentam a ordem de preferência anterior, seguido da atividade de entrega e, por fim, de outras atividades. Em outras palavras:

Um olhar mais geral para todos os trabalhadores plataformizados indica um perfil de gênero majoritariamente masculino (81,3%), com predominância de faixa etária entre 25 e 39 anos (48,4%) e com o nível de instrução concentrado no nível médio (61,3%). Todas essas três variáveis se apresentam mais concentradas nesses estratos na comparação com trabalhadores não plataformizados, conforme pode-se observar na Figura 6. Acrescente-se a esse cenário que esses trabalhadores exercem, em imensa maioria, somente um trabalho, não podendo se caracterizar esse tipo de trabalho como um complemento de renda. O percentual alcança 95% dos trabalhadores<sup>162</sup>.

Outra informação que merece destaque diz respeito à quantidade de profissões em que se auto classificaram os trabalhadores, 78 profissões no total<sup>163</sup>. Para o grupo de transporte há uma homogeneidade dado que tem-se somente dois códigos CNAE recorrentes, o mais adequado “*Transporte rodoviário de passageiros*” e o que se apresenta de forma mínima: “*Atividades de malote e entrega*”. Para o grupo de entregadores tem-se 18 profissões associadas, sendo a mais recorrente “*Atividades de malote e entrega*” e, com o mesmo peso, “*Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas*”. Por fim, a categoria guarda-chuva (Outros) tem 74 atividades profissionais, dos quais se destaca especialmente a categoria “*Transporte rodoviária de carga*”.

A pesquisa apresentou, ainda, dois importantes e inéditos conjuntos de dados. O primeiro diz respeito à percepção de dependência do aplicativo. Eram quatro perguntas: “*Nesse trabalho, era o aplicativo que determinava...*” a) O valor a ser recebido por cada tarefa realizada ou trabalho entregue?; b) Os clientes a serem atendidos?; c) O prazo para realização da tarefa ou atividade?; d) A forma de recebimento do pagamento?. Conforme se observa na Figura 7, para motoristas por aplicativo o maior percentual concentrou-se na variável referente ao valor a ser recebido, ou seja, 97,3% dessa categoria entende que é o aplicativo que determina o valor por tarefa ou trabalho. Já a

---

se a pessoa indicou táxi ou transporte foram somados em uma única categoria, sem repetição. Se a pessoa indicou “táxi + entrega” ou “táxi + outros” o indivíduo será contabilizado na categoria transporte. Se a pessoa indicou “entrega + outros” será contabilizado na categoria de entrega. Essa opção metodológica não apresenta um distanciamento entre os números aqui trabalhados e os apresentados pelo IBGE. Nesse sentido, observemos: a categoria “transporte” apresenta cerca de 778 mil pessoas tanto pela metodologia apresentada quanto no informativo IBGE (IBGE, 2023c, p. 3). A categoria “Entrega” nesta pesquisa apresenta cerca de 541 mil indivíduos, enquanto no IBGE esse número sobe para 589 mil. A categoria “Outros” aqui tem cerca de 170 mil pessoas, já no IBGE 197 mil pessoas.

<sup>162</sup> A variável V4009 questiona: “Quantos trabalhos tinha na semana de referência?”

<sup>163</sup> Foi utilizado um filtro a partir da variável V4013 que faz referência à CNAE – Domiciliar que, por sua vez, contém cerca de 460 atividades.

menor taxa de dependência está vinculada à percepção do prazo para realização da atividade, para o qual 67,5% entendem haver essa determinação via aplicativo. Esse é um indício interessante de como o algoritmo é capaz de movimentar essa distinção entre a liberdade de jornada (que usualmente se associa à autonomia) e a liberdade de renda que, a partir dessa percepção, gera uma pretensa transparência na noção de construção salarial por tarefa.

O segundo conjunto de dados (Figura 8) versa sobre os fatores que influenciam na determinação da jornada do qual se depreende que a dimensão da liberdade de realizar a própria jornada se apresenta com um alto percentual de influência (83,8%). Ao tempo em que as ameaças de punições e bloqueios são entendidas com grau de influência menor (42,3%). Novamente, a liberdade de realização da própria jornada apresenta-se como fator preponderante para a disponibilidade de tempo que esses trabalhadores dispõem para o aplicativo.

Ao se realizar uma desagregação comparativa entre as três categorias (transporte, entrega e outros) e dada a escolha metodológica (cf. nota de rodapé 161) tem-se que mais da metade de trabalhadores plataformizados encontram-se na atividade de transporte de passageiros (52,2%). A renda média geral de trabalhadores plataformizados é de R\$ 2.645<sup>164</sup>. Ao se olhar a separação entre categorias, entretanto, tem-se o seguinte cenário de valor aproximado: R\$ 2.300 para “transporte”, R\$ 2.040 para “entrega” e R\$ 2.680 para “outros”. Uma análise de boxplot de renda<sup>165</sup> nos permite observar os quantis, o que nos indica que a renda dos 25% a 75% dos trabalhadores de transporte está entre R\$ 1.500 e R\$ 3.000 superior ao dos seus correlatos nos aplicativos de entrega, conforme abaixo:

---

<sup>164</sup> Ao analisar o informativo do IBGE (IBGE, 2023b, p. 6) percebe-se que foi utilizada a variável VD4016 que consiste na escolha metodológica pela renda habitual (e não efetiva) somente do trabalho principal (e não de todas as rendas). Avaliar todas as rendas aumenta o valor e olhar somente a renda efetiva diminui. Para o propósito dessa pesquisa entende-se que é melhor manter a escolha metodológica do IBGE para as desagregações subsequentes.

<sup>165</sup> Foram retirados outliers para esse gráfico, mais especificamente os respondentes que indicaram valores acima de R\$ 10.000

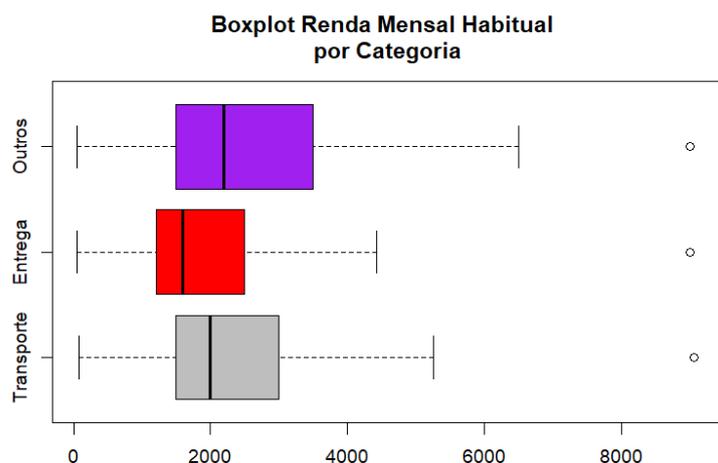


GRÁFICO 10 - RENDA MENSAL HABITUAL POR CATEGORIA

A despeito de uma renda intermediária entre as suas correlatas atividades, a jornada de trabalho dessa categoria é bastante superior aos demais. No intervalo de 25% a 75% tem-se uma jornada que varia de 40 a 56 horas para transporte, 40 a 50 para entrega e 30 a 48 para “outros”, conforme se observa no gráfico a seguir:

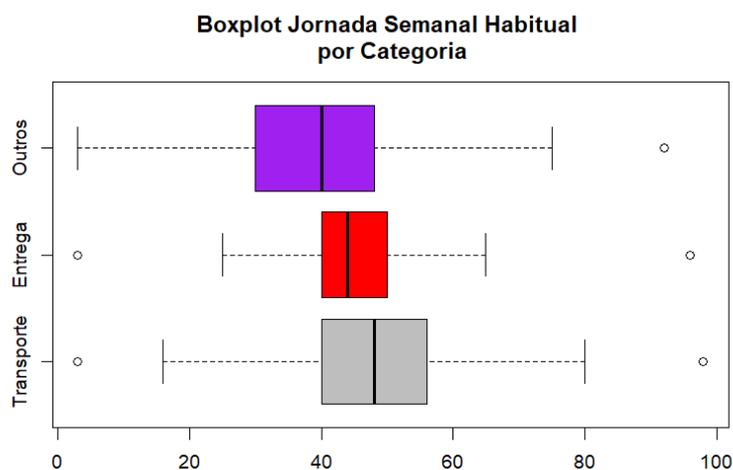


GRÁFICO 11 - JORNADA SEMANAL HABITUAL POR CATEGORIA

Comparar a categoria de motoristas com seus correlatos de trabalho plataformizado nos desvela um cenário da própria dinâmica interna de trabalho. As jornadas de entregadores ficam restritas a um horário comercial ou pelo menos a um primeiro período noturno até cerca de meia-noite, com um início habitual por volta de

meio-dia. Para motoristas por aplicativo o tempo de trabalho a disposição, entretanto, pode ocorrer em literalmente todas as horas do dia o que permite a prolongação de sua jornada semanal.

Apresentado o cenário de condições materiais, assim como as escolhas metodológicas<sup>166</sup>, passaremos a discorrer sobre as formas de articulação desse éthos que perpassa os trabalhadores plataformizados. Nesse sentido, será trazida a discussão sobre controle algorítmico, a auto-classificação dos trabalhadores como autônomos ou empreendedores e as mobilizações de conceitos e afetos como responsabilidade, culpa e desconfiança.

### **2.3.2 A dimensão do controle ou sobre algoritmização**

*“A plataforma é bem complexa (...) ela dá oportunidade a todos, acho que ela é justa nesse sentido”* foi a resposta do entrevistado U07 (42, pós-graduado) ao refletir sobre serem seus colegas de profissão concorrentes entre si. Antes de iniciarmos uma reflexão mais apurada sobre a questão do controle ou da subordinação não se pode esquecer desse horizonte de autopropaganda por parte das plataformas digitais: a distribuição de demandas e tarefas é justa e está de acordo com um determinado complexo sistema de regras.

Essas prescrições são parcialmente explícitas e dão uma margem de discricionariedade aparentemente transparente. O entrevistado U20 (68, aposentado) discorreu algum tempo sobre o conhecimento dessas regras e como elas estão disponíveis: o motorista começa em uma determinada categoria e sobe a cada quinhentas corridas realizadas. Cada corrida vale um ponto e é dobrado nos períodos de sete as dez da manhã e cinco as sete da noite. As corridas são mais bem distribuídas aos que possuem essa maior pontuação ao que se agregam regras que considerarão a taxa de aceitação e a nota dos usuários. Para alguns dos motoristas, a depender de sua categoria, é mostrada a taxa do aplicativo que pode chegar até a 40%.

Algoritmo no sentido original, matemático, pode ser definido com o encadeamento de instruções bem definidas que, se seguidas a partir de um determinado conjunto de regras, permitirá a resolução de um problema; uma receita, como se diz

---

<sup>166</sup> A investigação ocorreu sob esse processo de retroalimentação com o objetivo de realizar uma determinada inferência, tendo como horizonte a noção de que conteúdo é também método (KING; KEOHANE; VERBA, 1994). De modo que esses dados servirão à teoria como formas de reformulação, redefinição e esclarecimento de conceitos (LAKATOS; MARCONI, 1991).

popularmente. É importante manter à vista essa noção pois ela encontra-se de forma subjacente na percepção dos trabalhadores que percebem suas relações como um “acordo” ou um “contrato” que, se cumprido à risca será recompensado de forma justa, conforme ênfase dada pelo U16 (72, aposentado).

Sob uma perspectiva tecnológica ou informacional o algoritmo assume uma maior complexidade. Há centralidade não somente no conjunto de regras codificadas, mas no conjunto de dados que podem auxiliar os processos iterativos do próprio conjunto de regras. Em outras palavras, algoritmos não são puramente softwares, mas *“procedimentos codificados que, com base em cálculos específicos, transformam dados em resultados desejados.”* (GILLESPIE, 2018, p. 97). De tal maneira, propõe-se que uma análise ampliada das aplicações algorítmicas deve levar em consideração os seguintes aspectos:

- (i) o próprio conjunto de regras, ainda que codificado;
- (ii) os diversos conjuntos de técnicas matemáticas e estatísticas para melhoria dos modelos;
- (iii) as bases de dados.

Estas últimas (iii) compõem o substrato para as técnicas citadas em (ii) e para redefinição do corpo de regras (i). A separação entre o algoritmo em si (conjunto de regras) e as bases de dados é bastante relevante, na medida em que se deve entender que toda e qualquer base de dados é também tratada e não somente coletada, conforme justifica por Gillespie:

Os algoritmos são máquinas inertes e sem sentido até serem combinados com bancos de dados para com eles funcionar. Uma pesquisa sociológica sobre um algoritmo deve sempre levar em consideração os bancos de dados aos quais ele está ligado; não fazê-lo seria o mesmo que estudar o que foi dito em um protesto público, sem perceber que alguns dos protestantes foram barrados na entrada do parque. (...) No entanto, podemos tratar os dois como analiticamente distintos: antes que os resultados possam ser fornecidos algorítmicamente, a informação deve ser coletada, preparada para o algoritmo e, às vezes, excluída ou rebaixada. (2018, p. 98–99)

A proposta de uma análise tripartite tem por objetivo explicitar a questão da agência. Especialmente pensando que as mediações via algoritmo não são construídas

de maneira neutra (GROHMANN, 2020, p. 109) (FILGUEIRAS; ANTUNES, 2020) e que geram vieses como o de racismo algorítmico<sup>167</sup> (SILVA, 2022) apoiado tanto na opacidade do conjunto de regras quanto no não-tratamento de bases de dados que emulam concepções hegemônicas<sup>168</sup>.

Ao estabelecer no horizonte teórico uma abordagem relacional objetiva-se uma análise que alcance o impacto de elementos não-humanos. Nesse sentido, é mais valioso observar as relações entre esses elementos internos de composição do algoritmo do que tentar defini-lo em uma redoma ontológica. Sem adentrar em uma restrição conceitual, pode-se trazer à argumentação a centralidade da agência de elementos não-humanos a partir do conceito de ator de Latour para o qual *“An ‘actor’ in AT is a semiotic definition -an actant-, that is, something that acts or to which activity is granted by others. It implies no special motivation of human individual actors, nor of humans in general”* (LATOURE, 2017, p. 7). Isso significa atribuir agência, ou seja, capacidade de ação, sem necessariamente atribuir motivação intrínseca. O conjunto de regras, as técnicas e as bases de dados (a composição tripartite do algoritmo) não somente agem como possuem a capacidade de levar outros à ação.

Mas afinal, qual a implicação de realçar a capacidade de ação de entidades não-humanas? O objetivo é o de evidenciar que afirmar *“o algoritmo calcula um pagamento justo”* ou que *“a Uber oferta um pagamento justo”* são figurações completamente distintas para uma mesma ação. As figurações dão formas, roupagens e corpos diferentes a um mesmo actante inclusive com uma ação semelhante (LATOURE, 2012, p. 85–87). Assim, o que se quer destacar com *“o algoritmo”* é uma figuração que traduz uma fatalidade de um conjunto de regras intransponível, ao tempo em que ao se citar a entidade *“Uber”* tem-se a possibilidade de uma motivação em que a mediação seja possível. Ao se realizar uma determinada escolha semântica, a relação pode trasladar o predicativo de um lado a outro, ou seja, a entidade *“plataforma digital”* assume uma similitude com o algoritmo.

Ademais, é como se o conjunto de regras (i) guardasse um explícito potencial de motivação do qual se depreende uma possibilidade de disputa; já as técnicas estatísticas

---

<sup>167</sup> A definição *“modo pelo qual a disposição de tecnologias e imaginários sociotécnicos em um mundo moldado pela supremacia branca realiza a ordenação algorítmica racializada de classificação social, recursos e violência em detrimento de grupos minorizados”* (SILVA, 2022, p. 66)

<sup>168</sup> Nesse sentido, aponta-se a extensa base de dados chamada *Discriminação e Danos Algorítmicos*, que mapeia casos, reportagens e reações sobre discriminação algorítmica, disponível em: <https://tarciziosilva.com.br/blog/destaques/posts/racismo-algoritmico-linha-do-tempo/>

(ii) e as bases de dados (iii) advogam uma impossibilidade de mudança. Associar o algoritmo exclusivamente aos aspectos dessa fatalidade técnica é o exercício semântico mais recorrente.

Todavia, as bases de dados e as técnicas estatísticas associadas passam por um processo de refinamento contínuo especialmente a partir da expansão dos bancos de dados. Como a própria empresa indica, é utilizado um modelo Estimated Time of Arrival (ETA) com o objetivo de “*calcular tarifas, estimar horários de coleta, combinar passageiros com motoristas, planejar entregas e muito mais.*” (UBER, 2022) (tradução nossa). Reduzir os erros do ETA significa melhorar a eficiência, ou em outras palavras, aumentar o valor de mercado do algoritmo. Diminuir as taxas de erros de predição do algoritmo a partir da diminuição dos erros da média do ETA tem influência nas taxas, já para a predição de demandas, por exemplo, o 95-quantil tem maior relevância (HU et al., 2022, p. 6), dentre outras técnicas específicas. Para que se tenha dimensão da quantidade de informações quando se aborda esse tipo de escalonamento, os experimentos indicados no artigo anterior utilizaram uma base de dados de treinamento para *Machine Learning* de 14 dias o que significou 1.4 bilhão de registros ETA (HU et al., 2022, p. 7). Foi nesse sentido que se desenvolveu o DeepETA pois “*Eventualmente, chegamos a um ponto em que aumentar o conjunto de dados e o tamanho do modelo usando XGBoost tornou-se insustentável. Para continuar a dimensionar o modelo e melhorar a precisão, decidimos explorar deep learning (...)*” (UBER, 2022) (tradução nossa).

Quer-se apontar com essa pequena digressão que a transformação de dados em resultados desejados passa por uma contínua busca deliberada do ideal maior de eficiência, especialmente por intermédio dessa contínua retroalimentação de dados. Ou seja, os dois últimos compostos de um algoritmo atuam também como expressão deliberada, sendo passíveis também de disputa. Além disso, é importante observar que ao se alcançar modelo estatístico último (ou ótimo) - que possa reduzir os erros nas predições de demanda e taxas - ainda se tem um crescente banco de dados que necessita de tratamento. Não se quer advogar, entretanto, uma espécie de ludismo ingênuo que se coloca com ojeriza prévia a qualquer avanço de processo técnico. Ao contrário, apontar que as técnicas envolvidas e a retroalimentação de dados observam determinados parâmetros de forma deliberada significa entender que a atribuição semântica de neutralidade não se sustenta. Essa afirmativa não precisaria sequer ser repassada pela

via tecnológica bastando observar o papel dos incentivos que atuam como reguladores de externalidades negativas.

Aliás, é de se destacar que a contínua melhoria de processos estatísticos também visa eliminar a necessidade de correções via incentivos e prêmios. Como destaca o U13 (37 anos, 4 anos como motorista) os incentivos e promoções eram mais presentes nos anos iniciais. Para além de um processo de correção contínua, o próprio conjunto de regras, na medida em que ficam parcialmente transparentes, funcionam como uma espécie de regulador comportamental. Poucos entrevistados citaram valores, mas dois deles citaram uma meta diária de duzentos reais por dia, ao tempo em que alguns citaram uma meta vinculada a um teto de horas, como destaca um dos entrevistados:

Esse é o enigmático do aplicativo. É você estipular a meta. Alcançou, para. Porque senão, você fica escravo. Você se torna um trabalho escravo porque você não vai ter hora de descanso. Foi tanto que a Uber criou as seis horas offline. Você tem que ter seis horas de descanso. Você alcança as 12 horas de corrida automaticamente o aplicativo fica offline. Ele não abre mais. U11 (44 anos, 5 anos como motorista)

Portanto, essa escolha por um determinado modelo estatístico que melhora os erros de predição aliado a uma transparência parcial de como as regras do jogo funcionam terminam por moldar também as diversas formas de se posicionar frente ao trabalho. É recorrente a noção de que se deve tratar a atividade como um trabalho com cumprimento de horário e metas diárias. Em resumo, a categoria “sucesso” para o U01 (32, sup. completo) se alcança ao se “*levar [a atividade de motorista] como trabalho*”.

Outrossim, é de se notar que o tempo socialmente necessário para execução de uma tarefa - o que *offline* pode ser um processo com maior possibilidade de disputa direta - agora encontra-se completamente “estrangulado” por um conjunto de técnicas que busca recalcular essa média necessária (ou o ponto ótimo ideal) constantemente. Essa ponderação serve para destacar a tipologia a partir da dimensão “controle”. Tem-se um típico trabalho “em” plataformas digitais, isto é, um trabalho que exerce um controle rígido de processos que nivela a média de tempo do trabalho de forma unilateral ao tempo em que o rebaixa de forma coletiva.

### 2.3.3 Autônomo ou Empreendedor?

Empreendedorismo é a palavra de ordem quando se versa sobre trabalho por plataformas digitais. Advoga-se como empreendedor aquele que não é necessariamente o clássico agente inovador, mas sim o que se reinventa como próprio patrão, dono de si, que faz seus horários; o que significa, em termos gerais, colocar o termo em uma aura nebulosa para tornar-se “*genericamente sinônimo de assumir riscos da própria atividade*” ao tempo em que opera um “*deslocamento do desemprego enquanto questão social para uma atribuição ao indivíduo da responsabilização por sua sobrevivência em um contexto de incerteza e precariedade*” (ABILIO, 2019, p. 4). No Brasil, o empreendedorismo pelo viés do “cidadão produtivo” se desenvolve com bastante força a partir da década de 1990 no contexto de desemprego elevado somado ao avanço de perda de direitos. Esse contexto desemboca em associar a empregabilidade desde um aspecto exclusivamente individual:

Entre empresários e agentes do governo, afirmou-se persistentemente que o tema do desemprego era uma questão da esfera do individual, e não do social, cabendo ao trabalhador superá-lo através da qualificação profissional e da sua capacidade de iniciativa, adequando-se às exigências do mercado e, com isso, tornando-se “empregável”. (...) Ser “empregável” é um modo de ser “empreendedor de si mesmo”. São ideias que se potencializam e se complementam. (LIMA; OLIVEIRA, ROBERTO VÉRAS, 2021, p. 910–911)

A pesquisa indica que os discursos de liberdade e autonomia de fato são recorrentes, mas a autoclassificação como empreendedor não é um elemento tão regular quanto se esperava. Dos 22 entrevistados, somente dois se entendem exclusivamente como empreendedores, sendo os demais autocaracterizados como autônomos. A pergunta complementar aos entrevistados ao fim da primeira classificação era se se classificavam também em outra categoria. Dentre os que se classificaram como autônomo, somente sete indivíduos entendiam essa dupla categorização, como autônomo e empreendedor.

A análise desse resultado passa não somente pelas mobilizações de conceitos específicos de liberdade e autonomia, conforme será mais bem desenvolvido na seção seguinte, mas também pelas experiências profissionais prévias. O segundo questionamento “*Você migrou de alguma outra atividade? Já iniciou sua vida*

*profissional como motorista?”* nos dá indícios de como as experiências de migração podem dar um cenário mais complexo para uma classificação de profissional autônomo. Uma tentativa de agrupamento nos dá o seguinte cenário:

<b>Houve migração de outra atividade?</b>	<b>Qtde<sup>1</sup></b>
Trabalhava com carteira assinada – CLT	12
Aposentado	4
Acumula com outro negócio próprio	2
Acumula com outro emprego CLT	1
Trabalhava como autônomo	1
Sempre como motorista	1

TABELA 9 – MIGRAÇÃO DE ATIVIDADES PROFISSIONAIS - MOTORISTAS

<sup>1</sup> Houve uma ausência de resposta, por isso 21 registros.

O primeiro realce nesses dados recai no pequeno número (somente três) de entrevistados que acumulam a atividade de motorista com outras distintas. Não obstante, pode-se colocar os aposentados também como profissionais que complementam renda, ampliando-se para sete o número de trabalhadores com dupla renda.

O número elevado de pessoas aposentadas aponta para um caminho em que mesmo a inclusão em um sistema de seguridade pode não ser suficiente para suprir as necessidades dos trabalhadores. São quatro distintas trajetórias, sendo um militar reformado, um aposentado da área de segurança, outro como mestre de obras e o último como mecânico. Três deles apontam a atividade como um complemento de renda, ao tempo em que um destaca a atividade como um *hobby* ou uma espécie de terapia ocupacional. A análise da dupla jornada do aposentado é uma dimensão que não será tratada nessa pesquisa e que apareceu como um dado não esperado. Entretanto, para além de análise que considere a potencial insuficiência de renda, tem-se um outro destaque a partir do indicativo das metas diárias. Somente um deles tem meta diária, para os demais, além de não haver meta são os únicos com jornadas de 7 a 8 horas por dia sem a atuação diária. De forma indireta, pode-se chegar à conclusão de que uma jornada diária digna com descanso semanal está restrita àqueles que já possuem uma renda vinculada, notadamente a da categoria que não demanda a oferta do tempo de trabalho.

A perspectiva do trabalhador brasileiro de alcançar o status de autônomo não é recente na história nacional, conforme destacado na seção **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, especialmente a partir das pesquisas de Brandão Lopes que verifica esse ideário a partir de operários que migraram do meio rural<sup>169</sup>. Uma outra investigação, agora em uma indústria automobilística e realizada em 1963, evidencia que essa aspiração tem forte vínculo a partir de um conjunto de percepções das próprias condições de controle do tempo e da natureza da atividade. A questão “*Se por acaso o Sr. saísse da Empresa Automobilística que tipo de trabalho o Sr. iria procurar em primeiro lugar?*” obteve um percentual maior entre operários do que entre ferramenteiros<sup>170</sup> ao que justifica Leôncio Martins Rodrigues:

A aspiração de trabalhar por conta própria é mais acentuada entre os operários do que entre os ferramenteiros. Isso pode ser explicado pelo fato de estes últimos possuírem uma formação profissional mais completa, receberem salários mais elevados, realizando tarefas mais agradáveis e interessantes. Não estão submetidos a controle de tempo, e o tipo de trabalho que efetuam, ao contrário dos operadores e montadores, é de natureza a despertar maior interesse, escapando da monotonia que envolve as funções de trabalhadores especializados na realização de certas tarefas simples. (RODRIGUES, 2009, p. 40)

O trabalhador por plataformas digitais que transicionou de um trabalho formal apresenta uma combinação de motivações, dos quais é possível analisar desde um conjunto negativo e outro positivo. As motivações de ordem positiva são as mobilizadas pelo discurso hegemônico: com especial foco em melhores ganhos e autonomia para fazer a própria jornada. De fato, as experiências prévias dos entrevistados envolvem, por exemplo, o trabalho em escala 6x1 ou as escalas de trabalho formal que vinculam um salário-mínimo a uma jornada de 44 horas semanais. Esse último ponto indica uma outra percepção justificadora: ainda que o mote “*quanto mais trabalho, mais renda*” não se justifique frente à homogeneização de renda, é “palpável” para o trabalhador a “construção” do seu salário. É nesse sentido que sete dos entrevistados percebem que há uma jornada superior de fato, mas justificável frente a uma simétrica renda superior dadas as experiências anteriores. Talvez o aspecto mais relevante do processo de gamificação tenha relação com esse aspecto de transformar o assalariamento em

---

<sup>169</sup> Ainda que a classificação naquela pesquisa seja do “conta-própria” tem-se uma semelhança nos ideais de se livrar do controle de horário e do patrão.

<sup>170</sup> Operários altamente qualificados em comparação ao subgrupo de operários, como trata o autor.

recompensa em pequenas quantidades. É nesse sentido que van Doorn (DOORN, 2020, p. 7) faz uma analogia entre o comportamento do apostador de máquinas eletrônicas com o trabalhador plataformizado, notadamente no contínuo *cálculo* (valerá a pena?) entre aceitar ou rejeitar pequenas quantidades de trabalho. O comportamento associado à gamificação enquanto um cálculo vai além, todavia. Parece-nos que o maior impacto comportamental reside nessa visível “construção” recompensatória.

A utilização de “jogos” dentro do ambiente laboral é paradigma renovado desde o estudo de Michael Burawoy ao se debruçar sobre a categoria do consentimento<sup>171</sup>. No estudo do sociólogo, operários criam uma forma de engajamento para alcance das metas como uma espécie de jogo de superação. Na fábrica de peças automotivas os operários podem alcançar um prêmio desde que produzam de 25% a 40% a mais do que a meta total: “*Além disso, podem organizar jogos coletivos e discussões para alcançar ou não as quotas, para comparar a capacidade de cada um, contribuindo para a construção do consentimento.*” (BURAWOY, 2017, p. 102). Esse jogo mediado por prêmios dá sensação de controle sobre o trabalho o que permite também uma certa satisfação no trabalho aliviando as possíveis condições de sofrimento em contínuas movimentações de estratégias defensivas (DEJOURS, 1992).

A utilização de jogos se associa de forma estreita com a própria construção do assalariamento em plataformas digitais. O algoritmo com regras semitransparentes aliado à sensação de construção salarial como na construção de uma parede, tijolo a tijolo, gera um paradoxo. Ora, a opacidade salarial no clássico salário por tempo ocorre pelo ocultamento do trabalho não pago. Assim, o trabalhador que recebe um salário-mínimo para disponibilizar sua força de trabalho é remunerado sempre de forma inferior ao valor do produto<sup>172</sup>. No modelo de assalariamento por plataformas digitais,

---

<sup>171</sup> A principal distinção, notadamente metodológica, entre observar o que tenho chamado de legitimação/justificação/ordenamento talvez se verifique na distinção entre consentimento e consenso. Enquanto consentimento parte de uma concordância (ou ação) unilateral, o consenso consiste na expressão de um acordo entre partes. Entretanto, conforme Burawoy já destacou em seu estudo, são processos retroalimentados: “*A violação das regras individual (em oposição à coletiva) leva ao ritual da punição, que tem o efeito de reforçar estas consequências obscurecedoras e produtoras de consentimento. Ou seja, uma violação das regras tem como consequência o fortalecimento do seu domínio sobre as atividades e relações produtivas. Assim, as tentativas da administração de extrair um pouco mais dos trabalhadores frequentemente melhoraram as relações consensuais no chão de fábrica.*” (BURAWOY, 2010, p. 82) (tradução nossa)

<sup>172</sup> Ao voltarmos ao capítulo 7 d’O Capital, sendo o capital composto por (capital fixo + capital variável) + mais-valor [ $C = (c+v)+m$ ], entendendo-se que (i) do capital fixo chega-se sempre em um ponto ótimo; e (ii) nada se retira de mais-valor, a única forma de manter ou aumentar o mais-valor é na diminuição de capital variável.

entretanto, o trabalhador não deixa de ser remunerado somente pelo tempo de espera da demanda, mas também há trabalho não pago quando está no exercício da corrida. Tem-se uma segunda camada de ocultamento. Trata-se de uma nova forma de assalariamento (por tarefa) no qual:

O trabalho não pago é ocultado não pela tarefa, mas pelo tempo para realização da tarefa. É um trabalho por tempo, no qual a intermitência é levada ao extremo e duplamente escondida, na relação entre o tempo disponível e na aparência de remuneração de execução da tarefa. (LAPA, 2023, p. 469)

Em resumo: o trabalho não pago agora está sob uma dupla camada de encobrimento e, para além disso, a extração de mais-valor advém não somente do tempo em que o trabalhador está disponível, mas também do tempo em que está efetivamente exercendo a atividade. Simultaneamente o trabalhador possui uma percepção de maior domínio sobre a construção do seu rendimento, especialmente por essas pequenas quantidades de remuneração explicitadas na tela do celular. Além disso, um conhecimento parcial das regras traz a sensação de controle e autoridade. Este é o paradoxo, ao tempo em que se tem uma dupla exploração de trabalho não pago, o trabalhador tem a sensação de maior domínio e comando de sua jornada de trabalho.

Retornemos o olhar às motivações, agora as de ordem negativa. Estas envolvem situações de experiências desagradáveis e inconvenientes. O entrevistado U07 (42, pós-graduado) cita que após vinte anos de trabalho foi demitido sumariamente sem agradecimento algum por parte da empresa, situação semelhante ao do U13 (37, sup. incompleto) que teve um rompimento brusco no derradeiro trabalho formal. O entrevistado U05 (29 anos, ens. médio) também indica a dimensão de desrespeito e afrontas constantes durante as atividades profissionais, sendo um dos motivos para a migração. Essa experiência também se repete para o U18 (32 anos, ensino médio) que indica experiências ruins na atividade anterior em que atuava como estoquista de mercado, de forma que resume como *“muito trabalho para pouco dinheiro”* e *“cobrança desnecessária por um valor mínimo”*.

Seja uma motivação negativa ou positiva, os elementos se somam de modo a construir um determinado juízo de valor que contrapõe a categoria autônomo frente ao trabalho formal. É necessário condicionar essa afirmativa anterior, assim como a argumentação transversal dessa pesquisa; não se quer dizer que existe, a priori, uma

condição melhor ou pior dentro de uma categorização de exercício do trabalho. Ou seja, não se afirma que trabalho formal deve possuir uma classificação positiva frente ao autônomo. Há muitas nuances em cada categorização. Há condições materiais em determinados autônomos que permitem uma vida e trabalho com maior dignidade do que os que estão inseridos em um sistema de trabalho formal e vice-versa<sup>173</sup>.

Mas por que essa salvaguarda? A construção de um juízo de valor positivo ou negativo passará também pelas próprias condições materiais, não exclusivamente por um verniz de ideologia. A captura de subjetividade não é um processo exclusivamente psicológico. O trabalhador vivencia condições prévias negativas, especialmente de cobranças desmesuradas, baixos salários ou de ausência de exemplos de sucesso familiar<sup>174</sup>. A isso se soma a propaganda de liberdade de jornada de trabalho sem a presença física de um patrão. Adicionando-se à fórmula a noção de fatalidade (é impossível disputar as condições reais postas) tem-se a construção de um forte juízo de valor. Esse juízo de valor é uma condensação que responde às contradições diárias de forma pré-reflexiva e, portanto, diminuiu as possibilidades de disputa ou de crítica às condições que se mostram exploratórias.

O fatalismo indicado deve ser melhor delimitado. Trata-se de uma condição restrita às condições postas de realidade e não à condição individual. Ou seja, o indivíduo entende como intransponível a forma como a sociedade é organizada; concomitantemente compreende a existência de uma determinada fórmula de investimento – axioma a5 de Boltanski e Thévenot, conforme desenvolvido na seção 1.6, como uma espécie de pedágio que permite o acesso a um estado superior. Isso se verifica nos diversos discursos de esforço e mérito ou nas palavras do entrevistado U11 (44, ensino médio): *“conquista é fruto do seu esforço. Se se esforçar mais, vai conquistar mais rápido”*. É tanto um pedágio de investimento quanto um sacrifício<sup>175</sup>, a depender de como são movimentadas as categorias.

Sendo assim, quando se defende ética (ou a formação de uma hierarquia de valores em uma escala moral) como elemento primeiro não se quer dizer que são os primeiros elementos formados no indivíduo, mas antes que são os primeiros que

---

<sup>173</sup> Entretanto, é sempre importante retomar o argumento de R. Prandi para o qual o trabalho por conta-própria de autônomos regulares só não é rentabilizado pelo capital pois não é “rentável”.

<sup>174</sup> Não foi objeto dessa pesquisa, mas percebe-se que a memória prévia de sucesso ou de vida digna é condicionante importante na percepção dos trabalhadores.

<sup>175</sup> Há uma possibilidade de tratar a “fórmula de investimento” como um sacrifício, daí a relevância de se perguntar sobre o aspecto religioso dos trabalhadores. Esse aspecto não foi tratado em profundidade nessa pesquisa.

resolvem as contradições e moldam as relações do indivíduo. Os juízos de valor morais, são de fato, o resultado de uma combinação de fatores dos quais pode-se resumir em:

- 1 – percepção da realidade posta
- 2 – modulação dessa realidade de acordo com determinados aspectos ideológicos
- 3 – atuação do fatalismo das condições sociais
- 4 – atuação da fórmula de investimento como condição para superar a condição individual

Considerado os exemplos da pesquisa pode-se chegar a um modelo de personagem genérico e fictício do qual depreende-se a seguinte narrativa:

Raphael, atualmente motorista de aplicativo, migrou de atividade profissional após ser demitido de um trabalho formal em uma escala do tipo 6x1, em que trabalhava por 8 horas de segunda a sexta e quatro horas no sábado. Nesse antigo emprego tinha acesso aos direitos trabalhistas legais como FGTS, descanso semanal remunerado, férias remuneradas e contribuição previdenciária. Tinha um salário médio de R\$ 1500,00. Deslocava-se por cerca de uma hora até o seu trabalho em cada trecho e sofria episódios de controle extremo por parte do seu chefe. [*essa é a percepção prévia da realidade*]. Ao trabalhar como motorista percebeu uma certa melhora das condições, apesar de ter a carga aumentada para cerca de 60 a 65 horas semanais e ter de gerenciar os proventos com manutenção contínua do seu carro, sem acesso à seguridade social. Apesar disso, tendo em vista a experiência prévia, considera a sua situação atual melhor, especialmente por poder iniciar seu trabalho a hora que quiser e não ter a presença física de um chefe realizando cobranças diárias. Em resumo, possui uma autonomia e empreende em um negócio próprio [*esses aspectos são a modulação de realidade de acordo com determinados aspectos ideológicos*]. Raphael tem uma leitura de que greves e sindicatos atrapalham a vida do trabalhador de forma geral, ao tempo em que tem uma grande desconfiança de qualquer forma de governo ou instituição. Acredita, por conseguinte, que não há possibilidade de discussão ou de melhoria de sua condição de forma coletiva [*o fatalismo das condições sociais*]. Entende, todavia, que as possibilidades de mudança podem ocorrer no nível individual. Chegam diversos exemplos de que as pessoas bem-sucedidas, ou seja, com maior conforto e acesso a

determinados bens, atribuem ao esforço pessoal o motivo para sua condição atual. São os mesmos que advogam que as dificuldades são somente um estágio temporário para uma transição plena. Esse é o pedágio ou o sacrifício que ele tem de pagar, pois é possível ganhar mais, desde que trabalhe mais [*fórmula de investimento*]

Esse paradoxo entre a percepção de mudança do nível individual e do coletivo<sup>176</sup> é concluído em um juízo de valor negativo quanto às condições institucionais ao tempo em que modula positivamente o valor moral da fórmula de investimento. Ambos possuem uma certa sustentação epistêmica em conceitos pré-moldados como o de empreendedorismo ou do trabalho autônomo que, por sua vez, utilizam-se de uma determinada leitura do mundo real para se justificarem. Essa leitura que aparenta ser exclusivamente cognitiva é mobilizada também pela via dos afetos. É desse emaranhado de ações que desembocam os juízos de valor morais estanques e que oportunizam uma consequente hierarquização. Assim, o trabalho autônomo assume uma posição moralmente superior ao do trabalho formal, de modo que mesmo as indicações de exploração, no refúgio da autonomia, são superadas de forma pré-reflexiva pelo valor moral intrinsecamente atribuído. Essa é a forma como ocorre um processo de transformação e consequente solidificação de um determinado éthos.

Essa constante incorporação da crítica permite uma readaptação de éthos como resposta às constantes crises cíclicas. Se há um horizonte de crítica à questão, por exemplo, de racialização no mercado de trabalho, é possível que esse conjunto de valores morais sejam capturados de forma associativa<sup>177</sup>. Assim, não se trata de necessariamente construir um juízo de valor moral “do zero”, mas sim de capturá-lo de modo a justificar valores morais “superiores”.

Como os valores morais são expressos de modo a justificar as condições de precariedade ou mesmo a condição estrutural de organização econômica são melhor expressos no contínuo processo de desconfiança institucional assim como em noções de liberdade, especialmente pela disciplina, conforme passamos a tratar nas duas seções seguintes.

---

<sup>176</sup> Resume Byung Chul Han: “*Hoje cada um é um trabalhador que explora a si mesmo em sua própria empresa. Cada um é amo e escravo em uma pessoa. Também a luta de classes se torna uma luta interna consigo mesmo: o que fracassa culpa a si mesmo e se envergonha. A pessoa questiona-se a si mesma, não a sociedade.*” (HAN, 2014)

<sup>177</sup> O que Boltanski e Chiapello chamam de endogeneização da crítica (2009, p. 225)

### 2.3.4 Responsabilidade e Culpa

A questão da responsabilidade pode ser abordada a partir da divisão já estabelecida anteriormente entre a liberdade positiva e negativa. Trata-se de uma análise em que são considerados primordialmente conceitos da doutrina liberal clássica. Antes disso, entretanto, verifica-se que o produto mais próximo de uma extremada responsabilização individual é a culpa. Se os novos modelos gerenciais transferem o risco, por conseguinte, transferem também a responsabilidade pelo gerenciamento desse risco. O entrevistado U03 traduz esse aspecto com o seguinte relato:

A maioria do tempo eu tô trabalhando. Lazer eu tiro, assim, esporadicamente. Quando realmente tem uma folga tranquila. Quando eu já tô com a meta ali desafogada, com as contas assim em dia. Aí eu consigo tirar o lazer, mas ainda assim no lazer eu penso em estar trabalhando. (U03, 26 anos, 3 ½ em atividade)

O entrevistado U17 (29 anos, 4 em atividade) também informa que no início das atividades se sentia bastante culpado e já amanhecia com a sensação de estar perdendo dinheiro. Nesse mesmo caminho, mais quatro entrevistados também relatam sentir o peso de uma culpa pelo descanso. No que resume U21 (57 anos, 7 em atividade): “*Se eu tivesse tempo livre eu continuaria trabalhando*” ao tempo em que expõe ter uma média de trabalho de 14 horas com uma folga semanal.

Decerto que as formas de organização do trabalho em plataforma geram um processo associado de gamificação que se traduzem em uma relação entre a expectativa de futuro (bônus e incentivos) e a disciplina (punições e sanções) (OLIVEIRA, 2021) (WOODCOCK; JOHNSON, 2017). Entretanto, dada a diminuição cada vez mais acentuada dos incentivos e prêmios, assim como o crescimento de motoristas aderentes ao aplicativo, parece que ao processo de gamificação soma-se o de culpabilização especialmente por intermédio da forma de organização salarial, como anteriormente desenvolvido. Para além disso, a questão da *disciplina* é bastante recorrente. Tratarei a disciplina como uma espécie de mascaramento do processo de culpabilização. O entrevistado que inaugura essa seção afirma anteriormente, ao ser questionado sobre o que considera ser sucesso em seu trabalho:

Pra alcançar o sucesso mesmo, eu acho que demanda muita disciplina, responsabilidade, até porque é uma atividade que depende totalmente

da gente, então o dia que você trabalha você ganha, que não trabalha não ganha (...) Quanto mais esforço houver, acredito que você vai conseguir obter resultados melhores (U03, 26 anos, 3 ½ em atividade)

Complementa U07 (42 anos, 7 meses em atividade): “Sucesso é você arregaçar a manga e ir à luta, não sorte”. Ainda “Sucesso é definir aquilo que a gente quer... Cumprir com aquilo que a gente definiu” U04 (31 anos, 4 ½ em atividade). Mais ainda “Conquista é fruto do seu esforço. Se se esforçar mais, vai conquistar mais rápido” U12 (43 anos, 6 ½ em atividade. Por fim, “Sorte não existe. Existe perseverança” U16 (72 anos, 4 em atividade).

Em todos os discursos há uma associação muito próxima entre culpa, responsabilidade e disciplina. A responsabilidade pela própria disciplina gerará sucesso ou fracasso. É notório que o sucesso está associado à disciplina autogerida, especialmente pelo esforço. A culpa, por sua vez, aparecerá como expressão do fracasso de não conseguir se autogerenciar da forma como se esperava.

Esse constante estado de culpa age primeiro como uma conformação à realidade posta. Por esse motivo há essa frequente associação entre sucesso/fracasso com elementos individualistas como trabalho duro e persistência, pois a mudança de realidade fica restrita ao campo privado. Ainda que seja um fator histórico relevante, a questão religiosa será pouco tratado nessa pesquisa. Entretanto, de modo a antever essa questão, em algumas das entrevistas<sup>178</sup>, os participantes foram inquiridos a fazer uma classificação de importância entre igreja/religião, família, trabalho e amizades. Cinco dos entrevistados classificaram “*Deus/religião*” como sendo aquilo que valorizam mais frente aos demais atores. O discurso empreendedor, especialmente em instituições protestantes<sup>179</sup>, carrega um forte apelo valorativo de individualidade o que significa uma maior percepção de domínio e ordem sobre a própria vida, conforme nos resume Maurício Serafim:

---

<sup>178</sup> Essa dinâmica teve início somente a partir da entrevista de número 8.

<sup>179</sup> A título de curiosidade, dado o assunto central desse capítulo, é importante notar o amplo processo de plataformação digital de serviços em igrejas protestantes. Nas palavras de Deivison Nogueira ao realizar um estudo de caso do aplicativo *InChurch*: “*A inChurch mobiliza um ethos de empresa jovem, tecnológica, preocupada em criar soluções para igrejas, com um discurso neoliberal bem acentuado. Assim, os pastores buscam gerir suas igrejas mobilizando o mesmo ethos discursivo*”. Para além disso, entretanto, trata-se de uma digitalização não somente da gestão financeira e organizacional, mas também de elementos que conseguem manter uma conexão com a membresia de forma contínua. Assim, os serviços envolvem cursos educacionais na área religiosa, além de uma conexão direta entre os membros com acompanhamento de notícias, consumo de conteúdos etc.

Para o empreendedor, aprender que as forças espirituais que determinam o mundo estão ao seu alcance e que, ao alcançá-lo, a dinâmica dos acontecimentos no mundo material se torna sempre um vetor de menos para mais prosperidade, faz com que ele sinta que está tomando para si o seu destino, o qual antes era interpretado e sentido como contingente e à mercê de variáveis econômicas inalcançáveis pelas suas ações e desejos. (...) Definitivamente, aos seus olhos, o mundo – pelo menos o seu mundo: a igreja, a sua casa e a sua empresa – torna-se um lugar mais seguro, compreensível, explicável, ordenado, controlável, previsível e abençoado. (SERAFIM, 2008, p. 134)

Entretanto, o mundo real sempre apresenta contraposições que põem as ideologias imanentes a prova<sup>180</sup>. É nesse sentido que se verifica o paradoxo da possibilidade de mudança a nível individual e coletivo. Ou da questão da liberdade quando tratada em ambiente privado ou público. Para a responsabilidade e sua consequência, a culpa, tem-se uma situação de bastante semelhança. Se a culpa advém de uma má-administração da minha *liberdade-para* fazer o que desejo ela também pode ser direcionada para os elementos que impedem a minha *liberdade-de* realizar.

A utilização desse binômio de liberdade produz um sistema fechado que utiliza-se da culpa a depender do momento de justificativa ou da agenda. Se há uma necessidade de conformação ao mundo, a responsabilidade e culpa recairão sobre o indivíduo. Se há uma necessidade de mudança ou crítica institucional, a culpa fica restrita ao “inimigo”.

Para movimentar culpa e responsabilidade de acordo com a necessidade de mudança que se quer não é suficiente uma distinção entre privado e público ou individual e coletivo. É necessário, antes, a construção de uma robusta hierarquização de valores em uma escala moral. Se o juízo de valor moral positivo atribuído ao elemento liberdade está no topo; quando em conflito, ele se sobressairá. Assim, o discurso de legitimidade de políticas públicas pode entrar em conflito com o de liberdade individual quando se fala em mercado de trabalho. Cito, para exemplificar, o entrevistado U16 (72 anos, 4 em atividade). Para ele, a maioria dos desempregados encontram-se nessa situação por culpa da política, pois “*Esse negócio de bolsa-família, vale-gás, prato cheio. Eu acho que as pessoas tinham que ter um salário digno*”. Ao mesmo tempo afirma que o governo atrapalha sempre, pois o objetivo é sempre o de

---

<sup>180</sup> É nesse sentido que uma determinada ideologia não se sustenta exclusivamente por uma captura da subjetividade, em sentido estrito. Ou, em outras palavras, uma ideologia forte necessita de justificativas a nível individual e coletivo ou privado e público. Ela deve ser hermética e se alinhar entre os discursos intra e interindivíduo.

arrecadar. Segue no seu discurso afirmando que a média de taxa de lucro da Uber é de 26%, por corrida, o que seria um absurdo, ao tempo em que acredita que o melhor caminho para fazer a crítica das taxas seria diretamente via aplicativo, sem intermediação governamental. O caminho que se percebe nesses discursos passa por uma forte atribuição positiva da liberdade individual (juízo moral positivo), com uma forte desconfiança institucional (juízo moral negativo). No conflito entre liberdade individual e a ação governamental, o entrevistado tem a percepção de que a intervenção individual é muito mais efetiva, pois, de antemão, classifica negativamente a institucionalidade.

Richard Sennett, ao avaliar o processo de demissão em massa de programadores da IBM em 1993, versa sobre esse antônimo do sucesso, o fracasso, e como os trabalhadores lidam com a questão da culpabilização. Percebe-se um processo em três estágios: a culpabilização do empregador, depois de uma ameaça externa, a dita globalização e, por fim, tem início a auto-culpabilização. Esse processo, entretanto, termina por movimentar uma espécie de vontade retroativa. Ou seja, o trabalhador deveria ser capaz de prever a mudança que levaria a sua demissão, conforme desenvolve o autor:

A terceira versão, porém, liberta a pessoa que fala para assumir o controle da narrativa. Agora a história pode fluir: tem um centro sólido, "eu", e uma trama bem-feita — "O que eu devia ter feito era tomar minha vida em minhas próprias mãos." O momento definidor ocorre quando os programadores passam da condição de vítima passiva para uma condição mais ativa. Agora suas próprias ações contam para a história. Ser demitido não é mais o fato definidor da terceira versão; a ação crucial é a que eles deviam ter empreendido em 1984 ou 1985. Esse momento definidor torna-se responsabilidade deles. Só fazendo essa passagem é que podem começar a enfrentar o fato de que fracassaram em suas carreiras. (SENNETT, 2009, p. 158)

O pretense domínio do tempo pretérito, ou seja, a disciplina que exige uma antecipação dos riscos é um dos elementos que se soma à auto-culpabilização. O trabalhador por plataformas digitais fica à mercê de algumas dimensões de culpabilização: i) a do autogerenciamento que significa, na prática, somente o momento de ligar ou desligar a disponibilidade de seu tempo durante o dia de atividade; ii) a culpa do futuro, por ter de gerenciar sua vida de modo que possa antever feriados, férias e

outros momentos de baixa demanda<sup>181</sup>; e iii) culpa pelo passado por não ter feito a previsão acertada para o fracasso que pode ter ocorrido no presente ou no futuro. É de se notar o quanto que a culpabilização atravessa a questão temporal. Para superar isso somente com um discurso disciplinador. É esse discurso de disciplina total que mascara uma *liberdade-para* e justifica as diversas oposições aos espaços de disputa, pois qualquer tipo de institucionalidade será vista como limitação à *liberdade-de*. Sobre esse tema, discutiremos na próxima seção.

### 2.3.5 A desconfiança

A confiança é um desses aspectos que tem sua existência vinculada à interação. Sua ocorrência pode se dar entre indivíduos ou entre estes e instituições, governo, grupos ou ainda e até mesmo, entre entes não-humanos, como aplicativos de computador, as distintas manifestações de IA e robôs. O aspecto relacional da confiança gera sempre esse terceiro elemento do qual não se pode prescindir: o espaço, ou rede, de interação. Além disso, o ato de confiar significa, antes de tudo, atribuir o predicativo de confiável (ou digno de) ao outro. Desconfiar, por conseguinte, significa associar ao outro uma dúvida ou suspeita, seja pela expectativa, ou pelo ressentimento e aborrecimento da experiência. A articulação que será feita nessa seção busca coordenar a noção de neoliberalismo como diminuição (ou deslegitimação) dos espaços de disputa (cf. seção 1.2) e a constante suspeita e ressentimento contra os espaços públicos de contestação. Antes, entretanto, será necessário tratar sobre o problema da complexidade e da simplificação.

#### *Sobre a simplificação*

O mundo social é formado por contingências. Ou seja, as mais diversas formas de organização estão dispostas em formas que poderiam estar de outra maneira. Isso significa que as coisas não são necessárias ou, em outras palavras, “naturais”. Ainda

---

<sup>181</sup> Essas estratégias exigem um tipo de gerenciamento muito preciso, conforme relatou o entrevistado U18 (32 anos, 11 meses em atividade). A entrevista foi realizada em dezembro e o trabalhador indicou uma certa dificuldade em ter corridas em dezembro, conforme já havia sido relatado pelos colegas anteriormente. Pelo fato de não ter se programado para essa baixa demanda, estava sofrendo com uma remuneração pior do que em momentos anteriores do ano. Ou seja, essa antecipação deve considerar não somente horários e dias de feriado, mas também longos períodos de férias em que a demanda de uma cidade não-turística, como Brasília, caem consideravelmente.

outra vez: quer-se dizer que o mundo social é composto por uma infinidade de possibilidades. Esses diversos cenários, por sua vez, são também formados por abundância de encontros, relações e informações. A despeito disso, sempre há um determinado estado de coisas presente no mundo real. Como explicar então os diversos conjuntos de relações específicos ou de sistemas sociais<sup>182</sup>? Para se aproximar dessas questões e a partir desses axiomas, Niklas Luhmann desenvolve o conceito de complexidade, para o qual:

Complexidade, neste sentido, significa ser forçado a selecionar; ser forçado a selecionar significa contingência; e contingência significa risco. Todo estado de coisas complexo baseia-se numa seleção de relações entre seus elementos, que utiliza para constituir-se e manter-se. A seleção posiciona e qualifica os elementos, embora outras relações fossem possíveis. Tomamos emprestado o termo "contingência", carregado de tradição, para designar isso "também sendo possível de outra forma". Alude, também, à possibilidade de não conseguir a melhor formação possível<sup>183</sup>. (LUHMANN, 1995, p. 26) (tradução nossa)

A complexidade é designada como essa imperiosa e forçada seleção de relações entre elementos. O selecionar constitui, por conseguinte, uma redução da própria complexidade primeira<sup>184</sup>. Como explica Eva Knodt: “A complexidade impõe seletividade, o que por sua vez leva a uma redução da complexidade através da formação de sistemas que são menos complexos que o seu ambiente.”<sup>185</sup> (1995, p. xix). Os dois eixos de referência da complexidade do mundo são a semântica e a temporalidade e não necessariamente uma multiplicidade de entes, como explica João Manuel Santos:

---

<sup>182</sup> Os conceitos, de forma geral, (e também para o caso específico de complexidade) estão sendo utilizados de forma instrumental ainda que os axiomas para a sua construção estejam mantidos.

<sup>183</sup> No original: *Complexity, in this sense, means being forced to select; being forced to select means contingency; and contingency means risk. Every complex state of affairs is based on a selection of relations among its elements, which it uses to constitute and maintain itself. The selection positions and qualifies the elements, although other relations would have been possible. We borrow the tradition-laden term "contingency" to designate this "also being possible otherwise." It alludes, too, to the possibility of failing to achieve the best possible formation*

<sup>184</sup> Uma redução de complexidade não se traduz em uma diminuição de relações ou entidades, o que traz uma aproximação à tese de G. Tarde em sua Monadologia ao tratar os sistemas “menores” como mais complexos. Há um distanciamento, todavia, na medida em que a complexidade em Luhmann se aproxima mais de elementos de semântica e temporalidade do que de uma ontologia, ainda que relacional.

<sup>185</sup> No original: *Complexity enforces selectivity, which in turn leads to a reduction of complexity via the formation of systems that are less complex than their environment*

O mundo torna-se “complexo” devido a este processo de constituição de sentido, de semantização, o qual é também, necessariamente, uma experiência do tempo e da contingência – o presente é constantemente projectado num futuro expectado, aberto a muitos possíveis. Sentido, tempo e contingência são os três elementos constituintes da complexidade do mundo. (2005, p. 128)

A temporalização abre sobre uma série ilimitada de acontecimentos, cuja “totalidade” é o mundo. Paralelamente, a semantização abre sobre um número ilimitado de Verweisungen (remissões), de possibilidades de vivências e acções. (2005, p. 144)

O processo de redução de complexidade pode ser tratado também como uma simplificação mediada. Há diversas mediações que se projetam nos diversos arranjos de complexidade, especialmente considerando a multiplicidade de campos em que o indivíduo está inserido. A tese transversal desta pesquisa considera, por exemplo, a hierarquia de valores morais como um desses elementos de mediação que se apresentam de forma pré-reflexiva.

Outro efeito da simplificação ou redução da complexidade é a utilização da categoria de confiança. O ato de confiar é uma das múltiplas formas de reduzir as complexidades do mundo. Os diversos sistemas sociais (em Luhmann) precisam selecionar e organizar as informações disponíveis. Para isso, movimentam tanto o sentido (semantização) quanto temporalidade.

A confiança se articula de forma muito próxima com a temporalidade. Com o passado busca suas referências para diminuir as contingências futuras. Dada essa contínua imprevisibilidade do comportamento do outro, a confiança funciona como uma solução tentando transformar o futuro em presente real (MOTA, 2016, p. 189–190).

Barbara Misztal ao dissertar sobre o tema, inicia afirmando que ao primeiro olhar, desde uma perspectiva sociológica, confiança envolve explicar sobre as ações das pessoas, suas motivações e crenças, o que significa questionar tanto as motivações e crenças quanto as fontes destas. Ao se olhar mais de perto, entretanto, ao se assumir as contingências do mundo, o ato de confiar exige um pouco mais do que uma crença, dado o risco da incapacidade de monitorar o comportamento alheio:

As características da confiança derivam, portanto, da contingência da realidade social e requerem um lapso de tempo entre as expectativas de um e a ação do outro. O que torna a confiança tão intrigante é que confiar envolve mais do que acreditar; na verdade, confiar é acreditar apesar da incerteza. A confiança envolve sempre um elemento de

risco resultante da nossa incapacidade de monitorizar o comportamento dos outros, da nossa incapacidade de ter um conhecimento completo sobre as motivações dos outros e, geralmente, da contingência da realidade social<sup>186</sup>. (MISZTAL, 1996, p. 18) (tradução nossa)

Confiança, em suma, é acreditar (ou esperar) que o resultado da ação (intencional) do outro estará (futuro) de acordo com sua própria expectativa. O distanciamento dessa expectativa é o que causará a desconfiança. Pode-se dizer então que há dois elementos que, quando em ausência de um deles, causam a suspeita: (i) confiança na capacidade do outro; (ii) confiança na intenção do outro, uma espécie de confiança na ordem moral em que os dois entes estão inseridos.

Para tornar a argumentação mais palatável replico o exemplo de Misztal. Ao nos dirigirmos a um médico para realizar uma cirurgia confiamos nessa dupla dimensão. A primeira diz respeito à capacidade; acredita-se que o médico tenha qualificação adequada para realizar a atividade. A segunda diz respeito à intencionalidade; acredita-se que o médico tenha interesse em realizar uma operação bem-sucedida. A ausência de qualquer desses elementos constituirá uma relação de desconfiança (MISZTAL, 1996, p. 24).

A aplicabilidade da desconfiança no contexto dessa pesquisa ocorre na relação entre indivíduo e os espaços públicos de disputa, especialmente pela via governamental. Há uma desconfiança generalizada de qualquer instituição governamental. Essa desconfiança tem bastante força pois carrega os dois elementos indicados. Ou seja, os indivíduos desconfiam da capacidade do governo assim como de sua intenção. Um determinado *éthos* neoliberal pode ser entendido como essa deslegitimação dos espaços públicos onde é possível atuar e resolver conflitos. Esse processo de deslegitimação fica cristalizado em um determinado juízo de valor moral (o sindicato não é bom pois tem por objetivo somente a arrecadação), mas é movimentado de forma prévia nessa constante descrença e suspeita de que o governo (ou sindicato/associação) age sempre com vistas a atrapalhar os trabalhadores com mais normas, por exemplo.

---

<sup>186</sup> No original: *The trust features are thus derived from the contingency of social reality and they require a time lapse between one's expectations and the other's action. What makes trust so puzzling is that to trust involves more than believing; in fact, to trust is to believe despite uncertainty. Trust always involves an element of risk resulting from our inability to monitor others' behaviour, from our inability to have a complete knowledge about other people's motivations and, generally, from the contingency of social reality*

## *A desconfiança dos espaços públicos e coletivos de disputa*

“Primeiro que eu detesto sindicato. Só serve pra enricar eles mesmos e atrapalhar a gente. Eles não são interessados na gente. Sindicato só atrapalha.” U01 (32 anos, 4 em atividade, formado em Direito). O primeiro entrevistado foi muito reticente à concessão da entrevista e, em um primeiro momento, se limitou a responder as perguntas de opinião de forma bastante sucinta. Entretanto, ao ser questionado sobre quais seriam as melhores opções de locais para discutir as melhorias em suas condições de trabalho, desenvolveu por um tempo o discurso de bastante aversão não somente aos governos como aos sindicatos.

As entrevistas foram realizadas dentro do período de intenso debate sobre regulamentação das plataformas de aplicativo, especialmente de motoristas. O Projeto de Lei Complementar 12/2024 foi a proposta unificadora que avançava na Câmara Legislativa e era objeto de discussão pública acalorada. Esse contexto é importante pois foram capturadas diversas opiniões que catalisam as duas noções tratadas até o momento: a da liberdade em duas vias (para fazer o que se quer, desde que garantida uma não-interferência) e a do espaço público como ilegítimo. Essas duas dimensões são catalisadas em juízos de valor moral que atribuem de forma pré-reflexiva um estado superior à liberdade e um inferior à discussão pública aliada a uma negatividade associada a qualquer espaço de disputa sob o qual repouse a desconfiança.

Essa articulação entre o aspecto da liberdade e da desconfiança se estabelece condensada quando os entrevistados versavam sobre a questão da regulação, conforme palavras do entrevistado U02 (34 anos, 2 em atividade):

A ideia de regularização. A gente sabe que, querendo ou não, o objetivo não é beneficiar o trabalhador. O objetivo é arrecadar imposto. E querendo ou não, tudo que a gente ganha aqui, tudo que a gente faz... todo o lucro do motorista, ele gasta no Brasil. A gente ganha e gasta. De certa forma, indiretamente a gente paga imposto. Agora essa ideia de regularizar o aplicativo, a gente percebe que é uma artimanha do governo pra ganhar mais imposto em cima do aplicativo porque de benefício pro motorista eu acho que não vai ter. Então eu acho que não vai ajudar, porque se o aplicativo sair do Brasil, são mais de 500 mil motoristas no Brasil.

A articulação argumentativa dos demais entrevistados utiliza-se sempre do posicionamento prévio de que o governo tem um único interesse: o aumento de

arrecadação fiscal. O entrevistado U18 (29 anos, 4 em atividade) resume a ação do governo: “*Acho que é só pra meter a mão (...) pagar imposto*” ao que associa a noção de que tudo que o governo faz é para atrapalhar. Essas manifestações surgiram frente à pergunta: “*Você acha que o governo, com a criação de leis e normas, atrapalha ou ajuda as suas atividades?*”. Dos 22 entrevistados, houve somente uma resposta positiva e quatro que argumentaram pelo “depende”. Todos os demais entendem que o governo prejudica ou atrapalha as suas atividades. Ainda que a pergunta tenha sido limitada às atividades profissionais, as mais diversas manifestações de não-confiança com o espaço estatal foram citadas.

As plataformas digitais assumem um papel central na construção dessa argumentação. Nesse sentido, a fala do entrevistado anterior (U02) resume dois pontos centrais recorrentes: a desconfiança com o governo, mas também a notícia<sup>187</sup> de que com a regulamentação dos aplicativos, as grandes empresas sairiam do Brasil. Essa notícia movimentou afetos como o medo e a insegurança. O mesmo entrevistado resume, ao ser questionado sobre o que poderia ser melhorado na sua atual situação:

Segurança. Dependendo da situação atual do aplicativo. A gente não sabe se vai regularizar, se não... Se o aplicativo vai fechar no Brasil ou não...” / “Segurança, tipo assim, de você ter o trabalho. De manter o mesmo trabalho. Se, caso o aplicativo, saia do Brasil aí vou procurar outra fonte de renda ou talvez vá surgir outros aplicativos

É de se notar que o medo ou receio se fundamenta desde uma questão fundada em uma notícia sobre atuação institucional via regulamentação. Seja a notícia factível ou não, o entendimento que essencializa a empresa-geradora-de-empregos justifica uma opinião negativa sobre a regulamentação. De fato, a compreensão de que é a empresa que gera empregos (e não a demanda) aliada a uma gestão mais flexível do trabalho traduz-se nesse ideário de uma empresa que permite a empregabilidade sem as desvantagens do controle formal. “*Não somos funcionários da Uber. Se formos funcionários vamos ter que cumprir horário*”, resume o entrevistado U20 (68 anos, 2

---

<sup>187</sup> Trata-se de uma daquelas notícias que surge de maneira informal, mas gera barulho no debate público. Surgiu como reflexo de notícias semelhantes, quando se discutia a regulamentação na Espanha quanto à Uber, sendo que efetivamente a empresa Deliveroo encerrou atividades naquele país. O Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, ao ser questionado sobre a possível saída da empresa respondeu: “*Posso chamar os Correios, que é uma empresa de logística e dizer para criar um aplicativo e substituir. Aplicativo se tem aos montes no mercado. Não queremos regular lá no mínimo detalhe. Ninguém gosta de correr muito risco, especialmente os capitalistas brasileiros. Mas qual a regulação para proteção do trabalho e das pessoas?*” (VALOR ECONÔMICO, 2023)

em atividade). Ao que se pode acrescentar: “*Porque a gente sai do CLT pra não ter patrão, né? Aí o governo tentando entrar no meio... vai ter que cumprir horário, bater tantas horas. Aí não te deixa tão flexível*” U05 (29 anos, 4 meses em atividade). Ou ainda:

A Uber é uma empresa americana. Eles tem um jeito de trabalhar americano. Americano vende hora. Americano não tá preocupado com fundo de garantia. Na realidade nos EUA nem tem. Nem tem esse negócio de fundo de garantia. U11 (44 anos, 5 em atividade)

O governo é predicado como indigno de confiança ao tempo em que o modelo plataformizado é entendido como uma alternativa que possibilita a execução da dupla dimensão da liberdade. As plataformas exercem, assim, um papel não somente de conexão entre diversos atores, mas também orientam “*how they connect with each other. In this process, platforms construct new value regimes and economies*” (VAN DIJCK; POELL; DE WALL, 2018, p. 24)<sup>188</sup> (grifo no original).

Por consequência dessa atribuição negativa às ações estatais, os espaços “naturais”<sup>189</sup> de discussão ficam bastante restritos. A última pergunta da entrevista<sup>190</sup> estava combinada com o aspecto de sofrimento<sup>191</sup> no trabalho para culminar na questão sobre o espaço mais adequado para discutir e debater essas melhorias<sup>192</sup>. A citação que abre essa seção é uma ótima generalização da opinião dos entrevistados. Ainda que para 17 dos entrevistados o governo atrapalha ou prejudica as suas atividades profissionais,

---

<sup>188</sup> As plataformas agem, de certa forma, como espaços performativos, ou seja, tentam simular uma essência por intermédio de suas ações.

<sup>189</sup> Ao se tratar espaço ou ambiente de discussão quer-se dizer os atores públicos com maior legitimidade tanto para participar quanto para mediar demandas. A estrutura burocrática do Estado moderno nasce como esse espaço para mediar burguesia e aristocracia. Mais tarde, atores coletivos como os sindicatos assumem essa função na mediação entre burguesia e proletários. São sobre esses dois atores coletivos que se assume a discussão dos *loci* adequados. Essa generalização não indica, entretanto, que os próprios atores inseridos dentro do processo burocrático também não estão na mira dessa deslegitimação.

<sup>190</sup> Para lembrar, a pergunta era: “Você pensa que há algum tipo de sofrimento (algo que poderia ser melhorado) vinculado ao seu trabalho? E satisfação? Você acha que as discussões via governo ou sindicato são os melhores locais para resolver essas questões?”

<sup>191</sup> A dimensão patológica do sofrimento não foi alcançável no âmbito das entrevistas, portanto, uma forma indireta de trazer a questão foi por intermédio da associação do sofrimento como algo que pode ser melhorado nas condições de trabalho. É uma dimensão redutora, mas que possibilitou avançar na discussão sem entrar em um aspecto mais “clínico” da entrevista.

<sup>192</sup> De modo a complementar a nota anterior, é necessário informar que não foi muito fértil a aproximação pela via das melhorias a serem realizadas, dado que a imensa maioria se restringiu a dizer que as melhorias que poderiam ser implementadas eram no pagamento por quilômetro rodado. Esse debate é central na discussão sobre regulamentação, mas apresenta minúcias que não acrescentarão à discussão aqui tratada.

esse número fica mais complexo e confuso quando versa-se sobre os ambientes mais adequados para discussão.

De forma geral, são três os atores indicados como possíveis para a discussão sobre as melhorias nas condições de trabalho: o governo, os sindicatos ou diretamente com o aplicativo. De modo consequente ao juízo negativo associado ao governo, somente para seis entrevistados o governo seria o espaço adequado especialmente pela força normativa, ao tempo em que consideram que o debate governamental levado a cabo sem a presença dos trabalhadores é uma crítica presente. Apesar dessa crítica rotineira, a crise representativa do sindicato se apresenta com uma rejeição muito semelhante à do governo, especialmente em aspectos de arrecadação ou de pouca força para fazer pressão. Nas palavras do entrevistado U02 (34 anos, 2 em atividade): “*O objetivo deles (sindicato) também é a arrecadação, tanto que é um sindicato que começou a existir de repente*”. Somente cinco dos trabalhadores apontaram a representação sindical como possível, e com ressalvas. Sendo que destes, dois deles tiveram uma opinião positiva pela experiência prévia em outras profissões em que eram sindicalizados.

A soma dos que têm opinião positiva quanto ao sindicato, governo e aplicativo não alcança a totalidade pois parte dos entrevistados se limitou a falar negativamente de algum dos atores, sem sugerir um espaço de discussão que considerasse legítimo. Esse grupo é especialmente importante na medida em que entendem que qualquer discussão é impossível por ser a empresa estrangeira e multinacional, conforme explicou o U08 (67 anos, 3 em atividade). Ou seja, tem-se uma articulação como uma espécie de fatalismo advindo da própria infraestrutura do aplicativo. A esse fatalismo pode-se atribuir também a noção indicada pelo U04 (31, 4 anos e meio em atividade) que caracteriza seu trabalho como “voluntário” na medida em que não passou por uma seleção, ou seja, não entregou um currículo, foi entrevistado etc. Isso o coloca em uma posição de contrato por “acordo”, conforme definição trazida pelo U16 (72 anos, 4 em atividade).

O aplicativo, por sua vez, foi o ator que apareceu como o mais adequado para discutir as condições de melhoria de grande parte dos entrevistados (10). “*Hoje eu acho que o melhor espaço para resolver seria diretamente com o app. O app entendendo... Melhor nosso cotidiano*” (U04 – 31 anos, 4 anos e meio em atividade). Percebe-se nessa legitimidade atribuída ao aplicativo alguns dos fenômenos anteriormente tratados. Em primeiro lugar, o processo de atomização do trabalhador ao ponto de considerar que os

aspectos de discussão sobre melhoria podem ser resolvidos em uma discussão direta com o aplicativo. Além disso, a plataforma digital aparece novamente como o melhor modelo de justiça, sendo o ator central para o qual pode-se direcionar a confiança. Especialmente considerada a confiança como expectativa, a forma como a remuneração se apresenta constitui papel bastante relevante. Se o aplicativo é (semi)transparente quanto à remuneração, o nível de confiança aumenta e tem o potencial de se ampliar para outras relações e situações.

Essa seção teve por objetivo demonstrar o conceito central de neoliberalismo construído anteriormente, ou seja, de deslegitimação e diminuição dos espaços de disputa. Deslegitimação desde uma atribuição de valor negativo ao Estado e aos sindicatos, ou até mesmo, à ação coletiva. E diminuição no sentido de que a plataforma digital não se resume somente à prestação de uma infraestrutura, mas se torna um local de acumulação totalizante da relação de trabalho. É local de exercício da atividade profissional, de controle, de pagamento e, por fim, de espaço adequado para sugerir e cobrar melhorias. Esse aspecto totalizante do aplicativo dá ênfase à noção de plataformas como os representantes de uma nova dimensão das relações do trabalho, especialmente ao conseguir movimentar o *éthos* (neo)liberal pelas vias da liberdade e da legitimidade. É o espaço que dá a aparência ao cidadão máximo possibilitado pelo Estado mínimo.

### 3 Conclusão – Os valores do “bem comum”

A compreensão dos diversos processos de legitimação das estruturas do trabalho precarizado demanda uma abordagem que evidencie as suas próprias contradições frente a uma aparência coesa e coerente. Ao se realizar uma análise dialética tem-se por interesse colocar essas contradições internas em confronto, de modo que, a partir da forma como emergem, seja possível realizar uma observação de forma mais nítida o fenômeno.

Nesse sentido, optou-se por contraditar o aparato teórico-discursivo do sistema econômico contemporâneo (ou o espírito do nosso tempo) com as múltiplas recepções articuladas nos discursos individuais de trabalhadores precarizados, ao tempo em que se contextualizam as condições materiais em que estão inseridos esses mesmos trabalhadores. Esse último capítulo será dedicado a realizar um apanhado reconstitutivo dos pressupostos, argumentações e resultados da pesquisa.

O tipo-ideal de trabalhador do período pós-toyotista caracteriza-se como aquele indivíduo que tem como valores-chave a flexibilidade, a inovação, a criatividade e a capacidade de assumir os riscos pelo desenvolvimento de seu auto empreendimento. Trata-se de uma ruptura com o modelo anterior, na medida em que os valores pretéritos tinham uma maior aderência a valores como estabilidade, fidelidade e segurança.

A despeito disso, a fundamentação ideológica e discursiva para movimentar esses valores não estão muito distantes de sua origem. O liberalismo clássico ainda é base fundante de grande parte do espírito do nosso tempo. Especialmente a partir da noção de liberdade como garantia para efetivação do projeto de vida particular.

À vista disso, foi rememorada a forma como duas concepções de liberdade se articulam. A liberdade positiva corresponde ao estar livre para realizar o seu próprio projeto particular de vida. A liberdade negativa, por sua vez, consiste em estar livre de amarras externas, de modo que a execução do projeto de vida não seja obstaculizado.

Tanto para microempreendedores individuais quanto para motoristas por aplicativo essas duas noções se articularam fortemente na dimensão argumentativa. Ser livre-para realizar o seu próprio projeto se desdobra em outras acepções como esforço e mérito, expresso em asserções como “*para alcançar minhas metas de vida, basta trabalhar mais*”. Além disso, “estar livre para” surge também nos discursos de ter a possibilidade de fazer o próprio horário, ou ainda, de se “reinventar” frente às

adversidades. Valores como trabalho duro, flexibilidade (“*sou livre-para fazer meu próprio horário*”), criatividade e auto-responsabilidade (“*ser o próprio chefe para realizar aquilo que se quer*”) são os conceitos-ordem quando se discorre sobre a liberdade enquanto expressão de autonomia. Além disso, e em especial, o afeto de esperança movimenta os indivíduos continuamente, articulando a questão temporal de modo a causar uma justificativa por intermédio da constante expectativa.

A liberdade negativa, por sua vez, ou o estar livre-de empecilhos externos, se articula com noções vinculadas ao “*fazer a minha própria renda*” ou de não ter um controle diretamente vinculado a um patrão. Autonomia e senso de justiça são os valores mais articulados por essa dimensão, dado que o trabalhador enxerga essa dupla dimensão: de ser livre dos constrangimentos do controle patronal ao tempo em que transfere parte de suas frustrações para os constrangimentos “estatais”. Ou seja, ao tempo em que esse trabalhador se sente livre de um controle microgerencial inerente ao trabalho formal, vincula-se a um identitarismo empresarial que vincula os empecilhos externos a outros inimigos, especialmente ao Estado<sup>193</sup>. O afeto de culpa também se apresenta por essa dupla via; uma culpa direcionada a si mesmo pelo não-sucesso e compartilhada também com as opressões externas. É nesse tipo de liberdade que a política se movimenta com bastante fluidez, ao tempo em que no mundo do trabalho os esforços são direcionados para uma patente valoração positiva da individualidade que desemboca em uma negatização das várias possibilidades de associação coletiva. É desse ponto que a noção de neoliberalismo se desenvolve.

Todavia, antes de adentrarmos na discussão sobre a questão neoliberal é importante tratar de um importante corolário argumentativo dessas duas noções clássicas de liberdade: o da fórmula de investimento. Ou seja, dado como axioma que os membros da sociedade são equivalentes (compartilham uma dignidade igualitária) e que a sociedade se encontra em diversos estados de conflito, como explicar a resolução aparente ou o estado de ordem? De forma exemplificativa: dado que o microempreendedor equivale a qualquer outro membro da sociedade, tal qual um grande empresário, como conciliar ou justificar que estejam em estados tão distintos? A fórmula de investimento soluciona essa tensão como uma espécie de pedágio no qual

---

<sup>193</sup> As críticas direcionadas ao Estado ou ao governo não estão restritas a questões partidárias (ainda que isso apareça), mas também a questões organizativas como as garantias de direitos trabalhistas, existência de impostos, prestação de serviços públicos etc. Quando se fala de direcionamento da culpa ao governo pretende-se dar ênfase também aos aspectos coletivos que são classificados também negativamente, como sindicatos e outros espaços públicos de discussão.

um estado superior só é acessado pelo sacrifício ou custo associado. É no âmbito dos valores associados ao cálculo do custo dessa transição que os distintos modelos de hierarquização de valores em uma escala moral se estabelecem.

A “humanidade ordenada” só é possível pela via da justificação ou, de forma mais direta, da associação entre os valores do estado superior aos valores do “bem comum”. Ou seja, se a fórmula de investimento valora o esforço, o mérito, a liberdade, o trabalho duro e a flexibilidade como os elementos que potencialmente permitirão a transição para um estado superior esses valores serão também elevados à condição de bem comum. Deixemos esse argumento em suspensão.

Ao voltamos o olhar para o desenvolvimento do liberalismo, agora em sua nova roupagem, tem-se duas aproximações. A primeira consiste em compreender que o neoliberalismo é uma cápsula vazia (mas ainda um invólucro ideológico) que varia em sua apresentação material a depender do tipo de desenvolvimento econômico ao qual se vincula. As ações neoliberais de efeito macroeconômico em países de capitalismo dependente são essencialmente diferentes daquelas de centralidade econômica ou mesmo entre nações de capitalismo semi-periférico e periférico.

Dito isto, qual o elemento aglutinador que justifica o uso do conceito? É a segunda abordagem proposta. O “neo” do liberalismo deve ser compreendido como uma extensão daquele segundo tipo de liberdade clássica, qual seja, o “estar livre-de” empecilhos, amarras e constrangimentos externos à execução de uma vida privada. É nessa dimensão que as institucionalidades ou coletividades são colocadas em questão. Neoliberalismo, assim, é não somente a diminuição, mas também a constante deslegitimação dos espaços de disputa, sejam institucionalizados ou associativos. Isso aparecerá nos discursos anti-sindicatos ou anti-governo especialmente em motoristas por aplicativo. Os sindicatos e o governo são as duas instâncias que atrapalham profundamente as suas atividades profissionais, conforme discurso da grande maioria desses trabalhadores. Da pesquisa também se verificou que não somente há uma constante desconfiança, mas também uma deslegitimação. Dos espaços legítimos para a potencial resolução de conflitos entre o trabalhador e as plataformas digitais, foi apontado que as melhores dinâmicas deveriam ocorrer diretamente entre os dois atores, sem a necessidade de intermediação coletiva. Portanto, tem-se a definição de neoliberalismo como deslegitimação - que potencialmente gera diminuição - dos espaços públicos e coletivos de debate e disputa.

O título dessa pesquisa tem por objetivo destacar que o ideal liberal de uma racionalidade disputada em espaço público retira a centralidade da ação de elementos como os afetos e as valorações morais. Trazer isso à discussão significa ampliar os elementos que compõem as distintas relações sociais, dado que a razão enquanto elemento de construção “lógica” nem sempre pode ser disputada ou colocada à prova. A título de exemplo, chegar-se ao conceito de liberdade pela via epistêmica significa colocá-la em disputa exclusivamente<sup>194</sup> pelo aspecto argumentativo, que por sua vez, relega os afetos, inclusive o sofrimento, a uma dimensão mais privada. Ou seja, a disputa e convencimento do conceito ficam limitados por uma insuficiência metodológica.

Justiça é um desses aspectos que, na caixa de ferramentas liberal, tem sua disputa limitada ao espaço público pois a racionalidade é um de seus pressupostos. Cognição compartilhada é a sua forma de legitimação. Essa forma de legitimação não precisa ser superada. Pretende-se somente ampliar o “além” da racionalidade com o fito de entender que as contradições de um sistema estão também vinculadas aos afetos que são movimentados no âmbito privado e público. Ou seja, o espaço público não pode ter por limitação exclusiva uma forma de racionalidade restrita à cognição compartilhada, pois o que fica restrito ao espaço privado pode ser imposto sem discussão ou debate. Vincular ao debate público somente os aspectos da racionalidade significa retirar a disputa legítima que também podem ocorrer pelas próprias moralidades e afecções.

Medo, esperança, culpa e desconfiança são exemplos de afecções que movimentam os indivíduos à ação. Ou seja, afetos que situam, intensificam ou suavizam as condições de produção de determinada acepção do mundo. Como já indicado pela pesquisa, a esperança é um desses afetos que movimenta a ação de um trabalhador que associa o trabalho duro à fórmula de investimento que, por sua vez, permitirá e justificará a sua liberdade-para realização de seu projeto de vida privada. Ademais, pensar para “além” de uma racionalidade nos permite enfatizar os aspectos de contradição entre os elementos de um aspecto exclusivamente racional-argumentativo e as condições de realidade do mundo posto.

Por conseguinte, é de se questionar: onde se encontra esse “além”? A hipótese consiste em enfatizar a dimensão da ética ou da construção de juízos de valor moral.

---

<sup>194</sup> Decerto que há muitas nuances quando se aborda o conceito de racionalidade. Essas ressalvas foram feitas na seção 1.3.

Valorar é optar por algo em preterimento a outro algo; é delimitar uma preferência entre dois elementos. Valorar moralmente significa atribuir a um determinado conceito - afeto ou o que se queira – a preferência a partir de uma escala do que é bom ou ruim, correto ou errado. Não se trata de ato de valoração estanque, ou seja, a liberdade, por exemplo, pode estar em uma escala de menor grau a depender de qual elemento é colocado em contraposição.

Mas por que a ética? Em primeiro lugar porque entende-se que a ética é o primeiro espaço e, conseqüentemente, o elemento fundante da relação social. É a partir do encontro Eu-Outro que as demais construções, inclusive epistêmicas, ocorrerão. Dada a impossibilidade de acesso ao Outro o que se quer dizer com a colocação da ética em elemento mais basilar é somente que o encontro (ou a relação) assume um significado prévio à constituição do ente<sup>195</sup>.

Em segundo lugar, o campo de construção e disputa dos valores morais também pode ser entendido como uma redução da complexidade de um mundo emaranhado por contingências. Todo o estado de coisas atual poderia ser diferente do que se é (contingência). Se em Boltanski e Thévenot isso se articula por intermédio de uma fórmula de investimento que se justifica em um bem comum, em Luhmann os “estados ordenados” podem ser justificados desde um processo de redução da complexidade. Ou seja, para que o mundo seja funcional os indivíduos necessitam reduzir essa complexidade. Uma das reduções pode ocorrer pela via, por exemplo, da confiança. O indivíduo, a partir de sua relação com o Outro, espera (ou acredita) que o resultado intencional da ação futura esteja de acordo com suas próprias expectativas.

O que se percebe é que essas simplificações também podem se manifestar pelo caminho dos valores morais. O campo da ética é o local onde se constrói um mundo “respirável” para os seus avizinhados. Isso significa que uma redução da complexidade abarca também uma confiança constituída desde uma hierarquização de valores em escala moral. Quando alguém acredita que a ação intencional de outrem estará de acordo com suas próprias expectativas coloca-se em evidência esse compartilhamento de preferências de valores morais. Esse alinhamento de expectativas de valores de um “bem comum” se porta de distintas maneiras em um contexto de trabalho precarizado.

---

<sup>195</sup> De certa forma, colocar a ética como elemento primeiro significa assumir uma posição predominantemente processual. Em última instância consiste em dar mais ênfase às relações e menos aos entes que as compõem, conforme desenvolvido na seção 1.5.

Nesse sentido, é importante rememorar que a precariedade é aqui definida por uma dupla via: (i) pelas situações efetivamente inseguras de suas condições materiais expressas em diminuição de acessos aos elementos de uma cidadania social como saúde, educação e lazer; e (ii) pela condição de transferência integral do risco. Essa segunda aproximação pode ser entendida de forma distinta dentro das categorias aqui exploradas. O microempreendedor se aproxima do trabalhador autônomo clássico na medida em que sua atividade só não é explorada pelo capital pois a atividade não é rentável para exploração (Prandi). E só não é rentável pois os riscos são repassados ao trabalhador. O trabalhador plataformizado, por sua vez, vincula-se a um tipo de transferência de riscos que se vincula a um modelo de assalariamento em que o tempo a disposição é otimizado. Uma eficiência máxima por intermédio de um contrato intermitente algoritimizado. Ou seja, o trabalhador encontra-se em uma dupla camada de exploração: via salarial e via controle gerencial otimizado.

Isto posto não se pode afastar do horizonte histórico nacional. A massa de trabalhadores informais no Brasil somente foi superada pelos formais em 2007. A informalidade enquanto um aspecto geracional de convivência com as diversas formas de precariedade transforma essas condições em regra e em circunstância de normalidade. Nesse sentido, deve-se compreender que a desconfiança e a culpa, por exemplo, são elementos que não pertencem a um “novo espírito”, mas sim que são movimentados de modo a justificar um determinado modo de exploração vigente.

Mas então o que há de novo? Tanto esperança quanto medo são construídos a partir da *dúvida* acerca de alegrias e tristezas instáveis futuras ou passadas. A ideologia que consegue capturar e movimentar essa *dúvida* é aquela que conseguirá melhor estabelecer suas preferências e valorações. A desconfiança enquanto elemento recorrente que justifica a deslegitimação do espaço público é tanto capturada para justificar uma oposição aos sindicatos quanto o justo espaço do aplicativo para dirimir conflitos. A responsabilidade, por sua vez, é tanto colocada como elemento consequente do exercício de uma liberdade pessoal quanto direcionada a um ator externo que limita o seu exercício. Em ambos os casos, a dúvida é respondida, seja por uma expectativa ou por um receio.

Os valores do “bem comum” que se justificam como elementos de coesão ou de uma ordenação social são assim definidos desde uma transferência contínua de valores que possam dirimir os conflitos entre estados ou situações distintas. Há uma contínua

manutenção que transforma os valores dos indivíduos em um estado superior naquilo que é comum e desejável por todos.

Nessa pesquisa demonstrou-se que, ainda que o trabalhador esteja em condições objetivamente precárias, seus valores, emaranhados e identificados como os mesmos do “bem comum” perpassarão:

- a) a noção de que sua situação é transitória. O pedágio a ser pago pelo trabalho duro, esforço e mérito justificam não somente sua expectativa como sua conformação à realidade em que se encontra.
- b) a liberdade de realizar o projeto pessoal, ou de ser autônomo para realização de suas vontades. A emancipação enquanto horizonte, entretanto, dificilmente se realiza, pois, tem-se trabalho subordinado e, principalmente, transferência integral dos riscos.
- c) a liberdade de não ter impedimentos externos para a realização de sua liberdade pessoal. Momento em que a culpa e a responsabilidade são repassadas a elementos externos.
- d) a culpa pessoal quando o estado de coisas se alinha com os valores do bem comum do grupo do estado superior e a culpa para outro quando o estado de coisas é conflituooso com os valores do bem comum do estado superior. Nesses dois casos tem-se o seguinte cenário: se o trabalhador (usualmente o microempreendedor) se identifica (não explicitamente) como um grande empresário e o cenário de fracasso que se depara tem conexão com impostos, logo, a culpa ou responsabilização será atribuída a terceiros, de modo a justificar a impossibilidade de sucesso. Se esse mesmo trabalhador se depara com outra situação de fracasso em que a concorrência com o grande empresariado foi elemento fundamental, logo, a culpa ou responsabilização é atribuída a si.
- e) a desconfiança e deslegitimação dos espaços públicos. Em sendo a realização do projeto privado o seu principal objetivo, sua realização também deve-se dar de forma individualizada.

Observar o contexto neoliberal a partir das racionalidades é relevante, mas não suficiente, dado que os indivíduos se constituem através da razão, das vontades e dos afetos. A partir do momento em que, por exemplo, o slogan “*menos direitos para mais empregos*” é entendido como dominante e aceitável no mundo do trabalho contemporâneo, a análise não deve se limitar a verificar as contradições lógico-

argumentativas, mas principalmente examinar como se deu a classificação desse slogan como um valor de bem comum.

A compreensão dos valores de bem comum dentro do contexto laboral brasileiro perpassa pela busca em superar as antinomias e contrassensos que se verificam no choque com a materialidade. Essa superação deve observar o constante estímulo e mobilização da dúvida, tanto pela via da expectativa quanto do receio. O trabalhador precarizado, seja o microempreendedor ou o plataformizado, tem suas diversas pluralidades constantemente redesenhadas de modo a adequar suas condições a uma justificação que permita a ordenação social. Assimilar, todavia, que não basta movimentar a racionalidade, mas também os afetos e moralidades abrem o caminho não somente para uma compreensão ampliada do fenômeno como para outras formas de resistência à exploração.

# Apêndice

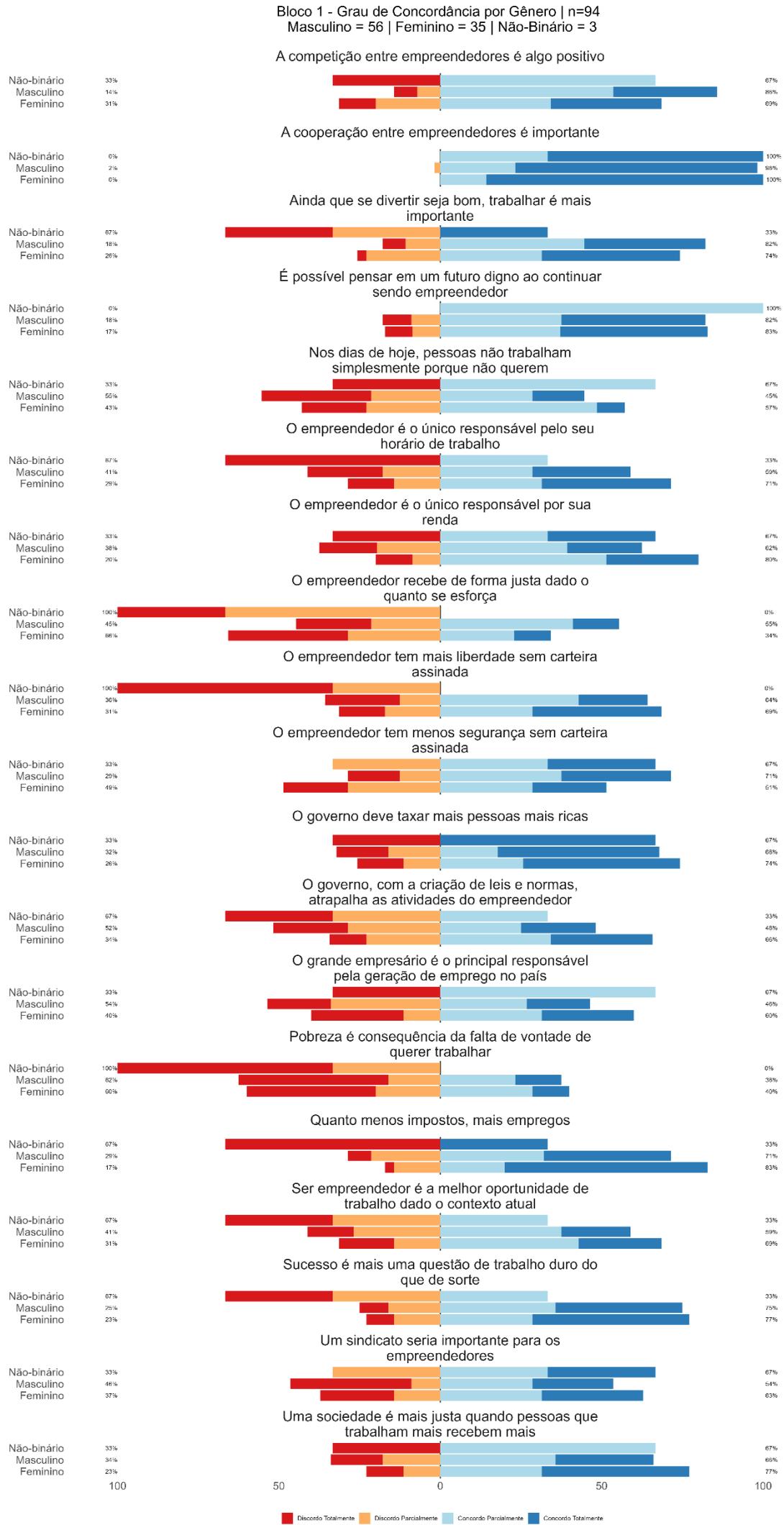


GRÁFICO 12 – BLOCO 1 – QUESTIONÁRIO MEIS POR GÊNERO

Como ler: “85% de MEIs entrevistados do gênero masculino concordam, em algum grau, com a frase [A competição entre empreendedores é algo positivo]”

Bloco 1 - Grau de Concordância por Raça | n=94  
 Branca (36) | Não-Branca (58)  
 Não-Branca --> Parda (40) | Preta (15) | Indígena (1) | Amarela (1)

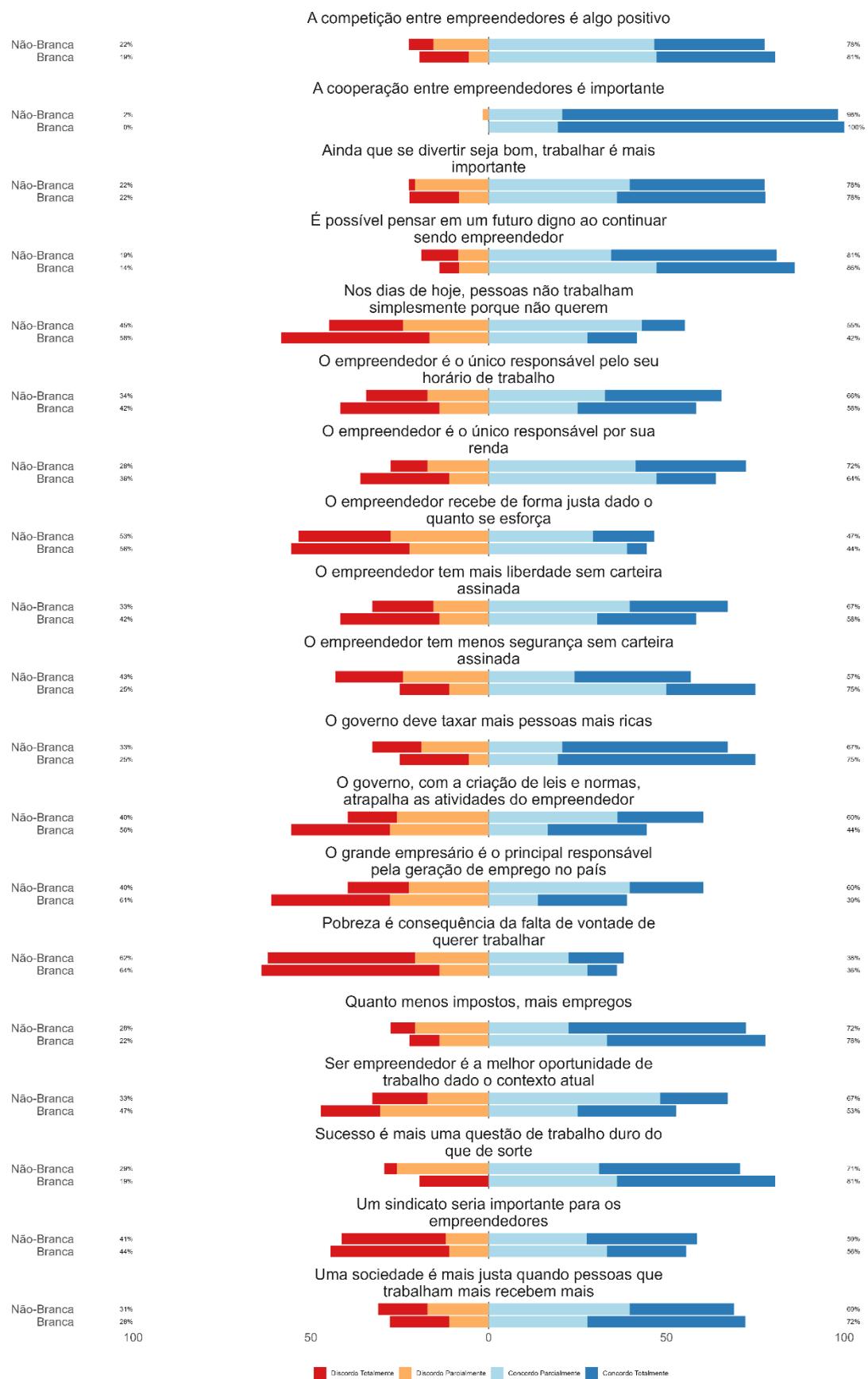


GRÁFICO 13 – BLOCO 1 – QUESTIONÁRIO MEIs POR RAÇA

Como ler: “78% de MEIs entrevistados de raça/cor ‘não-branca’ concordam, em algum grau, com a frase [A competição entre empreendedores é algo positivo]”

Bloco 1 - Grau de Concordância por Idade | n=94  
 20-30 (16) | 31-40 (29) |  
 41-50 (29) | Acima de 50 (20)

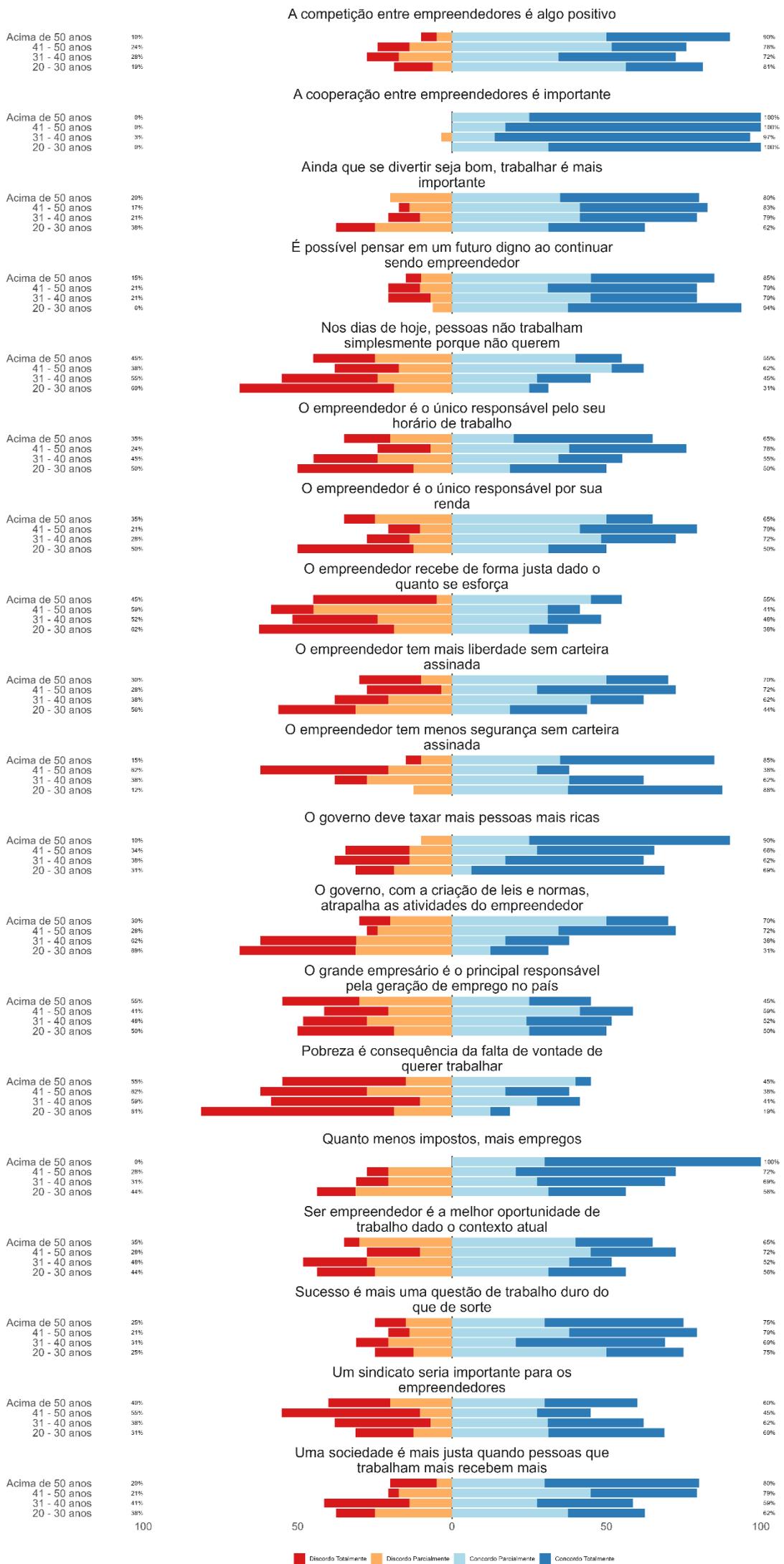


GRÁFICO 14 – BLOCO 1 – QUESTIONÁRIO MEIS POR IDADE

Como ler: “90% de MEIs entrevistados na faixa etária acima de 50 anos concordam, em algum grau, com a frase [A competição entre empreendedores é algo positivo]”

Bloco 1 - Grau de Concordância por Classe de RA | n=94  
 Renda Alta (30) | Renda Média-Alta (24) |  
 Renda Média-Baixa (20) | Renda Baixa (18) | Outro (2)

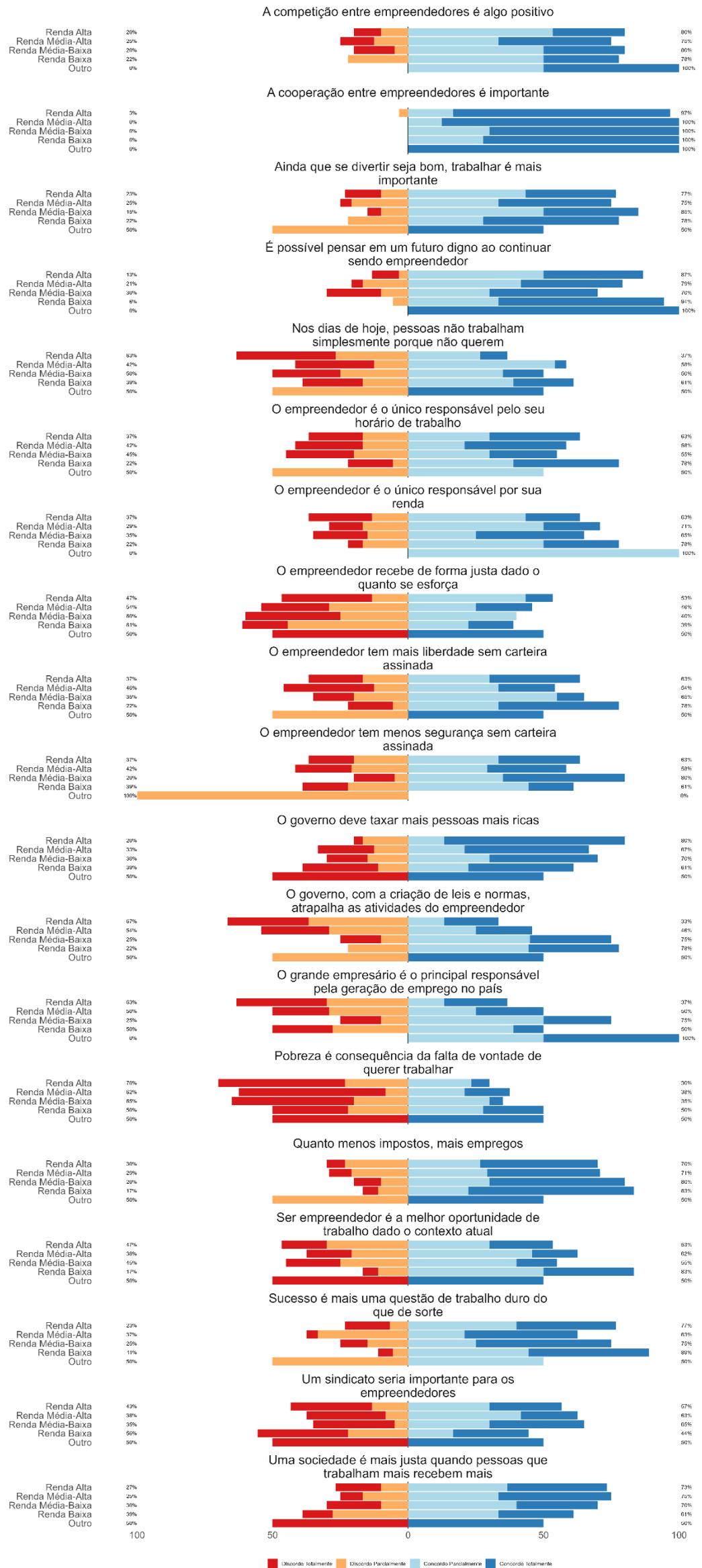


GRÁFICO 15 – BLOCO 1 – QUESTIONÁRIO MEIS POR GRUPO DE RA

Como ler: “80% de MEIs entrevistados que habitam em RAs de Renda Alta concordam, em algum grau, com a frase [A competição entre empreendedores é algo positivo]”

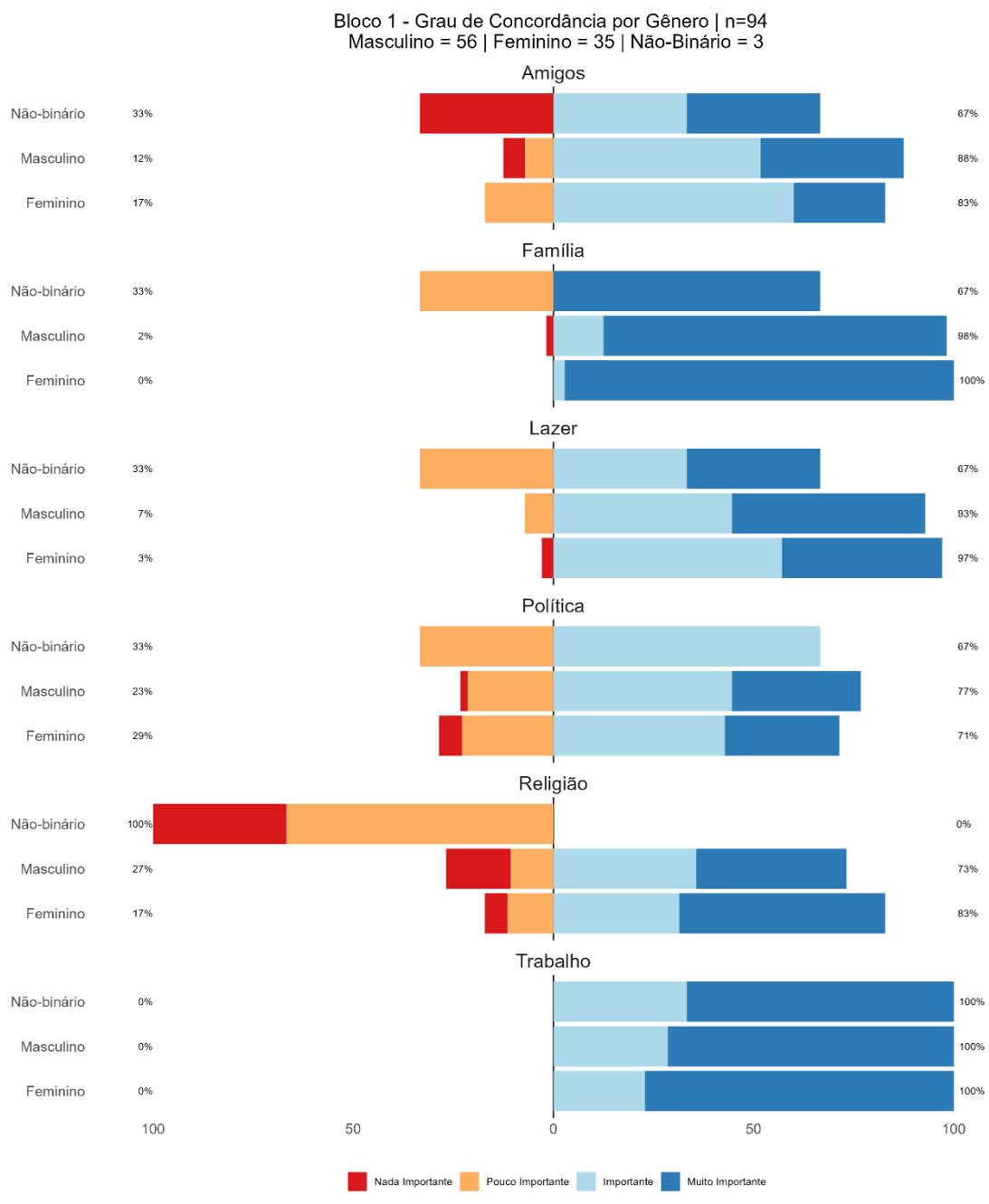
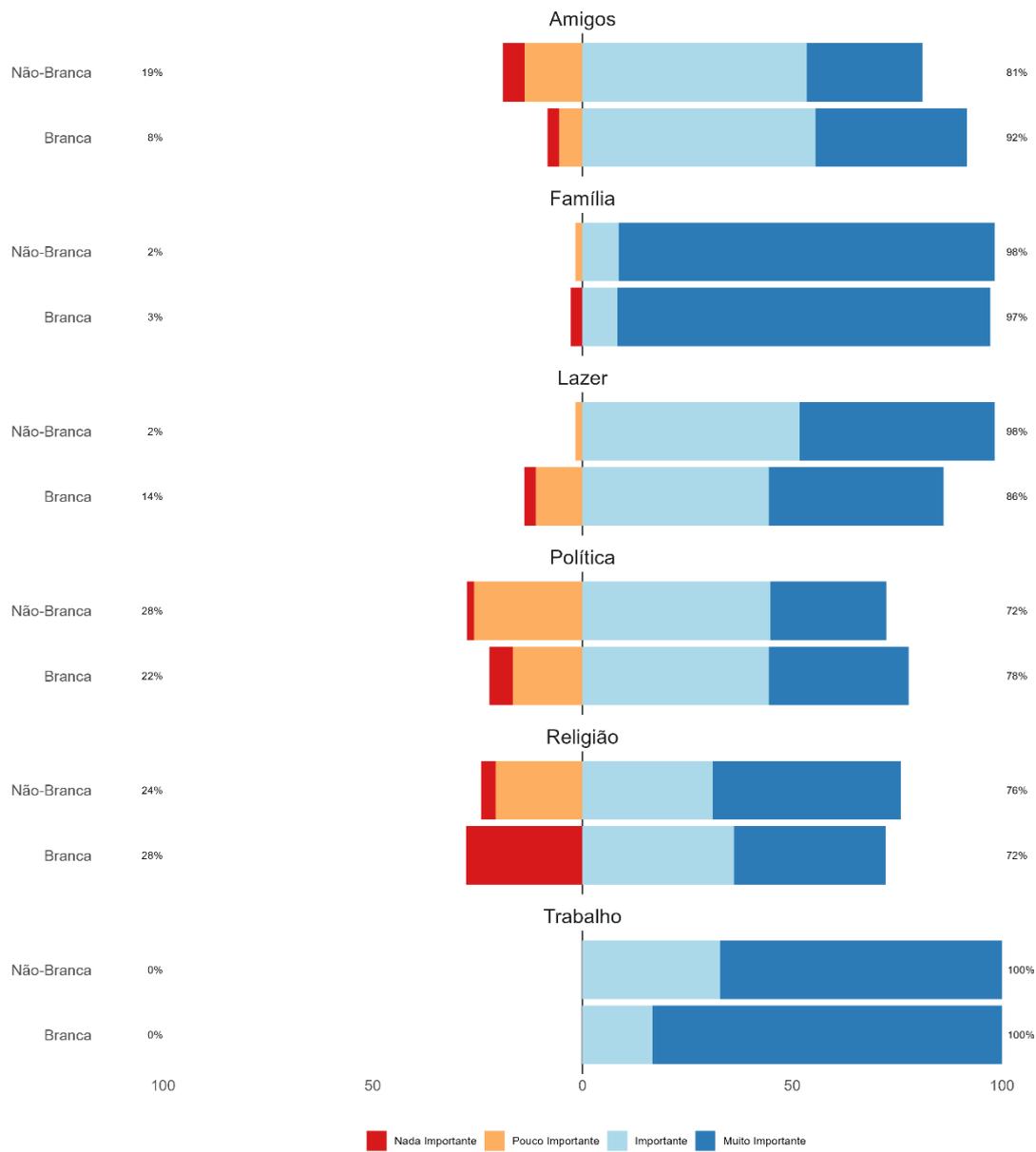


GRÁFICO 16 – BLOCO 2 POR GÊNERO

Como ler: “88% de MEIs entrevistados do gênero masculino consideram, em algum grau, a dimensão da Amizade como importante”

Bloco 2 - Grau de Importância por Raça | n=94  
 Branca (36) | Não-Branca (58)

Não-Branca --> Parda (40) | Preta (15) | Indígena (1) | Amarela (1)



**GRÁFICO 17 – BLOCO 2 POR RAÇA**

Como ler: “81% de MEIs entrevistados de raça/cor “não-branca” consideram, em algum grau, a dimensão da Amizade como importante”

Bloco 2 - Grau de Importância por Idade | n=94  
 20-30 (16) | 31-40 (29) |  
 41-50 (29) | Acima de 50 (20)

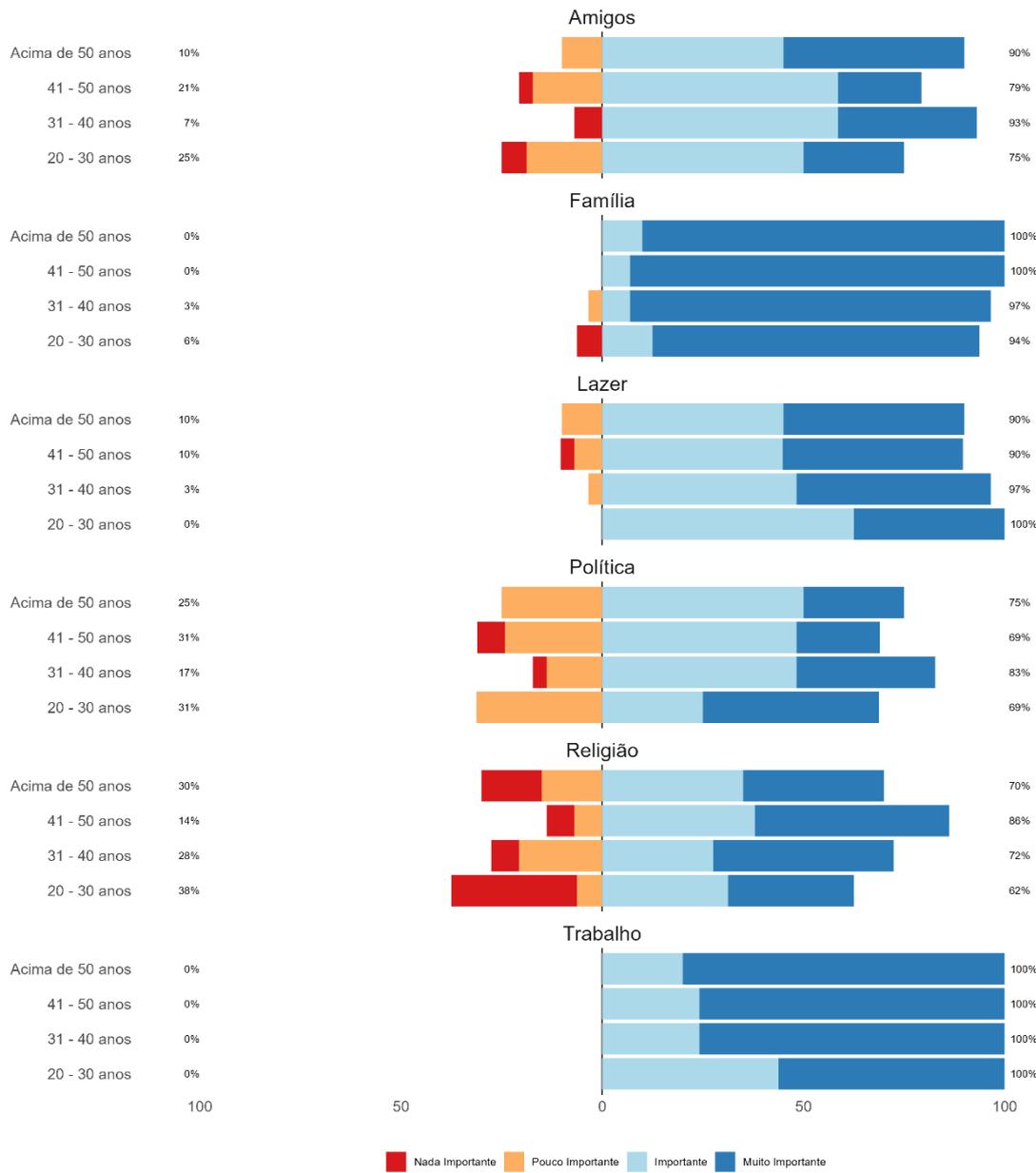
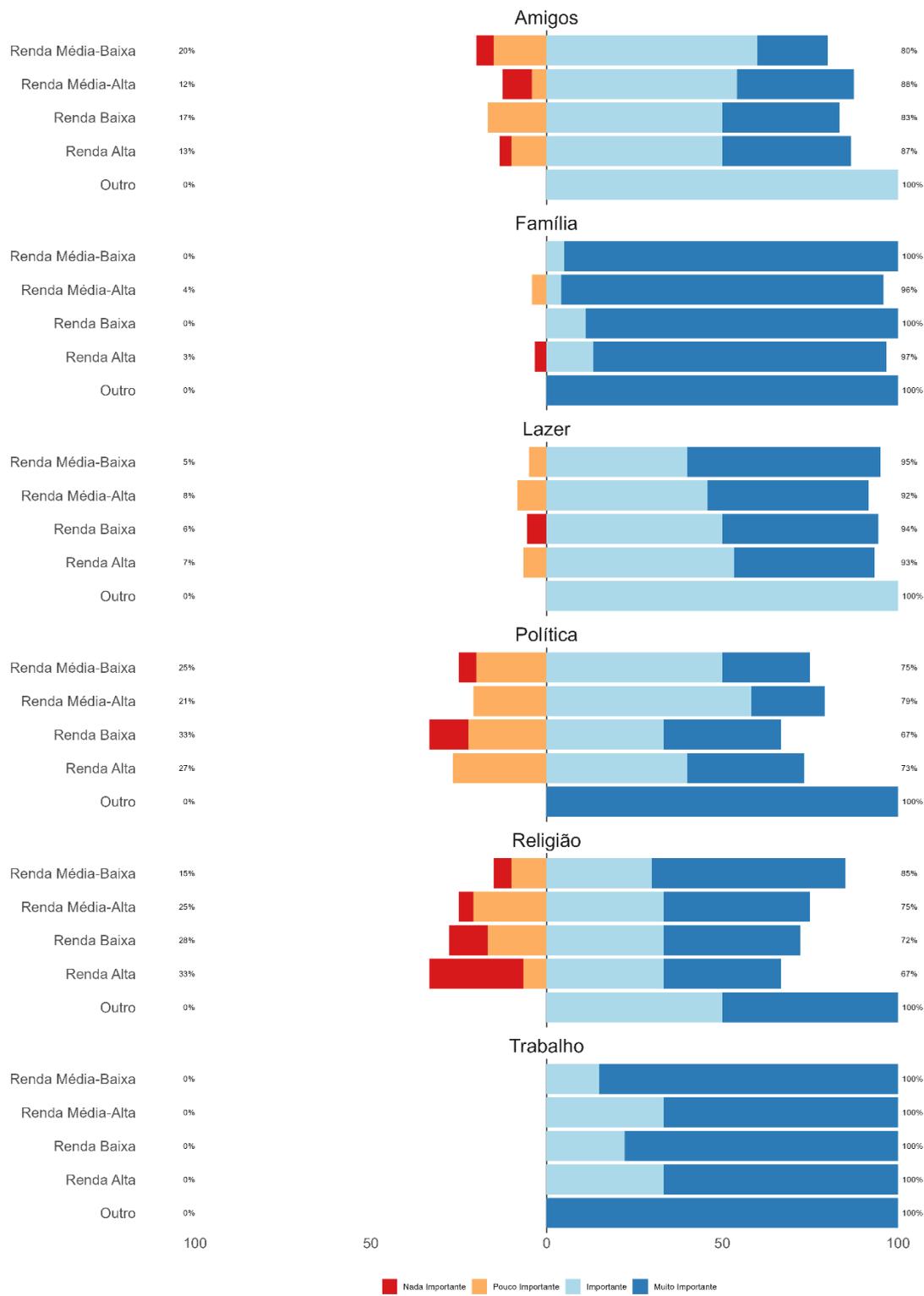


GRÁFICO 18 – BLOCO 2 POR IDADE

Como ler: “90% de MEIs entrevistados na faixa etária acima dos 50 anos consideram, em algum grau, a dimensão da Amizade como importante”

Bloco 2 - Grau de Importância por Classe de RA | n=94  
 Renda Alta (30) | Renda Média-Alta (24) |  
 Renda Média-Baixa (20) | Renda Baixa (18) | Outro (2)



**GRÁFICO 19 – BLOCO 2 POR RA**

Como ler: “80% de MEIs entrevistados que habitam RAs de Renda Média-Baixa consideram, em algum grau, a dimensão da Amizade como importante”

<b>Bloco 3 - Classificação de Valorização no Trabalho como MEI - Gênero</b>						
<b>MASCULINO (n=56)</b>						
<b>Item</b>	<b>1º</b>	<b>2º</b>	<b>3º</b>	<b>4º</b>	<b>5º</b>	<b>6º</b>
<b>Responsabilidade</b>	21,4%	16,0%	9,6%	8,5%	8,5%	4,3%
<b>Motivação</b>	26,8%	14,9%	12,8%	5,3%	8,5%	2,1%
<b>Mérito</b>	8,9%	6,4%	11,7%	10,6%	13,8%	11,7%
<b>Liberdade</b>	30,4%	7,4%	8,5%	9,6%	6,4%	9,6%
<b>Sensação de Justiça</b>	5,4%	8,5%	12,8%	17,0%	7,4%	10,6%
<b>Individualismo</b>	7,1%	6,4%	4,3%	8,5%	14,9%	21,3%
<b>FEMININO (n=35)</b>						
<b>Responsabilidade</b>	31,4%	17,1%	28,6%	8,6%	5,7%	8,6%
<b>Motivação</b>	20,0%	20,0%	22,9%	22,9%	14,3%	0,0%
<b>Mérito</b>	5,7%	28,6%	22,9%	8,6%	20,0%	14,3%
<b>Liberdade</b>	28,6%	14,3%	14,3%	8,6%	17,1%	17,1%
<b>Sensação de Justiça</b>	11,4%	14,3%	2,9%	25,7%	25,7%	20,0%
<b>Individualismo</b>	2,9%	5,7%	8,6%	25,7%	17,1%	40,0%

**TABELA 10 – CLASSIFICAÇÃO DE VALORIZAÇÃO NO TRABALHO COMO MEI – POR GÊNERO**

Como ler: “30,4% de MEIs entrevistados, do gênero masculino, colocam a LIBERDADE em primeiro lugar quanto à valorização desse aspecto na sua atividade”; ou ainda “31,4% de MEIs entrevistados, do gênero feminino, colocam a RESPONSABILIDADE em primeiro lugar quanto à valorização desse aspecto na sua atividade”

<b>Bloco 3 - Classificação de Valorização no Trabalho como MEI - Por Grupo de RA</b>						
<b>Renda Alta (n=30)</b>						
<b>Item</b>	<b>1º</b>	<b>2º</b>	<b>3º</b>	<b>4º</b>	<b>5º</b>	<b>6º</b>
<b>Responsabilidade</b>	26,7%	6,7%	23,3%	20,0%	23,3%	0,0%
<b>Motivação</b>	16,7%	20,0%	26,7%	16,7%	16,7%	3,3%
<b>Mérito</b>	6,7%	23,3%	23,3%	13,3%	10,0%	23,3%
<b>Liberdade</b>	40,0%	23,3%	13,3%	10,0%	6,7%	6,7%
<b>Sensação de Justiça</b>	10,0%	16,7%	10,0%	33,3%	10,0%	20,0%
<b>Individualismo</b>	0,0%	10,0%	3,3%	6,7%	33,3%	46,7%
<b>Renda Média-Alta (n=24)</b>						
<b>Item</b>	<b>1º</b>	<b>2º</b>	<b>3º</b>	<b>4º</b>	<b>5º</b>	<b>6º</b>
<b>Responsabilidade</b>	33,3%	29,2%	20,8%	8,3%	0,0%	8,3%
<b>Motivação</b>	16,7%	41,7%	12,5%	12,5%	12,5%	4,2%
<b>Mérito</b>	4,2%	12,5%	20,8%	20,8%	33,3%	8,3%
<b>Liberdade</b>	33,3%	4,2%	12,5%	16,7%	16,7%	16,7%
<b>Sensação de Justiça</b>	8,3%	8,3%	29,2%	12,5%	20,8%	20,8%
<b>Individualismo</b>	4,2%	4,2%	4,2%	29,2%	16,7%	41,7%
<b>Renda Média-Baixa (n=20)</b>						
<b>Item</b>	<b>1º</b>	<b>2º</b>	<b>3º</b>	<b>4º</b>	<b>5º</b>	<b>6º</b>
<b>Responsabilidade</b>	25,0%	30,0%	10,0%	15,0%	5,0%	15,0%
<b>Motivação</b>	45,0%	15,0%	15,0%	15,0%	10,0%	0,0%
<b>Mérito</b>	10,0%	15,0%	20,0%	10,0%	30,0%	15,0%
<b>Liberdade</b>	15,0%	5,0%	25,0%	10,0%	15,0%	30,0%
<b>Sensação de Justiça</b>	5,0%	20,0%	20,0%	15,0%	25,0%	15,0%

<b>Individualismo</b>	0,0%	15,0%	10,0%	35,0%	15,0%	25,0%
<b>Renda Baixa (n=18)</b>						
<b>Item</b>	<b>1º</b>	<b>2º</b>	<b>3º</b>	<b>4º</b>	<b>5º</b>	<b>6º</b>
<b>Responsabilidade</b>	16,7%	27,8%	27,8%	5,6%	16,7%	5,6%
<b>Motivação</b>	16,7%	16,7%	33,3%	11,1%	16,7%	5,6%
<b>Mérito</b>	5,6%	22,2%	11,1%	11,1%	22,2%	27,8%
<b>Liberdade</b>	33,3%	11,1%	5,6%	16,7%	16,7%	16,7%
<b>Sensação de Justiça</b>	5,6%	16,7%	0,0%	50,0%	11,1%	16,7%
<b>Individualismo</b>	22,2%	5,6%	22,2%	5,6%	16,7%	27,8%

**TABELA 11 – CLASSIFICAÇÃO DE VALORIZAÇÃO NO TRABALHO COMO MEI – POR GRUPO DE RA**

Como ler: “40% de MEIs entrevistados, que habitam RAs de Renda Alta, colocam a LIBERDADE em primeiro lugar quanto à valorização desse aspecto na sua atividade”; ou ainda “45% de MEIs entrevistados, que habitam RAs de Renda Média-Baixa, colocam a MOTIVAÇÃO em primeiro lugar quanto à valorização desse aspecto na sua atividade”

### **Roteiro - Grupos Focais**

1. Para vocês, o que é ser “empreendedor”, o que é o “empreendedorismo” e o que é uma “empresa”?
2. O que é ser Microempreendedor Individual? Ser MEI é sinônimo de ser empresa?
3. Quais são suas maiores motivações em ser MEI? Essas motivações continuam as mesmas ou mudaram? E quais os principais desafios e realizações como MEIs?
4. Qual seria o “propósito” e o “sentido” do empreendedorismo-MEI?
5. Vocês migraram de outras atividades profissionais/ocupações anteriores para suas atividades MEI atuais? Por quais motivos isso ocorreu?
6. As suas escolhas pelo MEI foram movidas mais por um “empreendedorismo por necessidade” ou pelo “empreendedorismo por oportunidade”?
7. As vantagens de formalização como MEI são suficientes e justificam suas inserções no Microempreendedorismo ao invés de outros vínculos de trabalho?
8. O trabalho e a renda como MEI são melhores do que em um emprego com carteira assinada?
9. Se vocês pudessem escolher uma das inserções no mercado de trabalho (Autônomo, Conta-própria, empregado com carteira, empresário ou MEI), qual vocês escolheriam, e por quê?
10. Há diferenças entre os períodos profissionais pré e pós formalização como MEI? Quais as características e a natureza dessas diferenças?
11. Comentem o significado e a relação de cada uma dessas palavras com o MEI:

flexível, precário/precariedade, horas trabalhadas/jornada de trabalho, salário/renda, segurança/insegurança, bem-estar/mal-estar, prazer/sofrimento.

12. Como as emoções, sentimentos e afetos mais se ligam às suas práticas como MEIs? Ilustrem em quais momentos eles se manifestam.

13. Por fim, indiquem pontos positivos e negativos em ser MEI, do maior para o menor.

**TABELA 12 – ROTEIRO GRUPOS FOCAIS**

Palavra	Frequência	Feminino	Masculino
medo	31	1,9525	-1,9525
marca	12	1,8659	-1,8659
patrão	12	1,8659	-1,8659
comunicação	12	1,8659	-1,8659
vir	83	1,8424	-1,8424
ver	181	1,8102	-1,8102
online	18	1,7514	-1,7514
difícil	30	1,7482	-1,7482
vida	69	1,6791	-1,6791
continuar	54	1,6394	-1,6394
independente	11	1,5764	-1,5764
cuidar	11	1,5764	-1,5764
cabeça	13	1,5397	-1,5397
casa	44	1,5288	-1,5288
sebrae	15	1,5196	-1,5196
precisar	66	1,5194	-1,5194
desafio	19	1,5079	-1,5079
comércio	38	1,4643	-1,4643
benefício	36	1,4433	-1,4433
produto	34	1,4226	-1,4226

**TABELA 13 – TABELA DE ANÁLISE DE ESPECIFICIDADES – IRAMUTEQ – FREQUÊNCIA DE INCIDÊNCIA DE PALAVRAS POR GÊNERO (FORMAS COMUNS) – 20 PRIMEIROS REGISTROS EM ORDEM DECRESCENTE PARA GÊNERO FEMININO**

Como ler: a palavra “medo” aparece com mais frequência (ou se concentra mais) nos discursos de MEIs do gênero feminino na comparação com os de gênero masculino.

Palavra	Frequência	Feminino	Masculino
prestar	28	-1,8844	1,8844
dia	142	-1,8297	1,8297
lucro	20	-1,7415	1,7415
comprar	40	-1,729	1,729
pergunta	16	-1,688	1,688
partir	16	-1,688	1,688

objeto	12	-1,6663	1,6663
história	12	-1,6663	1,6663
cnpj	26	-1,6086	1,6086
sistema	19	-1,5875	1,5875
senhor	15	-1,5222	1,5222
clientela	11	-1,482	1,482
serviço	62	-1,4753	1,4753
exigir	14	-1,3596	1,3596
mesmo	231	-1,3586	1,3586
conseguir	106	-1,3174	1,3174
negócio	85	-1,2347	1,2347
atender	26	-1,2007	1,2007
vendedor	13	-1,2006	1,2006
ponto	41	-1,1819	1,1819

**TABELA 14 – TABELA DE ANÁLISE DE ESPECIFICIDADES – IRAMUTEQ – FREQUÊNCIA DE INCIDÊNCIA DE PALAVRAS POR GÊNERO (FORMAS COMUNS) – 20 PRIMEIROS REGISTROS EM ORDEM DECRESCENTE PARA GÊNERO MASCULINO**

Como ler: a palavra “lucro” aparece com mais frequência (ou se concentra mais) nos discursos de MEIs do gênero masculino na comparação com os de gênero feminino.

Palavra	Renda Alta	Palavra	Renda Baixa
achar	22,8517	gente	26,7077
nota_fiscal	10,331	acabar	13,5942
coisa	9,4036	crédito	11,5816
contrato	8,167	melhor	9,2748
colocar	7,071	contribuir	7,1222
liberdade	5,7023	linha	6,5634
exigir	5,2311	informalidade	4,9219
jurídico	5,2311	melhorar	3,9794
contratar	4,8966	teto	3,8412
processo	4,8572	condição	3,3506
marca	4,4833	possibilidade	3,3411
sushi	4,4833	acreditar	3,2757
comunicação	4,4833	segmento	3,1289
curso	4,4128	taxa	2,9533
segurança	4,3079	sozinho	2,7808
associação	4,1094	caso	2,7486
novo	3,9907	ponto	2,5379
auxílio	3,9275	resolver	2,2524
social	3,9275	patrão	2,2524
projeto	3,9275	conseguir	2,1241

**TABELA 15 – TABELA DE ANÁLISE DE ESPECIFICIDADES – IRAMUTEQ – FREQUÊNCIA DE INCIDÊNCIA DE PALAVRAS POR GRUPO DE RENDA (FORMAS) – 20 PRIMEIROS REGISTROS EM ORDEM DECRESCENTE**

Renda Média-Alta e Renda Média-Baixa foram omitidos.

Como ler: a palavra “liberdade” aparece com mais frequência (ou se concentra mais) nos discursos de MEIs de Renda Alta na comparação com as demais faixas de renda.

### **Roteiro – Motoristas por Aplicativo**

1. Você se classifica como autônomo/conta-própria, empresário, empregado ou empreendedor? Você se considera também como empreendedor ou em alguma das outras categorias?
2. Você migrou de alguma outra atividade? Já iniciou sua vida profissional como motorista?
3. Você conhece e/ou se comunica ativamente com os demais colegas que atuam na mesma área? É importante essa comunicação? Está em grupos de wpp ou associação ou sindicato?
4. Em sua opinião, esses colegas são também sua concorrência? Você considera a concorrência um fator importante para o exercício do seu trabalho?
5. Você acha que a renda e horários de trabalho são melhores como autônomo/motorista do que com outras opções de trabalho? Você se considera exclusivamente responsável pela sua renda? E pela sua jornada de trabalho?
6. Você tem metas diárias? O que acontece quando alcança? E quando não alcança? Como você define sucesso em seu trabalho? Você acha que sucesso é uma questão de trabalho duro, competência ou de sorte?
7. Quando você está em seu tempo livre, pensa que poderia estar trabalhando?
8. Você vê algum problema em deixar de ir em algum compromisso (igreja, família ou amigos) para cumprir a sua meta diária ou semanal de trabalho?
9. O que você acha de pessoas desempregadas nos dias de hoje? Falta de oportunidade ou preguiça/incompetência da pessoa?
10. O que você mais valoriza e não valoriza na sua situação de trabalho atual? Liberdade, autonomia, motivação, mérito, não depender de outros colegas? Por quê? Se você tivesse de classificar, o que você considera mais importante?
11. Você acha que o governo, com a criação de leis e normas, atrapalha ou ajuda as suas atividades?
12. Você pensa que há algum tipo de sofrimento (algo que poderia ser melhorado) vinculado ao seu trabalho? E satisfação? Você acha que as discussões via governo ou sindicato são os melhores locais para resolver essas questões?

13. Demográficos  
 Idade  
 Instrução  
 RA que mora  
 Raça (autoclassificação)  
 Religião

TABELA 16 – ROTEIRO – ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA - MOTORISTAS POR APLICATIVO

RESUMOS – GRUPOS FOCAIS
<p><b>Grupo Focal 1 – Alta Renda – 3 participantes</b></p> <p>Só para fechar então o debate aqui, a gente passou por várias questões que se iniciaram com uma discussão do que de fato é ser MEI, e a gente observou que, assim, existe uma pluralidade de percepções, né? É difícil a gente reduzir ou essencializar o que é ser MEI e existe também um elemento muito interessante, é que: se por um lado, existe essa “flexibilidade” no que o MEI pode vir a ser na sua atuação, da mesma forma essa “flexibilidade” ela impede que você diga de fato o que é o MEI. Então existe essa “zona”... assim, acho que uma palavra que ficou muito frequente, principalmente nas primeiras questões do debate, foi “transição”, né? O MEI é uma “zona de transição”, né? E é interessante também que existe uma determinada “ambivalência”, né? O que faz do MEI uma coisa concreta, né? Existe “bom” e “ruim”, “positivo” e “negativo”, mas é muito interessante como existe, assim, uma “dosagem”, talvez pelo que eu pude perceber aqui no debate que trabalha bem essas dicotomias, né? Então, assim, é “flexível bom” mas é “flexível ruim”, né? “Ah, eu tenho a liberdade de empreender, mas isso também me toma uma obrigação de ter que estar sempre empreendendo” E ao final, o que dá pra gente compreender melhor é de que, exatamente, talvez as maiores vantagens que levem as pessoas a irem para o MEI e as se fixarem [nele] e continuarem como MEI podem ser que, também, a depender de um certo contexto... Assim, as suas maiores dificuldades, né, os maiores desmotivadores. Vocês estão de acordo com esse pequeno resumo, essa síntese que eu fiz aqui no debate? [concordância ao fundo] Vocês não gostariam de acrescentar mais alguma ideia?</p>
<p><b>Grupo Focal 2 – Alta Renda – 5 participantes</b></p> <p>Obrigado a todos e todos. Então finalizando aqui uma breve síntese, né? Do que a gente discutiu. Deu pra perceber de que o MEI ele majoritariamente se pôs aqui pro grupo, né? Como uma forma de inserção no mercado de trabalho alguns eram autônomos antes da formalização, outros se formalizaram pra conseguir eh um tipo de contratação, né? De emprego, na qualidade de PJ, alguns eram celetistas e aí encontraram no meio uma outra via de escoamento assim da sua capacidade de produção, de suas habilidades, né? De seus desejos. É muito interessante também como a formalização é um ponto assim quase consensual, né? De a grande vantagem, talvez o grande elemento assim que atrai as pessoas e ancora as pessoas no MEI, né? A possibilidade de emitir nota, a dispensa de um escritório contábil, porque você tem isso, os altos impostos ao mesmo tempo também de que o outro lado da formalização é que ele traz algumas garantias por exemplo que são pontos bastante atraentes vamos dizer num numa forma de trabalho mais CLT né? Como por exemplo os auxílios né? Maternidade, desemprego, a possibilidade de pagamento de INSS. Um outro também elemento muito interessante é que duas grandes palavras aqui de variadas facetas e de variados significados eu acho que se destacaram no grupo uma foi liberdade e a outra foi flexibilidade né é de uma maneira geral tanto a liberdade quanto a flexibilidade são sempre postas aqui pelo grupo ou foram sempre postas pelo grupo em significantes</p>

muito positivos né? Então o meio ele traz liberdade porque permite vocês a trabalharem na hora que quiser, com o que quiserem, da forma que quiserem no ritmo que quiserem, inclusive na área, na ocupação que desejarem, né? E aí a flexibilidade entra auxiliando essa liberdade, né? Porque vocês trabalham vocês trabalham no horário noturno no dia que vocês se organizam, vocês dão ênfase na ocupação, na atividade que pra vocês for melhor proveitosa naquele momento, podendo depois ser reavaliado e ser mudado, né? O fato também de vocês poderem escolher com quem vocês vão prestar serviço, né? Ou vão ser contratados e a forma como isso vai se dar também se torna um ganho de flexibilidade é muito interessante. E é curioso também porque essa flexibilidade ela acaba se entrelaçando com a liberdade na forma como vocês foram desenhando as trajetórias de vocês até aqui. Em contrapartida nem sempre essa liberdade, essa flexibilidade só são mares de rosa, né? Então elas também podem significar em alguns momentos insegurança, ansiedade, dificuldades, sofrimentos e a própria forma de liberdade de flexibilidade que o MEI dá, pode ser também muito mal aproveitado em má fé por exemplo por determinadas empresas, né? Ou por determinados contratantes de serviço que na verdade aproveitam do MEI como uma forma digamos assim de pejetizar o trabalho de vocês né? Ou seja de fazer com que vocês realizem trabalhos que seriam enquadrados com trabalhos celetistas né? Só que na qualidade de MEI. De uma maneira geral o CLT não é não é visto como de todo ruim ele apresenta pontos positivos mas ainda assim vocês mantêm a percepção de que o MEI ainda é melhor e mais proveitoso pra vocês até agora e neste momento e de que os pontos positivos do MEI eles são pontos bastante relacionados com o que seria digamos assim um negativo do CLT né? Então que o MEI traz de vantagem aquilo que o CLT não possui. Em contrapartida também o fato de muitas vezes você serem pessoas barra empresas também trazem uma demanda assim de atividades e de tarefas que sobrecarregam, que intensificam o trabalho de vocês e que são questões assim que vocês de fato percebem como dificuldade, né? Como por exemplo, atender múltiplas tarefas, gerir empresa, um negócio, né? Fazer gestão de pessoas, ter o domínio num conhecimento específico que possa na verdade tirar o melhor proveito do MEI pra vocês né? E também o desamparo muitas vezes que vocês não tenham uma instituição, alguém, uma instância né? Clara assim é que vocês possam recorrer num momento de dificuldade. Existiu aqui algum ponto que eu deixei de falar que vocês gostariam de dar ênfase?

### **Grupo Focal 3 – Média-Alta Renda – 5 participantes**

ou fazer um resumo bem breve. Aí eu agradeço e nós encerramos, né? Assim, muitos pontos foram falados aqui, assim agradeço demais. Assim a experiência de vocês só fez expandir mais ainda a minha visão lá do Rafael, a da Brena, da Letícia, né? A respeito de quem são os MEIs, ou seja, o perfil do microempreendedor, que tipo de negócio vocês tem, relação com a economia do DF, entre outras questões aqui que foram aparecendo, então assim é vou fazer um resumo e vocês ficam à vontade para concordar ou discordar? Mas o que deu para entender aqui do debate é o seguinte, não é o MEI, ele tem uma dualidade, então tem dois sentidos. O MEI pode tanto infelizmente, levar uma precarização do trabalho para trabalhadores que são empurrados tanto de trabalhos autônomos quanto de trabalhos por carteira assinada ou formas de terceirização, pejetização ao empreendedorismo por uma espécie de imperativo econômico, né? Fechamento do seu posto de trabalho, mudança na ocupação que você tinha. Mas o MEI também pode servir, por exemplo, como uma recolocação de quem de fato é, se especializou, deseja, persiste, né? Atuar como empresário, então, você pode tanto ter o sonho de ter uma grande empresa e aí você pega um trajeto, né? Uma forma de você aprender, né? No dia a dia, o que é uma

contabilidade? O que é questão de reserva de caixa, né? O que é que você precisa saber sobre o produto, sobre sua área, tem que ter ponto, não ter, não tem que ter ponto etc. Que pode servir também. Eu senti isso muito forte aqui, como um momento de você recalibrar, né? Então, agora eu estou no lucro justo, como falou MEIxx, mas aí as vendas não tão boas, então desse por simples, poxa, ainda tá difícil por simples, então vou aqui pro MEI para fazer esse recalibramento, né? De como vai ser essa minha trajetória? É também muito interessante o quanto vocês falaram assim, de que a lei e principalmente a informação que se o governo, as autoridades competentes. Fazem da lei para as pessoas que desejam entrar no micro empreendedorismo ou que estão é muito deficitária. Não é muito ruído de comunicação a lei, ela não vê espaços de gradação como muito bem, como pontuou MEIxx. Mas o mais difícil que parece que ficou marcado aqui, é de que, apesar de haver abundância de informação, as informações especializadas adequadas, né? Vamos dizer, é que tem um conteúdo de veracidade. Assim são difíceis de ser acessadas e essas informações são importantes para vocês terem um percurso. Dentro do microempreendedorismo é também muito interessante. Então, quanto essa parte, essa dinâmica emocional afetiva, né? Está no dia a dia de vocês como MEI, é muitas vezes parte da motivação, é muitas vezes parte do que faz vocês ficarem como MEI. É muito parte do que faz vocês para prosperarem como MEIs, mas é também uma espécie assim de ambivalência, né? Nem tudo é um céu de brigadeiro, né? Pra fazer aí um trocadilho com a MEIxx, mas também nem tudo é tristeza. Então há esse misto assim, né? Há dias de alegria, de júbilo dizendo que vocês estão felizes, que vocês realizam tudo a contento, mas há dias tristes, né? Há dias ansiosos e dias de incerteza. Então essa espécie, digamos assim, de dualidade né? D um paradoxo, parece, demonstrar um ponto também interessante é que a internet tem servido. É como uma dimensão de auxílio. O negócio de vocês abre novas oportunidades de venda a expandir o mercado consumidor de vocês... aumenta também a visibilidade do negócio. Mas também demanda todo um conhecimento, toda uma esperteza e todo investimento, tanto financeiro como também de conhecimento de pessoal para saber operar. Então a gente vê que essa é uma área que, por exemplo, talvez acho que todo mundo aqui concordaria que um suporte maior seria adequado. Há também uma dificuldade assim da relação com as autoridades com vocês, né? Há muito ruído na comunicação há pouco, canal de comunicação direto, né? Eu acho que para todos aqui, para uns mais, cito aqui, por exemplo, MEIxx, né? Isso é, é muito contundente para outros nem tanto, mas parece que as autoridades precisam ter esse canal é de comunicação melhor com os MEIs, né? Percebi isso hoje e pra fechar, acho que a pandemia isso infelizmente eu digo muito, infelizmente não fugiu a regra, né? Foi um evento traumático, difícil, exigiu muito refletir e fazer as escolhas pra uns e serviu para impulsionar mais ainda os negócios e atingir aquele patamar. Vamos dizer assim, é de uma tranquilidade. Dar dois passos atrás, não é diminuir as expectativas, lidar melhor com que poderia vir, já que era um momento de muita incerteza, então também parece que a pandemia assim ela serviu como um ponto de viragem para os MEIs, né? E aí, o resultado dessa viragem dependeu muito de que tipo de MEI do que você estava empreendendo, né? Das suas ocupações, dos seus conhecimentos, do suporte estatal. Esse é mais ou menos um resumo, foi muita coisa falada, mas acho que eu peguei os pontos aqui que mais destacaram vocês concordam? Vocês discordam? Vocês tem algo mais para acrescentar?

#### **Grupo Focal 4 – Média-Baixa Renda – 3 participantes**

Fazendo aqui a síntese então, né? Vocês trouxeram pontos muito bons assim, agradeço, viu, gente? Primeiro, mais uma vez por me atenderem, segundo por terem topado participar, terceiro, por estarem aqui hoje. Mas os pontos elencados, o que é que a

gente percebe, né? Todos vocês três que ficaram mais continuamente aqui na são da área de comércio então isso pra gente é uma novidade porque normalmente a gente tem pega um perfis realmente muito diferentes então esse é um dado assim interessante que eu queria destacar e vocês começaram pontuando que na verdade apesar do que diz a lei do que diz o governo as autoridades não consideram nem uma empresa, apesar de vocês ao mesmo tempo reconhecerem que o MEI é uma porta de entrada, né? É um momento assim que vocês podem adquirir um aprendizado, um conhecimento, né? Se estruturarem pra aí sim entrarem, vamos dizer em formas mais robustas de empresa. Também como pra vocês o MEI ele é basicamente assim uma outra forma de você exercer as atividades de um profissional autônomo, né? Com claro uma série de variedades aí dentre as várias que nós falamos referentes a formalização. Outro ponto também interessante é que apesar do microempreendedorismo, com essa formalização, isso não necessariamente significa um mar de facilidade, né? Então assim, ora existem algumas facilidades, por exemplo, com relação aqueles que são aqueles e aquelas que são empreendedores informais, mas ainda persiste uma série de dificuldades, né? Dentre as quais, dificuldade de empréstimos, os custos pra o funcionamento, a operação do MEI ainda são bastante altos. E normalmente o fato de que pra facilitar essa entrada, estabilização do MEI, normalmente vocês formalizam o que vocês já eram anteriormente, né? Vocês não começam do zero, uma nova atividade, uma nova passando no campo das motivações é interessante que vocês busquem a formalização porque vocês querem reconhecer e querem um aparato, um mínimo de segurança ou talvez até estabilidade naquilo que vocês fazem e querem continuar fazendo vocês desejam crescer, expandir, buscar outros níveis de empresa e obviamente vocês querem ter a retribuição do ponto de vista da renda, né? Então vocês querem alçar novos patamares de renda que se remetam pra vocês. Então esse é um ponto também interessante, né? Por outro lado vocês também reconhecem também e cumpriu um dos objetivos lá né? Do início da política que seria formalizar um conjunto de trabalhadores autônomos ou ainda de empreendedores autônomos, né? Que aí quando se formalizam com o MEI conseguem entrada numa política, tem acesso a uma série de benefícios, mas conseguem também alguma medida, um reconhecimento de suas atividades, né? Tanto do ponto de vista ponto jurídico quanto por exemplo do ponto de vista administrativo contábil. E aí o MEI é interessante porque pra quem na verdade chega ao MEI de um patamar mais superior, ou seja, né? Não vem desse nível de informalidade, né? Ou de uma migração de ocupação, o MEI ele é um módulo você readequar os custos, né? De você recalcular, recalibrar ali a trajetória, adquirir mais experiência, mais aprendizado, pra aí sim você conseguir retornar a outros patamares de seu empreendimento. E aí quando a gente compara o MEI com outras formas, outras inserções, né o meio ora é melhor que o CLT, ora é pior. Então assim fica parecendo que vocês escolhem bem, mas vocês também reconhecem que o CLT tem suas virtudes, né? De uma maneira geral que ficou clara que é que todo mundo concordou que autônomo é aquele menos desejado, né? Então a depender do caso da ou né que vocês não veem no MEI e aí o MEI permite vocês trabalhar trabalharem melhor o que vocês desejam, as de vocês, vocês conseguem maior renda do que, por exemplo, as experiências que vocês têm ou tiveram enquanto CLTs, né? Então esse é um ponto também muito importante. Como pontos positivos do MEI, vocês elencaram aqui que seriam autonomia, o fazer o que se gosta, ver o resultado daquilo que se ter liberdade, fazer as coisas servir do seu jeito, né? Não ter que seguir um chefe, uma ordem, alguém externo, né? A simplificação tributária, a formalização e o acesso à seguridade social como os pontos mais importantes. E como pontos negativos é vocês ressaltaram a falta de algo com o governo na verdade de uma maneira geral na dificuldade de

interlocução, de comunicação, né? De vamos dizer assim e uma relação mais ou menos amistosa, né? Dialógica com o governo, a falta de incentivos, as inúmeras inseguranças, o fato de que enquanto mês você se sente muito sozinhos, né? Vocês não uma rede, um aparato assim de diálogo, de troca de experiências, de respaldo, né? Na prática de vocês. A desconfiança e o a falta de credibilidade que vocês ainda tem mesmo sendo mês, né? Perante governo, perante cliente as vezes, a outras empresas e as dificuldades também mas fechando essa parte da recapitulação do resumo ainda sim vocês veem muitas expectativas no MEI né? E via de regra aqui sobretudo mais apontada por você e por você Eduardo a esperança o sonho de que não só vocês consigam aumentar os patamares renda, mas sobretudo, né? Consegui fazer a migração e subir nos níveis de empresa. É isso, vocês concordam com esse resumo que eu fiz? Vocês discordam de algum ponto, queriam acrescentar algo, podem falar.

#### **Grupo Focal 5 – Baixa Renda – 4 participantes**

Como eu falei agora eu vou fazer rapidinho um resumo, né? Do que foi discutido hoje aqui, eu fiz algumas anotações então bom pra iniciar né? Vocês trouxeram algumas reflexões a respeito do que é ser MEI é muito interessante como vocês pontuam sempre essa questão assim de fronteira, né? Com, digamos, o emprego de carteira assinada, né? De como muitas vezes a vinda de vocês pro MEI é uma mudança mas que traz como se fosse uma espécie de herança, né? Desses empregos anteriores e que a mudança de vocês pro MEI é sempre buscando a melhoria de vocês, melhor ganho, uma melhor condição de organizar o trabalho, a casa, a família, né? A vida de vocês e que vocês se sentem uma empresa, mas uma empresa, digamos assim, com status diferentes, né, dona porque assim, tem algumas condições aí que talvez aproximem vocês mais dos empregados por carteira assinada, né? Bom, em seguida vocês falaram que realmente as motivações de vocês foram muito variadas e vocês quatro aqui algumas se enquadraram digamos assim no que foi pensado pra política pública do meio, outras já trouxeram uma maior diferença, né? Então desde questões como desemprego, como a dificuldade de se encaixar num ritmo do trabalho com carteira assinada, numa relação com o patrão, ou a necessidade realmente de uma perspectiva de ganho e organizar um trabalho, uma empresa a partir da família o fato de que realmente foi uma determinação que veio de fora, né? A empresa, o patrão que me contrata pediu que eu me tornasse meio pra eu continuar inserido nesse trabalho. Então a gente tem esses elementos, né? E o propósito e o sentido do MEI pra vocês é por um lado, permitir que vocês inseridos né? No mercado de trabalho trabalhando, ganhando a vida de vocês com dignidade, com honestidade, né? Dando suporte as famílias, isso permitam também vocês a sonharem, né? A pensarem em questões pro futuro, né? Ou seja, vocês entram no MEI mas desejando algo pra além. Então aí claro houveram migrações, né? Teve gente que migrou de uma profissão com carteira assinada pro MEI, teve gente que mudou do que fazia na carteira assinada quando foi pro MEI, teve gente que criou uma coisa totalmente nova dentro do MEI, né? E essas escolhas elas foram sempre feitas a partir de necessidades de vocês enquanto indivíduos, de suas famílias, né? Também da conjuntura digamos assim, social, econômica, né? Que acaba de certa forma mais diretamente ou mais indiretamente direcionando, ajudando vocês a escolherem determinadas direções né? E que assim vocês acreditam que a escolha pelo MEI de fato é primeiramente pela formalização mas entendendo aqui a formalização do conjunto né? De vantagens, de benefícios, de diferenças que o MEI traz por exemplo com as experiências anteriores que vocês tiveram. O trabalho é renda como MEI, vocês acham que são melhor do ponto de vista, digamos assim, numérico, né? Vocês ganham mais, são valores maiores do que, por exemplo, aqueles que vocês ganhavam enquanto salário por trabalho com carteira porém né isso não é garantido isso vai depender do

quanto você se empenham da quantidade de dias trabalhados de se a maré está boa ali vocês conseguem fazer boas vendas ou vocês conseguem bastante clientes naquele período de tempo se vocês não vão ter muito custo pra operar então esse é um ponto também né que não foi dito explicitamente, mas que deu pra entender aqui, né? Pra todo mundo. Mas que ainda sim, vocês continuariam escolhendo ser MEIs, né? Então assim, apesar de todas essas questões ainda sim vocês escolheriam o MEI né? E assim você só deixaria de ser MEI se fosse possível melhorar o MEI então isso também é um detalhe bem interessante né? Assim ninguém falou ah eu quero ascender e me tornar uma empresa de grande capital todo mundo falou não quero continuar bem e agora eu queria que determinados que eu acho que limitam minha atuação como MEI fossem melhorados né? De fato há diferenças entre um período antes da formalização e depois da formalização né? Com mudança de atividade, mudança de ocupação o tempo de trabalho, a forma como vocês trabalham, a forma como vocês gerem um trabalho, né? Acho que essa é a mudança que eu acho que também foi mais comum aqui, né? Quando todo mundo na rua que era carteira assinada, a figura do patrão que vem e diz, quando trabalhar, como trabalhar de que forma trabalhar, é quase que onipresente. E aí vocês mudam pro MEI aí vocês percebem que é preciso vocês tomarem pra si essa dinâmica, né? De escolher. Quando eu vou trabalhar, ah eu posso escolher não trabalhar? Posso. Porém, nesse dia eu não ganho. Posso escolher que horas eu vou trabalhar, mas se hoje eu começo a trabalhar mais tarde, então eu vou ter que largar o trabalho também mais tarde, né ter que cumprir ali uma meta, né? Um objetivo, uma quantidade de horas trabalhadas pra fazer uma determinada quantidade de faturamento. Então temos, digamos assim, esses movimentos, nesses detalhes aí da coisa. Vocês trouxeram vários significados pra palavras aqui associados aos MEIs, né? E aí a gente vê essa ambivalência, né? Ao bom e ao ruim, ao doce e ao salgado, né? Ao feliz, ao triste e são coisas que não necessariamente se excluem, né? Na verdade muitas vezes elas estão juntas ali, elas aparecem hora com mais força, hora com menor força determinado momento. E pra vocês as emoções do sentimento são coisas cotidianas. É permanente que atravessam, né? O dia a dia de vocês como MEI. E aí eu adorei a frase que a dona MEIxx trouxe, deixa eu ver se eu anotei direitinho e não fiz com as palavras dela mas a dona MEIxx disse que para ser um bom empreendedor é preciso controlar os impulsos e os sentimentos né? Então talvez assim além de fazer essa gestão do horário de quando trabalhar de como trabalhar de que cliente atender de como vender de como não vender é preciso acima de tudo controlar esses instintos, essas emoções, esses sentimentos pra canalizar isso sempre em proveito de fazer esse trabalho da melhor forma, certo? E aí pra fechar vocês tem como expectativas o futuro de melhorias, né? De novo, um futuro de melhorias dentro do MEI, vocês querem passar a ganhar vocês esperam vender mais, vocês que esperam ter mais clientes, mas vocês não querem que isso necessariamente signifique um desenquadramento, né? Que, por exemplo, é leve vocês a uma microempresa. Nem tão pouco que isso force vocês a irem pra informalidade, né? Ou pra determinadas burlas. Vocês querem continuar certinhos, né? Dentro das regras da formalização, com as contribuições e tal, mas vocês acham que determinados pontos da política deveriam ser reformulados, né? Pra melhorar e permitir que vocês consigam alcançar essa satisfação, né? Essa sensação de que pô, realmente, né? Agora eu vejo um futuro continuassem no MEI, talvez mais cinco, mais dez anos, lá até o final da minha aposentadoria. Então, seria mais ou menos esse resumo, eu não sei se eu fui feliz, se vocês concordam, por favor, sinalizem, se eu não fui, se discordaram de algo, podem falar.

TABELA 17 - SÍNTESE DAS DISCUSSÕES DOS GRUPOS FOCAIS



TABELA 6  
Estratos sociais no Brasil – 1970

Estratos	Categorias Ocupacionais	n	%
I — Elite.....	Industriais, Profissionais de Nível Superior, Administradores de Banco, Proprietários Rurais	517 252	2
II — Médio Superior	Administradores do Serviço Público, Agentes Fiscais, Professores Secundários, Técnicos dos Setores Secundário e Terciário, Outros Administradores	858 613	3
III — Médio Inferior	Profissionais de Nível Médio, Professores Primários, Técnicos do Setor Primário, Médios Proprietários Rurais, Mestres de Obras, Auxiliares de Escritório	3 377 625	13
IV — Baixo Superior	Trabalhadores Qualificados e Semiqualificados do Setor Industrial, Trabalhadores de Transporte e Comunicações, Trabalhadores das Indústrias de Construção, Madeira e Móveis	3 387 446	13
V — Baixo Inferior	Ocupações Qualificadas e Semiqualificadas Não-Industriais, Trabalhadores das Indústrias Têxteis, de Couro, Vestuário, Alimentação, Artesanato, Trabalhadores Braçais, Servidores Domésticos, Outros Serviços, Ambulantes, Balconistas e Entregadores, Serventes, Trabalhadores do Setor Primário*	18 089 052	69

FONTE: N. V. Silva, *op. cit.*  
\* Não inclui o item 28 "Outros".

FIGURA 4 – ESTRATOS SOCIAIS – BRASIL – 1970

Fonte: (PASTORE, 1976)

TABELA 7  
Estrutura social brasileira – 1950/70

	1950	1970
Elite.....	2	2
Classe Média Superior	3	3
Classe Média Inferior.	12	13
Classe Baixa Superior. } Classe Baixa Inferior.. }	83	82

FONTES: 1950: R.J., Havighrust, *op. cit.*; 1970: N. V. Silva, *op. cit.*

FIGURA 5 – ESTRUTURA SOCIAL BRASILEIRA – 1950/70

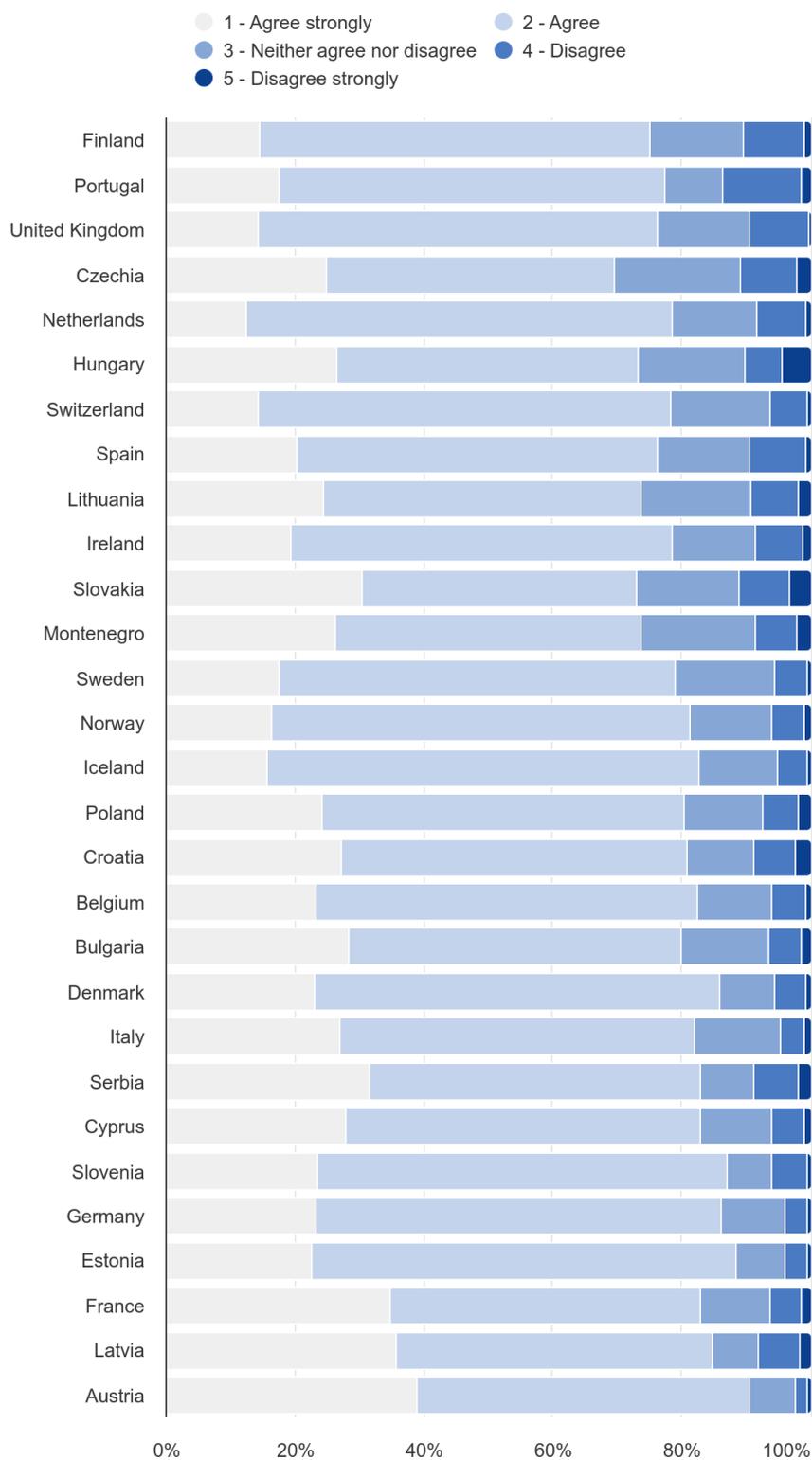
Fonte: (PASTORE, 1976)

<b>Chronology of EVS-WVS waves</b>					
<b>Base=7,673; Weighted results</b>	<b>1989-1993</b>	<b>1994-1998</b>	<b>2005-2009</b>	<b>2010-2014</b>	<b>2017-2022</b>
In the long run, hard work usually brings a better life	14,6	14,3	24,1	38,6	35,4
2	2,7	3,7	9,1	6,8	4,4
3	3,7	3,2	9,1	5,4	4
4	4,1	3,8	9	4,4	3,7
5	8,9	8,7	12,6	12	13,4
6	4,1	5,1	4,5	4,7	5,4
7	9,8	7,8	5	5	4
8	10,7	9,1	6,9	4,8	6,1
9	8,3	6,8	5,5	2,9	2,8
Hard work doesn't generally bring success - it's more a matter of luck and connections	31,1	36,9	13	13,9	17,6

(INGLEHART et al., 2022)

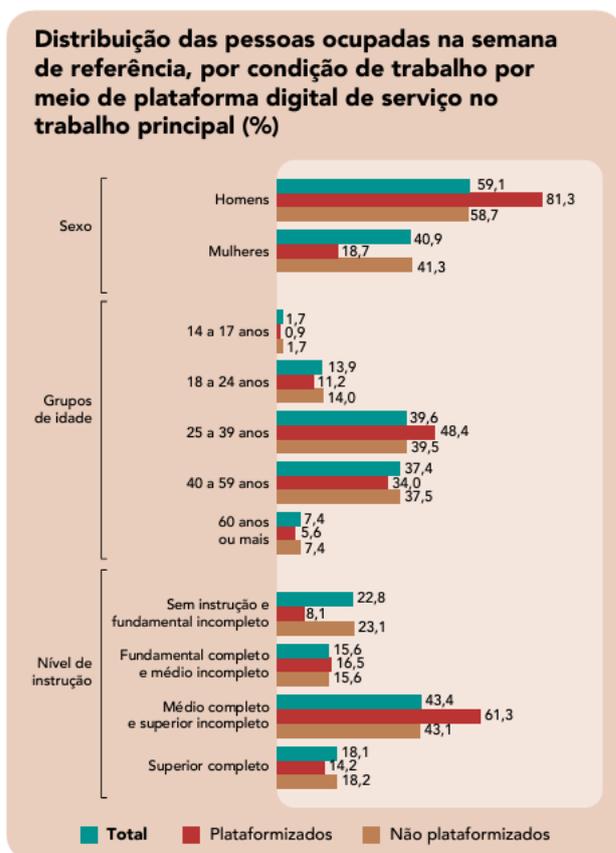
**TABELA 18 - WVS – RODADAS – PERGUNTA E040**

**Society fair when hard-working people earn more than others**  
**Ordered by mean**



ESS round 9 - 2018. Timing of life, Justice and fairness | N = 48571

ess.sikt.no



**FIGURA 6 – DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR CONDIÇÃO DE TRABALHO POR MEIO DE PLATAFORMA DIGITAL DE SERVIÇO NO TRABALHO PRINCIPAL (%)**

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022. Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade, exclusive os empregados no setor público e militares.

Tipo de plataforma de serviço utilizada no trabalho principal (1)	Tipo de dependência em relação à plataforma e existência de dependência (%)							
	Valor a ser recebido por cada tarefa realizada ou trabalho entregue		Clientes a serem atendidos		Prazo para realização da tarefa ou atividade		Forma de recebimento do pagamento	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Aplicativo de táxi (2)	79,9	19,0	78,4	20,2	62,3	34,7	71,5	27,0
Aplicativo de transporte particular de passageiros (3)	97,3	2,5	87,2	11,2	67,5	30,0	82,9	15,4
Aplicativo de entrega - Entregadores	84,3	15,7	85,3	14,6	80,0	16,8	84,3	14,1
Aplicativo de prestação de serviços gerais ou profissionais	31,9	68,0	35,8	63,6	27,8	71,5	28,8	69,9

**FIGURA 7 – DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA QUE TRABALHAVAM POR MEIO DE PLATAFORMAS DE SERVIÇOS, POR TIPO DE DEPENDÊNCIA EM RELAÇÃO À PLATAFORMA E EXISTÊNCIA DE DEPENDÊNCIA, SEGUNDO O TIPO DE PLATAFORMA DE SERVIÇO UTILIZADA NO TRABALHO**

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022. Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade, exclusive os empregados no setor público e militares. (1) Inclui apenas as pessoas que exerceram trabalho por um único tipo de aplicativo de serviços, dentre os pesquisados. (2) Aplicativo próprio para motoristas de táxi, incluindo aplicativos de cooperativas locais de taxistas e outros aplicativos voltados para a categoria. (3) Exclusive aplicativo de táxi.

Tipo de plataforma de serviço utilizada no trabalho principal (1)	Tipo de influência na determinação da jornada de trabalho e existência de influência (%)											
	Incentivos, bônus ou promoções que mudam os preços			Ameaças de punições, bloqueios realizados pela plataforma			Sugestão de turnos e dias pela plataforma			Possibilidade de escolha de dias e horários de forma independente		
	Sim	Não	Não sabe	Sim	Não	Não sabe	Sim	Não	Não sabe	Sim	Não	Não sabe
Aplicativo de táxi (2)	32,2	58,3	9,5	24,0	67,2	8,9	18,5	73,7	7,8	60,6	32,1	7,3
Aplicativo de transporte particular de passageiros (3)	63,2	31,9	4,9	42,3	52,0	5,7	29,2	66,7	4,1	83,8	13,3	2,9
Aplicativo de entrega - Entregadores	54,5	38,6	7,0	32,8	60,4	6,8	31,0	63,2	5,8	70,8	23,4	5,8
Aplicativo de prestação de serviços gerais ou profissionais	13,5	83,2	3,3	4,5	92,5	3,0	7,6	90,0	2,4	40,0	58,3	1,7

**FIGURA 8 – DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA QUE TRABALHAVAM POR MEIO DE PLATAFORMAS DE SERVIÇOS, POR TIPO DE INFLUÊNCIA NA DETERMINAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO E EXISTÊNCIA DE INFLUÊNCIA, SEGUNDO O TIPO DE PLATAFORMA DE SERVIÇO UTILIZADA**

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022. Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade, exclusive os empregados no setor público e militares. (1) Inclui apenas as pessoas que exerceram trabalho por um único tipo de aplicativo de serviços, dentre os pesquisados. (2) Aplicativo próprio para motoristas de táxi, incluindo aplicativos de cooperativas locais de taxistas e outros aplicativos voltados para a categoria. (3) Exclusive aplicativo de táxi.

## Referências Bibliográficas

- ABILIO, L. C. Uberização : Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado Uberization : From entrepreneurship to subordinated self-management. v. 18, 2019.
- ACCARINI, A. Brasil já tem quase um milhão de motoboys e maioria é informal, diz Dieese. **CUT**, 2020.
- ADORNO, T. A teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista. **Margem Esquerda**, v. 7, 2006.
- ADORNO, T. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ADRIAANS, J.; FOURRÉ, M. Basic social justice orientations—measuring order-related justice in the European Social Survey Round 9. **Measurement Instruments for the Social Sciences**, v. 4, n. 1, p. 11, 24 set. 2022.
- ALTMAN, S. Basic Income. **Y Combinator**, 27 jan. 2016.
- ALVAREZ, B. M. S. **Essays on Informality**. Doutorado em Economia—São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2023.
- ALVES, G. **A condição de proletariado**. Brasil: Editora Praxis, 2009.
- ALVES, M. T. G. Conteúdos ideológicos da nova direita no município de São Paulo: análise de surveys. **Opinião Pública**, v. 6, n. 2, p. 187–225, out. 2000.
- ANDRADE, D. P. What is neoliberalism? The renewal of the debate in social sciences. **Sociedade e Estado**, v. 34, n. 1, p. 211–239, 2019.
- ANTUNES, R. **O caracol e sua concha**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** 11. ed. Campinas: Unicamp, 2006.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.
- ANTUNES, R. A nova morfologia do trabalho e as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1990. **Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. XXVII, 2014.
- ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 87, p. 335–351, 2004.
- ANTUNES, R.; BRAGA, R. **Infoproletários - degradação real do trabalho virtual**. [s.l.] Boitempo Editorial, 2009.
- AREOSA, J. O trabalho como palco do sofrimento. 2018.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. [s.l.] Nova Cultural, 1991.
- BARBOSA, A. L. N. DE H. **Evolução e composição do emprego no Brasil: período 1996-2009**: Mercado de Trabalho. Brasília: IPEA, 2012.
- BELL, D. **The Coming of Post-Industrial Society**. New York: Basic Books, 1973.
- BENJAMIN, W. **As teses sobre o conceito de história**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

- BENJAMIN, W. **O capitalismo como religião**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- BENTHAM, J. **Uma introdução aos princípios da moral e da legislação**. [s.l.] Abril Cultural, 1979.
- BERLIN, I. **Liberty: incorporating four essays on liberty**. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- BERNARD, S. **UberUsés - Le capitalisme racial de plateforme**. Paris: PUF, 2023.
- BLYTH, M. **Austerity. The history of a dangerous idea**. [s.l.] Oxford University Press, 2013.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, É. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. **A justificação - sobre economias de grandeza**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014.
- BOURDIEU, P. **Contrafogos**. [s.l.] Jorge Zahar Editor, 1998.
- BOURDIEU, P. **Meditações pascalianas**. 2. ed ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BRAGA, R. **A política do precariado**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- BRAGA, R. **A rebeldia do precariado**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.
- BRANDÃO LOPES, J. R. **Sociedade Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.
- BRASIL. **Recenseamento do Brazil em 1872**. IBGE, , 1874.
- BRASIL. **Lei Complementar nº 128/2008**. Brasil, 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp128.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp128.htm)>
- BRENNER, J.; FRASER, N. What is Progressive Neoliberalism? A Debate. **Dissent**, v. 64, n. 2, p. 130–140, 2018.
- BUCK-MORSS, S. Hegel e o Haiti. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 90, 2011.
- BURAWOY, M. **Manufacturing consent: changes in the labor process under monopoly capitalism**. paperback ed., 10. print ed. Chicago London: University of Chicago Press, 2010.
- BURAWOY, M. Manufacturing Consent revisitado: uma nova aproximação. **Revista Outubro**, v. 29, 2017.
- BUTLER, J. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. São Paulo: Editora Autêntica, 2015.
- CAMPANHA, L. J. et al. Formulação e implementação , convergências e desvios: facetas da política pública do MicroEmpreendedor Individual (MEI) no plano local. **Gestão e Produção**, v. 24, n. 3, p. 582–594, 2017.
- CAMPELLO, F. Axel Honneth e a virada afetiva na teoria crítica. **Conjectura filosofia e educação**, v. 22, n. especial, p. 104–126, 2017.
- CAMPELLO, F. **A crítica dos afetos**. São Paulo: Autêntica, 2022.
- CANNAS, F. R. **Tecnologias Digitais nas Relações Sociais de Trabalho: a experiência subjetiva entre motoristas e a Uber**. Tese de Doutorado—Porto Alegre: UFRGA, 2022.

- CANTÓ-MILÀ, N. Georg Simmel's Concept of Forms of Association as an Analytical Tool for Relational Sociology. Em: **The Palgrave Handbook of Relational Sociology**. [s.l.] Palgrave Handbooks, 2018. p. 217–230.
- CARTER, I. **Positive and Negative Liberty** Plato - **Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Stanford, California: Edward N. Zalta (ed.), 2022.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1988.
- CASTELLS, M. **Sociedade em rede - Manuel Castells.pdf**. Paz e Terra, , 2002.
- CASTIANO, J. P. A **“liberdade” do neoliberalismo**. Maputo: Editora Educar, 2018.
- CASTRO, V. V. **As ilusões da uberização: um estudo à luz da experiência de motoristas Uber**. Dissertação de Mestrado—Campinas: UniCamp, 2020.
- CHANG, H. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Unesp, 2004.
- CHAPMAN, B. Richard Branson backs universal basic income joining Mark Zuckerberg and Elon Musk. **Independent**, 25 ago. 2017.
- CHAUÍ, M. **Contra a Servidão Voluntária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.
- CHAUÍ, M. **A ideologia da competência**. [s.l.] Autêntica Editora, 2014.
- CHYUNG, S. Y. et al. Evidence-Based Survey Design: the use of a midpoint on the Likert Scale. **Performance Improvement**, v. 56, n. 10, 2017.
- COET, D. S.; MOZZATO, A. R. “Nativos digitais”: características atribuídas por gestores à Geração Z. **Desenvolve: Revista de Gestão do Unilasalle**, v. 8, n. 2, 2019.
- COLBARI, A. D. L. Do Autoemprego ao Microempreendedorismo Individual: Desafios Conceituais e Empíricos. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 4, n. 1, 20 set. 2014.
- CONSOLIM, M. Émile Durkheim e Gabriel Tarde: aspectos teóricos de um debate histórico (1893-1904). **História: Questões & Debates**, v. 53, p. 39–65, 2010.
- CONSUMOTECA LAB. **Geração Ctrl+Z - pelas lentes latinas**. São Paulo: Grupo Consumoteca, 2022.
- COPPOLA, F. Top Economists Endorse Universal Basic Income. **Forbes**, 31 ago. 2017.
- CORREA, D. S.; DIAS, R. DE C. Críticas e os Momentos Críticos: de la justification e a guinada pragmática na sociologia francesa. **Mana**, v. 22, n. 1, 2016.
- CORSEUIL, C. H. L.; NERI, M. C.; ULYSSEA, G. L. Uma Análise Exploratória dos Efeitos da Política de Formalização dos Microempreendedores Individuais. **Mercado de Trabalho**, v. 54, p. 31–41, 2013.
- COSTA, M. D. S. O Sistema de Relações de Trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 59, p. 111–131, out. 2005.
- CRANSTON, M. **John Locke - A biography**. Nova Iorque: The Macmillan Company, 1957.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

- DATAFOLHA. Os brasileiros e o trabalho. **Folha de São Paulo**, 2002.
- DE ALMEIDA, G. A. Liberdade e Moralidade segundo Kant. **Analytica - Revista de Filosofia**, v. 2, 1997.
- DE OLIVEIRA, F. **Crítica à Razão Dualista - O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- DE STEFANO, V. The Rise of the “Just-in-Time Workforce”: On-Demand Work, Crowd Work and Labour Protection in the “Gig-Economy”. **SSRN Electronic Journal**, 2015.
- DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**. [s.l.] Cortez Editora, 1992.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O Anti-Édipo**. [s.l.] Editora 34, 2010.
- DÉPELTEAU, F. Relational Thinking in Sociology: Relevance, Concurrence and Dissonance. Em: **The palgrave handbook of relational sociology**. [s.l.] Palgrave Handbooks, 2018. p. 3–34.
- DESCARTES, R. **Meditações sobre Filosofia Primeira**. [s.l.] Editora Unicamp, 2004.
- DIANA, G. M. O Debate entre o Não-Cognitívismo e o Cognitívismo Moral. p. 98, 2004.
- DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo: DIEESE, 2012. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/livro/2012/livroSituacaoTrabalhoBrasil/?page=2>>.
- DONATI, P. **Relational sociology: A new paradigm for the social sciences**. [s.l.: s.n.].
- DOORN, N. V. At what price? Labour politics and calculative power struggles in on-demand food delivery. **Work Organisation, Labour & Globalisation**, v. 14, n. 1, 1 jan. 2020.
- DOS SANTOS, A. C. Isaiah Berlin e Charles Taylor em debate: reflexões em torno das concepções de liberdade positiva e negativa. **Controvérsia**, v. 14, n. 3, p. 16–30, 2018.
- DOWBOR, L. **A Era do Capital Improdutivo**. São Paulo: Outras Palavras & Autonomia Literária, 2018.
- DUFF, A. S. Rating the revolution: Silicon Valley in normative perspective. **Information, Communication & Society**, v. 4462, n. February, 2016.
- DW BRASIL. “Plataformização” do trabalho é uma bomba-relógio política. **Deutsche-Welle Brasil**, 2022.
- ELIAS, M. L. G. G. R. E. **Liberdade como não interferência, liberdade como não dominação, liberdade construtivista: uma leitura do debate contemporâneo sobre a liberdade**. Doutorado em Ciência Política—São Paulo: Universidade de São Paulo, 14 ago. 2014.
- EMIRBAYER, M. Manifesto for a relational sociology. **American Journal of Sociology**, v. 103, n. 2, p. 281–317, 1997.
- ESTADÃO. Brasileiro depende mais de aplicativos para ter renda. **Exame**, 2021.
- ESTEVES, Y.; VASQUES-MENEZES, I.; DE FREITAS, C. Construção de Uma Escala de Satisfação no Trabalho para Trabalhadores Informais (EST-TI). **Revista Cereus**, v. 11, n. 3, 12 nov. 2019.
- FERGUSON, J. The Uses of Neoliberalism. v. 41, p. 166–184, 2009.

- FERNANDES, A. C. G. Ação Econômica e Ordem Social na Economia Política Clássica. **Revista do BNDÉS**, v. 2, n. 4, 1995.
- FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Biblioteca Azul, 2008. v. 1
- FERNANDES, V. T. O Precariado como Problema Sociológico. v. 25, n. 1, 2020.
- FESTI, R. O retorno dos sujeitos e das ações: por uma sociologia da Emancipação. Em: **A tragédia de Sísifo**. Jundiaí: Paco Editorial, 2023a.
- FESTI, R. **As origens da sociologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2023b.
- FILGUEIRAS, V.; ANTUNES, R. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. **Revista Contracampo**, v. 39, n. 1, p. 27–43, 2020.
- FISHER, M. **Realismo Capitalista**. [s.l.] Autonomia Literária, 2009.
- FORDE, C. et al. The Social Protection of Workers in the Platform Economy. 2017.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Medo da violência e o apoio ao autoritarismo no Brasil: índice de propensão ao apoio a posições autoritárias**. [s.l: s.n.].
- FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FRANCO, T.; DRUCK, G.; SELIGMANN-SILVA, E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 35, n. 122, p. 229–248, dez. 2010.
- FRASER, N. From Redistribution to Recognition? Dilemmas of Justice in a “post-socialist” age. **New Left Review**, v. 212, 1995.
- FUCHS, C. A Contribution to the Critique of the Political Economy of Transnational Informational Capitalism. **Rethinking Marxism**, v. 21, n. June 2014, p. 37–41, 2009.
- GAGO, V. **A Razão Neoliberal - economias barrocas e pragmática popular**. São Paulo: Elefante, 2018.
- GAULEJAC, V. DE. **Gestão como Doença Social**. São Paulo: Idéias & Letras, 2007.
- GEM. **Global Entrepreneurship Monitor 2021/2022 Global Report: Opportunity Amid Disruption**. Londres: Global Entrepreneurship Monitor, 2022.
- GIELOW, I. Economia cria ‘inempregáveis’, diz FHC. **Folha de São Paulo**, 1997.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.
- GILLESPIE, T. A relevância dos algoritmos\* The relevance of algorithms. **São Paulo**, v. 6, n. 1, 2018.
- GOBINEAU, A. **The Inequality of Human Races**. [s.l: s.n.].
- GÓES, G.; FIRMINO, A.; MARTINS, F. A Gig economy no Brasil: uma abordagem inicial para o setor de transporte. **Nota de Conjuntura**, v. 53, n. 5, p. 1–13, 2021.
- GOLDSTEIN, D. Decolonialising actually existing neoliberalism. **Social Anthropology**, v. 20, n. 3, 2012.

- GONZALEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem políticoeconômica. Em: **Por um feminismo afro latino-americano**. São Paulo: Zahar, 2020a.
- GONZALEZ, L. Homenagem a Luis Gama e Abdias do Nascimento. Em: **Por um feminismo afro latino-americano**. São Paulo: Zahar, 2020b.
- GORENDER, J. O nascimento do materialismo histórico. Em: **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- GRESPLAN, J. A crise de sobreacumulação. **Crítica Marxista**, n. 29, p. 11–17, 2009.
- GROHMANN, R. Plataformização do trabalho: entre a dataficação, a financeirização e a racionalidade neoliberal. p. 17, 2020.
- HABERMAS, J. **A crise de legitimação no capitalismo tardio**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.
- HAN, B. C. Por que hoje a revolução não é possível? **El País**, 2014.
- HARVEY, D. **Neoliberalismo, História e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- HARVEY, D. **A Loucura da Razão Econômica: Marx e o capital no século XXI**. [s.l.: s.n.].
- HASENBALG, C.; VALLE SILVA, N. DO. **Estrutura Social, Mobilidade e Raça**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1988.
- HAYEK, F. A. V. **O caminho da servidão**. 5. ed ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.
- HECKSHE, M. Os Setores que mais (des)empregam no Brasil. **Radar: tecnologia, produção e comércio exterior**, n. 73, p. 13–18, 11 dez. 2023.
- HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do Espírito**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1988.
- HILGERS, M. The historicity of the neoliberal state. **Social Anthropology**, v. 20, n. 1, p. 80–94, 2012.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. NOVAS CONFIGURAÇÕES DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, 2007.
- HOBBS, T. **Leviatã**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- HONNETH, A. **Luta por Reconhecimento**. [s.l.] Editora 34, 2003.
- HORKHEIMER, M. A. X.; ADORNO, T. W. **A dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. [s.l.: s.n.].
- HU, X. et al. DeepETA: An ETA Post-processing System at Scale. 2022.
- HÜLLE, S.; LIEBIG, S.; MAY, M. J. Measuring Attitudes Toward Distributive Justice: The Basic Social Justice Orientations Scale. **Social Indicators Research**, v. 136, n. 2, p. 663–692, abr. 2018.
- HUWS, U. The Making of a Cybertariat? Virtual Work in a Real World. **Socialist Register**, 2001.
- HUWS, U. E. **A formação do cibertariado**. Campinas: Editora Unicamp, 2017.
- IBGE. **Características adicionais do mercado de trabalho - 2022**. Brasília/DF: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023a.

- IBGE. **Nota técnica 02/2023 - Sobre os módulos Teletrabalho e Trabalho por meio de plataformas digitais 2022**. Brasília: IBGE, 2023b.
- IBGE (ED.). **Teletrabalho e trabalho por meio de plataformas digitais 2022**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2023c.
- ILLOUZ, E. **O amor nos tempos do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- ILO. **World Employment And Social Outlook: Trends 2020**. [s.l.: s.n.].
- INFRANCA, A. **Trabalho, Indivíduo e História**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.
- INGLEHART, R. et al. **World Values Survey: Round Seven - Country-Pooled Datafile**. Madrid: JD Systems Institute, 2022.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND. **IMF Fiscal Monitor: Tackling Inequality, October 2017**. [s.l.] International Monetary Fund, 2017. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Publications/FM/Issues/2017/10/05/fiscal-monitor-october-2017>>.
- IPEDF. **Raça/Cor: o perfil étnico-racial da população do Distrito Federal**. [s.l.] IPEDF – INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL, 2023.
- JACINO, R. **O negro no mercado de trabalho em São Paulo pós-abolição - 1912/1920**. Doutorado em História Econômica—São Paulo: Universidade de São Paulo, 20 fev. 2013.
- KALLEBERG, A. L.; DUNN, M. **Good Jobs, Bad Jobs in the Gig Economy. Perspectives on Work**, 2016.
- KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. [s.l.] Os Pensadores, 1980.
- KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. [s.l.] Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- KING, G.; KEOHANE, R. O.; VERBA, S. **Designing Social Inquiry**. [s.l.] Princeton University Press, 1994.
- KNODT, E. Prefácio. Em: **Social Systems**. Stanford: Stanford University Press, 1995.
- KOWARICK, L. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 1985.
- KOWARICK, L. **Trabalho e Vadiagem**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- KRUGMAN, P. The Bleeding Cure. **The New York Times**, 2011.
- LAPA, R. S. O trabalho em plataformas digitais e a pandemia da COVID-19: análise dos dados da PNAD COVID-19/IBGE. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, v. 71, 2021.
- LAPA, R. S. Plataformas Digitais e a Forma-Salário por Tarefa. Em: **A tragédia de Sísifo**. [s.l.] Paco Editorial, 2023.
- LATOUR, B. Gabriel Tarde and the End of The Social. Em: **The Social in Question. New Bearings in History and the Social Sciences**. Londres: Routledge, 2002. p. 117–132.
- LATOUR, B. **Reagregando o social**. Salvador-Bauru: EDUFBA - EDUSC, 2012.

- LATOUR, B. On Actor-Network Theory. A Few Clarifications, Plus More Than a Few Complications. **Philosophical Literary Journal Logos**, v. 27, n. 1, p. 173–197, 2017.
- LAZZARATO, M. **O Governo do Homem Endividado**. [s.l.: s.n.].
- LEMOS, A. Dataficação da vida. **Civitas**, v. 21, n. 2, p. 193–202, 2021.
- LÉVINAS, E. **Totalidade e Infinito**. Lisboa: Edições 70, 1980.
- LÉVINAS, E. **Ética e Infinito**. Lisboa: Edições 70, 2007.
- LIMA, J. C.; OLIVEIRA, ROBERTO VÉRAS. O empreendedorismo como discurso justificador do trabalho informal e precário. **Contemporânea**, v. 11, n. 3, 2021.
- LINHART, D. **La comédie humaine du travail**. [s.l.] Eres, 2015.
- LIPIETZ, A. As relações capital-trabalho no limiar do século XXI. **Ensaio FEE**, v. 12, n. 1, 1991.
- LOCKE, J. **Ensaio acerca do entendimento humano**. [s.l.] Nova Cultural, 1999.
- LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil**. 4. ed ed. Petrópolis: Vozes, 2006.
- LOSURDO, D. **Liberalismo. Entre Civilização e Barbárie**. São Paulo: Fundação Mauricio Grabois, 2021.
- LOWI, M. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- LUCE, M. S. **Teoria Marxista da Dependência**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- LUHMANN, N. **Social Systems**. [s.l.] Stanford University Press, 1995.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social. V. II**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- MANZANO, M.; KREIN, A. **A pandemia e o trabalho de motoristas e entregadores por aplicativos no Brasil**. [s.l.: s.n.].
- MANZANO, M.; KREIN, A. Dimensões do Trabalho por Plataformas Digitais no Brasil. Em: **Plataformas Digitais: o trabalho controlado por plataformas digitais: dimensões, perfis e direitos**. Curitiba: UFPR, 2022.
- MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução**. [s.l.] Editora Insular, 2013.
- MARX, K. **Grundrisse**. [s.l.] Boitempo Editorial, 2011.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política: Livro I**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MASON, S. Chasing the Pink. **Logic**, v. 6, 2019.
- MASSEY, O. T. A proposed model for the analysis and interpretation of focus groups in evaluation research. **Evaluation and Program Planning**, v. 34, n. 1, p. 21–28, 2011.
- MAURO, É. PLP 7/2021. Projeto de Lei Complementar 7/2021. . 2021.
- MENEZES, S. L.; COSTA, C. J. Considerações em torno da origem de uma verdade historiográfica: o Tratado de Methuen (1703), a destruição da produção manufatureira em Portugal, e o ouro do Brasil. **Acta Scientiarum. Education**, v. 34, n. 2, p. 199–209, 14 nov. 2012.

- MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MÉSZAROS, I. **Para além do capital**. [s.l.] Boitempo Editorial, 2011.
- MILL, J. S. **Princípios de economia política: com algumas de suas aplicações à filosofia social**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MILL, J. S. **On Liberty**. Ontario, Canada: Batoche Books, 2001.
- MILOVIC, M. **Comunidade da Diferença**. Rio de Janeiro/RJ: Editora Unijuí, 2004.
- MISES, L. V. **A ação humana**. [s.l.] Instituto Mises Brasil, 2010.
- MISZTAL, B. A. **Trust in modern societies: the search for the bases of social order**. Cambridge, U.K. : Cambridge, Mass: Polity Press ; Blackwell Publishers, Inc, 1996.
- MODA, F. B. **Trabalho por Aplicativo: as práticas gerenciais e as condições de trabalho dos motoristas da Uber**. Dissertação de Mestrado—Guarulhos: UNIFESP, 2020.
- MORAIS, L.; SAAD-FILHO, A. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 124, p. 507–527, 2011.
- MOTA, R. Confiança e complexidade social em Niklas Luhmann. **Plural**, v. 23, n. 2, p. 182–197, 11 out. 2016.
- MUNIZ, C. **Microempreendedor Individual: empresário ou trabalhador “formal” e precário? Uma reflexão teórico-empírica**. , 23 set. 2023. Disponível em: <<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/6941/version/7339>>. Acesso em: 13 out. 2024
- NEMOTO, T.; BEGLAR, D. Developing Likert-Scale Questionnaires. 2013.
- NETO, M. DA F. P. Esquecer o neoliberalismo: aceleracionismo como terceiro espírito do capitalismo. **Cadernos IHUideias**, v. 14, n. 245, 2016.
- OLIVEIRA, J. M. DE. Empreendedor Individual: ampliação da base formal ou substituição do emprego? **Radar**, v. 25, p. 33–44, 2013.
- OLIVEIRA, L. E. G. DE; PORCARO, R. M.; ARAÚJO, T. C. N. **O lugar do negro no Brasil**. Rio de Janeiro/RJ: IBGE, 1985.
- OLIVEIRA, R. C. DE. Gamificação e Trabalho Uberizado nas Empresas-Applicativo. **Revista de Administração de Empresas**, v. 61, n. 4, 2021.
- OLIVEIRA, S. C. D.; MACHADO, C. V.; HEIN, A. A. Reformas da Previdência Social no Chile: lições para o Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 5, 2019.
- PAPILLOUD, C. Georg Simmel and Relational Sociology. Em: **The Palgrave Handbook of Relational Sociology**. [s.l.] Palgrave Handbooks, 2018. p. 201–216.
- PARTIDO NOVO. **Como o livre mercado, o cidadão máximo e a descentralização política transformaram a Suíça em um país próspero**. Disponível em: <<https://novo.org.br/explica/como-o-livre-mercado-o-cidadao-maximo-e-a-descentralizacao-politica-transformaram-a-suica-em-um-pais-prospero/>>.
- PASTORE, J. Emprego, renda e mobilidade social no Brasil. **pesquisa e planejamento econômico**, v. 6, n. 3, 1976.

- PAULI, J.; GUADAGNIN, A.; RUFFATTO, J. Valores relativos ao trabalho e perspectiva de futuro para a geração Z. **Revista de Ciências da Administração**, v. 22, n. 57, 13 abr. 2021.
- PEDRO, A. P. Ética, moral, axiologia e valores: confusões e ambiguidades em torno de um conceito comum. **Kriterion**, v. 130, p. 483–498, 2014.
- Percepções e Valores Políticos nas Periferias de São Paulo**. . [s.l.: s.n.].
- PÉREZ-RAMOS, J. Motivação no Trabalho: abordagens teóricas. **Psicologia USP**, v. 1(2), p. 127–140, 1990.
- PIÑERA, J. **El cascabel al gato**. [s.l.] José Piñera, 1991.
- PINHEIRO-MACHADO, R.; SCALCO, L. M. From hope to hate: The rise of conservative subjectivity in Brazil. **HAU: Journal of Ethnographic Theory**, v. 10, n. 1, p. 21–31, mar. 2020.
- PRANDI, R. **Trabalhador por conta própria sob o capital(o)**. São Paulo: Símbolo, 1978.
- PREBISCH, R. Crítica al capitalismo periférico. **Revista de la CEPAL**, v. 1º Semestre, 1976.
- QUIJANO, A. Que tal raza. **Alai**, v. 1, n. 1, 1998.
- RAWLS, JOHN. **O liberalismo político**. São Paulo/SP: Editora Ática, 1993.
- REINERT, E. S. **How rich nations got rich - essays in the history of economic policy**. Oslo, 2004.
- REVISTA FÓRUM. Retrato do Brasil: 30% de entregadores e motoristas de app são de extrema direita. 2024.
- RICOUER, P. **Éthique** Universalis, , 2012. (Nota técnica).
- RIZEK, C. S. Como nos tornamos o que somos: centralidade do trabalho e suas mutações na obra de Robert Castel. Em: **Diálogos Críticos: o pensamento estrangeiro e a sociologia do trabalho no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2023.
- RODRIGUES, L. M. **Industrialização e atitudes operárias: estudo de um grupo de trabalhadores**. [s.l.] Centro Edelstein, 2009.
- ROEMER, J. E. Property Relations vs . Surplus Value in Marxian Exploitation. **Philosophy & Public Affaris**, v. 11, n. 4, p. 281–313, 1982.
- ROSDOLKSY, R. **Gênese e estrutura do Capital**. [s.l.] Contraponto, 2001.
- ROSENFELD, C. L. Autonomia outorgada e apropriação do trabalho. **Sociologias**, v. 6, n. 12, p. 202–227, 2004.
- ROSSO, S. D. Teoria do Valor e Trabalho Produtivo no Setor de Serviços. **Caderno CRH**, v. 27, n. 70, p. 75–89, 2014.
- ROUSSEAU, J.-J. **O Contrato Social**. Oeiras, Portugal: Editorial Presença, 2010.
- SAAD FILHO, A.; MORAIS, L. **Brasil. Neoliberalismo vs. Democracia**. [s.l.] Boitempo Editorial, 2018.
- SADOWSKI, J. When data is capital: Datafication, accumulation, and extraction. n. June, p. 1–12, 2019.

- SAFATLE, V. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. São Paulo: Autêntica, 2015.
- SALA-MOLINS, L. **Dark side of the light: slavery and the French Enlightenment**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2006.
- SANTENS, S. Why we should all have a basic income. **World Economic Forum**, 15 jan. 2017.
- SANTIAGO, C. E. P.; NOGALES VASCONCELOS, A. M. Do catador ao doutor : um retrato da informalidade do trabalhador por conta própria no Brasil. **Nova Economia**, v. 27, n. 2, p. 213–246, 2017.
- SANTOS, J. M. A complexidade do mundo. Em: **O pensamento de Niklas Luhmann**. [s.l.] Universidade da Beira Interior, 2005.
- SARTRE, J.-P. **O que é subjetividade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- SCHMIDT, F. A. **Digital Labour Markets in the Platform Economy**. [s.l.] Friedrich-Ebert-Stiftung, 2017.
- SCHMIDT, V. H. Eight theories of societalization: Toward a theoretically sustainable concept of society. **European Journal of Social Theory**, v. 23, n. 3, p. 411–430, 2020.
- SEBRAE. **Relatório Especial - MEI 10 anos**. Brasília/DF: SEBRAE, 2019.
- SEBRAE. **Análise do CAGED - Fev/2023**. Brasília: SEBRAE, 2023.
- SENNETT, R. **A corrosão do caráter**. 14. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2009.
- SERAFIM, M. C. **Sobre esta igreja edificarei minha empresa: organizações religiosas e o empreendedorismo**. Doutorado em Administração—São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2008.
- SICSÚ, J.; DE PAULA, L. F.; RENAUT, M. Por que novo-desenvolvimentismo? **Revista de Economia Política**, v. 27, n. 108, p. 507–524, 2007.
- SILVA, T. **Racismo algorítmico**. São Paulo: Edições SESC, 2022.
- SIMMEL, G. O problema da sociologia. Em: MORAES FILHO, E. DE (Ed.). **Simmel**. [s.l.] Ática, 1983.
- SIMMEL, G. O âmbito da sociologia. Em: **Questões fundamentais da sociologia**. [s.l.] Zahar, 2006.
- SIMMEL, G. Excurso sobre o problema: como é possível a sociedade? **Sociologia & Antropologia**, v. V03.06, p. 653–672, 2013.
- SIMONI, J. Novas Economias Enraizadas em Iniciativas Locais. **Sustentabilidade em Debate**, v. 2, p. 179–182, 2011.
- SIQUEIRA, M. M. M. **Medidas do comportamento organizacional: ferramentas de diagnóstico e de gestão**. Ebook: ArtMed, 2008.
- SLEE, T. **What's yours is mine. Against the Sharing Economy**. [s.l.] O/R Books, 2015.
- SMITH, A. **A Riqueza das Nações**. [s.l.] Editora Nova Cultural, 1996.
- SMITH, E. V. et al. Optimizing Rating Scales for Self-Efficacy (and Other) Research. **Educational and Psychological Measurement**, v. 63, n. 3, p. 369–391, jun. 2003.

- SOBOTTKA, E.; SAAVEDRA, G. Justificação, reconhecimento e justiça: Tecendo pontes entre Boltanski, Honneth e Walzer. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 12, n. 1, 18 maio 2012.
- SOLOMON, R. **The Transformation of the World Economy**. [s.l.] MacMillan Press, 1999.
- SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros**. Belo Horizonte: UFMG, 2012.
- SPINELLI, M. Sobre as diferenças entre Éthos com epsilon e Éthos com eta. **Trans/Form/Acao**, v. 32, n. 2, p. 9–44, 2009.
- SPINOZA, B. **Ética**. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2009.
- SRNICEK, N. **Platform Capitalism**. [s.l.] Polity Press, 2017.
- STANDING, G. **O precariado**. [s.l.] Autêntica, 2013.
- STEVENSON, C. L. The Emotive Meaning of Ethical Terms. **Mind**, v. XLVI, n. 181, p. 14–31, 1937.
- TARDE, G. **Les Lois Sociales, Esquisse d'une Sociologie**. [s.l.] Univeristé du Québec, 2001.
- TARDE, G. **Monadologia e Sociologia**. São Paulo: Editora UNESP, 2018.
- TARRIT, F. Marxismo analítico e classes sociais. **Crítica Marxista**, v. 42, p. 9–26, 2016.
- THAME, A. C. M. PLP 2/2007. Projeto de Lei Complementar 2/2007. . 2007.
- THE HERITAGE FOUNDATION. **The Heritage Foundation**. Disponível em: <<https://www.heritage.org/index/about>>.
- THÉVENOT, L. Reconhecimentos: com Paul Ricoeur e Axel Honneth. n. 44, 2018.
- THIEL, P. **De zero a um: notas startups ou como construir o futuro**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.
- TODOROV, T. **The Inner Enemies of Democracy**. [s.l.] Polity Press, 2014a.
- TODOROV, T. **A Conquista da América**. São Paulo: Martins Fontes, 2014b.
- TONKONOFF, S. Sociology of Infinitesimal Difference. Gabriel Tarde's Heritage. Em: **The Palgrave Handbook of Relational Sociology**. [s.l.] Palgrave Handbooks, 2018. p. 63–84.
- TOURAINÉ, A. **The Post Industrial Society**. [s.l.] Random House, 1971.
- TOZZI, F. **Dirigindo para Uber: Resultados da pesquisa**. Belo Horizonte, MG: Instituto de Geociências, 2023.
- TRIGUEIRO, M. **A legitimação no atual estágio do capitalismo**. São Paulo: [s.n.].
- UBER. DeepETA: How Uber Predicts Arrival Times Using Deep Learning. 2022.
- ULYSSEA, G. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. **Texto para Discussão - IPEA**, 2005.
- VALOR ECONÔMICO. Se Uber deixar Brasil, posso chamar os Correios para assumir serviço, diz ministro do Trabalho, Luiz Marinho. **Valor Econômico**, 2023.
- VAN DIJCK, J.; POELL, T.; DE WALL, M. **The Platform Society**. Oxford: Oxford University Press, 2018.

- VAN ROOJEN, M. **Moral Cognitivism vs. Non-Cognitivism** Edward N. Zalta (ed.), , 2018. (Nota técnica).
- VANDENBERGHE, F. **A Sociologia como uma Filosofia Prática e Moral ( e vice versa )**. [s.l.] Sociologias, 2015.
- VANDENBERGHE, F. A Relação como Operador Mágico. A divisão entre sociologia processual e relacional. **Sociologia & Antropologia**, v. 07, n. 02, p. 341–370, 2017.
- VANDENBERGHE, F. Relational Sociology as a Form of Life: In memoriam François Dépelteau (1963-2018). **Canadian review of sociology = Revue canadienne de sociologie**, v. 55, n. 4, p. 635–638, 2018.
- VARGAS, E. V. Gabriel Tarde e a diferença infinitesimal. Em: **Monadologia e Sociologia e outros ensaios**. [s.l.] Editora UNESP, 2018.
- VAZ, H. C. L. Senhor e escravo: uma parábola da filosofia ocidental. **Síntese - Revista de Filosofia**, v. 8, p. 7–29, 1981.
- VOLTAIRE. **Dicionário Filosófico**. [s.l.] Saraiva, 2013.
- WAIZBORT, L. **As aventuras de Georg Simmel**. [s.l.] USP/34, 2000.
- WALDRON, J. Hobbes and the Principle of Publicity. **Pacific Philosophical Quarterly**, v. 82, n. 3–4, p. 447–474, set. 2001.
- WARD, J. **The Loop**. [s.l.] Hachette Books, 2022.
- WATKINS, M. W. Exploratory Factor Analysis: A Guide to Best Practice. **Journal of Black Psychology**, v. 44, n. 3, p. 219–246, abr. 2018.
- WEBER, M. **Ensaio de Sociologia**. [s.l.] LTC, 1982.
- WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva - Vol. 2**. [s.l.] Editora UnB, 2004. v. 23
- WOODCOCK, J.; JOHNSON, M. R. Gamification: What it is, and how to fight it. **Sociological Review**, v. 66, n. 3, 2017.
- WRIGHT, E. O. **Understanding Class**. Londres: Verso, 2015.
- ZAOUAL, H. O homo situs e suas perspectivas paradigmáticas. **Oikos**, v. 9, n. 1, p. 13–39, 2010.
- ZUBOFF, S. **The age of surveillance capitalism**. [s.l: s.n.].